

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E MEIO AMBIENTE**

**O TRABALHO DO JOVEM APRENDIZ:
UMA PROMESSA INSTITUCIONAL TRUNCADA?**

LUCIANI MARCONI CAETANO MARTINS SGARBI

**ARARAQUARA – SP
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E MEIO AMBIENTE**

**O TRABALHO DO JOVEM APRENDIZ:
UMA PROMESSA INSTITUCIONAL TRUNCADA?**

LUCIANI MARCONI CAETANO MARTINS SGARBI

ORIENTADORA: Profa. Dra. Vera L. S. Botta Ferrante

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara para obtenção de título de Mestre.

S535t Sgarbi, Luciani Marconi Caetano Martins

O trabalho do jovem aprendiz: uma promessa institucional truncada/
Luciani Marconi Caetano Martins Sgarbi.- Araraquara: Centro
Universitário de Araraquara, 2010.
218f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional e Meio ambiente - Centro Universitário de
Araraquara-UNIARA.

Área de Concentração: Gestão de território, Políticas públicas e
Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Vera Lúcia S. Botta Ferrante

1. Jovem aprendiz. 2. Trabalho infanto-juvenil. 3. Educação e
trabalho. 4. Lei nº 10.097/00. 5. Aprendizagem

I. Título.

CDU 504.03

Ao meu marido Emílio pelo incentivo e amor.
Às minhas filhas Isabela e Giovana, maiores riquezas da minha vida.
Aos meus pais, Nadir e Antonio por tudo que me ensinaram.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida.

De forma especial, à minha orientadora e coordenadora do Programa de Mestrado Profa. Dra. Vera Lúcia S. Botta Ferrante, por tudo que me ensinou ao longo do trabalho, pela atenção dispensada e, principalmente, porque em todos os momentos da construção deste trabalho foi capaz de me passar além do seu conhecimento, tranquilidade e segurança.

À minha amiga Tuca pela proximidade e cumplicidade pois, além de compartilhar os mesmos ideais, seguiu junto comigo em todas as fases da pesquisa me incentivando, apontando soluções e, o mais importante, abrindo caminhos sempre que me sentia incapaz de fazê-lo sozinha.

À minha amiga Marioli pela disponibilidade em cuidar com zelo das pessoas e coisas que fazem parte da minha vida enquanto me mantinha ocupada com o trabalho.

Às meninas da secretaria por todas as informações e ajuda prestadas.

Aos entrevistados participantes do programa, responsáveis por instituições, professores, empresários e, especialmente, aos adolescentes e seus pais, por compartilharem comigo suas percepções, sentimentos e experiências de vida, fato que possibilitou a realização deste trabalho.

Enfim, a todos que, de alguma forma, me ajudaram a alcançar meu objetivo.

“Conhecer, meu senhor, é saber quê. E o quê.
Não é só constatar.
Pois sim, constatar qualquer uma constata.
Basta olhar, sentir, apalpar.
Pode-se tocar o mundo com os olhos ou ver com os dedos pelo só observar.
Fácil.
Conhecer dessa forma é captar “por fora de tudo”.
O que está fora das plantas, do homem, da sociedade, do Estado, das palavras.
A ciência diz que precisa conhecer.
Quer saber, pois, o “por dentro” ou “para além” do por fora.
Por isto, as causas, a essência.
Já disse: o concreto por detrás do aparente, a regularidade no irregular, a identidade na
diferença.
Isto, senhor, são caminhos do conhecimento sábio.”

Neidson Rodrigues



Centro Universitário de Araraquara

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301-7100

www.uniara.com.br

**DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

Candidato(a) : Luciani Marconi Caetano Martins Sgarbi

Área de Concentração: **Dinâmica Regional e Alternativas de
Sustentabilidade**

Linha de Pesquisa: **Políticas Públicas e Desenvolvimento**

| Examinadores | CONCEITO |
|---|----------|
| Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante (Orientador[a]) | aprovada |
| Profa. Dra. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker | aprovada |
| Profa. Dra. Helena Carvalho de Lorenzo | aprovada |

Observações:

*Resposta de a qualidade do trabalho, a Relatividade
do tempo, a unidade no pensamento, no diálogo com
a Natureza. Recomendado a Publicação do
trabalho.*

Araraquara, 04 de maio de 2010

Vera Lúcia Botta Ferrante
Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Presidente



Centro Universitário de Araraquara

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Caixa Postal 68 - Fone/Fax: (16) 3301-7100

www.uniara.com.br

BANCA DE DEFESA

Profa. Dra. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker
UNESP - Araraquara

Profa. Dra. Helena Carvalho de Lorenzo
UNIARA - Araraquara

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
UNIARA - Araraquara

RESUMO

Os cursos de aprendizagem constituem-se numa forma legitimada de inserção do adolescente no mercado de trabalho. Considerando que a Lei 10.097/00 – Lei da Aprendizagem, tem por escopo a formação do adolescente através do seu desenvolvimento cultural e profissional e a viabilização da sua introdução no contexto social do trabalho, ressaltando o aspecto formativo do indivíduo prioritariamente ao produtivo, o presente estudo propôs-se a problematizar aludido diploma legal contrapondo as possibilidades legais dessa política pública de inclusão destinada ao enfrentamento da questão do desemprego e da inexperiência juvenil e as dificuldades reais de sua implementação. A princípio, foi necessária uma pesquisa bibliográfica para compreender a significação da infância, da adolescência e do trabalho, tendo ficado demonstrado que no Brasil, o trabalho infanto-juvenil sempre esteve e, ainda, está diretamente ligado à condição sócio-econômica da família. Para tanto, foram investigados dois cursos de aprendizagem existentes na cidade de Ibitinga, pólo da indústria têxtil e do bordado, setor econômico relacionado historicamente a esse tipo de trabalho. A apreensão do objeto foi feita em suas dimensões quantitativas e qualitativas. Os dados foram obtidos através da aplicação de questionários semi-estruturados, análise de documentos e realização de entrevistas com os principais atores participantes dos programas. Tais instrumentos de pesquisa e as questões investigadas possibilitaram traçar contrapontos entre as representações dos atores e a realidade atual dos jovens. Nestes termos, o estudo foi capaz de mostrar que as oportunidades abertas aos participantes do programa não se mostram tão favoráveis na prática, tanto quanto transparecem na fala dos participantes do programa e não obstante todo otimismo dos relatos pudemos perceber que os adolescentes, bem como seus responsáveis, são guiados por aquilo que a prática lhes mostra que é possível, fazendo opções modestas em relação aos caminhos a serem seguidos no futuro. Daí resulta que, uma forma possível de intervenção neste campo, capaz de minimizar o problema da inevitável inserção precoce do adolescente no mercado de trabalho, seria a adoção de conteúdos capazes de promover o desenvolvimento da subjetividade do indivíduo, de forma a potencializar suas capacidades humanas, com uma aprendizagem focada não apenas aos limites do conhecimento essencial ao exercício do ofício, mas sim naquela que propiciasse ao aprendiz, pleno acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade, consubstanciados nas várias formas de expressão artística, literária, musical, histórica,

dentre outras. Tal ação, possivelmente, levaria o adolescente a exceder os limites de espaço e de tempo do pequeno mundo em que vive.

Palavras-chave: jovem aprendiz – trabalho infanto-juvenil – educação e trabalho - Lei 10.097/00 – aprendizagem

ABSTRACT

Learning courses are a legitimate way of inserting teenagers in the work market. Considering that the Law 10.097/00 - Learning Law - has as aim the teenager formation by means of its cultural and professional development and the feasibility of its introduction to the work social context, pointing out the person's formative aspect, rather than the productive one, this research had as aim to problematize the legal possibilities of this public inclusion policy destined to the facing of the unemployment and of the youth inexperience and the actual difficulties of its implementation. First, a bibliographical research was necessary to understand the meaning of childhood, adolescence and work, and it was proved that, in Brazil, youth work is directly linked to the family socio- economical level. We investigated two learning courses in Ibitinga, SP, Brazil, a pole of the textile and embroidering industry, an economic section historically related to this kind of work. The apprehension of the object was done in its quantitative and qualitative dimensions. The data were obtained by means of semi-structured questionnaires, document analysis and interviews with the main participants of the programs. Such research instruments and the research questions made it possible to compare the actors' representation and the present reality of the teenagers. This research could show the opportunities which were opened to the program participants are not so favorable in practice, the way they seem to be in the teenagers' speech, and, in spite of all the optimism of the reports, we could notice that they were guided by the possibilities pointed by practice, making modest options in relation to the paths to be followed in the future. From this results that a possible way of intervening in this field, which could minimize the inevitable problem of early teenager insertion in the market, would be the adoption of contents able to promote the development of the person's subjectivity, in a way to potentialize its human capacities, with a learning approach focused not only on the limits of the essential knowledge required by the trade, but also on a learning process which could offer the learner a full access to the cultural goods produced by humanity, consubstantiated in the several artistic forms of expression- literary, musical, historical, among others. This action, possibly, would lead the teenager to transcend the space and time spaces in the small world he lives in.

Keywords: young learner, youth work, education and labor, Law 10.097/00, learning.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Lista de Siglas..... | xiv |
| Lista de Ilustrações | xv |
| Lista de Gráficos..... | xvi |
| Lista de Tabelas | xvii |
| Lista de Quadros | xviii |
| INTRODUÇÃO..... | 19 |
| I. A CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA: CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E JURÍDICA..... | 33 |
| 1.1 Significação da infância, da adolescência e do trabalho | 33 |
| 1.2 Trabalho infanto-juvenil: uma marca histórica..... | 36 |
| 1.3 Trabalho Infanto-Juvenil: um mal necessário?..... | 39 |
| 1.4 A evolução legislativa em relação à proteção dos direitos da criança e do adolescente..... | 40 |
| 1.5 A Lei 10.097/00 – Lei da Aprendizagem: a solução programada?..... | 47 |
| 1.6 Programa jovem aprendiz: uma política pública estatal de defesa dos direitos. 50 | |
| II. APROXIMAÇÕES AO MARCO TEÓRICO E OS LUGARES DE INVESTIGAÇÃO | 53 |
| 2.1 Ibitinga: a capital do bordado em índices..... | 58 |
| 2.2 Os cursos em ação | 63 |
| 2.2.1 Curso de Aprendizagem Industrial: Costureiro Industrial de Peças de Enxoval e Afins – SENAI : a arte da costura..... | 63 |
| 2.2.2 Curso de Assistente administrativo – Projeto Luminar – Associação da Mulher Unimed de Ibitinga: incentivo à qualificação..... | 69 |
| III. PERFIS DOS ADOLESCENTES E DE SEUS FAMILIARES: o que a realidade mostra | 77 |
| 3.1. O primeiro retrato: o perfil dos adolescentes do curso em andamento e de suas famílias | 77 |
| 3.2. O segundo retrato: o que os adolescentes egressos e suas famílias revelam..... | 84 |
| 3.2.1. A configuração da situação familiar do adolescente egresso | 86 |
| 3.2.2. O cotidiano dos jovens egressos | 92 |
| IV. REPRESENTAÇÕES DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS | 103 |
| 4.1. As representações da família sobre o curso..... | 103 |

| | | |
|------|---|-----|
| 4.2. | As representações dos adolescentes | 127 |
| 4.3. | As representações dos demais atores envolvidos..... | 161 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 187 |
| | BIBLIOGRAFIAS | 191 |
| | APÊNDICE I | 195 |
| | APÊNDICE II | 199 |
| | APÊNDICE III | 203 |
| | ANEXO A | 210 |
| | ANEXO B | 213 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------|--|
| ACSP | Associação Comercial de São Paulo, |
| AMUI | Associação da Mulher Unimed de Ibitinga |
| APLs | Arranjos Produtivos Locais |
| CMDCA | Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente |
| CF | Constituição Federal |
| DRT | Delegacia Regional do Trabalho de Araraquara. |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| FACESP | Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| MTE | Ministério do Trabalho e Emprego |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| OMS | Organização Mundial de Saúde |
| PNAD | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios –IBGE, 2006 |
| PNQ | Plano Nacional de Qualificação |
| RAIS | Relação Anual de Informações Sociais |
| REBRAF | Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas |
| SEADE | Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados |
| SENAI | Serviço Nacional de Aprendizagem na Indústria |
| SINDICOBÍ | Sindicato das Indústrias e Comércio de Bordados de Ibitinga |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|----------|---|----|
| Figura 1 | Mapa da cidade de Ibitinga com delimitação dos bairros | 29 |
| Figura 2 | Foto da sede do SINDICOBÍ – Sindicato das Indústrias e Comércio de Bordados de Ibitinga | 66 |
| Figura 3 | Foto de aula da disciplina Relação Humanas no Trabalho – Realização de dinâmica de grupo – Curso de Costureiro Industria | 68 |
| Figura 4 | Foto da sede da AMUI – Associação da Mulher Unimed de Ibitinga | 70 |
| Figura 5 | Foto da sala de informática da AMUI - Associação da Mulher Unimed de Ibitinga | 71 |
| Figura 6 | Foto dos jovens-aprendizes na sala de aula no curso de Auxiliar Administrativo | 72 |
| Figura 7 | Foto dos jovens-aprendizes do curso de auxiliar administrativo preparando teatro de fantoches com o tema de Prevenção contra a Dengue para apresentação em escolas - Atividades complementares..... | 73 |
| Figura 8 | Foto dos jovens-aprendizes do curso de auxiliar administrativo em Sessão do Parlamento Mirim ocorrido na Câmara Municipal de Ibitinga – Atividade da disciplina de noções de ética, direito e cidadania | 74 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|------------|--|-----|
| Gráfico 1 | Emprego - Participação dos vínculos empregatícios na Indústria no total de vínculos em 2008 (%)..... | 63 |
| Gráfico 2 | Educação - Média de anos de estudos da população de 15 a 64 anos no ano de 2000 (%)..... | 63 |
| Gráfico 3 | Jovens egressos do programa quanto ao gênero | 85 |
| Gráfico 4 | Jovens egressos do programa quanto à idade | 85 |
| Gráfico 5 | Número de egressos segundo o número de residentes no domicílio..... | 86 |
| Gráfico 6 | Número de egressos segundo o número de pessoas que trabalham no domicílio..... | 86 |
| Gráfico 7 | Renda familiar aproximada em salários mínimos segundo o número de egressos entrevistados | 87 |
| Gráfico 8 | Gastos prioritários da família..... | 88 |
| Gráfico 9 | Escolaridade da mãe..... | 89 |
| Gráfico 10 | Escolaridade do pai | 89 |
| Gráfico 11 | Programas mais assistidos pelos familiares dos jovens egressos | 90 |
| Gráfico 12 | Hábito da leitura dos responsáveis pelo jovem egresso | 91 |
| Gráfico 13 | Práticas habituais dos jovens egressos | 94 |
| Gráfico 14 | Número de egressos que estão trabalhando atualmente | 96 |
| Gráfico 15 | Locais de trabalho do jovem egresso | 97 |
| Gráfico 16 | Função exercida dentro da fábrica de bordado pelo egresso | 97 |
| Gráfico 17 | Grau de escolaridade do jovem egresso | 99 |
| Gráfico 18 | A importância do voto para os jovens egressos | 101 |
| Gráfico 19 | Número de jovens que exerceram o direito de voto..... | 101 |
| Gráfico 20 | Relação Trabalho X Adolescência..... | 124 |
| Gráfico 21 | Motivo de participação no curso segundo os jovens..... | 130 |
| Gráfico 22 | Expectativas dos jovens em relação ao que esperavam do curso e aquilo que foi oferecido | 130 |
| Gráfico 23 | Correspondência entre o aprendizado obtido no curso de costureiro industrial e a profissão a ser exercida..... | 143 |
| Gráfico 24 | Correspondência entre o aprendizado obtido no curso de auxiliar administrativo e a profissão a ser exercida..... | 144 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-----------------|---|-----|
| Tabela 1 | Perfil dos jovens participantes dos programas | 78 |
| Tabela 2 | Perfil familiar dos jovens participantes | 79 |
| Tabela 3 | Práticas habituais dos responsáveis nas horas vagas | 90 |
| Tabela 4 | Gênero literário e títulos lidos que foram citados pelos responsáveis dos jovens egressos que dizem possuir o hábito da leitura | 91 |
| Tabela 5 | Práticas habituais dos jovens egressos..... | 92 |
| Tabela 6 | Gastos prioritários dos jovens egressos | 98 |
| Tabela 7 | Jovens egressos do programa quanto à idade..... | 100 |
| Tabela 8 | Justificativas dos jovens que não votaram | 101 |
| Tabela 9 | Critério de escolha do candidato dos jovens egressos | 102 |
| Tabela 10 | Benefícios mais mencionados pelos responsáveis | 112 |
| Tabela 11 | Disciplina ou aprendizado mais referidos pelos jovens egressos nos respectivos cursos | 134 |
| Tabelas 12 e 13 | Trajetória dos jovens que egressos nas respectivas áreas | 141 |
| Tabela 14 | Objetivos de vida dos adolescentes | 160 |
| Tabela 15 | As maiores deficiências dos jovens participantes do programa segundo os professores | 167 |
| Tabela 16 | Desempenho dos alunos participantes dos programas segundo os professores | 167 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|----------|--|----|
| Quadro 1 | Etapas da pesquisa..... | 31 |
| Quadro 2 | Índice de Desenvolvimento Humano -IDH em Ibitinga comparado com o panorama brasileiro, estadual e regional | 60 |
| Quadro 3 | Índice de Exclusão Social..... | 60 |
| Quadro 4 | Renda <i>per capita</i> em Ibitinga..... | 61 |
| Quadro 5 | Índice de desigualdade em relação à renda no município de Ibitinga..... | 61 |
| Quadro 6 | Relação entre a frequência escolar no Ensino Médio e os jovens entre 15 e 17 anos..... | 61 |

INTRODUÇÃO

Apresentação

No exercício da profissão, pude perceber que os profissionais do Direito devem estar atentos à relação entre o direito, a realidade social e a eficácia da lei a ser aplicada, isto porque a Ciência Jurídica, por possuir um caráter eminentemente social, está em constante mudança, surgindo com frequência descompassos entre o espírito legal e as práticas institucionais.

Neste compasso, ao Juiz, cabe aplicar adequadamente a lei existente, ao advogado, fazer valer os direitos garantidos pela ordem jurídica que foram eventualmente violados, ao Promotor, cabe a missão institucional de provocar o Judiciário na condição de “ombudsman” da sociedade e de fiscal da lei. Quanto ao cientista do Direito, este se incumbe de investigar os efeitos sociais da lei, sua eficácia ou, ainda, e, principalmente, os fatores que a tornam ineficaz, seja pela sua inoportunidade, pela pressão de grupos que detêm o poder e que não têm interesse no seu cumprimento, pelo descaso do Poder Público ou pela não correspondência às necessidades da sociedade em geral. Isto tudo, porque o direito positivo estabelecido, sem dúvida, é o reflexo do contexto social de uma sociedade, uma vez que tem como finalidade precípua reger essas mesmas relações sociais muitas vezes antagônicas, devendo ser estudado dentro do contexto social em que se apresenta.

Concomitantemente à advocacia, desde 2003, atuo como voluntária numa associação sem fins lucrativos, na qual sou professora de Ética, Direito e Cidadania e coordenadora do Projeto Luminar, curso de jovem aprendiz, na área de Assistente Administrativo, cujo objetivo é formar não apenas profissionais mas, principalmente, cidadãos. Os adolescentes são inseridos no mercado de trabalho durante o período da tarde e pela manhã, os mesmos têm aulas direcionadas para sua formação na área administrativa, sendo que, à noite, frequentam escola regular.

O fato é que tais experiências (tanto na advocacia como na coordenação e docência do curso) me ensinaram o valor da conscientização e da educação, entretanto, me mostraram também, a duras penas, que somente esse aspecto não basta para conseguirmos mudar a realidade. Assim, para que haja um maior envolvimento da sociedade na luta pela política de direitos dos menores, que leve a resultados concretos, é imprescindível que exista um conjunto de fatores a complementar o meio de ação da lei.

Nestes termos, a questão determinante na escolha do objeto desta pesquisa foi a observação em relação à discrepância existente entre a realidade e os ideais, as expectativas e as representações daqueles que participam do programa, seja na condição de dirigentes, fiscalizadores, empresários, professores, alunos ou pais. Pessoas que, com raras exceções, acreditam que a simples participação no curso constitui-se na “tábua de salvação” para o menor carente e fator capaz de mudar a sua realidade. Na verdade, após um olhar mais atento, o que se percebe é que a maioria dos atores encontra-se entorpecida pela ideologia que insiste em reafirmar as vantagens do trabalho precoce na vida do indivíduo pobre. A par disso, também nos deparamos com a tão velha e conhecida roda viva imanente ao sistema capitalista, responsável pela perpetuação das desigualdades sociais, na qual estão atrelados os adolescentes de classes desprivilegiadas, bem como suas famílias, situação que pesa significativamente no objeto da investigação.

Minha modesta contribuição, propõe-se a somar-se à produção existente, buscando um possível retorno social do conhecimento produzido.

As razões da escolha do objeto

O presente trabalho propôs-se a problematizar a Lei 10.097/00 – Lei da Aprendizagem, contrapondo-a à realidade. O diploma legal em questão tem por escopo a formação do adolescente através do seu desenvolvimento cultural e profissional e a viabilização da sua inserção no contexto social do trabalho, ressaltando o aspecto educativo do indivíduo que se sobrepõe ao produtivo. Este propósito tem origem na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança em Assembleia Geral das Nações Unidas, que ao reconhecer a vulnerabilidade e hipossuficiência da criança e do adolescente, formalizou esta meta no princípio de *proteção integral*, princípio este, totalmente consagrado nos diplomas legais brasileiros, devendo, por isso, ser garantido não só pelo Estado, mas por toda a sociedade.

Com base nisso, o Estado ao editar a Lei da Aprendizagem, alega resgatar uma dívida histórica com nossas crianças e adolescentes, pois, até há poucos anos atrás, o trabalho era considerado apenas um meio de regeneração e imposição de disciplina aos menores “desvalidos” (estigma que foi analisado no curso do trabalho), que eram colocados precocemente no mercado de trabalho sem qualquer direito ou garantia (COELHO, 2005).

Por conseguinte, apesar da enorme quantidade de matérias jornalísticas e do número exacerbado de denúncias a respeito do trabalho infanto-juvenil, o trabalho do adolescente, especificamente, quando analisado sob a perspectiva da Lei da Aprendizagem, tem sido objeto de poucas indagações de caráter científico, sendo que os argumentos frequentemente veiculados pela produção existente sobre a temática limitam-se a constatar a existência do trabalho infanto-juvenil, avaliando-a de forma numérica e relacionando-a com a sua causa mais comum e/ou imediata que é a pobreza, deixando a desejar, portanto, quanto à avaliação da eficácia das leis, bem como das políticas de inclusão social destinadas ao enfrentamento da questão. A constatação desta escassez na produção acadêmica voltada à temática estimulou a continuidade desta investigação.

O problema de pesquisa

Numa primeira análise, poderíamos concluir que ao unir num mesmo diploma legal as questões da Educação e do Trabalho face ao adolescente, o Estado teria dado o primeiro passo no sentido de implementar uma política social destinada a diminuir as desigualdades presentes nas relações sociais que encontram-se em total desequilíbrio, ou seja, abrir possibilidades às crianças e adolescentes que nascem em famílias de classes sociais menos favorecidas.

Ocorre que, na prática, a questão apresenta-se bem mais intrincada: apesar de a lei ser um marco institucional, ela encontra-se eivada de ambivalências e, neste ponto, cumpre levantarmos algumas questões que apresentam-se como verdadeiros entraves e que colocam em risco a eficácia da aludida norma. Sabemos que uma política pública social não se restringe a uma política estatal. Como já foi dito acima, sua eficácia depende da “parceria” de outros segmentos da sociedade que são interdependentes, entretanto, o que se observa quando da aplicação da lei é que as pessoas agem de forma individualista, limitando seu alcance. O primeiro entrave à eficácia da lei pode estar relacionado à rejeição do empresário, peça chave dentro do programa e que, via de regra, quando adere ao programa o faz visando exclusivamente a produtividade, sem preocupar-se com o caráter formativo do mesmo. A par dos discursos carregados de um tom solidário, investigamos se o jovem-aprendiz é contratado definitivamente ao final do programa ou se a sua admissão na empresa, a princípio, só se dá por conta do cumprimento da cota exigida pela lei, após intimação do Departamento Regional do Trabalho, sob pena de incursão nas penalidades legais, sendo dispensado, incontinenti,

ao término do contrato de aprendizagem. O segundo obstáculo diz respeito ao aprendiz que, geralmente, entra no programa visando conseguir o primeiro emprego de forma a garantir o salário mínimo recebido. A questão que surge a respeito é se esse jovem, de fato, importa-se com a sua formação e seu desenvolvimento pleno como cidadão, dedicando-se com afinco ao programa de formação, ou apenas dá-se por satisfeito com o emprego conseguido, sem, no entanto, encarar a aquisição de qualificação como um degrau para a sua emancipação e conseqüente melhoria na sua qualidade de vida, uma vez que está condicionado ao assistencialismo e clientelismo. Questão a exigir cuidadosa reflexão.

Finalmente, o terceiro ponto a ser colocado, diz respeito às instituições que se prestam a capacitar estes adolescentes. Em relação a estas, cumpre tecer as seguintes perguntas: elas existem em número suficiente capaz de suportar o contingente de menores sem condições sócio-econômicas de adquirirem outra forma de capacitação? As atividades e programas por elas desenvolvidos estão de acordo com as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor, surtindo seu real efeito ou são instrumentos ideológicos do Estado e das classes dominantes que visam a reprodução e manutenção da dominação vigente? Os ofícios ensinados e aprendidos possibilitam a inserção em postos de trabalho bem remunerados ou, pelos menos, abrem uma possibilidade de ascensão social?

Com base na problemática social descrita, ou seja, a dificuldade da inserção do adolescente no mercado de trabalho e a relação entre as possibilidades legais e as dificuldades reais e calcados na busca da verdadeira compreensão desta realidade, este trabalho científico se propõe a estudar os cursos de aprendizagem direta ou indiretamente ligados à indústria, existentes na cidade de Ibitinga, sob o fundamento de que as questões sociais, por sua complexidade, não podem ser entendidas ou explicadas por um conhecimento do senso comum ou “conhecimento visual”, conforme nos ensina Jessé Souza (2006)

O que o antiteoricismo estimula é a ilusão do conhecimento imediato, do conhecimento visual, do “todos já sabem as questões principais”, do “basta olhar para ver”, como se a realidade social não fosse construída para possibilitar, precisamente pela ocultação do fundamental, do essencial e do mais importante, a reprodução da dominação vigente (p.123).

Justamente por não aceitarmos este “basta olhar para ver” é que nos propusemos a verificar se os cursos do jovem aprendiz, na realidade, são elementos fomentadores

da inclusão social importantes no processo de formação do indivíduo ou, ao contrário, não mudam significativamente a situação de violência direta ou simbólica contida no trabalho da criança e do adolescente.

Esta análise propõe-se a verificar se a Lei da Aprendizagem, que veio como resposta a um reclamo social de diferentes segmentos da sociedade civil, constitui-se num efetivo enfrentamento da questão ou se o trabalho do adolescente aprendiz, ainda que cercado de defesas jurídicas legais, ressenete-se da falta de responsabilidade do Estado e da família (independentemente da legitimidade dos motivos pelos quais é compelida a fazê-lo) no tratamento dado a este momento especial do ciclo vital do indivíduo, considerado como pessoa em desenvolvimento e, que, portanto, necessita de proteção integral. Esta reflexão se impõe porque, ao longo da história, o fato de o trabalho infanto-juvenil, na maioria das vezes, ter sido calcado na informalidade e na superexploração, o levaram a distanciar-se, em muito, dos preceitos que regem a ordem institucional e do discurso político dominante, hipótese discutida ao longo da dissertação.

Objetivos

Objetivo geral

O trabalho tem como objetivo geral analisar os contrapontos existentes na aplicação da Lei 10.097/00 – Lei da Aprendizagem considerando o contexto histórico do trabalho infanto-juvenil no Brasil e a importância de sua concretização, a partir de um estudo dos cursos dirigidos aos adolescentes, ligados, de alguma forma, à principal atividade econômica da cidade que é o bordado;

Objetivos específicos

- a) analisar os entraves e os fatos que colocam em risco a eficácia social da aludida lei a partir do estudo da sua aplicação nos cursos de aprendizagem implementados em Ibitinga e que são ligados, de alguma forma, à principal atividade econômica da cidade que é o bordado;
- b) verificar se, pela maneira e critérios utilizados na sua aplicação, aludidos cursos são eficazes na promoção cultural e, principalmente, social do jovem aprendiz;
- c) analisar a postura adotada (aceitação e rejeição) pelos atores envolvidos na sua aplicação;
- d) analisar se a percepção que os atores envolvidos têm do curso corresponde ao real efeito que a participação do programa acarreta na vida dos adolescentes;

Os caminhos da Pesquisa

Levando-se em conta que o objetivo geral do presente trabalho é estudar como se dá a aplicação da Lei 10.097/00 – Lei da Aprendizagem – como manifestação dos direitos sociais e materialização do princípio fundamental da dignidade humana e justiça social, por meio de um estudo em profundidade dos cursos de formação profissionalizantes ligados ao setor industrial, implementados no município de Ibitinga, passamos a discorrer sobre os métodos e técnicas de pesquisa que foram utilizadas como meios de investigação.

Segundo a classificação metodológica apresentada por Marconi (2000), como método de abordagem foi utilizado o método dialético posto que se dispôs a analisar o objeto a partir de uma ação alternada por meio de objeção e reconciliação de contradições.

Seguindo, ainda, a mesma classificação, o método monográfico (ou descritivo), foi importante, na medida em que se expôs minuciosamente tanto os aspectos gerais do contexto histórico-social no qual se insere o objeto de estudo, como as características e fatos específicos relativos ao recorte feito que são os cursos do jovem-aprendiz em ação em Ibitinga delimitados pela pesquisadora e que tem por base a Lei 10.097/00.

Foi adotado, também, segundo os objetivos da pesquisa, o método exploratório que deixou o problema aparente, desnudando-o, possibilitando, com isso, a sua compreensão, por meio de reflexões e elaboração de ideias.

O trabalho iniciou-se com a realização de levantamento bibliográfico exploratório, tanto da doutrina clássica, quanto da produção científica elaborada recentemente a respeito. A aludida revisão da temática permitiu fazer uma análise histórica do trabalho infanto-juvenil e das representações sociais existentes em torno do tema, além disso, conseguimos explicitar as significações sobre conceitos-chaves da pesquisa como infância, adolescência e trabalho nas suas dimensões social, política, histórica, cultural e jurídica. Outro fator que nos foi evidenciado diz respeito à evolução dos fatos sociais determinantes que ensejaram a elaboração dos textos legais e que deram origem à lei em questão revelando, inclusive, o sentido e o alcance do diploma legal. Não obstante, a mais relevante contribuição fornecida pelo quadro teórico foi aquela que permitiu a elaboração das hipóteses que supõem a existência de uma reprodução de instituições e práticas sociais, produto de um poder simbólico cuja confirmação ou rechaçamento leva ao entendimento do mecanismo de funcionamento da lei na prática que é responsável por determinar a sua eficácia social ou não.

Uma vez delineada a chamada “revisão bibliográfica” e, obviamente, fundamentada nela, o trabalho entrou na sua segunda fase. Trata-se de um estudo de caso propriamente dito, que consiste numa observação empírica do objeto dentro do seu contexto social, mesmo porque, o que se deseja é analisar a aplicação e resultados práticos da lei, contrapondo-os com o verdadeiro escopo da norma que se constitui no “espírito da lei”, ou seja, aquilo que se espera dela, o seu efeito social.

Coleta de dados: um processo em várias etapas

A princípio, buscou-se dados para o trabalho em fontes secundárias, ou seja, normas, estatutos e manuais relativos ao curso do jovem aprendiz, sendo que as informações obtidas subsidiaram o conhecimento da história e objetivos institucionais das entidades, possibilitando traçar um perfil histórico-organizacional das mesmas.

Iniciou-se a pesquisa de campo, coletando-se dados primários por meio de questionários que foram respondidos pelos aprendizes que já estavam na fase final dos dois cursos objetos do estudo.

O questionário elaborado de maneira semi-estruturada, mesclou perguntas abertas e fechadas. Segundo a natureza dos dados obtidos, o instrumento, após realização de minuciosa tabulação individual dos dados, foi capaz de fornecer tanto dados quantitativos quanto qualitativos, trazendo para a pesquisa não apenas números, mas também viabilizando a coleta de informações, opiniões e significações que, posteriormente, puderam ser analisados indutivamente.

Na pesquisa sociológica, a busca direta de informações constitui-se em melhor fonte de dados, por isso, aludido instrumento foi aplicado a todos os alunos dos cursos de aprendizagem ligados à indústria que estavam em andamento no município de Ibitinga.

Dáí depreende-se que, a população pesquisada compreendeu um total de 62 adolescentes, distribuídos em 3 classes, duas delas pertencentes ao Curso de costureiro industrial de peças de enxoval e afins realizado no Sindicato das Indústrias e Comércio de Bordados de Ibitinga, em parceria com o SENAI de Araraquara, com 25 alunos na primeira turma e 30 alunos na segunda, doravante denominadas respectivamente turma A e turma B, sendo que a terceira turma objeto da pesquisa era composta de 7 alunos que participavam do curso de assistente administrativo ministrado pela Associação da Mulher Unimed de Ibitinga, denominada turma C. Por tratar-se da totalidade de alunos (somente ficaram excluídos os alunos que eventualmente faltaram no dia da

aplicação do questionário) acredita-se que foi possível colher subsídios imprescindíveis para a consecução dos objetivos propostos neste estudo. O que se procurou conhecer, de fato, foram as evoluções, entraves, frustrações, sentimentos, atitudes e crenças dos adolescentes, ou seja, as significações e expectativas que eles possuíam em relação ao fato de estarem participando do programa jovem aprendiz.

Para a coleta destes dados primários passou-se à elaboração do questionário a ser aplicado, segundo orientações contidas na bibliografia pertinente. Appolinário (2006), ensina que a elaboração de um bom questionário implica na execução de etapas que devem ser rigorosamente obedecidas e que, portanto, nortearam nossa atividade.

Nestes termos, o instrumento de pesquisa foi elaborado com perguntas que tentavam obter não somente informações descritivas, mas também comportamentais e preferenciais dos atores. Foram utilizadas 6 questões fechadas dicotômicas, sendo que 5 delas originavam uma possibilidade de explicação ou justificativa, 9 questões fechadas com múltiplas alternativas nominais, das quais 4 também possibilitaram explicações e justificativas, e, finalmente, 15 questões abertas.

Por fim, tais questionários foram aplicados aos principais atores do Programa jovem-aprendiz, ou seja, os adolescentes participantes do programa.

A princípio, numa fase de pré-teste, o questionário foi aplicado a 3 alunos (aproximadamente 10% do total) de uma das turmas do curso de confecção industrial. Feita a análise das respostas obtidas, por terem sido consideradas insuficientes para a obtenção das respostas necessárias ao projeto, algumas questões foram acrescentadas e outras modificadas. O instrumento de pesquisa foi mais uma vez aplicado a 3 alunos (aproximadamente 10% do total) da segunda turma, também do curso de confecção industrial e, novamente, foram feitas alterações. Ressalte-se que tais alterações foram feitas sob encaminhamento da orientadora da pesquisa e, ainda, pela discussão realizada com pessoas que estão ligadas à coordenação e implementação do curso.

Assevere-se, também, que todas as perguntas elaboradas estavam relacionadas às hipóteses estabelecidas neste trabalho tendo sido consideradas relevantes e aptas a atingir seus objetivos e metas.

Os questionários foram aplicados pessoalmente pela pesquisadora aos adolescentes, momento em que salientou-se os seguintes pontos: importância da participação dos mesmos na pesquisa, o fato de que não existiam respostas certas ou erradas, os objetivos da pesquisa e eventuais dúvidas sobre as perguntas.

As perguntas foram respondidas num período de 2 horas, tempo em que a pesquisadora esteve presente na sala para esclarecimentos de eventuais dúvidas.

Quanto à Turma C, cumpre esclarecer que a pesquisadora é participante do programa como coordenadora, assim, para não haver interferências no desenrolar da pesquisa a mesma treinou uma pessoa alheia ao universo empírico e solicitou que o instrumento de pesquisa fosse aplicado nos moldes das demais classes. Tal precaução foi tomada para que os adolescentes não se sentissem intimidados ou sugestionados e, portanto, não houvesse fatores capazes de ensejar limitações no estudo.

Destarte, reconhecendo-se que, os dados obtidos com os questionários não foram suficientes para o afastamento ou comprovação das hipóteses de pesquisa, passamos a abordar, por meio de entrevistas, outras pessoas envolvidas na execução e condução dos programas.

Numa segunda fase foram investigados através de entrevistas semi-estruturadas, os seguintes atores que fazem parte deste campo social:

- 28 jovens que já fizeram parte do programa jovem aprendiz, mas que já terminaram o curso há algum tempo para saber sobre a trajetória de suas vidas, suas representações e realidades manifestadas através de sua possível inserção no mercado de trabalho, no universo cultural e na sociedade, em cujas falas e modo de vida, está presente o coração da pesquisa.

- 24 responsáveis pelos adolescentes (o total de 28 não foi completado pois, 2 pais tinham 2 filhos participantes no programa e os outros 2 faltantes recusaram-se a ser entrevistados).

- o Presidente do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibitinga que também é instrutor no curso de assistente administrativo;

- 2 instrutores que dão aulas no curso de assistente administrativo;

- a secretária da Associação da mulher Unimed de Ibitinga- AMUI, que ajuda na orientação do curso de assistente administrativo

- o presidente da entidade gestora do curso de costureiro industrial, o SINDICOBÍ - Sindicato das Indústrias e Comércio de Bordados de Ibitinga, que além de ocupar aludido cargo é empresário que também emprega jovens participantes dos programas em sua indústria;

- 2 empresários que fazem parte de um total de 22 empresas que participam dos programas;

- o instrutor do SENAI responsável pelas aulas teóricas do curso de costureiro industrial;

- o auditor fiscal do trabalho e subdelegado regional do trabalho de Araraquara, competente pela fiscalização dos cursos de aprendizagem e dos contratos especiais de trabalho derivados dessa relação na região;

Optou-se por abordar os jovens egressos por meio de entrevistas, pois o fato deles já terem terminado o curso há algum tempo poderia sugerir, segundo a essência da lei, que todos deveriam estar devidamente inseridos no mercado de trabalho, bem como ter demonstrado uma certa melhora na sua condição social.

Quanto aos jovens referidos e suas famílias, a coleta de dados foi feita por amostragem. Desde o período de implantação, os 2 cursos tiveram 9 turmas concluídas, que atenderam o total de 220 alunos. O critério para a escolha dos jovens foi minuciosamente analisado, tendo sido selecionados de acordo com o ano e a turma de participação no curso. A respeito, Trivinõs (1987 apud SILVA, 2006) “recomenda que, quando o universo é numeroso, seja selecionada uma amostra, cujo tamanho deve ser determinado pelo pesquisador, a partir de certas características de natureza qualitativa, tida como relevantes”(p.71).

No curso de costureiro industrial foi considerado o período compreendido entre o ano de 2005 (ano de início do curso) até 2008, ano em que os alunos já estavam desligados do curso e, em tese, deveriam estar inseridos no mercado de trabalho, o que corresponde a um total de 7 turmas. Considerando que cada turma tinha em média 28,7 alunos ficou estipulado que seriam ouvidos 3 jovens de cada turma.

Quanto ao curso de assistente administrativo, como existem apenas duas turmas de egressos, uma compreendendo o período de 2006/2007 e 2007/2008 com um total de 7 e 11 jovens, respectivamente, da mesma forma, ficou estabelecido que seriam ouvidos 3 jovens de cada turma, para que pudéssemos ter uma maior possibilidade de conseguir impressões mais significativas do grupo.

A princípio, pensou-se em selecionar os alunos por bairros, que seriam divididos entre centrais e periféricos, entretanto, tal estratégia não foi utilizada pois a grande concentração dos jovens residia em bairros periféricos. Tal fato pode constituir indícios da condição financeira dos jovens participantes. O mapa abaixo mostra esta disposição.

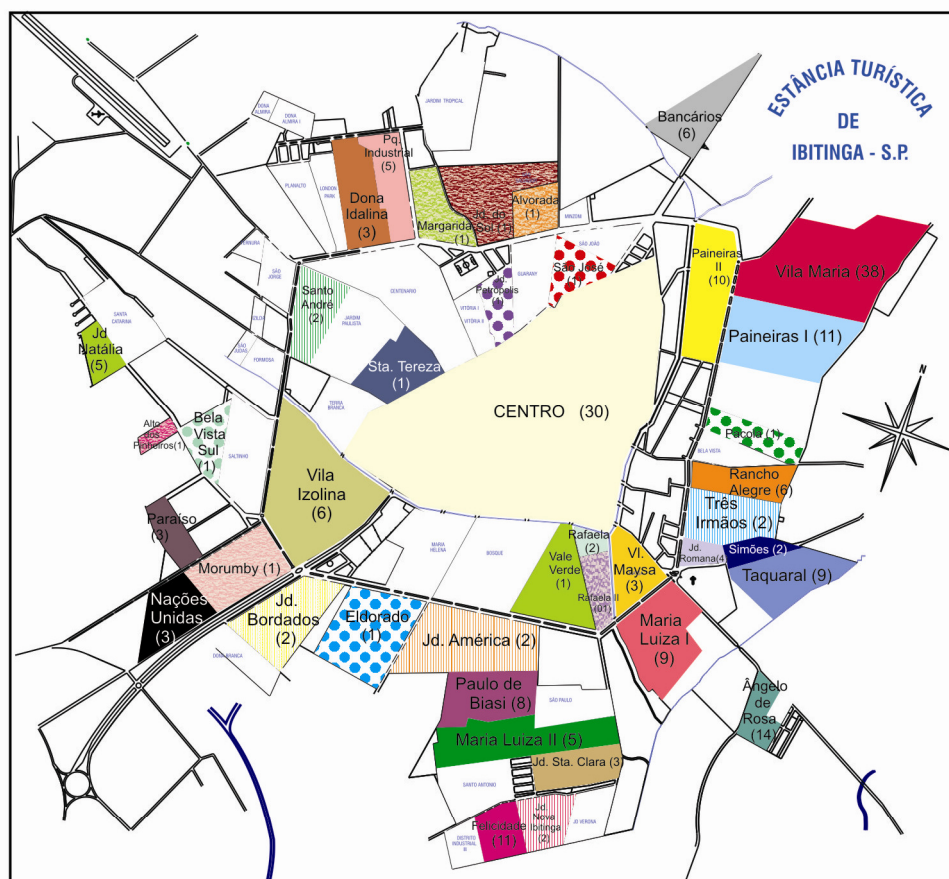


Figura 1 – Mapa da Estância Turística de Ibitinga com delimitação dos bairros
Fonte: Prefeitura Municipal de Ibitinga

| Bairros | Nº de Aprendizês Residentes | Bairros | Nº de Aprendizês Residentes | Bairros | Nº de Aprendizês Residentes |
|---------------------|-----------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|-------------------------|-----------------------------|
| Vila Maria | 38 | Jd. Romana | 4 | Pacola | 1 |
| Centro | 30 | Vila Maysa | 3 | Res. Pq. Morumby | 1 |
| Res. Ângelo de Rosa | 14 | Jd. D. Idalina | 3 | Rafaela II | 1 |
| Jd. Paineiras I | 11 | Jd. Nações Unidas | 3 | Jd. do Sol | 1 |
| Jd. Felicidade | 11 | Jd. Sta. Clara | 3 | Margarida | 1 |
| Jd. Paineiras II | 10 | Jd. Paraíso | 3 | São José | 1 |
| Taquaral | 9 | Vila Simões | 2 | Bela Vista Sul | 1 |
| Maria Luiza I | 9 | Jd. Rafaela | 2 | Jd. Alvorada | 1 |
| Paulo de Biasi | 8 | Jd. dos Bordados | 2 | Vale Verde | 1 |
| Vila Izolina | 6 | Jd. Nova Ibitinga | 2 | Sta. Tereza | 1 |
| Vila dos Bancários | 6 | Sto. André | 2 | Res. Alto dos Pinheiros | 1 |
| Pq. Rancho Alegre | 6 | Jd. 3 Irmãos | 2 | Jd. Petrópolis | 1 |
| Pq. Industrial | 5 | Jd. América | 2 | | |
| Jd. Natália | 5 | Outros (fora do perímetro urbano) | 1 | | |
| Maria Luiza II | 5 | Eldorado | 1 | | |

O mapa demonstra que dos 220 jovens que participaram do programa apenas 45 residem nos bairros centrais sendo que 175 são oriundos dos bairros periféricos da cidade cujos moradores pertencem a classes sociais de um nível socioeconômico mais baixo.

Assim, decidiu-se que, dentro da turma e do ano considerado, os jovens seriam indicados de forma aleatória. A partir disso, entramos em contato com os primeiros jovens participantes do curso de assistente administrativo, já que havia um contato anterior da pesquisadora com estes alunos.

Iniciadas as entrevistas, pudemos perceber que muitos haviam procurado o curso porque conhecidos ou parentes faziam ou haviam feito anteriormente. Assim, a cada entrevistado era disponibilizada uma lista de nomes de alunos das diversas turmas e eles iam indicando e apresentando outros jovens que poderiam colaborar com a pesquisa. Ressalta-se que, em algumas casas, foram entrevistados irmãos que fizeram o curso, outros indicavam seus namorados, primos, amigos, vizinhos, assim, através da rede de relações formada entre eles, um jovem foi indicando o outro, até que se completasse o total.

As entrevistas foram elaboradas de maneira parcialmente estruturada e, não obstante conterem questões preparadas antecipadamente, no momento da entrevista a pesquisadora teve plena liberdade quanto à retirada eventual de algumas perguntas, quanto à mudança da ordem das mesmas, acrescentando ou solicitando maiores explicações em relação a outras questões, tudo para conseguir as informações necessárias à pesquisa.

As questões que, no geral, nortearam a elaboração das perguntas feitas aos atores levaram em conta o princípio da proteção integral previsto na Constituição Federal que fundamenta a Lei 10.097/00 e toda a legislação pertinente à criança e ao adolescente, que considera que o jovem que participa do programa, além da capacitação profissional, deve obter um *desenvolvimento cultural e humanístico*, cujo caráter educativo tem que preponderar em relação ao produtivo.

O quadro a seguir foi elaborado a fim de que se possa ter uma visualização mais clara das etapas da pesquisa:

| Quadro 1 - ETAPAS DA PESQUISA | | | |
|--|--|---|------------------------|
| 1ª ETAPA | CONSULTA A FONTES SECUNDÁRIAS | Análise de documentos, estatutos, planos de curso, normas legais e manuais | — |
| 2ª ETAPA | APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO PARA APRENDIZES EM FASE FINAL DOS CURSOS | Turma A (costureiro industrial) - 25 aprendizes Turma B (costureiro industrial) - 30 aprendizes Turma C (Assistente administrativo) - 7 aprendizes | Total 62 aprendizes |
| 3ª ETAPA | ENTREVISTAS | 28 aprendizes egressos 24 pais ou responsáveis dos aprendizes egressos Presidente do CMDCA* 2 professores do curso de Assistente administrativo Secretária da Associação da Mulher Unimed de Ibitinga que auxilia na orientação do curso de Assistente administrativo Presidente do SINDICOBII** 2 empresários participantes do programa 1 Instrutor do curso de costureiro industrial Subdelegado Regional do Trabalho | Total 61 entrevistados |
| * Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente | | | |
| ** Sindicato das Indústrias e Comércio de Bordados de Ibitinga | | | |

Estrutura do trabalho

O presente estudo está estruturado em quatro capítulos, a seguir referidos.

A introdução esboça os delineamentos gerais do trabalho, apresentando o tema da pesquisa, as razões de escolha do objeto, a definição do problema, os objetivos traçados, os caminhos da pesquisa, inclusive, os métodos utilizados na consecução das metas fixadas, o processo de coleta de dados e, finalmente, a estrutura do trabalho.

O primeiro capítulo segue abordando os referenciais históricos e jurídicos que embasam a pesquisa e fundamentam a análise dos dados coletados. Trata da significação da infância, da adolescência e do trabalho. A partir desta visão geral, a pesquisa restringe sua abordagem para a questão do trabalho infante-juvenil, trazendo uma análise histórica sobre a temática, bem como a questão da legitimação e legalização dessa prática.

No segundo capítulo, a pesquisa faz referência a outros trabalhos realizados sobre o tema, apresentando os contrapontos identificados e, para completar a abordagem teórica, expõe fragmentos da teoria de Pierre Bourdieu que norteiam as hipóteses de pesquisa, especialmente a relação entre reprodução e educação. Ainda

neste capítulo é realizada a caracterização do universo empírico, com a descrição dos cursos que foram objetos de estudo, seu plano pedagógico, bem como das instituições que os ministram.

Reservou-se para o capítulo terceiro a apresentação de dados capazes de traçar o perfil dos adolescentes e de seus familiares como forma de primeira aproximação com tais atores. Estes indivíduos foram separados em dois grupos que se distinguem, tanto pela relação temporal que mantêm com o programa no momento da coleta dos dados, quanto pelo instrumento de pesquisa através dos quais foram abordados: o primeiro grupo é composto por adolescentes que estavam na fase final dos cursos e, portanto, ainda faziam parte dos programas, cujos dados próprios e de seus familiares foram obtidos através dos questionários aplicados em sala de aula; o segundo grupo compõe-se dos adolescentes egressos e de seus responsáveis que foram abordados por meio de entrevistas pessoais que também apresentaram dados objetivos de uma situação pós-curso mais consolidada.

Por derradeiro, no quarto capítulo serão desvendadas as representações e mensagens contidas nas falas de todos os atores (devidamente enumerados no item anterior que descreve a coleta de dados) que foram abordados por meio das entrevistas, consubstanciando-se nos dados subjetivos da pesquisa e que possibilitarão o estabelecimento de um diálogo com o referencial teórico adotado.

As considerações finais retomarão as hipóteses de trabalho procurando reafirmar as relações entre a teoria e a pesquisa, bem como a importância de se investigar um tema que faz parte da agenda social de problemas que estão a exigir melhores soluções das políticas públicas.

Nos anexos são apresentados o modelo do instrumento de pesquisa utilizado na coleta preliminar de dados, os roteiros das entrevistas realizadas e uma entrevista de cada grupo de indivíduos abordados como amostra.

I. A CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA: CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E JURÍDICA

1.1 – Significação da infância, da adolescência e do trabalho

Como já delineado acima, a Lei da Aprendizagem foi editada como um lenitivo ao problema do abandono social, moral e material em que se encontram nossas crianças e adolescentes oriundos das camadas sociais mais pobres.

O desprezo à infância e à adolescência não se constitui num problema contemporâneo, nem tampouco, exclusivo do nosso país, assim, antes de adentrarmos especificamente no tema do trabalho infanto-juvenil cabe tratar dos conceitos da infância, da adolescência e do trabalho.

Todos sabemos que a divisão da vida do indivíduo em fases é uma construção sócio-cultural e até o final da Idade Média o que se verificava era uma total ausência de significação de infância. Nesta época, a criança era tratada como um adulto mirim. É certo que sempre existiu a diferença de tratamento e educação segundo as divisões de classes, entretanto, de uma forma geral, o que se percebia era uma total ausência da concepção moderna da infância. Os filhos oriundos da nobreza eram destinados ao ensino das coisas sagradas e direcionados para a administração, enquanto que os filhos de classes inferiores eram “adestrados” para o exercício de diversificados ofícios manuais. Desta forma, durante séculos, a criança foi tirada desde cedo do seio familiar para ser ‘treinada’ e na medida que adquiria uma mínima compleição física, já era inserida nos afazeres dos adultos, “...aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las” (ARIÈS, 1981, prefácio, p. ix-x). Ainda segundo Áries, a partir, do século XVII é que começou a ser construído um novo conceito que distinguia a fase da infância do período de vida adulta reconhecendo-se a fragilidade e a ingenuidade da criança, características que lhe outorgaram tratamento diferenciado e que levaram as famílias a se organizarem em função dos filhos.

No que diz respeito à adolescência, esse reconhecimento tardou ainda mais, somente no século XX é que foram definidas as características desse período de transição entre a infância e a idade adulta, fase que também, necessita de atenção e tratamento especial (LEPRE, 2003).

Ferreira (1988) define adolescência como um período dentro do ciclo vital posterior à infância que começa com a puberdade, trata-se de um tempo marcado por uma série de mudanças físicas e psicológicas cujo período vai aproximadamente dos 12 aos 20 anos. Assim, adolescente é aquele que “ainda não atingiu todo o vigor” (p. 17).

Para a OMS – Organização Mundial de Saúde, esse período gira em torno dos 10 aos 19 anos, sendo que tais alterações afetam indiretamente as características pessoais e as relações familiares e sociais do indivíduo. Segundo Fernandes (2008) a Psicologia considera a adolescência uma fase de transição em que a pessoa deixa para trás tudo o que está relacionado com sua infância e, a partir daí constrói a sua identidade. Sob o aspecto sociológico, a autora refere-se a um período marcado pela passagem do estado de dependência para o de emancipação, fato que marca a definição de vários aspectos, dentre eles, o da vida profissional. As dificuldades acarretadas por tal inconstância colocam o adolescente numa situação de vulnerabilidade não sendo a emancipação legal garantia de superação das indefinições.

Da mesma forma que os conceitos tratados acima, a concepção de trabalho também sofreu alterações no decorrer da história. A palavra trabalho tem origem no latim “*tripalium*”, instrumento de tortura. (DUROZOI; ROUSSEL, 1993). Seu significado mais comum é o de ser uma atividade física ou intelectual, própria do homem, dirigida a uma finalidade, entretanto, esses autores (op. cit.), afirmam que “a dupla tradição grega e cristã torna-o aliás um sofrimento e uma punição e até uma maldição (Bíblia).”

O trabalho já foi conceituado das mais diversas maneiras e visto sob os mais diversos ângulos, um instrumento modificador da natureza, edificador de valores morais e práticos, fator disciplinador, a referência na vida do indivíduo, dentre outros.

Para a filosofia “o trabalho **define o homem**” (DUROZOI; ROUSSEL, 1993, p. 472).

Quando se tenta buscar o verdadeiro significado do trabalho, o que nos vem à mente é a clássica comparação entre o homem e a abelha feita por Marx em O Capital:

“Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um

arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sinte o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece por isso menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais.” (MARX, 1985, p. 149-150)

Marx considera o trabalho uma forma que o homem tem de mostrar ao outro sua subjetividade, a natureza que lhe é própria e exclusiva, entretanto, a partir do momento em que o trabalhador se submete à égide do sistema capitalista, surge a questão do “estranhamento”, da alienação pelo trabalho. Assim, o trabalho segundo o filósofo deve ser considerado sob duas dimensões: a concreta e a abstrata, de acordo com a natureza da coisa produzida. Se, através do trabalho, o homem objetivar um determinado fim útil à sociedade, estaremos diante de um trabalho concreto, aquele em que se conserva o seu verdadeiro sentido, ao contrário, o trabalho torna-se abstrato quando a força humana é utilizada para produzir uma mercadoria despida de qualquer subjetividade, ficando limitada à criação de valores de troca, que perderam seu caráter qualitativo, reduzindo-se, portanto, ao aspecto quantitativo (ANTUNES, 2005).

A respeito, Ricardo Antunes faz referência à lição de A. Heller (1977) que elucida com precisão esta diferenciação marxiana, utilizando dois termos distintos para assinalar melhor esta duplicidade: *work* e *labour*

“O trabalho entendido como *work* expressa então uma atividade genérico-social que transcende a vida cotidiana. É a dimensão votada para a produção de valores de uso. É o momento da prevalência do trabalho concreto. Em contrapartida, o *labour* exprime a realização da atividade cotidiana, que sob o capitalismo assume a forma de atividade *estranhada, fetichizada*. A desconsideração desta dupla dimensão presente no trabalho possibilita que a crise da sociedade do trabalho *abstrato* seja entendida equivocadamente como a crise da sociedade do trabalho concreto.” (ANTUNES, 2005, p. 87-88)

Sem abandonarmos esta concepção, posto que, feitas as devidas adequações, ainda, se mostra atual, no mundo contemporâneo, podemos dizer que o trabalho tomou a feição que lhe impõe a ordem econômica e que o transformou em fonte de produção de riqueza, a partir disso, todo o trabalho, ou ofício, que gera baixa remuneração fica completamente despedido de qualquer valoração social.

Por conta de todas essas roupagens e significações dadas ao trabalho, quando relacionamos trabalho à infância e à adolescência, a questão torna-se mais complexa. Pergunta-se, qual o real significado que ele assume quando é exercido precocemente pela criança e pelo adolescente em nossa sociedade?

1.2 Trabalho infanto-juvenil: uma marca histórica

Não há maneira melhor de introduzir o assunto contido no problema de pesquisa do que começar pelo seu resgate histórico. Mais do que isso, a natureza do tema requer que sobre ele seja lançado um olhar sociológico, no sentido de se tentar compreender quais são os processos de estruturação e relacionamento que sustentam a prática do trabalho infanto-juvenil em nossa sociedade.

Ao longo da história, a criança sempre esteve indefesa, a socialização das crianças sempre foi um conflito, um desafio e, no que diz respeito ao aspecto laboral, segundo Moraes (2007), o trabalho infantil precede o conceito de infância.

Na antiguidade, mais especificamente na Roma antiga, os filhos de escravos, eram vendidos e destinados ao trabalho em minas de cobre e prata. (NOGUEIRA, 1990 apud SAMPAIO et al, 2007, p. 315) Em outras épocas, as crianças eram afastadas dos pais e, desde muito cedo, trabalhavam fora de casa sendo que o sustento e o aprendizado constituíam as formas de seu pagamento.

Segundo Singer (1977, p. 20 apud MORAES, 2007, p.20), na Europa, no séc. XVI, os capitalistas já exploravam a mão de obra infantil, no seio da família camponesa, prática que foi intensificada com a industrialização.

Whitaker (2005) também faz alusão a este fato:

Tudo começou com a indústria têxtil, cujas máquinas iniciais, tocadas primeiramente a rodas d'água (e depois a vapor) tornaram descartável a força muscular. Neste momento, os primeiros industriais perceberam que era possível arregimentar mulheres e principalmente crianças para tarefas que exigiam velocidade e destreza – qualidades mais facilmente encontráveis na infância.” (WHITAKER, 2005. p.62)

A indústria têxtil foi aquela que mais favoreceu esse tipo de trabalho e é citada por todos os autores que abordam o tema como a grande vilã em todo o mundo, pois tratava-se de um ramo que reunia todas as condições propícias à precarização do trabalho do menor.

Era um trabalho que não exigia qualificação, nem força física e, por isso, constituía-se num serviço barato uma vez que as crianças sempre ganhavam menos que os adultos do sexo masculino (MORAES, 2007).

Ainda segundo o autor (op. cit.), no Brasil colonial, as crianças, fossem elas livres ou escravas, exerciam as mais diversas funções; as meninas atuavam como rendeiras, costureiras, fiandeiras ou, ainda, no trabalho doméstico e os meninos como lavradores, sapateiros, cozinheiros, mineiros e carvoeiros, entretanto, seguindo uma tendência mundial, essas funções mudaram quando a indústria têxtil chegou ao país. Nesta época, 60% da mão de obra empregada era trabalho infantil (VIANNA, 1976, p.82 apud MORAES, 2007). Embora houvesse um entendimento uniforme de que o trabalho era o antídoto para a ociosidade, a marginalidade e, principalmente, para a criminalidade, o que a realidade mostrava é que ao ingressarem precocemente no trabalho, os menores ficavam expostos a todo o tipo de violência moral e até mesmo física, decorrente da falta de higiene, falta de alimentos, promiscuidade, maus-tratos, vícios, etc. (SILVA, 1996, p. 63 apud MORAES, p. 20-21). Tais problemas eram perceptíveis, entretanto, não se cogitava acabar com essa força de trabalho, pois, como aponta Ostetto (1990, p.99 apud Moraes p. 66), a situação favorecia tanto o empresário que em razão da mão de obra barata aumentava seus lucros reduzindo os custos das mercadorias, quanto o Estado que tinha seus encargos sociais com a população carente diminuídos por conta do aumento da renda familiar.

Ressalte-se, neste ponto, que a concepção de trabalho como formador da moral do indivíduo ou como vocação foi forjada pelo próprio capitalismo, sendo esta ideia, conforme nos ensina Whitaker (2005), corroborada pela “Reforma Protestante e pelas forças inglesas que executaram milhares de vadios e ociosos nos primórdios da industrialização”(p.62).

Não se pode olvidar, entretanto, que a par dessa realidade apresentada no meio urbano, sempre existiu o trabalho infantil no meio rural, seja ligado à unidade familiar, seja numa versão mais recente, como trabalhador mirim assalariado.

Até a década de 60, o trabalho infantil no meio rural era abordado nos estudos realizados, somente como uma questão secundária, pois, por estar ligado à agricultura

familiar não chamava a atenção dos pesquisadores. Conforme nos relata Antuniassi (1983), os filhos, desde muito cedo começavam a ajudar os pais. A princípio, por volta dos 4 anos, as crianças faziam tarefas mais leves como levar água aos que estavam na roça e cuidar dos bebês, mas assim que apresentavam vigor físico entre 13 e 15 anos, passavam a todo tipo de serviço, trabalhando no mesmo ritmo que seus pais.

Fato interessante que a autora nos coloca (op. cit.) é que as transformações históricas e econômicas mundiais irradiaram seus efeitos também sob a forma pela qual o trabalho infantil é exercido no meio rural. Se antes as crianças trabalhavam para a garantia de sustento e da produção agrícola familiar, mais recentemente, a partir da década de 70, elas se tornaram vítimas do processo de proletarização do trabalhador rural. A sua força de trabalho foi transformada em mercadoria porque a produção familiar começou a vincular-se ao cultivo de matérias-primas para a indústria, fato que, além de aumentar o número de crianças na roça, acarretava a sua inserção mais precoce neste trabalho, por volta de 7 anos.

De outro lado, aborda que as culturas como a cana de açúcar e o carvão vegetal têm como características comuns o fato de que a mão de obra infantil é utilizada para ajudar a atingir a cota produtiva do adulto e isso constitui-se numa agravante, pois geralmente o pagamento pelo trabalho executado pela criança é anexado ao produto do trabalho de seu responsável e, portanto, feito aos pais ou irmãos mais velhos.

Antuniassi (1983), cita, ainda, o estudo de Ribeiro (1983) que teve como recorte geográfico a Zona da Mata Pernambucana e mostrou que é predominante a forma assalariada da organização do trabalho na cultura da cana-de-açúcar e que tal fato mostra “um processo de expropriação e submissão ao capital”. Esse quadro foi reforçado na agricultura paulista que assistiu a um aumento da participação do trabalho infantil volante, ou seja, os bóias-frias mirins, fruto da implantação do processo do capitalismo na zona rural. Outros estudos, em Antuniassi (op. cit.), demonstraram que tal atividade começava a ser exercida a partir dos 8 anos de idade quando era destinado a amarrar os feixes e, a partir de 10 anos, as crianças trabalhavam como volantes individuais.

Do exposto, pode-se aferir que o drama desses trabalhadores mirins não encontra limites nem no tempo, nem no espaço, uma vez que o trabalho infantil sempre existiu em todas as épocas e em todos os lugares e a perspectiva de sua erradicação, ainda que difícil, constitui-se numa situação controversa.

1.3 Trabalho Infanto-Juvenil: um mal necessário?

Conforme já referido, não obstante o trabalho assuma várias significações, em decorrência do modelo econômico capitalista, seu aspecto mais marcante tem sido o fato de ser gerador de condições materiais para a vida, adquirindo, por conseguinte, uma conotação de preparação profissional.

Nestes termos, no Brasil, o trabalho infanto-juvenil sempre está diretamente ligado à condição sócio-econômica da família, e, embora existam outras causas que o determinem, a pobreza é a mais significativa delas e os dados estatísticos demonstram, claramente, essa realidade.

No país, em 2006, segundo os dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 5,1 milhões de crianças e adolescentes na faixa de 5 a 17 anos de idade estavam trabalhando, sendo que, desse total de trabalhadores, aproximadamente 77,0% moravam em domicílios cujo rendimento médio mensal domiciliar *per capita* era menor que um salário mínimo (IBGE, 2006).

O que se tem observado, no entanto, é que o trabalho infanto-juvenil é aceito naturalmente pelas camadas mais pobres e essa prática faz parte da cultura do país (SANTOS, 2002 apud MORAES, 2007, p.74) e embora a autora faça referência a uma “construção cultural”, acreditamos que a expressão “ideologia vigente” estaria melhor adequada para designar este tipo de violência que encontra-se legitimada pela própria sociedade, fato que torna ainda mais difícil sua erradicação. Conforme colocação feita por Madeira (1993), sob esta justificativa, o trabalho infantil perde a sua conotação de tirania e passa a ser encarado como a opção mais digna e comum entre os ‘infortunados’, modo de prevenir-se a vadiagem e a criminalidade, esta é a ideologia que sustenta e mantém a exploração infantil do trabalho no Brasil (SAMPAIO et al, 2007). Naturaliza-se este trabalho como necessidade formativa e disciplinadora dissimulando-se a violência aí implícita.

A cultura do fumo no Sul do país, que já foi objeto de vários estudos científicos traduz essa realidade, uma vez que, na concepção cultural local, o trabalho tem valor educativo (CADONÁ, 2001 apud MORAES, 2007, p.52).

Essa dubiedade do termo trabalho que ora o apresenta como atividade libertadora, relacionada a planos e benefícios futuros, ora o associa ao desgaste físico e mental é responsável pela postura assumida pela sociedade que embora considere o trabalho infantil ilegítimo, é tolerante com essa prática.

Hoje, porém, sabemos que a inserção precoce do menor no mercado de trabalho acarreta efeitos nefastos, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, tendo como saldo a perpetuação da ignorância e da pobreza, isto, porque, a exploração da mão de obra infantil, vez por outra, muda sua legitimação e justificativa. Entretanto, seja qual for a época ou lugar em que é praticada, ela apresenta-se com as mesmas características, ou seja, é mal remunerada, desqualificada, tem jornada de trabalho indefinida, sempre está ligada ao baixo custo de produção e, o que é mais grave, à sobrevivência do indivíduo e da família (SAMPAIO et al data 2007).

De acordo com o autor (op. cit.), geralmente, a criança e o adolescente que são submetidos precocemente ao trabalho braçal, repetitivo e em condições penosas são prejudicados sob diferentes aspectos. Senão vejamos. Biologicamente, o trabalho precoce pode comprometer a saúde física, bem como deixá-los expostos a acidentes ocupacionais e deformações corporais. Sob o aspecto psicológico, o labor interfere diretamente na sua autoestima, dificultando a consolidação de conceitos ligados a sua dignidade. Quanto ao aspecto intelectual, torna o indivíduo incapaz de assimilar e dominar as novas tecnologias, em razão da baixa escolaridade e, por fim, sob o ponto de vista sociológico, gera uma dificuldade de sua inserção na coletividade.

Assumir tal postura, não significa adotar uma visão maniqueísta sobre o trabalho infanto-juvenil. O trabalho, sem dúvida, contribui para um avanço, para edificação do indivíduo e, como salienta Moraes (2007) “tem uma relação direta com o entendimento do sujeito no mundo em que vive”, mas para que surta efeitos positivos, é condição “sine qua non” que tal atividade não interfira na saúde, na escola, no repouso e no lazer da criança e do adolescente, pois não há como garantir um desenvolvimento adequado se tais pressupostos não estiverem satisfeitos.

1.4. A evolução legislativa em relação à proteção dos direitos da criança e do adolescente

Embora a proteção específica que se pretende dar à criança e ao adolescente, seja relativamente recente, sua origem pode ser buscada nas Cartas e Declarações dos direitos fundamentais do homem que apareceram entre os séculos XVIII e XIX. Dentre elas, podemos citar a Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, resultado da Revolução Soviética e que tinha como um de seus objetivos a supressão de qualquer tipo de exploração do homem pelo homem (SILVA, 2000).

No Brasil, o primeiro diploma legal que tratou do trabalho do menor foi editado no ano de 1891 e destinava-se a regular o trabalho infanto-juvenil nas fábricas do Rio de Janeiro (MORAES, 2007).

Posteriormente, mais exatamente no ano de 1927, foi aprovado o Código de Menores, que regulamentou o direito a ser aplicado aos menores de 18 anos que encontravam-se em ‘situação irregular’, denominação que abrangia, tanto os menores infratores, quanto os abandonados, ou seja, todos os “infortunados”. Por dispensar tratamento diferente aos menores “infortunados” a lei criou um estigma em relação ao menor que estivesse em qualquer das situações previstas naquele diploma legal, uma vez que criou dois tipos de infância (COELHO, 2005), hierarquizados pelo marco da regularidade e do acesso a direitos.

No ano de 1959, onze anos após a proclamação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, cujos princípios tentavam assegurar, não apenas o direito à vida, mas o direito a uma vida digna, ou seja, “com acesso aos bens da vida que lhe assegurem saúde, bem estar e o pleno desenvolvimento de suas potencialidades”, surge a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que reconhece a criança como um indivíduo que tem direitos próprios, ou seja, “a criança deixou de ser considerada extensão de sua família, passando a ter direitos próprios, oponíveis, inclusive, aos de seus pais ou aos de qualquer outra pessoa” (RANGEL, 2004).

Apesar desta tendência humanista mundial, o Código de Menores de 1979 manteve a concepção do diploma anterior baseada na ‘situação irregular’ do menor, mesclando aos seus preceitos à rigidez decorrente do regime militar que vigia na época. Dentro deste contexto, “à criança pobre se apresentavam duas alternativas: o trabalho precoce, como fator de prevenção de uma espécie de delinquência latente e a institucionalização, como fator regenerador de sua fatal perdição” (op.cit.).

Fica claro que, até então, a legislação, seguindo o modo de funcionamento da sociedade, também havia erigido o trabalho à condição de mecanismo disciplinador da criança de classe menos favorecida.

O certo é que os novos paradigmas que reconhecem a criança como sujeito de direitos e admitem a necessidade de proteção especial e integral decorrente da sua condição de hipossuficiência e vulnerabilidade, somente foram incorporadas “in totum” pelo Direito Positivo Brasileiro, após a Constituição Federal de 1988. Acontece que este ‘status’ de norma constitucional não tem garantido seu efetivo cumprimento, ao contrário, formas diferenciadas de violência continuam a se impor aos menores,

dissimuladas, muitas vezes, pelo pseudo argumento de ser o trabalho fator de consolidação de personalidades bem formadas.

A nova ordem constitucional brasileira e o ECA

A nova CF - Constituição Federal, elaborada após um período de duras restrições, é considerada especial em razão dos avanços que trouxe ao nosso ordenamento jurídico, em relação à proclamação de direitos e garantias fundamentais.

No seu artigo 1º, dentre os fundamentos do Estado Democrático de Direito vigente estabeleceu, respectivamente nos incisos II, III e IV, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, isso quer dizer que estes são os pilares nos quais o Estado brasileiro se encontra apoiado, o que não garante, reiteramos, sua efetiva execução.

Mais abaixo no artigo 3º a Lei Maior definiu que:

“ Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – (...)

III – Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;”

Estabeleceu, ainda, no artigo 5º, os direitos e garantias fundamentais assegurando-os a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país.

Em razão da abrangência, as normas referidas acima, por si só, seriam garantidoras dos direitos da criança e do adolescente, entretanto, o poder constituinte não se contentou com isso. Para que não houvessem dúvidas, proclamou de forma minuciosa e específica os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes arrolando-os no seu artigo 227, que dispõe o seguinte:

“ É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”

Neste artigo específico, além de proclamar direitos, atribuiu deveres à família e ao Estado no sentido de promover a proteção integral da criança e do adolescente,

reconhecendo, portanto, sua absoluta prioridade (SILVA, 2000). Mais ainda, numa linguagem leiga, poderíamos dizer que a Constituição Federal por um lado, consagrou a inviolabilidade dos direitos mencionados e, por outro, declarou inadmissível e inaceitável qualquer tipo de violência, seja ela física, moral ou espiritual em relação aos sujeitos destinatários da norma, garantindo-lhes não apenas o direito à vida, simplesmente, mas o direito a uma vida digna.

Seguindo as diretrizes da Carta Magna, no ano de 1989, entrou em vigor o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente que veio substituir o antigo Código de Menores e, em obediência à Constituição Federal, adotou os princípios da prevenção geral, da garantia prioritária e do atendimento integral da criança e do adolescente.

Embora os direitos à educação e à profissionalização tenham sido explicitamente citados pelo texto constitucional, estando, desta forma, reconhecida a sua essencialidade, a CF de 1988 não parou por aí, pois, ao tratar dos direitos sociais e mais especificamente dos direitos dos trabalhadores, no seu inciso XXXIII estabeleceu:

“a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;”

A Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que foi ratificada pelo Congresso Nacional é norteadora de aludida disposição. Observa-se, que a postura adotada tanto por parte do constituinte, quanto do legislador ordinário, mostrou-se coerente com os princípios estabelecidos em documentos, convenções e tratados internacionais.

Conforme salutar lição de Rangel (2004)

...o acesso universal à educação e à profissionalização se tornaram não só direitos fundamentais e indisponíveis, mas verdadeira condição para o exercício pleno da cidadania, por toda a população infanto-juvenil brasileira, pois que importante fator de mobilidade social. (p. 180)

O fato é que a fragilidade das relações de trabalho estabelecidas no capitalismo fundamentadas na exclusão social impedem que os direitos estabelecidos em lei sejam

praticados no dia-a-dia, uma vez que, a “melhor alternativa” dada pelo sistema é encaminhar as crianças e adolescentes pobres ao trabalho.

Marin (2005), ao citar Marx, trata o trabalho infantil como a situação máxima de exploração da dominação capitalista, sendo a desigualdade social um ônus muito grande imposto aos pequenos em razão da sua condição de submissão e vulnerabilidade: “Com a revolução industrial, as crianças pobres foram transformadas em operárias úteis e produtivas, submetidas às condições de extrema exploração” (p. 10).

Antes de adentrar especificamente no tema do aprendizagem é importante salientar o tratamento diferenciado que o Estatuto dá à criança e ao adolescente quando define em seu art. 2º que:

“Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade.”

Dentre as normas de proteção nele estabelecidas, também está aquela que proíbe qualquer tipo de trabalho aos menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Em seguida, ainda no Capítulo V, define que a aprendizagem obedecerá à legislação especial, observados os princípios e normas que o próprio estatuto estabelece.

Para entendermos o marco limítrofe entre o trabalho que explora e o trabalho que emancipa, trazemos à lume a lição de Risso et al. (2006):

Acreditamos que a exploração e perversidade do trabalho infantil está na (des)organização da sociedade, nas estruturas econômicas e sociais que obrigam as crianças a trabalhar para sustentar sua família e a si próprios, deixando de lado o estudo, o lazer, deixando de viver sua infância (p.128).

A ênfase na complementariedade de renda, no fato de que a dispensa de tempo com o estudo significa abrir mão do trabalho da criança no sustento da casa é que atribuem essa malignidade ao trabalho. Diante das necessidades em prover o sustento da família os pais esperam dos filhos alguma “retribuição” que geralmente se faz satisfatoriamente através do trabalho e da complementação dos recursos financeiros obtidos através dele (SARTI, 1996).

Em obediência aos comandos legais e constitucionais citados que visam erradicar o trabalho infantil, e, ao mesmo tempo, viabilizar a socialização do adolescente através da educação e da profissionalização estabelecidas como direitos

fundamentais do mesmo é que surgiu a Lei 10.097/00 para regulamentar o trabalho educativo, que pode ser compreendida como uma resposta a um campo de forças e pressões para se legalizar o trabalho.

O direito à profissionalização e a proteção ao trabalho no Estatuto da Criança e do Adolescente

O Capítulo V do ECA que dispõe sobre o direito à profissionalização e à proteção ao trabalho, regula o trabalho do adolescente em suas várias modalidades, o adolescente empregado - que pode ser o maior de 16 anos e menor de 18 anos não inscrito em programa de aprendizado; o aprendiz - aquele maior de 14 anos e menor de 24 (segundo alteração legal) regulamentado pela Lei da Aprendizagem, o adolescente em regime familiar de trabalho; o aluno de escola técnica; e o assistido em entidade governamental ou não-governamental.

Dentro de tais categorias, existem as modalidades que, embora possuam em comum o caráter educativo, não podem ser confundidas.

Assim, existem os programas sociais que têm por base o trabalho educativo, para os quais não há limite de idade, e que estão previstos no artigo 68 do mesmo diploma legal. Aludidos programas disponibilizados em entidades governamentais ou não governamentais sem fins lucrativos, comportam inúmeras atividades de fundo pedagógico, como o teatro, o artesanato, a dança, escolas esportivas, etc., não havendo impedimento legal que, por ocasião de apresentações ou venda dos produtos confeccionados, o valor recebido seja rateado entre os adolescentes.

“Justamente por não se constituir em trabalho, no sentido de relação de emprego contida nos moldes celetistas, não há limite de idade para adentrar a um programa de trabalho educativo, sendo permitido o ingresso de crianças menores de 16 anos como de pessoas com mais idade, sendo comum o desenvolvimento, sobretudo, de atividades lúdicas como teatro, artesanato, música e dança, com a prevalência do aspecto pedagógico. Não há limite de idade mínima para admissão ao trabalho educativo, justamente porque não se busca a profissionalização das pessoas envolvidas, tarefa precípua da aprendizagem e dos programas de qualificação e requalificação, mas apenas desenvolver nestas pessoas as habilidades que podem capacitá-las para a futura aquisição de conhecimentos profissionais, ou mesmo a troca de habilidades e experiências já vivenciadas” (COELHO, 2005, p. 46-47)

Não obstante seu caráter educativo, esta modalidade não se confunde com o contrato de aprendizagem, também previsto no ECA e regulamentado pela Lei

10.097/00, que diferencia-se da anterior por visar a efetiva profissionalização e, ainda, por contemplar direitos trabalhistas e previdenciários e cuja aplicação prática é objeto desta pesquisa (COELHO, 2005).

O certo é que trabalho educativo, em qualquer de suas modalidades, pela sua própria natureza formativa é incompatível com a exigência de produção e da jornada horária trabalhista existentes dentro de uma empresa, restando inaceitável a vinculação de um adolescente a estes propósitos. Entretanto, o que se vê na prática é que, numa tentativa de resolver o problema socioeconômico do adolescente e de sua família, a maioria das entidades, adotando a concepção histórica e enraizada do assistencialismo, agem como intermediadoras do trabalho do menor, inserido-os para trabalhar em empresas, sob o rótulo do trabalho educativo, mas que, no fundo não possuem qualquer embasamento educacional, violando, dessa forma, o princípio da proteção integral da criança e do adolescente. Nestes casos, as burlas às leis trabalhistas em vigor são evidentes e incontornáveis (COELHO, 2005).

É imperioso, neste ponto, esclarecer, com determinado rigor técnico, o que seria a formação técnico-profissional, segundo expressão legal contida no art. 62 do ECA e que se constitui no foco da Lei de 10.097/00.

Da mesma forma como aconteceu com outros princípios, o conceito adotado pela legislação pátria, também tem sua origem em diplomas internacionais. Segundo podemos extrair da essência do disposto no Glossário da UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - essa formação não visa apenas o aprendizado para a prática de uma profissão ou ofício específico, mas tem como principal finalidade o desenvolvimento de aptidões e habilidades gerais mais amplos, proporcionando ao indivíduo a capacidade de compreender, raciocinar e agir segundo as exigências atuais do mundo do trabalho, sendo que, para que tal objetivo seja alcançado recomenda-se que o conteúdo cultural de tais cursos seja ampliado (OLIVEIRA,1994 apud RANGEL, et al.). Isto posto, percebe-se que aquela antiga concepção de aprendizagem de um trabalho mecânico e limitado é inadmissível e, sob pena de desvirtuar aludido entendimento, tanto a Lei de Diretrizes Básicas (LDB), quanto como seus decretos regulamentadores, ao tratarem da educação profissional, estabeleceram que a aprendizagem deverá proporcionar ao adolescente a capacidade de reprofissionalizar-se, ou seja, habilitá-lo para o exercício do trabalho conforme as exigências da tecnologia, da ciência e do progresso durante toda a sua vida produtiva.

Nestes termos, tendo sido trazidos a lume os pilares sobre os quais se assenta a Lei 10.097/00 – Lei da Aprendizagem - e esclarecidas as diferenças e conceitos legais relativos ao trabalho da criança e do adolescente, passemos a conhecê-la melhor para que possamos tentar entender como ocorre a sua efetiva aplicação dentro do contexto social, analisando se a mesma constitui-se, na prática, em uma forma de ascensão social (ou pelo num instrumento que viabilize alguma mobilidade social) para o adolescente ou é apenas um meio da reprodução da ordem estabelecida, conservadora dessa ordem social vigente.

1.5 - A Lei 10.097/00 – Lei da Aprendizagem: a solução programada?

O escopo da lei é garantir ao adolescente o exercício da cidadania plena, abrindo a possibilidade de materialização do direito à profissionalização desta classe.

Este diploma legal fez alterações significativas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, como já foi dito, considerando que há duas modalidades de aprendizagem, uma escolar e uma empresarial, temos que ressaltar que o objeto da lei em questão é a aprendizagem na sua segunda espécie. Num primeiro momento, abordaremos apenas sua definição legal e os entraves na sua aplicação evidenciados pelo conhecimento imediato da questão, sendo que ao longo da pesquisa pretende-se apresentar um panorama mais profundo sobre a mesma, baseado em suas características fundamentais.

O artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho, com redação dada pela Lei 10.097/2000 definiu claramente a aprendizagem:

“Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 18 (dezoito) anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação”.

Acontece que, mais recentemente, este artigo foi alterado novamente pela Lei nº 11.180 de 23 de setembro de 2005, no que diz respeito à idade máxima permitida para a participação no programa de aprendizagem. Com a mudança, o limite de idade passou de 18 para 24 anos, entretanto, não obstante a legislação ter aumentado a faixa etária, as instituições formadoras são livres para estabelecer a idade do participante desde que obedeçam os limites legais. Contudo, na prática há um entendimento

predominante de que a prioridade deve ser dada aos indivíduos de até 18 anos. Assim, a nova redação passou a estabelecer o seguinte:

“Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos...”

Na verdade, o contrato de aprendizagem, conforme define o artigo supracitado, é um contrato especial de trabalho que, para ter validade, deve obedecer algumas condições determinadas na lei, ou seja, anotação em Carteira de Trabalho de Previdência Social, inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica e, ainda, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino regular.

A Lei 10.097/00 que alterou mais profundamente a CLT e depois a Lei 11.180/05 e o Decreto nº 5.598 de 1º de dezembro de 2005, que regulamentam a contratação de aprendizes, o fazem em consonância com o princípio da proteção integral da criança e do adolescente, uma vez que estabelecem como traço específico, a preponderância da dimensão formativa em relação à produção, fator que diferencia o contrato de aprendizagem dos demais contratos de trabalho previstos em lei.

Justamente, neste ponto, surge o primeiro impasse da aplicação legal.

Os cursos de aprendizagem são ministrados em áreas técnico-profissionais diversas, sendo que a lei exige que haja uma conciliação entre a teoria aprendida nas entidades e a prática executada nas dependências da empresa, entretanto, o que se tem visto é que, geralmente, o menor é inserido em funções incompatíveis, ou pior ainda, é colocado na linha de produção de uma fábrica. Ora, não há que se falar em aprendizado e respeito a sua condição peculiar de desenvolvimento, quando o mesmo fica comprometido com a produção da empresa (COELHO, 2005).

Como já foi dito, apesar de as empresas (excluídas as microempresas e empresas de médio porte) serem obrigadas pela lei a empregar e matricular nos cursos de aprendizagem, no mínimo 5% dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, tendo o benefício de um recolhimento menor em relação ao FGTS (2% quando o normal é 8%) o empresário nega-se veementemente a fazê-lo, só cumprindo a determinação legal sob ameaça de imposição das penalidades previstas em lei.

Segundo a literatura existente, as violações legais mais referidas ocorrem em relação à remuneração paga ao jovem aprendiz. A lei exige que o horário destinado ao

aprendizado integre a base de cálculo para o salário, entretanto, geralmente, o pagamento se restringe ao tempo em que o aprendiz passa na empresa constituindo-se numa burla à legislação, porém, a inviabilização do cumprimento da lei não se deve apenas aos empresários. A falta de entidades qualificadas em formação técnico-profissional que não atendem à quantidade de menores necessários para o cumprimento da porcentagem mínima exigida por lei, também se constitui num obstáculo. Neste ponto, urge que seja estimulado o credenciamento de novas entidades diversas do sistema “S”, Serviços Nacionais de Aprendizagem¹, posto que este não é capaz de absorver a demanda.

Outra questão duvidosa acerca das entidades, diz respeito ao conteúdo programático das atividades teóricas, que nem sempre atende à exigência legal, uma vez que, na maioria das vezes não tem se constituído num enfrentamento às desigualdades sociais, cujo teor ajuda a manter a reprodução da dominação vigente. Oculta-se o essencial. Sendo que, neste contexto de interesses velados, percebe-se a existência de vínculos simbólicos e relacionais entre as classes envolvidas na aplicação da lei que possibilitam o acesso de alguns indivíduos a bens e recursos escassos, enquanto, que, por outro lado, impedem “legitimamente” o mesmo acesso a outros, segundo nos ensina Souza (2006) ao referir-se à concepção de Bourdieu. Em outras palavras, embora o curso seja encarado como estratégia destinada a promover socialmente o adolescente através da sua inclusão no mercado de trabalho, o programa pedagógico muitas vezes é carregado de elementos ideológicos que apenas treinam o aluno para o trabalho, adequando-o ao sistema e fazendo dele um mero reprodutor, acomodado na posição em que se encontra dentro da organização social.

Não obstante a lei tente tutelar e viabilizar o direito à profissionalização e a proteção ao trabalho da criança e do adolescente, o grande problema reside na dicotomia existente entre aquilo que foi disciplinado na lei e a realidade. O verdadeiro desafio é pôr em prática o espírito da lei para que ela não se constitua em “letra morta”. Enfrentamentos a um conluio de interesses que buscam justificar ideologicamente a necessidade do trabalho do menor.

¹ O “Sistema S” vem sendo ampliado paulatinamente, além de conter as instituições mais antigas como o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem na Indústria; SESI – Serviço Social da Indústria; SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comercial; e o SESC – Serviço Social do Comércio, comportam outras, a saber: SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural; no SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem nos Transportes; SENACOOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

Marin (2006) nos ensina que o curso profissionalizante, para que produza efeitos consonantes ao princípio da proteção integral, deve criar um espírito crítico e participativo no adolescente, deve ser “ capaz de proporcionar uma qualificação que vá além dos restritos vínculos do saber para o trabalho e de incorporar dimensões sociais e culturais, reafirmando os jovens e sua família como sujeitos portadores de direitos” (p. 108).

Podemos perceber que o autor defende a ideia de que para que as medidas legais não acabem apenas provisoriamente com a exploração de crianças e adolescentes, é necessária a implementação de políticas que criem condições de cidadania não apenas aos menores pobres, mas que englobem também, toda a sua família, “ ... de nada adianta retirar as crianças provisoriamente do trabalho se os adultos continuam a viver sob as mesmas condições de trabalho” (MARIN 2006, p. 117), a mudança deve ser estrutural.

1.6 Programa jovem aprendiz: uma política pública estatal de defesa dos direitos?

A Lei da Aprendizagem está inserida no arcabouço legal que normatiza os direitos sociais. Segundo Silva (2000):

...os *direitos sociais* como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais (grifo do autor). (p. 289)

Quando o autor fala em prestação positiva, ele quer dizer que, para que tais direitos sejam garantidos, a sociedade exige “um passo à frente” do Estado, ou seja, ele deve ter uma participação ativa no sentido de instituir, legitimar e disciplinar as diversas relações e conflitos estabelecidos de forma a garantir a equidade entre as partes envolvidas. Pode-se afirmar que, na verdade, o Estado tem o poder-dever de agir e, ainda, tem que fazê-lo de forma eficiente em obediência aos princípios que regem os atos da administração pública, tendo em vista que é o grande responsável pela promoção da justiça social. Nesta empreitada, sem dúvida, o principal caminho a ser seguido para a viabilização do bem-estar da sociedade é a elaboração e implementação de políticas públicas sociais.

Ao tratar do tema políticas públicas Silva et. al. (2007) faz referência à definição dada por Bucci (2002) e diz que o autor entende que “as políticas públicas são um

conjunto de programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos social e politicamente determinados.”

Segundo Lima (2004 apud Barbosa) a Lei da Aprendizagem foi elaborada com base no novo modelo econômico globalizado. O governo que criou a base legal para implementação desse programa tinha em mente o combate ao desemprego e a formação do adolescente das camadas menos favorecidas a fim de que este não se tornasse um problema maior.

A literatura nos explica que uma política pública nasce de um “estado de coisas” que por transformar-se em um problema político é incluído numa agenda governamental gerando uma formulação de alternativas, a partir daí, o Estado toma a decisão sobre as ações a serem praticadas (implementação) – decisão que sofre a influência de um campo de forças sociais - que após a sua execução devem ser avaliadas com base nos resultados obtidos. Dentro deste processo, cada ator deve assumir o seu papel, pois, muito embora, a Lei da Aprendizagem seja o recurso de poder do qual o governo estatal tenha lançado mão para garantir a prevalência dos interesses a serem protegidos, a política pública é uma construção social e, portanto, só será eficaz se houver uma coesão social, caracterizada pelo sentimento de pertencimento (RUA, 1998), hipótese a ser discutida no curso do trabalho.

O programa do jovem aprendiz apresenta dois lados antagônicos. Ao observador mais inadvertido pode parecer uma solução eficaz que o Poder Público encontrou, para defender esse grupo social, baseado na demanda caracterizada pela indignidade humana refletida no trabalho infanto-juvenil, entretanto, àquele investigador mais atento, pode caracterizar-se como um instrumento que, ao legalizar esse trabalho, atua como produtor de uma representação que naturaliza essa prática, escamoteando a raiz dos problemas que cercam o trabalho infanto-juvenil.

Para os primeiros, o Estado, simplesmente, determina a participação de vários indivíduos e grupos de interesses, fazendo surgir, então, os atores sociais participantes desta política pública social, cujos interesses são direta ou indiretamente afetados e que, no caso do programa jovem aprendiz são os seguintes: os adolescentes e suas famílias, os empresários, as entidades que ministram o curso profissionalizante e o poder público que exige cumprimento da determinação legal por meio da fiscalização e da imposição de sanções para os seus transgressores.

Para os segundos, a questão pode estar envolvida em vantagens escusas, pois é sabido que o Poder Público não existe acima dos interesses de classe e tais políticas expressam também um jogo de disputas, no caso a pressão que o capital exerce sobre o trabalho. Essa dubiedade é que nos incita à discussão.

Segundo a noção clássica de Lowi (1964), citada por Fernandes (2007) à primeira vista, no que diz respeito à relação estabelecida entre os atores, o programa jovem aprendiz constitui-se numa arena redistributiva indireta ou seja, é uma política cujos efeitos surgem a longo prazo, sendo necessário analisar cuidadosamente a relação entre ganhos e perdas.

O fato é que a despeito de toda a importância da qual se revestem essas questões no campo das políticas públicas, são raros os estudos sobre os efeitos sociais concretos da lei em questão que determinem sua real eficácia. Urge que tais programas sejam avaliados a fim de que se possa através da visualização dos resultados descobrir quais os elementos que efetivamente cercam a formação e realização do curso de jovem aprendiz. Somente esta análise poderá levar à correção dos pontos negativos ou, enfim, fornecer subsídios à elaboração de novas políticas mais eficazes que realmente deem conta de solucionar ou de enfrentar o problema.

II. APROXIMAÇÕES AO MARCO TEÓRICO E OS LUGARES DE INVESTIGAÇÃO

Em seu balanço de produção, Moraes (2007) ressalta que, com base nos trabalhos que foram objeto de estudo, o tratamento dado pelos estudiosos ao tema do trabalho infanto-juvenil, gera problemas que podem ser objeto de outros estudos.

Ressalte-se, ainda, que, na área jurídica, os trabalhos publicados limitam-se a um estudo hermenêutico, ou seja, um estudo interpretativo das normas que tratam da proteção ao trabalho infantil, não complementado por outras abordagens que se fazem necessárias para uma compreensão analítica do problema.

Constata-se, portanto, que os dados sociológicos obtidos e que serão apresentados no decorrer deste trabalho, começam a delinear um quadro capaz de mostrar com maior especificidade a relação entre o trabalho-aprendiz, o adolescente e sua família, possibilitando uma análise da aplicação e eficácia da lei na sociedade, fato que pode levar a uma compreensão do ‘sentido oculto’ das ações e relações humanas ali presentes.

Conforme se depreende da questão apresentada neste trabalho, é possível vislumbrar que a teoria de Pierre Bourdieu, ao tratar o meio social como um espaço de dominação que move-se por meio de ações dissimuladas, toca a problemática analisada em dois pontos fundamentais.

O primeiro ponto diz respeito à legitimação do trabalho infanto-juvenil cuja precocidade é encarada de forma natural pela sociedade, uma vez que se justifica em razão da precariedade da condição sócio-econômica das famílias. A necessidade faz com que os indivíduos das classes populares encontrem mecanismos simbólicos para se submeter e interiorizar uma ideologia de aceitação do trabalho infanto-juvenil.

O segundo ponto, aquele que será tratado com maior vagar e profundidade, reside no fato de que Pierre Bourdieu vem de encontro à asserção de que a educação obtida por intermédio de instituições é capaz de garantir a igualdade de oportunidades e, portanto, a justiça social. Aspecto discutível e controverso, uma vez que, segundo o autor, aludidas instituições estão, dissimuladamente, a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes. (BOURDIEU, 1998).

Nossa intenção é analisar a eficácia do curso sob o amparo desta teoria pois, tratando-se de um instituto legal que deu origem a um programa que une formação educacional, profissionalizante e social de acordo com os padrões do Plano Nacional de

Qualificação é quase unânime o discurso propalado neste campo social de que a aprendizagem é uma forma emancipatória de inclusão capaz de melhorar a “qualidade social de vida da população.” (PNQ 2003-2007)

A respeito do primeiro enfoque Marin (2005), nos fala justamente sobre as representações sociais da família em relação ao trabalho infantil.

Não obstante a legislação estabeleça que o lugar dessas crianças e adolescentes seja a escola, as práticas sociais ainda estão calcadas na concepção do trabalho como fator necessário à disciplina e formação dos indivíduos pobres (pois somente estes necessitam dessa forma de correção), logo, são legitimadas pelas famílias que encaram a situação com naturalidade por dependerem do dinheiro para sua subsistência.

No outro lado do “cabo de guerra”, o dono da empresa, como lenitivo à sua consciência por ter o filho do “outro” trabalhando precocemente em seu negócio, quer acreditar (e cria mecanismos para isso) que ao dar emprego a uma criança ou adolescente (ainda que burlando seus direitos) está praticando um ato de solidariedade e benemerência pois está dando “oportunidade” a quem não tem qualquer prática e necessita do trabalho para sobrevivência de sua família.

O certo é que a manutenção dessa ideologia contribui para o afastamento das crianças e dos jovens da escola e para a manutenção da pobreza e exclusão social. Neste compasso, Bourdieu afirma que o mecanismo de funcionamento da sociedade conduz as ações individuais e se reproduz através delas (VASCONCELLOS, 2002).

Destarte, o cenário apresentado dá origem a um círculo vicioso: pobreza, trabalho precoce, desqualificação, pobreza (MARTINS, 1991), que acarreta não apenas a eliminação da infância do indivíduo pobre, mas, o que é pior, atribui à pobreza um “status” de herança passada de pai para filho.

Nessa condição, a escolarização e a profissionalização ficam definitivamente bloqueadas, motivo porque, na idade adulta, essas crianças permanecem restritas na órbita das ocupações desqualificadas e dos baixos salários, fenômeno que se reproduz nas futuras gerações (MARTINS, 1991. p. 188).

Configura-se, com certeza uma situação abstrata de dominação de classes, característica nas sociedades capitalistas, que se mantém por meio da propagação e da reprodução de instituições e práticas sociais, produto de um poder simbólico que, com a cumplicidade inconsciente de todos aqueles que participam de determinado grupo social, ajudam a manter a divisão de classes. Sendo que através deste mesmo poder, a

classe dominada, ou seja, aquela não possuidora do capital social é desmobilizada, legitimando-se, dessa forma, a ordem estabelecida e suas distinções (BOURDIEU 2001a, p.11 apud CAPPELLE et. al. 2005).

Conforme enfatizou Barbosa (2006) estudar a profissionalização do adolescente, sob esse prisma é enveredar por um caminho inverso de tudo que se afirma hoje a respeito do tema, pois, levando-se em conta o contexto do capitalismo, a profissionalização e o trabalho precoce, num primeiro olhar seriam, em tese, fatores eficazes a minimizar as desigualdades sociais, sendo por isso, encarados pela maioria, como prática natural geradora de inclusão social.

Ao iniciar seu trabalho a autora traça o “campo social” em que se apresenta o problema, ou seja, o contexto social em que foi criada a Lei da Aprendizagem, enumerando alguns de seus aspectos:

- a elevação da taxa de desemprego;
- desenvolvimento do mercado de trabalho fundamentado no modelo taylorismo-fordismo que originou uma geração de trabalhadores desqualificados, posto que acostumados ao trabalho mecânico, característico de uma linha de produção, seguida de uma nova fase que obrigou uma reestruturação do modo de produção compatível com as novas tecnologias e que, atualmente, exigem do trabalhador maior qualificação;
- o fenômeno da globalização que acarretou um aumento na exclusão e nas desigualdades sociais;
- o fato de o trabalhador brasileiro ser, em geral, desqualificado, aliando-se a este aspecto a precariedade dos serviços oferecidos porque muitas vezes são calcados na informalidade;
- por fim, a ineficiência de políticas públicas (BARBOSA, 2006).

Considerando que o mundo caminha pelos ditames da economia, a perversidade dos modos de produção do capitalismo são conhecidos e alardeados desde sempre.

Todos os modos mais elevados de produção surgidos depois, dividiam a população em classes diferentes: a dominante e a oprimida. Consequentemente, os interesses da classe dominante transformaram-se em agente propulsor da produção, limitando-se esta apenas a manter, bem ou mal a existência miserável da oprimida. Isso é retratado de maneira mais perfeita pelo modo de produção capitalista, que prevalece ainda hoje na Europa Ocidental. Os capitalistas, individualistas que são, enquanto dominam a produção e a troca, só se ocupam da utilidade prioritária de suas atividades (ENGELS, 1990, p. 36).

Seguindo esta linha, Barbosa (2006) entende que somente houve a reatualização de uma prática, fato que a autoriza recorrer ao conceito de *habitus*, elemento constituído por práticas e representações anteriores que asseguram a sua reprodução e que, segundo Bourdieu constitui-se em um:

...sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro. (Bourdieu, 1972, p.175 apud Ortiz, 1983)

Conforme nos explica Vasconcellos (2002) o conceito de *habitus* elaborado por Bourdieu além de retratar “estilos de vida, julgamentos políticos, morais e estéticos é também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas.” (p. 79)

Isto implica que:

...as condições sociais de participação social baseiam-se na herança social. O acúmulo de bens simbólicos e outros estão inscritos nas estruturas do pensamento (mas também no corpo) e são constitutivos do *habitus* através do qual os indivíduos elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social. Esta não pode se realizar sem a ação sutil dos agentes e das instituições, preservando as funções sociais pela violência simbólica exercida sobre os indivíduos e com a adesão deles (op.cit. p. 81).

Aceitar esta teoria significa reconhecer que a educação profissionalizante, sob todas as suas modalidades, nasceu da necessidade de levar a criança e o adolescente mais cedo para o trabalho, bem como atender ao mercado nos novos moldes de produção em que se apresenta, fato que, mais recentemente foi corroborado pela legislação que busca legitimar o trabalho do menor.

Nesse sentido, esta pesquisa tenta descobrir as intenções e percepções que permeiam a aplicação da norma em questão.

Os estudos de Bourdieu, por sua profundidade, são aplicáveis a diversos campos sociais, entretanto, a educação é tratada de forma especial pelo autor e, como já foi

dito, é sobre o aspecto educativo da lei, o escopo da norma e a influência real no destino desses adolescentes gerada por esse dispositivo legal que as ideias do sociólogo tangenciam este trabalho.

Retomando esta faceta da questão educativa, cumpre salientar que Barbosa (2006) enquadra o programa jovem aprendiz dentro do sistema educacional brasileiro e reafirma que este, ao lado da mídia, constitui-se num dos maiores veículos de disseminação das novas ideologias, sendo que ao estudar uma instituição que se ocupa da profissionalização do adolescente, assevera que o curso destina-se a formar um operariado devidamente treinado para o exercício do seu ofício e, por outro lado, dócil e conformado com a sua condição social.

Sua afirmação tem como fundamento os dizeres de Frigotto (2001, apud Barbosa, 2006)

A formação profissional se reduz à conformação ideológica e adestramento técnico. Formar, profissionalizar vai significar um esforço – nem sempre bem-sucedido – de adaptar, conformar o aprendiz ao processo de retalhação das ocupações no interior da evolução capitalista de produção. Formar, em última análise tem um sentido de parcializar e de desqualificar (p.102).

O pensamento de que a educação e a profissionalização garantem a igualdade social sempre fez parte do senso comum, refletido em representações partilhadas por todos. Tanto isso é verdade que nos foi explicitamente garantida pela ordem jurídica, a gratuidade do ensino público, figurando sua efetivação como um dever do Estado. Este consenso, sem dúvida, baseia-se “no desconhecimento, pelos agentes, de que o mundo social é um espaço de conflito, de concorrência entre grupos com interesses distintos.” (ORTIZ, 1983, p. 24).

Ocorre que, na teoria de Pierre Bourdieu o que de fato determina o sucesso ou fracasso do aluno é a herança social e cultural por ele incorporada, ou seja, as práticas, os gostos, costumes transmitidos pela família, esta bagagem é o fator pré-destinador do seu futuro, chamando de “geração enganada” todos aqueles que viam na escola uma possibilidade de mobilidade social (op. cit.). A grande falha reside, então, no fato de que, por desconsiderarem esse “capital cultural”, os métodos e currículos adotados por instituições responsáveis pela educação, ajudam na manutenção da reprodução e legitimação das desigualdades sociais (op. cit.).

Não se trata de analisar, neste trabalho, a efetiva ocorrência desta transposição social a partir da aprendizagem, posto que tal mudança é paulatina e depende de grande

decurso de tempo. O que nos propusemos a fazer resume-se em comparar a correspondência entre as representações dos atores e a realidade atual dos adolescentes. Deixar evidente que a educação enfatizada no programa de aprendizagem, por si só, não é capaz de abrir todas as possibilidades almejadas por seus participantes.

No que se refere ao presente trabalho científico a teoria de Bourdieu pode ser apresentada como um modo de pensar que coloca em dúvida a igualdade de oportunidades e a neutralidade das instituições educacionais, e, mais especificamente, dos cursos de aprendizagem, como forma de garantia dessa equidade social propalada por todos.

As inquietações em relação às colocações de Bourdieu, surgiram da observação da prática, na função de coordenadora de um projeto destinado a qualificar tais adolescentes, cuja intenção é de fato atuar como agente transformador na vida desse público, sentimento este, compartilhado por todo o grupo de pessoas que faz parte do projeto. O fato é que na terceira turma em andamento, ao confrontar-se o cotidiano do trabalho com a sua proposta, percebe-se que ambos não são de todo correspondentes. Todavia, pergunta-se: os indivíduos que participam desse “campo social” estariam sob a influência desse poder simbólico que, por ser ignorado, os fariam cúmplices na perpetuação da desigualdade social e, portanto na reprodução da estrutura social, por conta da crença na legitimidade de suas palavras e ações resultantes da violência simbólica?

A partir desta questão, recorre-se a Bourdieu para discutir o verdadeiro sentido das ações e o mecanismo que leva a percepções equivocadas, afastando as noções pré-estabelecidas e os conceitos tidos como verdade absoluta.

Nestes termos, a partir de agora passaremos a analisar empiricamente as condutas e as crenças que regem essa prática social a fim de podermos detectar se, realmente, no mecanismo de funcionamento desse campo social, existe ou não uma violência simbólica comprometida em reproduzir as desigualdades.

2.1 - Ibitinga: a capital do bordado em índices

A cidade de Ibitinga situa-se no centro geográfico do Estado de São Paulo, a 380 km de distância da capital do Estado. Segundo o Perfil Municipal do Instituto Seade, o município possui uma área de 688,68 quilômetros quadrados, sendo que a população estimada gira em torno de 52.225 habitantes. Embora sua colonização tenha

origem na cultura cafeeira, atualmente, toda a sua economia tem por base a atividade industrial têxtil, denominada comumente pela população de “bordado”.

De acordo com dados da fonte citada acima, 55,45 % da população empregada formalmente possui vínculos empregatícios na indústria, sem contar os empregos informais e outras atividades que dependem do bordado indiretamente (SEADE, 2008), fato que lhe confere o título de “Capital Nacional do Bordado”.

Com o declínio do café, a atividade do bordado, que no início era artesanal, passou a ser o modo de sobrevivência da população. Ressalte-se, neste ponto que, a atividade do bordado de Ibitinga também foi marcada pela utilização da mão de obra infantil, pois segundo Cintrão (1990) durante toda a década de 50 a atividade do bordado seguia de forma vagarosa, fundada no trabalho semi-artesanal feminino e, muitas vezes, infantil.

Somente no início da década de 70, a partir da industrialização da atividade, é que o bordado tornou-se a principal atividade econômica do município. Segundo Cintrão (1990), esta transformação do trabalho artesanal para o processo industrial se deveu à figura de uma mulher Dona Dioguina Sampaio que, de origem portuguesa, vinda mais especificamente da Ilha da Madeira, passou a empregar suas habilidades para o bordado de forma a conseguir aumentar o rendimento familiar:

A princípio sua atividade de bordar era manual, depois passou a bordar com máquinas rudimentares, e mais tarde, adquiriu a sua primeira máquina de bordar, intensificando-se a sua produção. Ela começou, primeiro, ensinando uma série de moças em sua casa e que passaram a trabalhar em seu salão de bordado. Mas, certamente, aproveitou-se de um contingente de artesãs que já existia (p. 25).

Esta narrativa, sem dúvida, nos remete ao modo de exploração capitalista já descrito por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista (1989):

“O modo de exploração feudal ou corporativo da indústria existente até então não mais atendia às necessidades que aumentavam com o crescimento dos novos mercados. A manufatura tomou o seu lugar. Os mestres-artesãos (Zunftmeister) foram suplantados pelo estamento médio industrial; a divisão do trabalho entre as diversas corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro de cada oficina. Mas os mercados continuavam a crescer e continuavam a aumentar suas necessidades. A própria manufatura tornou-se insuficiente. Em consequência, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. O lugar da manufatura foi ocupado pela grande indústria moderna;” (p.67).

Para termos uma visão geral do município de Ibitinga foram escolhidos alguns

indicadores que têm relação direta com a pesquisa e que poderão dar uma ideia do perfil da cidade.

O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano obtido pela média aritmética simples de três subíndices, referentes às dimensões Longevidade (IDHM-Longevidade), Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda), mostra o seguinte quadro:

Quadro 2. Índice de Desenvolvimento Humano -IDH em Ibitinga comparado com o panorama brasileiro, estadual e regional.

| IDH | | | | | |
|---|----------------|----------|-------|-------|--|
| Unidade Territorial | Geocódigo | Ordem | IDH | | |
| | | | 1991 | 2000 | |
| Brasil | 0 | 1 | 0,696 | 0,766 | |
| Sudeste | 3 | 2 | 0,751 | 0,806 | |
| São Paulo | 35 | 3 | 0,778 | 0,820 | |
| Ibitinga/SP | 3519600 | 4 | 0,746 | 0,789 | |
| PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil | | | | | |
| Fonte: MuniNet - Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal. Acesso 29/04/2009. | | | | | |

Embora o IDH seja superior ao índice brasileiro é inferior em relação ao Estado de São Paulo e à região Sudeste.

Em 2002 foi criado um índice que possibilita o reconhecimento do grau de desigualdade social existente num determinado universo, trata-se do IES-Índice de Exclusão Social. A exclusão, segundo este indicador, caracteriza-se pelo acesso restrito à educação, mercado de trabalho e outros mecanismos de geração de emprego e renda, fatores relevantes para o presente estudo.

Quadro 3. Índice de Exclusão Social

| IES | | | | | |
|---|----------------|----------|-------|-------|-------|
| Unidade Territorial | Geocódigo | Ordem | IES | | |
| | | | 1960 | 1980 | 2000 |
| Brasil | 0 | 1 | 0,507 | 0,574 | 0,527 |
| Sudeste | 3 | 2 | (-) | (-) | (-) |
| São Paulo | 35 | 3 | 0,798 | 0,875 | 0,700 |
| Ibitinga/SP | 3519600 | 4 | (-) | (-) | 0,577 |
| (-) Dado não disponível | | | | | |
| Atlas da Exclusão Social / Cortez Editora | | | | | |
| Fonte: MuniNet - Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal. Acesso em 29/04/09 | | | | | |

A tabela mostra que Ibitinga apresenta um índice de exclusão menor do que São Paulo e maior do que o total no Brasil.

O quadro da renda *per capita*, expressos em reais de 1º de agosto de 2000 era o seguinte:

Quadro 4. Renda *per capita* em Ibitinga

| Indicador | Unidade | 1991 | 2000 |
|------------------|---------|--------|--------|
| Renda per Capita | R\$/hab | 272,35 | 329,19 |

PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Fonte: MuniNet - Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal. Acesso em 29/04/2009

O indicador GINI mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor) a 1 (um), quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Segundo o quadro abaixo, a desigualdade em relação à renda no município de Ibitinga apresenta-se da seguinte forma:

Quadro 5. Índice de desigualdade em relação à renda no município de Ibitinga

| Ibitinga/SP | | | |
|----------------|---------|-------|-------|
| Índice de Gini | | | |
| Indicador | Unidade | 1991 | 2000 |
| Índice de Gini | | 0,520 | 0,510 |

PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Fonte: MuniNet - Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal. Acesso em 29/04/2009

Por fim, questão abordada na pesquisa diz respeito à frequência de adolescente na faixa etária de 15 a 17 anos, no ensino médio:

Quadro 6. Relação entre a frequência escolar no Ensino Médio e os jovens entre 15 a 17 anos no município de Ibitinga

| Ibitinga/SP | | | |
|--|---------|-------|-------|
| Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que estão freqüentando o ensino médio | | | |
| Indicador | Unidade | 1991 | 2000 |
| Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos que estão freqüentando o ensino médio | % | 21,54 | 45,19 |

PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Fonte: MuniNet - Rede Brasileira para o Desenvolvimento Municipal. Acesso em 29/04/2009

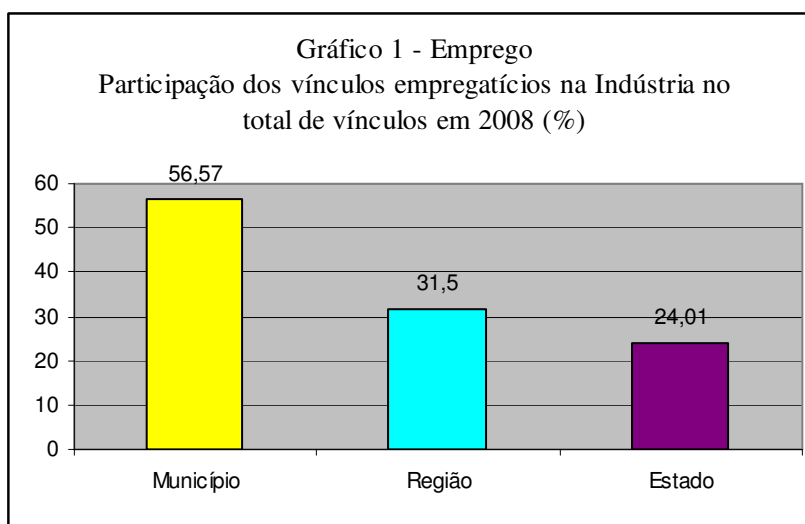
Analisando-se o quadro acima, se compararmos o ano de 1991, época a que se refere os primeiros dados apresentados e o ano de 2000, houve um grande avanço no percentual de escolarização no nível escolar considerado. Não obstante isso, se considerarmos apenas o percentual obtido mais recentemente, no ano de 2000, podemos observar que somente 45,19% dos adolescentes de 15 a 17 anos estavam frequentando o ensino médio. A partir daí pode-se levantar a discussão se o fato de 54,84% dos adolescentes estarem fora dos bancos escolares estaria relacionado à necessidade da sua inserção precoce no trabalho.

Os dados obtidos na presente pesquisa por meio de entrevistas mostraram que dos 28 jovens egressos entrevistados, 46% não estudam, 32% frequentam a escola regular 11% fazem cursos profissionalizantes, 7% fazem cursos diversos como computação, inglês, estética, e apenas 1% que corresponde a uma pessoa encontra-se na faculdade.

Comparando-se as informações quantitativas com as falas das entrevistas realizadas, nas quais os adolescentes afirmam que é penosa a rotina que concilia labor e estudo, poderíamos asseverar que a tese de que o trabalho afasta os jovens da escola estaria reforçada.

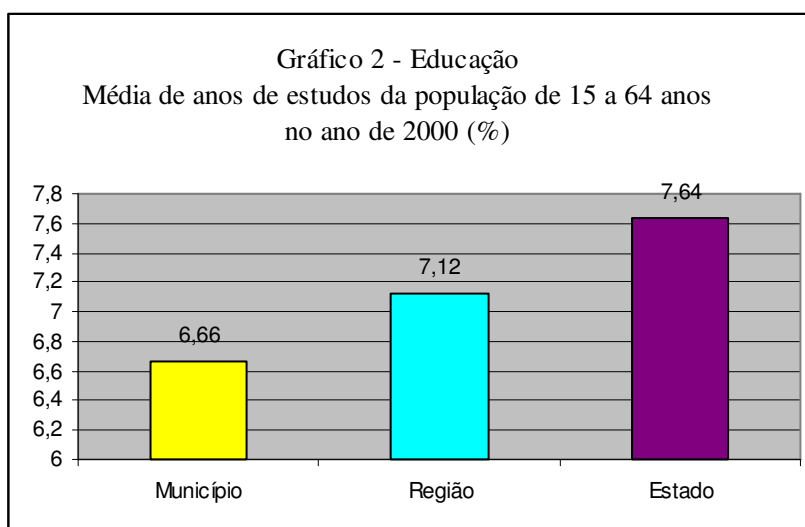
“...eu ficava com sono e dormia na hora de estudar, aí a hora que eu acordava já era 7:00horas (...)eu sempre quis estudar música, fazer uma faculdade, eu não consigo trabalhar e estudar... **Por que? Você fica muito cansado, é isso? É.**” (Jovem R.D.C. – 25/072009).

Segundo a Fundação Seade, baseada em dados obtidos na Relação Anual de Informações Sociais – Rais do Ministério do Trabalho e Emprego, o setor industrial de Ibitinga é aquele que mais emprega. Representa 56,57% do total de vínculos empregatícios remunerados, formalmente contratados. Este índice apresenta-se bem superior, se comparado com o da região de Araraquara (31,50%), da qual participa o município e com o índice estadual (23,46%).



Fonte: Fundação Seade – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Em contrapartida, de acordo com a mesma fonte, a média de anos de estudos da população de 15 a 64 anos girava em torno de 6,66% no ano de 2000, índice inferior à região de Araraquara (7,12%) e ao Estado de São Paulo (7,64%).



Fonte: Fundação Seade – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

2.2 Os cursos em ação

2.2.1 Curso de Aprendizagem Industrial - Costureiro Industrial de Peças de Enxoval e Afins: a arte da costura

Alguns fatores foram preponderantes para a criação do primeiro curso de aprendizagem de Ibitinga. De acordo com a informação retirada do Plano de Curso de

Aprendizagem Industrial: Costureiro Industrial de Peças e Enxoval e Afins do SENAI (2004):

O município paulista de Ibitinga, concentra quase um terço da mão-de-obra do Estado alocada no segmento de fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos, no mercado formal, de acordo com a mesma RAIS/TEM- 2002. São quase 2.800 empregados, num universo de pouco menos de 9 mil profissionais no Estado. Dois terços do pessoal encontram-se em estabelecimentos classificados de pequeno porte (com até 19- 30%, com 20 a 49- 20%, com 50 a 99 – 18%.) (p.4).

Os dados estatísticos do Ministério do Trabalho e Emprego baseados no saldo entre funcionários admitidos e desligados - de 29,6%, entre um período compreendido entre dez/02 e 06/04 - mostraram uma propensão ao crescimento do emprego na área de fabricação têxtil. Esta elevação, segundo conclusões do próprio documento, deveu-se, dentre outros motivos, ao fato de Ibitinga fazer parte de um dos chamados APLs– Arranjos Produtivos Locais² que visam justamente promover o desenvolvimento local, no caso específico, o de confecções no subsegmento cama, mesa e banho, fato que gerou uma demanda em mão de obra qualificada.

A par disso, outras duas questões pressionavam de forma veemente a criação de um curso de aprendizagem em Ibitinga, a superveniência da Lei da Aprendizagem e a exigência e fiscalização por parte do órgão trabalhista dela decorrente. Conforme já referido, a norma que entrou em vigor no dia 19 de dezembro de 2000 estabeleceu às empresas, cujas funções demandassem uma formação profissional (caso típico do bordado), a obrigação de empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (no caso específico, o SENAI) número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo e 15%, no máximo, dos seus trabalhadores. Como consequência do mandamento legal, a Delegacia Regional do Trabalho de Araraquara, órgão responsável pela aplicação e fiscalização das normas trabalhistas na região, passou a exigir o cumprimento da lei, sob pena de incursão das empresas nas sanções legais.

Daí depreende-se que a maior impossibilidade de cumprimento da lei consistia no fato de que não havia em Ibitinga entidades formadoras de aprendizes.

² Arranjos Produtivos Locais (APLs) são “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos e interdependência. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas (...) e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos (...); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento”. Conforme Plano de Curso do SENAI –SP – 2004.

É sabido que o SENAI, criado em 1942, para a formação de mão de obra da indústria de base, surgiu num contexto de uma política nacional de desenvolvimento com estímulo ao crescimento da indústria nacional, e tem, ainda hoje, a missão institucional de fomentar a educação profissional e tecnológica, bem como a inovação e a transferência de tecnologias industriais, sendo sua ação especialmente focada para o público juvenil, com os custos de sua manutenção subvencionados pelo próprio setor industrial.

Surgiu, então uma situação paradoxal. De um lado, o empresariado de Ibitinga que mesmo sendo obrigado legalmente a contribuir com a manutenção desse Serviço Nacional de Aprendizagem, não podia usufruir dele, uma vez que em Ibitinga não havia unidade do SENAI. Por outro lado, via-se obrigado pelo órgão de fiscalização trabalhista a contratar jovens aprendizes não disponíveis no município pela falta de cursos profissionalizantes.

A solução encontrada para resolver as tensões estabelecidas neste campo, foi a criação de um modelo de aprendizagem, regido por um novo sistema chamado Sistema Dual, caracterizado pela parceria entre o SINDICOBÍ - Sindicato das Indústrias e Comércio de Bordados de Ibitinga e o aludido Serviço Nacional de Aprendizagem. O primeiro garantiria a infraestrutura e o segundo ficaria responsável pelo acompanhamento e supervisão do processo de estruturação, implantação e desenvolvimento elaborado do curso.

Cumprе ressaltar que o curso de aprendizagem nestes moldes, idealizado especificamente para Ibitinga, foi o primeiro a ser implantado no país, sendo atualmente, modelo para a implantação do programa em outras localidades.

Vencidos os obstáculos, após quatro anos da publicação da lei, mais exatamente em janeiro de 2005, foi implantado o Curso de Costureiro Industrial de Peças de Enxoval e Afins, no município de Ibitinga.



Figura 2: Sede do SINDICOB I – Sindicato das Indústrias e Comércio de Bordados de Ibitinga
Fonte: Direta – Pesquisa

Atualmente, no seu 5º ano de atividade e perfazendo um total de 7 turmas concluídas, o curso de formação do aprendiz, conta com 2 turmas de aprendizes em andamento, nos períodos matutino e vespertino, compostas cada uma por uma média de 30 alunos que recebem orientações teóricas em várias disciplinas.

O curso é anual e tem duração diária equivalente a 6 horas, sendo que o adolescente recebe salário proporcional a esse total. Os aprendizes têm aulas com docente do SENAI por 2 horas, todos os dias da semana, na sede do SINDICOB I que disponibiliza uma sala de aula equipada com uma televisão e um aparelho de DVD e uma sala de informática com 10 computadores que são utilizados segundo uma escala previamente elaborada. O sindicato também disponibiliza algumas máquinas utilizadas na indústria do bordado para eventuais explicações teóricas de manutenção e funcionamento das mesmas.

Os alunos complementam seu aprendizado, no período oposto ao do curso, ficando 4 horas diárias nas indústrias de bordados da cidade que fazem parte do projeto onde colocam em prática as orientações teóricas dadas em sala de aula. Nas empresas, os adolescentes são acompanhados por “monitores”, funcionários das próprias fábricas que ficam responsáveis em orientar, ensinar e viabilizar o cumprimento dos objetivos do curso dentro da empresa, tudo sob orientação do SENAI. Os aprendizes são

contratados por um total de 16 empresas que são participantes do projeto, número que pode variar a cada ano.

À noite os adolescentes devem estar, necessariamente, matriculados no ensino médio regular, sendo que a frequência à aula, além de ser fiscalizada pelo instrutor, constitui-se em pré-requisito do curso.

O ingresso no curso depende do preenchimento de alguns requisitos de acesso estabelecidos no plano de curso, assim, o candidato deve ter concluído o ensino fundamental, tem que ter a idade mínima de 15 anos e deve necessariamente completar o curso antes dos 18 anos. Deve passar por um processo de seleção no qual tem que ser aprovado, fato que possibilitará a sua contratação como aprendiz por uma indústria, nos termos da lei específica.

O curso é focado para área de produção de uma indústria têxtil. O jovem que vier a concluí-lo desenvolverá habilidade de confeccionar e dar acabamento em roupas de cama, mesa, banho, peças de enxoval em geral, em indústrias de confecção industrial. Saberá planejar e executar, em nível operacional, as atividades de moldar, cortar e costurar, preparar tecidos e máquinas de costura industrial. O curso também tornará o jovem apto para aplicar acessórios, aviamentos e bordados, de acordo com materiais, equipamentos, instrumentos e ferramentas. Aprenderá a operar máquinas e equipamentos respeitando as especificações técnicas de segurança e saúde, de qualidade e de preservação do meio ambiente. Desenvolverá atividades tanto de forma individual como em equipe. Será capaz de interpretar e preencher documentação técnica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que prevê a educação profissional e o Decreto Lei 5451/04 que a regulamenta, fundamentam a grade curricular do curso que é composto das seguintes disciplinas, ministradas segundo um cronograma elaborado pelo professor no início do ano: comunicação, planejamento do trabalho, segurança do trabalho, fundamentos da qualidade, fundamentos de preservação ambiental, relações humanas no trabalho, tecnologia da costura industrial e prática de costura industrial.

Na época de implantação do curso o professor foi selecionado para ocupar o cargo através de entrevista tendo sido submetido a uma capacitação pelo próprio SENAI.

Segundo consta do plano de curso a função do professor é direcionar as ações e estratégias propondo atividades que ao final do curso tornem o aprendiz apto a

desempenhar as funções acima descritas, já o monitor responsável pelo aprendiz dentro da empresa, deve relacionar os conhecimentos, as habilidades e as atitudes que fazem parte da ementa dos conteúdos a situações relativas ao cotidiano da empresa, assim o aprendizado se dá em 2 ambientes diversos e complementares, ou seja, na sala de aula e na empresa.



Figura 3 – Aula disciplina Relação Humanas no Trabalho – Realização de dinâmica de grupo – Curso de Costureiro Industrial

Fonte: Direta – Pesquisa

O conteúdo teórico foi estabelecido com o objetivo de desenvolver nos alunos competências e habilidades que os levem a propor soluções para os problemas que ocorrem dentro do processo produtivo. Neste ponto, o plano de curso esclarece que a metodologia a ser adotada baseia-se na apresentação de situações-problema típicas do cotidiano da empresa, cuja solução esteja diretamente relacionada ao conteúdo visto no curso, possibilitando, com isso, a utilização dos conhecimentos adquiridos, fato que favorece a construção de novos aprendizados. Em contrapartida, o exercício prático realizado na empresa, visa possibilitar ao jovem a realização de operações da costura industrial de acordo com a situação real da fábrica. É imprescindível que todas as atividades tenham como enfoque a situação de aprendizagem e não a produção, assim, para que os objetivos sejam alcançados, o jovem tem que sair do curso dominando as técnicas da costura, do overloque, do corte, etc.

Quantos aos critérios avaliativos adotou-se o modelo formativo que prevê a criação de oportunidade de autoavaliação pelo aluno associada a uma avaliação

sistemática empreendida pela observação e registro de desempenho que são realizados pelo professor e pelo monitor na empresa que, se não forem satisfatórios, demandarão recuperação imediata. (Programa de Aprendizagem Industrial – SENAI -2004)

Neste ponto é necessário abriremos parênteses para esclarecer que, a princípio, quando começamos a ler o plano de curso e fazer uma análise das apostilas utilizadas no curso, a impressão que nos dava é que a hipótese de “doutrinação” levantada em relação ao conteúdo do curso estava de fato provada, pois as competências estabelecidas e o conteúdo nos pareciam exageradamente técnicos, entretanto, após todo o delineamento das ações e estratégias do curso, aludido plano fez referência específica ao relatório publicado pela UNESCO coordenado por Jacques Delors, intitulado “Um Tesouro a Descobrir – Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI”.

“Essas metodologias adotadas para o curso visam, portanto, atender às necessidades do mercado de trabalho, segundo seus aspectos históricos e regionais, porém com constante evolução tecnológica e mudanças rápidas, requerendo profissionais com capacidade de aprender a aprender, considerando, para isso, os quatro pilares da educação – aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, discutidos no Relatório Jacques Delors para a Educação do Século XXI.” (SENAI, 2004, p.10)

Diante desta referência e das informações obtidas ao longo da pesquisa através da fala otimista dos atores, fomos despertados para outras dimensões possíveis do processo ensino-aprendizagem adotado pelo programa, questão à qual retornaremos mais adiante quando estivermos analisando as representações dos jovens em relação ao programa.

2.2.2 Curso de Assistente administrativo – Projeto Luminar – Associação da Mulher Unimed de Ibitinga: um incentivo à qualificação

O segundo curso de aprendizagem de Ibitinga que também é objeto de estudo, embora seja regido pela mesma lei, tem origem e estruturas totalmente diversas do curso descrito acima.

Para entendermos melhor as condições de sua implantação vamos tecer um breve relato a respeito da entidade que o ministra e de como se deu o início do trabalho.

A Associação da Mulher Unimed de Ibitinga – AMU- Ibitinga, fundada em 6 de novembro de 2001, é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos que tem por

objetivo a prestação de serviços à comunidade através do serviço voluntário, promovendo a cidadania.

Os recursos financeiros para a execução e manutenção das suas atividades provêm, principalmente, da UNIMED de Ibitinga – Cooperativa de trabalho médico, que é responsável por todas as despesas fixas da entidade como: aluguel, funcionária, telefone, água e luz. As despesas com material para execução dos projetos são provenientes de doações de pessoas físicas, da promoção de campanhas e eventos sociais, bem como de recursos públicos destinados a questões relacionadas à criança e ao adolescente. Os executores dos projetos são pessoas conscientes e comprometidas que exercem seu trabalho de forma voluntária.

A sede da Associação da Mulher Unimed -Ibitinga conta com uma sala de aula para as aulas teóricas, uma sala de informática e vídeo equipada com 7 computadores, uma televisão e um aparelho DVD e uma sala que é utilizada, em horário alternado, para aulas de reforço pedagógico, atendimento psicológico, aulas de música e alfabetização em Braille.



Figura 4 – Sede da AMUI – Associação da Mulher Unimed de Ibitinga.
Fonte: Direta - Pesquisa



Figura 5 – Sala de informática da AMUI

Fonte: Direta - Pesquisa

Atualmente, a Associação desenvolve 2 projetos, o Programa Vida Iluminada que dá assistência gratuita aos deficientes visuais com acompanhamento semanal de psicóloga, fonoaudióloga, pedagogas, oftalmologista e profissionais de outras áreas que prestam serviços voluntários, de forma a suprir todas as suas carências e necessidades. As ações são direcionadas visando sua inclusão na sociedade e têm o intuito de transmitir uma visão positiva da cegueira ou baixa visão, mostrando aquilo que o deficiente pode fazer, ao invés daquilo que ele não pode, contribuindo, desta forma, para a construção da sua autoestima, incentivando nele a postura de cidadão que pode lutar pelos seus direitos.

O segundo projeto que faz parte do universo empírico desta pesquisa é o Projeto Luminar. Este trabalho foi implantando a partir de uma proposta do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibitinga e do Movimento Degrau, entidade formada por 3 associações de empreendedores - FACESP- Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, ACSP – Associação Comercial de São Paulo, REBRAAF – Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas e entidades sem fins lucrativos. Aludido movimento tem como primeira ação o Programa de Convivência e Aprendizado no Trabalho cujo objetivo é incentivar a aplicação da Lei 10.097/00 ampliando as oportunidades para os adolescentes ingressarem em processo de aprendizagem e profissionalização qualificada. As instituições acima, tomaram esta iniciativa com fundamento numa das maiores inovações trazidas pela Lei da Aprendizagem, que visando impulsionar a aprendizagem, abriu a possibilidade de que, sempre que não haja vagas no Sistema “S”,

outras entidades sem fins lucrativos (fora do Sistema “S”) pudessem ministrar aludidos cursos, desde que, fossem qualificadas em formação técnico profissional metódica e inscritas no CMDCA, nos termos dos arts. 90 e 91 do ECA.

Segundo Rangel et al. (2004) é o típico caso em que o poder público tenta suprir as deficiências e a demanda reprimida que não foi atendida pelas políticas públicas chamando, para isso, a participação da sociedade civil organizada.

Esta proposta feita às entidades de Ibitinga que se dedicavam à assistência à criança e ao adolescente e também à educação profissional justificava-se tendo em vista a demanda de jovens que aguardavam e ainda aguardam a oportunidade de inserção profissional no mercado de trabalho no município que, por sua vez, se mostra a cada dia mais restrito e competitivo, fatores que acabam por excluir jovens que não têm acesso a uma qualificação. Como já foi dito, embora, na época a aludida oferta tenha sido feita a todas as entidades de Ibitinga, tal propósito foi abarcado somente pela Associação da Mulher Unimed de Ibitinga que, no ano de 2006, implantou o “Projeto Luminar”.

Na implantação do curso a entidade recebeu um material de apoio do Movimento Degrau, o “Manual do Aprendiz” e foi orientada pelo CMDCA e pela Delegacia Regional do Trabalho de Araraquara. De início, a elaboração do plano de curso teve como referência o plano de curso de assistente administrativo do SENAI, entretanto, a medida que a diretoria foi se reunindo, o curso foi sendo delineado segundo os princípios e objetivos institucionais da Associação.



Figura 6 – Jovens-aprendizes em sala de aula no curso de Assistente administrativo.

Fonte: Direta - Pesquisa

O curso em andamento, visa atender, prioritariamente, jovens na faixa etária de 15 a 24 anos incompletos, em situação de vulnerabilidade social, tendo por objetivo administrar o curso de aprendizagem na área de assistente administrativo, proporcionando aos adolescentes-aprendizes a qualificação básica inicial para atuação no apoio aos setores administrativos, contábeis, financeiros e de recursos humanos de empresas comerciais, industriais, prestadora de serviços e similares, associada a uma formação ética e cívica dos mesmos.



Figura 7 – Jovens-aprendizes do curso de assistente administrativo preparando teatro de fantoches com o tema de Prevenção contra a Dengue para apresentação em escolas - Atividades complementares
Fonte: Direta - Pesquisa

Duas razões levaram a entidade a não adotar o critério de idade mínima de 14 anos previsto na lei. Primeiro, porque, se o ingresso no curso se desse nessa idade, ao término do mesmo, que tem a duração de 1 ano e dois meses, o aprendiz não poderia ser definitivamente contratado pela empresa pois não teria completado os 16 anos exigidos pela Lei, em segundo lugar, com 14 anos, o adolescente não possui maturidade para exercer as funções de um setor administrativo em uma empresa, fato demonstrado nas experiências das turmas anteriores.

O jovem deve estar, necessariamente, cursando ensino regular, fundamental ou médio, estadual ou municipal, ou já ter concluído o ensino médio.

O ingresso no curso se dá através de um processo seletivo com 20 questões objetivas de interpretação de texto, uma redação e 10 questões de matemática básica,

ficando classificados os candidatos que atingirem as melhores notas, correspondente ao número de vagas disponíveis.

Uma vez selecionado, o jovem é submetido a uma avaliação socioeconômica realizada por assistente social para identificação da situação de vulnerabilidade social e, ainda, por uma avaliação psicológica para avaliar se o candidato possui perfil necessário que o capacite para o exercício das atividades exigidas na função de assistente administrativo. Superadas estas fases, dá-se o ingresso do jovem no programa.

A proposta curricular divide o curso em 3 blocos conforme a natureza das habilidades a serem desenvolvidas: “As habilidades básicas têm por objetivo capacitar o educando para refletir, compreender e interpretar a realidade com autonomia; para se comunicar, aprender a pensar e aprender a aprender” (Plano de curso de aprendizagem de assistente administrativo da AMU-Ibitinga, 2009) . Este bloco diz respeito a todo conteúdo teórico do curso e é desenvolvido no âmbito das seguintes disciplinas: _noções de ética, direito e cidadania; comunicação oral e escrita; informática básica; organização de escritório; contabilidade e custos; princípios de administração de recursos humanos; fundamentos básicos de logística; grupo de relacionamento; comunicação básica de inglês; sistema financeiro; orientação vocacional e atividades complementares.



Figura 8 – Jovens-aprendizes do curso de assistente administrativo em Sessão do Parlamento Mirim ocorrido na Câmara Municipal de Ibitinga – Atividade da Disciplina de Noções de Ética, Direito e Cidadania.
Fonte: Direta - Pesquisa

As habilidades específicas, que compõem o segundo bloco, têm como foco o exercício prático de ações a serem realizadas nas empresas e constituem práticas administrativas na área de contabilidade, na área financeira e na área administrativa em geral. O terceiro e último bloco, compreende as habilidades de gestão que têm por objetivo construir um indivíduo crítico, autônomo, versátil e responsável, com capacidade de decisão e com uma ampla visão para atuar não apenas dentro de uma empresa mas, também, na sociedade.

De acordo com as diretrizes básicas, o desenvolvimento do curso, deve ser totalmente planejado e o professor deve assumir uma função de mediador da aprendizagem adotando estratégias de ensino diversas como aula expositiva, estudos dirigidos, debates, trabalhos em grupo, enfim, aquelas que forem adequadas a formação do perfil desejado no final do curso. As regras norteadoras de execução do programa sempre enfatizam a associação da teoria com a prática, de forma que os alunos sejam capazes de, com base nos conceitos e técnicas aprendidas, propor soluções para problemas reais acontecidos dentro de uma empresa diretamente relacionados à área administrativa.

Cabe, portanto, aos responsáveis pelo processo de ensino e aprendizagem proporcionar situações contextualizadas para que o aluno possa estabelecer relações, transferir aprendizagem e concretizar, por meio de desempenhos observáveis, os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias ao alcance das competências do perfil profissional de Assistente Administrativo. (AMU- IBITINGA, 2009. p. 27)

Atualmente, o curso em andamento, com duração de 1 ano e 2 meses, atende 19 alunos que, em caráter obrigatório frequentam o ensino médio da escola regular no período noturno. A jornada a ser cumprida consiste em 9 horas semanais de aprendizado teórico na sede da Associação e 31 horas semanais de aprendizado prático na empresa, podendo totalizar até 44 horas semanais. As aulas teóricas são ministradas 3 horas por dia, 3 dias por semana, nestes dias, no período vespertino, os alunos cumprem uma jornada de 5 horas na empresa, nos demais dias da semana toda a carga horária de 8 horas é cumprida na empresa, local onde o aprendizado teórico é aplicado.

As empresas nomeiam um funcionário que ficará responsável pelo acompanhamento, aprendizado e avaliação do jovem no ambiente de trabalho, tudo sob a orientação da entidade.

Como os jovens completam as 8 horas diárias entre o aprendizado teórico e o prático recebem o salário mínimo mensal.

O processo de avaliação é feito de forma formativa e somativa. Os alunos são avaliados sistematicamente e constantemente durante todo o processo de ensino-aprendizagem, levando-se em conta, inclusive, atitudes de cooperação, espírito de liderança, estabelecimento de parcerias e tomadas de decisões. Dentro deste processo, abrem-se oportunidades de autoavaliação de desempenho.

O perfil profissional do adolescente quando da conclusão do curso consistirá na aptidão para atividades de apoio nos setores administrativos, contábeis, financeiros e de recursos humanos das empresas, sendo que o adolescente será capaz de, no geral, realizar as funções básicas necessárias em tais setores.

Por tratar-se de uma entidade sem fins lucrativos, todos os professores do curso são voluntários, não obstante isso e apesar das dificuldades encontradas pela diretoria da entidade, para que o nível do processo de ensino aprendizagem mantenha-se compatível com os objetivos do curso, procura-se arregimentar pessoas que tenham curso superior e experiência anterior na atividade de docência. Após uma avaliação prévia a cerca do preenchimento destes critérios pela diretoria, os professores são convidados pela entidade e depois de uma reunião onde se expõe os trabalhos da entidade, os princípios institucionais e os objetivos do curso, a pessoa pode analisar se deseja participar ou não do projeto.

III. PERFIS DOS ADOLESCENTES E DE SEUS FAMILIARES: o que a realidade mostra

O fato de o pesquisador estar com os dados em mãos, não significa que a pesquisa esteja em sua fase final, pelo contrário, é necessário dar o devido tratamento às informações para que seja possível analisá-las e, posteriormente, interpretá-las de acordo com o referencial teórico apresentado. Laville e Dionne (1999) dizem que “o pesquisador deve organizá-los, podendo descrevê-los, transcrevê-los, ordená-los, codificá-los, agrupá-los em categorias Somente então ele poderá proceder às análises e interpretações que o levarão às suas conclusões” (p.197).

Por conseguinte, na organização dos dados foi utilizada a tabulação dos dados, uma ferramenta simples estatística, mas que, no entanto, foi suficiente para a inteligibilidade dos questionários e das entrevistas.

3.1. O primeiro retrato: o perfil dos adolescentes do curso em andamento e de suas famílias

A princípio optou-se por investigar os jovens que estavam nas turmas em andamento e, embora as respostas às questões abertas dos questionários não tenham sido transcritas elas forneceram um conteúdo rico em significações. Conforme já foi explicado, esta fase correspondeu ao início da pesquisa e foi realizada mais exatamente no final do ano de 2008. Tratava-se de jovens que ainda encontravam-se inseridos no programa, mas que estavam prestes a se formar e, por isso, considerou-se fundamental saber qual a impressão que eles tiveram do curso e o que esperavam para o futuro. Cumpre ressaltar que, posteriormente ao término do curso, foi selecionada uma amostra desses jovens que foram entrevistados, fato que nos levou a identificar quais as reais possibilidades que lhes foram abertas.

Como estratégia importante para a ordenação e decomposição dos dados, as respostas homogêneas foram agrupadas e tratadas na totalidade dos entrevistados, entretanto, as diversidades que foram aparecendo em relação aos grupos Turma A, Turma B e Turma C e que assinalaram características especiais de uma turma em relação à outra foram analisadas separadamente, sendo que constantemente buscava-se

subsídios no referencial teórico para que os dados pudessem, de fato, ser confrontados com a literatura existente, dando-se, dessa forma, ênfase ao procedimento dialético.

Tabela 1. Perfil dos jovens participantes dos programas

| Características | Nº | % |
|--------------------|----|------|
| Sexo | | |
| Feminino | 33 | 53 |
| Masculino | 29 | 47 |
| Idade | | |
| 15 anos | 6 | 9,7 |
| 16 anos | 48 | 77,4 |
| 17 anos | 6 | 9,7 |
| 18 anos | 1 | 1,6 |
| 19 anos | 1 | 1,6 |
| Escolaridade | | |
| 1º ano Ens.Médio | 27 | 43,5 |
| 2º ano Ens.Médio | 28 | 45,2 |
| 3º ano Ens.Médio | 6 | 9,7 |
| Ens.Médio Completo | 1 | 1,6 |
| Total | 62 | |

De acordo com os dados obtidos, 33 são do sexo feminino e 29 são do sexo masculino. A maioria deles, ou seja, 48 jovens têm 16 anos de idade, 6 têm 15 anos, outros 6 possuem 17 anos, um tem 18 e, por fim, o último possui 19 anos. Considerando que o prazo de duração dos cursos gira em torno de 1 ano e 1 ano e 6 meses - atente-se que embora a lei permita o exercício de atividade na modalidade da aprendizagem dos 14 anos aos 24 anos - os programas (intencionalmente ou não) admitem adolescentes numa faixa etária que permitirá ao seu término a sua contratação definitiva, pois já terão completado os 16 anos necessários para o seu registro num contrato regular de trabalho.

Compativelmente com a idade e por tratar-se de exigência legal, os alunos cursam o ensino médio ou já completaram este nível, estando divididos da seguinte forma, 28 jovens cursam o 2º ano, 27 estão no 1º ano, 6 frequentam o 3º ano e um já tem ensino médio completo.

Tabela 2. Perfil familiar dos jovens participantes

| Características | nº | % |
|---|----|------|
| Nº de pessoas residentes no domicílio | | |
| 5 pessoas | 20 | 32,2 |
| 4 pessoas | 17 | 27,4 |
| 3 pessoas | 9 | 14,5 |
| 6 pessoas | 6 | 9,6 |
| 2 pessoas | 6 | 9,6 |
| 7 pessoas | 1 | 1,6 |
| 8 pessoas | 1 | 1,6 |
| 9 pessoas | 1 | 1,6 |
| 13 pessoas | 1 | 1,6 |
| Naturalidade e origem familiar | | |
| Nascidos e com famílias originárias de Ibitinga | 37 | 59,6 |
| Não nascidos e com famílias não originárias de Ibitinga | 18 | 29 |
| Nascidos e com famílias não originárias de Ibitinga | 3 | 4,8 |
| Não nascidos e com famílias originárias de Ibitinga | 2 | 3,2 |
| Não informaram | 2 | 3,2 |
| Plano de Saúde | | |
| Pelo menos uma pessoa na residência possui plano de saúde | 40 | 64,5 |
| Ninguém possui plano de saúde na residência | 22 | 35,4 |
| Total de respondentes | 62 | |

Quanto ao número de pessoas residentes na casa, podemos perceber que na maior parte das residências moram de 5 a 4 pessoas.

Os jovens na sua maioria são nascidos no município sendo que suas famílias também têm origem em Ibitinga. Dos 19 que responderam ter origem familiar diversa de Ibitinga, 61,9% mudaram-se por fator socioeconômico, questão que pode estar relacionada com as perspectivas de vida associadas à atividade industrial têxtil. Uma categoria de dados que poderia sinalizar para isso é a possibilidade de o indivíduo ter condições de possuir plano de saúde. A respeito, foram colhidos os seguintes dados: 35,4% disseram que ninguém possui plano de saúde na residência, 27,4% possuem plano empresarial, 14,5% disseram simplesmente que possuem plano de saúde, 17,7% responderam que apenas uma pessoa na residência possui plano, 3,2% disseram que apenas duas pessoas na residência possuem plano de saúde, 1,6% disseram que apenas três pessoas na residência possuem plano de saúde e finalmente apenas 1,6% daqueles que têm plano de saúde, também possuem plano dentário. Deste quadro depreende-se que na maioria das residências, pelo menos uma pessoa tem plano de saúde e este fator está diretamente ligado à atividade econômica da cidade pois é normal que as empresas

do setor disponibilizem este benefício aos seus empregados, estendendo-o em alguns casos, aos familiares.

Quanto à soma da renda familiar, 18 aprendizes informaram que o total da renda familiar é menor ou igual a 3 salários mínimos, 16 aprendizes menor ou igual a 4 salários mínimos, 16 aprendizes maior que 5 salários mínimos, 3 aprendizes menor ou igual a 2 salários mínimos e 1 aprendiz igual a 1 salário mínimo, o mesmo percentual não informou.

As informações constantes dos questionários relativas à renda, escolaridade e profissão, no conjunto e após serem relacionadas, indicam que quanto maior o nível de escolaridade dos familiares em geral, maior se apresenta o rendimento, sendo, via de consequência, maior o investimento na educação. Tanto isso é verdade que não se acha dentre os familiares dos entrevistados nenhum indivíduo que tenha curso superior completo e somente quando chegamos no patamar maior a 4 salários mínimos é que encontramos uma minoria que frequenta curso superior, destacando-se, ainda que, são os que exercem profissões que possuem melhor remuneração.

Outra questão que os dados nos mostram são os inúmeros casos (quase a maioria) dos familiares que não completaram o ensino fundamental e, ainda, o fato de que as profissões destes são de baixo nível de complexidade (p. ex. serviços gerais, auxiliar de produção) e, por isso, apresentam pior remuneração.

Em relação às demais perguntas, que permitiram obter dados comportamentais e preferenciais dos atores ou que originaram uma possibilidade de explicação ou justificativas após a organização dos dados, pudemos chegar às seguintes conclusões:

TURMA A

Dos 5 alunos que responderam que a escola é mais importante, nenhum marcou a opção “estuda” nas horas vagas e dos 17 alunos que responderam que consideram a escola tão importante quanto o trabalho apenas 1 marcou a opção “estudar” nas horas vagas. Na mesma pergunta, quando o adolescente se referia a “outras” atividades foi mencionada a internet, em primeiro lugar, em seguida o namoro e depois a igreja. Continuando com esta turma, ao serem questionados sobre a atitude dos demais funcionários da empresa em relação ao jovem aprendiz, eles informaram o seguinte:

- 40% (10) dos adolescentes informaram que, de uma maneira geral, os funcionários da empresa onde trabalharam aceitam e ajudam, dão instruções e

motivação e 28% (7 jovens) disseram que embora a maioria dos funcionários aceite, não se dispõe a ajudá-los;

- 24% dos adolescentes informaram que os funcionários não aceitam, justificam que o aprendiz não serve pra nada, que poderiam ficar em casa e implicam com os mesmos, não reservam máquinas para o aprendiz, dizem que não querem mais aprendiz e que era melhor que ficassem em casa, cumpre ressaltar que, dois alunos referiram que a empresa não dá qualquer apoio para o exercício da prática, deixando-os, inclusive, sem máquina para trabalhar;
- 8% (2 jovens) disseram que os funcionários ficam indiferentes, têm raiva pois entendem que o aprendiz tem certas vantagens e resultados que os demais demoram para conseguir;

Ao serem questionados sobre se desejariam continuar na empresa, o maior número (12) mostrou-se interessado em permanecer na empresa, entretanto, em outra função ou profissão, vários disseram que queriam crescer na empresa, fazendo-a crescer também, outros almejavam trabalhar na recepção, no departamento de recursos humanos e na área administrativa.

Na pergunta aberta que questiona quais as atitudes práticas para a realização dos objetivos de vida traçados, o que se pode observar é que daqueles que dizem que querem complementar os estudos, nenhum coloca como prioridade o estudo nas horas vagas e quando os aprendizes se referem a “fazer cursos” percebe-se que não se trata de continuar os estudos, mas sim fazer outros cursos profissionalizantes que aprimorem a prática.

Ora, a adoção desta postura demonstra a afirmação de Bourdieu no que diz respeito à educação. Segundo Nogueira (2002), Bourdieu considerava que as pessoas que fazem parte das classes populares, inconscientemente, adequam a intensidade de seus esforços de acordo com a percepção que possuem das chances de obtenção de sucesso. A partir disso, não só os adolescentes, mas, também suas famílias contentam-se com cursos escolares mais curtos, mas que garantam uma profissionalização rápida. “Essas famílias tenderiam, assim, a privilegiar as carreiras escolares mais curtas, que dão acesso mais rapidamente à inserção profissional.” (NOGUEIRA, 2002, p.24).

Por fim, a maioria vislumbrava a possibilidade de ser contratado, considerava-se ótimo funcionário e esperava reconhecimento em razão do esforço pessoal.

TURMA B

Dos 8 alunos que responderam que a escola é mais importante, apenas 3 marcaram a opção “estuda” nas horas vagas os 2 marcaram “descansa”, 1 “trabalha”, 1 “ajuda” e 1 “passeia”. Na mesma pergunta, quando o adolescente se referia a “outras” atividades foi mencionada a internet, em primeiro lugar, em seguida o namoro e depois a igreja. Percebe-se que, conforme a turma anterior, não há um grande investimento de tempo e esforço na educação e essa situação persiste, ainda, em relação à turma C, como veremos abaixo.

Continuando com esta turma, ao serem questionados sobre a atitude dos demais funcionários da empresa em relação ao jovem aprendiz eles informaram o seguinte:

- 47% (14 jovens) dos adolescentes informaram que, de uma maneira geral, os funcionários da empresa onde trabalharam aceitam e ajudam muito, outros 47% (14 jovens) disseram que embora a maioria dos funcionários aceite, não se dispõe a ajudá-los;
- 3% do total, o que corresponde a 1 dos adolescentes informou que os funcionários não aceitam e, ainda, em alguns casos, ensinam errado, justificam que o aprendiz não faz nada e ainda sai mais cedo;
- 3%, ou seja, 1 jovem disse que os funcionários ficam indiferentes;

Ao serem questionados sobre se desejariam continuar na empresa, o maior número (15) disse que gostaria de sair da empresa e mudar de função/profissão, 14 informaram que querem fazer faculdade, entretanto, do total de alunos somente 4 tem como prioridade estudar nas horas vagas, os demais descansam.

Da mesma forma que na turma A, a maioria dos adolescentes demonstrou o desejo de mudar de função ou profissão. No primeiro caso, o da Turma A, dentro da mesma empresa e, no caso da turma B, em empresa diversa.

Por fim, a maioria dos entrevistados desta turma, também, esperava ser contratada. Os aprendizes consideravam-se ótimos funcionários e esperavam reconhecimento em razão do esforço pessoal.

TURMA C

Dos 7 alunos da turma, 2 responderam que a escola é mais importante, entretanto, têm como prioridade o descanso nas horas vagas, os outros 5 responderam que a escola é tão importante quanto o trabalho, mas apenas 1 dá prioridade ao estudo

nas horas vagas. Na mesma pergunta, quando o adolescente se referia a “outras” atividades foi mencionada a internet e o clube. Continuando com esta turma, ao serem questionados sobre a atitude dos demais funcionários da empresa em relação ao jovem aprendiz eles informaram o seguinte:

- todos aceitam e auxiliam o aprendiz

Não há uma explicação clara para esta aceitação na área do curso administrativo, uma vez que na área da produção o problema de rejeição, segundo os relatos dos adolescentes, é bem mais frequente. Dois fatores podem estar contribuindo para que tanto o monitor quanto os funcionários demais funcionários estejam dando a devida atenção ao jovem sob sua tutela dentro da empresa. O primeiro é o fato de que o número de empregados dentro do setor administrativo é mais reduzido propiciando uma maior proximidade com o adolescente, outra questão, pode estar relacionada com a intervenção da entidade que ministra o curso sempre que algum problema dentro da empresa é relatado pelo jovem ou pela própria empresa. De acordo com a funcionária responsável pela orientação do curso, todas as vezes que surge algum entrave, o mesmo é resolvido através de esclarecimentos e do diálogo entre os atores que são intermediados pela instituição, que sempre reforça os objetivos a serem atingidos ao final do programa.

Ao serem questionados sobre se desejariam continuar na empresa, o maior número (4) disse que gostaria de permanecer na empresa e na função/profissão exercida, ou seja, a de assistente administrativo. Sobre as perspectivas futuras, 3 informaram que iriam se esforçar para serem contratados, 3 responderam que, além de ficar na empresa, queriam continuar estudando.

Por fim, 4 aprendizes disseram que tudo indicava que iriam ser contratados, consideravam-se ótimos funcionários e esperavam reconhecimento em razão do esforço pessoal.

Não obstante esta manifestação por parte dos entrevistados, aquilo que os meninos e meninas que pensam dessa forma (e, aqui podem ser incluídos a grande maioria dos adolescentes de todas as turmas) não levam em consideração é o fato de que o que rege o sistema capitalista não é o empenho, mas o resultado das ações, consubstanciado em lucro. Assim, a sua contratação não está diretamente ligada a este fator. Tanto isso é verdade que a lógica do mercado pode ser comprovada na fala da funcionária da instituição:

“... embora tenha necessidade de mão de obra qualificada para a área administrativa em razão do alto número de empresas em Ibitinga, o departamento que o jovem vai é um departamento muito enxuto, é que aqui na cidade eles mandam toda a parte contábil para escritórios, então, o serviço dentro deste departamento é muito reduzido, então, não é um departamento que cresce, vai absorvendo sempre outros aprendizes, que vão chegando, então, qual é a opção desse empresário, mandar esse aprendiz embora porque ele sabe que ele vai ter que assimilar outro no próximo curso, porque ele é notificado e tem que cumprir a cota da notificação. (...) Existe casos de contratação desses aprendizes? Existe, existem os casos em que eles são contratados antes do término do curso, porque são jovens, funcionários que estão dando um bom rendimento, dentro da empresa e é conveniente para o empresário ter eles em período integral dentro da empresa. Porque é assim, se é um funcionário que dá rendimento, não é bom pro empresário ele estar perdendo horas aqui em estudo, ele tem que estar produzindo pra este empresário, então eles tiram pra ter esse funcionário, só que não é bom pro jovem e o jovem fica muito equilibrado entre ficar no curso e na empresa ficar só na empresa, porque pra eles é muito importante este salário é uma forma de se manter, de melhorar a vida da família porque este salário entra na casa como orçamento familiar. Então é muito difícil esta escolha, mas eles sempre acabam optando pelo emprego pelo trabalho integral por medo de não conseguir mais estar dentro do mercado de trabalho, porque ele vai estar correndo o risco de ser mandado embora ao final do contrato de aprendizagem. **Então eles interrompem o curso....** Interrompe, às vezes 6 meses antes, às vezes 3 meses antes, mas é uma escolha deles, a instituição não gostaria, mas como o nosso objetivo é dar o primeiro emprego querendo associar com a educação, a gente gostaria que ele ficasse até o final, mas a gente não pode interferir nesta decisão porque pra ele é importante o salário. **Então eles perdem todo esse conhecimento que ele obteria se ele terminasse o curso?** é, inclusive quando eles estão deixando, eles deixam assim, eles ficam muito triste porque eles falam assim que eles não queria estar perdendo isso, que eles estavam conseguindo aprender aqui, que ia fazer muita falta na vida deles, mas o que pesa mais é a empresa e o salário.” (Funcionária da AMU – Ibitinga que orienta o curso de assistente administrativo – 08/08/2009) (grifos nossos)

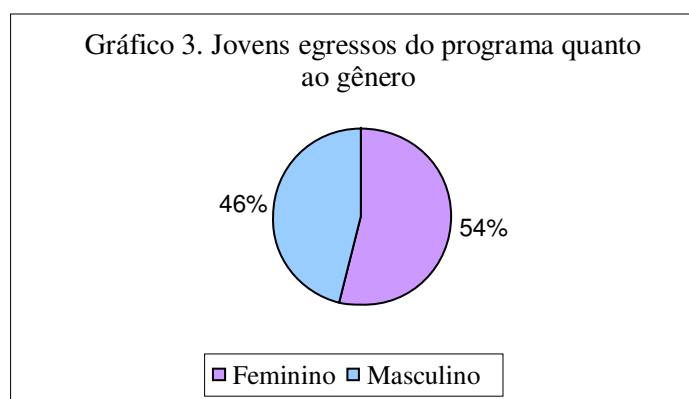
3.2. O segundo retrato: o que os adolescentes egressos e suas famílias revelam

A estratégia metodológica utilizada para obtenção desses elementos, abrangeu dados objetivos como gênero, escolarização, renda e também dados relacionados a costumes e práticas habituais capazes de refletir a maneira pela qual as vidas dos envolvidos são conduzidas, sendo que, ao final, aludidos dados serão confrontados com as representações e os sentimentos esboçados nas falas dos investigados. Tudo isso, na tentativa de perceber o que se passa além daquilo que é evidente e que, por ter sido

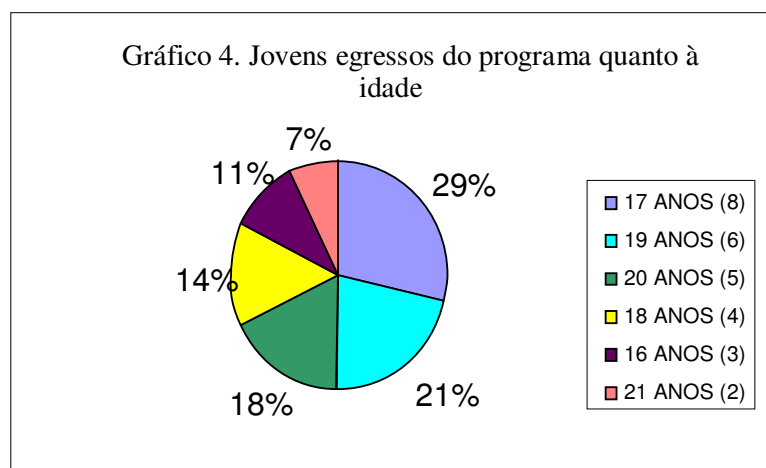
aceito e incorporado constitui-se em mecanismos imperceptíveis que reproduzem as relações de poder.

Ao total foram entrevistados 28 jovens e 24 responsáveis pelos adolescentes, dentre os quais pais, mães, avós e tios.

Desses 28 jovens, 22 fizeram o curso de costureiro e 6 adolescentes fizeram o curso de assistente administrativo. Interessante ressaltar que 4 jovens entrevistados participaram dos dois cursos, uma vez que, após concluírem o curso na área da produção industrial, acabaram passando no processo seletivo e entraram no curso da área administrativa.



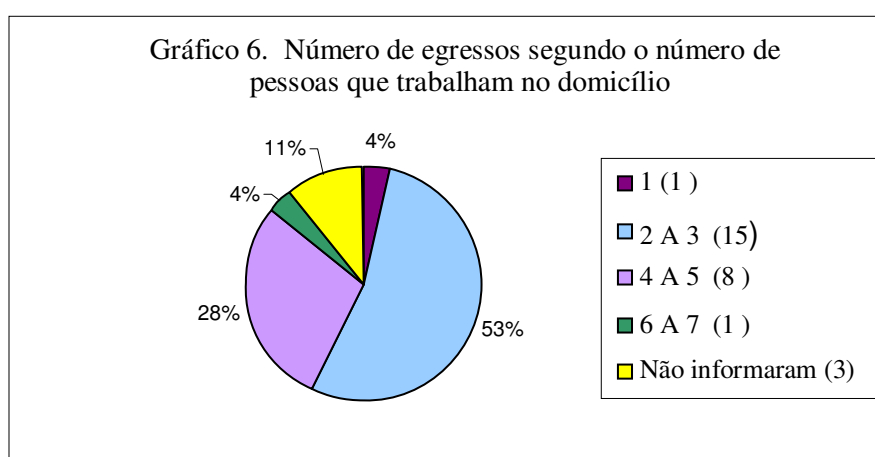
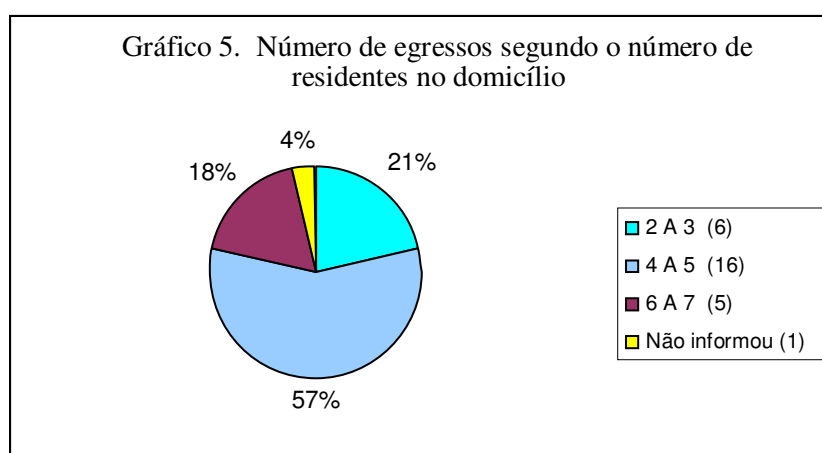
Quanto ao gênero, os adolescentes entrevistados se dividem em 15 do sexo feminino e 13 do sexo masculino.



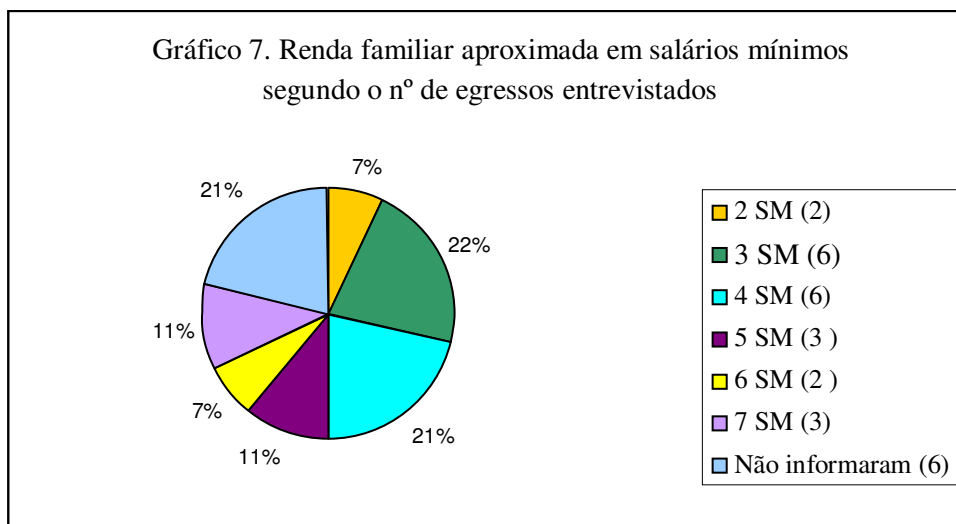
Quanto à idade, tendo em vista que foram selecionados 3 adolescentes de cada turma desde a primeira turma existente em Ibitinga, as idades se apresentaram bem variadas, entretanto, a maioria possui de 17 a 19 anos.

3. 2. 1. - A configuração da situação familiar do adolescente egresso

Na maioria dos domicílios visitados, o número de residentes gira em torno de 4 a 5 pessoas, sendo que, 2 a 3 pessoas, incluídos os jovens, são responsáveis pela manutenção da casa.



Daí decorre que tais fatores têm influência direta na renda familiar, segundo mostram os elementos abaixo relacionados.



A partir dos gráficos acima, podemos concluir que das pessoas que informaram o salário, a maior parte sobrevive com 3 a 4 salários mínimos, sendo que a maioria dos domicílios abrigam de 4 a 5 pessoas, tendo 2 a 3 membros produtivos na família. Os adolescentes entrevistados relatam a importância do seu salário na manutenção da casa, fato que vem comprovar que os pais não são capazes de prover o sustento da família sozinhos.

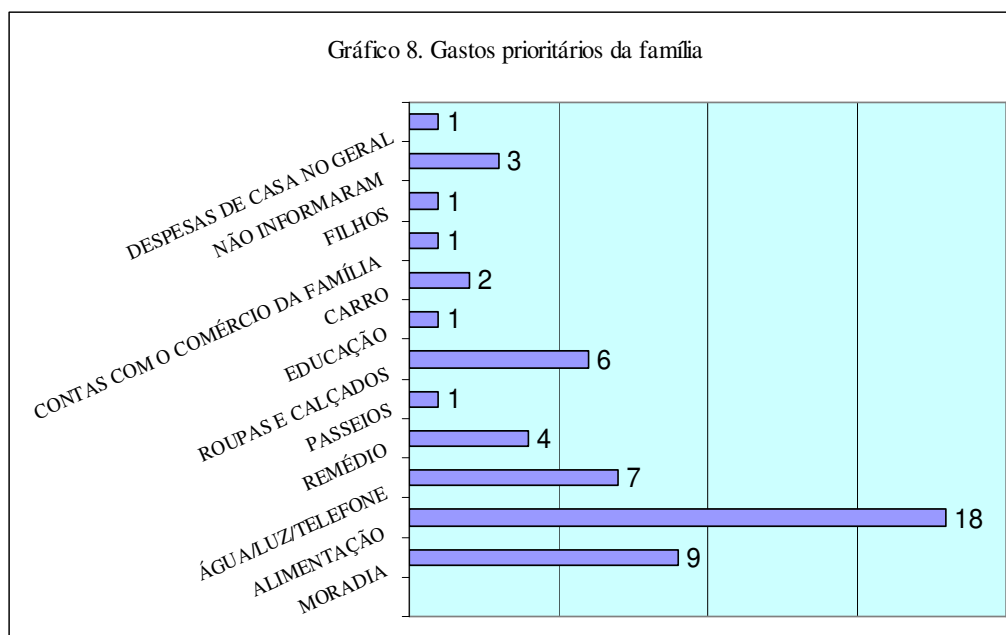
“Como você gasta seu dinheiro? Agora eu gasto meu dinheiro em casa mesmo. Coisas pra casa, as compras dentro de casa. **Antes disso, quando você era solteira, como você gastava dinheiro?** Antes disso, a minha mãe teve derrame então sempre ajudei dentro de casa, ajudava minha mãe dentro de casa, que ela não podia trabalhar, então eu que ajudava, eu e ela juntava nossos salários, pagava a casa, porque eu tenho 2 irmãs menor. Então, ajudava minha mãe.” (Jovem V.B.O. - 20/07/2009)

“Como você gasta seu dinheiro? Nossa! Pagando conta, metade é pagando conta, metade é gastando aqui em casa, sabe, assim, quando falta alguma coisa, ajudando...” (Jovem I.C.S.A. – 29/07/2009)

“Olha, a maior parte eu gastava em casa, eu não gastava muito comigo. De vez em quando eu comprava um tênis.” (Jovem D.R.J. – 21/07/2009)

Como afirma Gouveia (1983) “o trabalho ao lado do adulto faz parte da rotina diária da família e ao mesmo tempo constitui o início de um tipo de vida produtiva...” (p. 59).

As perguntas também deram subsídio para serem avaliados quais são os gastos prioritários das famílias. Vejamos abaixo.



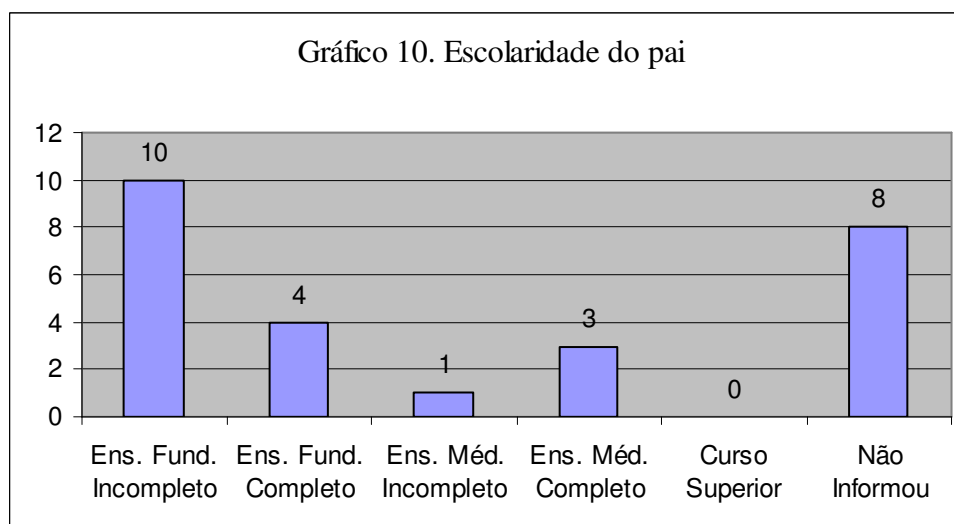
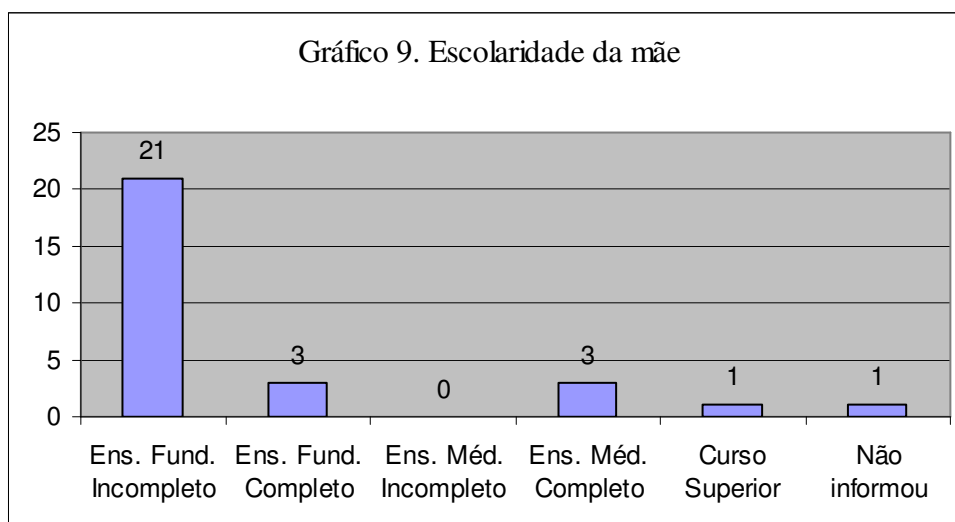
As informações obtidas tanto no questionário quanto nas entrevistas demonstram nitidamente que as famílias não possuem qualquer tipo de luxo e o dinheiro é suficiente apenas para o pagamento das despesas essenciais. Assim, fica evidenciado que o adolescente que procura o curso é aquele vindo de famílias de classe baixa.

“Qual a prioridade de vocês? Aluguel, água, luz, força e mercado.”
(Mãe da Jovem D.O.O. – 05/08/2009)

“Eu gasto com alimentação, eu gasto bem com farmácia, também, a gente tem problema de saúde.” (Mãe das jovens D.C. e T.C. – 13/07/2009)

“Qual a prioridade de vocês no gasto deste salário? Aluguel, isso, alimentação, conta de água e luz, essas coisas, o básico da vida, né?
(Mãe do jovem J.C.Q. – 21/07/2009)

A partir deste ponto, as perguntas foram direcionadas para se delinear o nível educacional das famílias dos aprendizes, tendo por base a escolaridade, bem como as suas práticas habituais. Assim, o gráfico que indica o grau de escolaridade dos mesmos assumiu o seguinte teor.



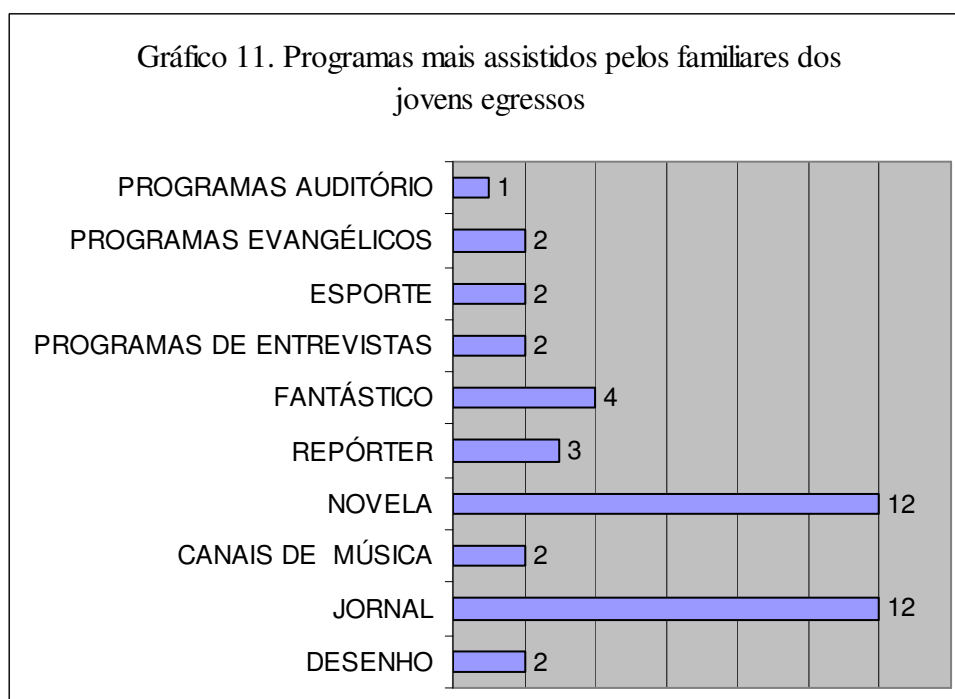
Percebe-se claramente que os jovens participantes do programa são provenientes de famílias cujos pais não tem alto grau de escolaridade, pelo contrário, a maioria não completou o ensino fundamental. Dos responsáveis entrevistados, apenas uma mãe, tem curso superior completo.

Para conhecer qual o tipo de lazer mais comum nas famílias foi perguntado qual a atividade desenvolvida nas horas vagas do responsável pelo jovem, tendo sido citadas as seguintes atividades, na proporção indicada pela tabela e gráfico abaixo:

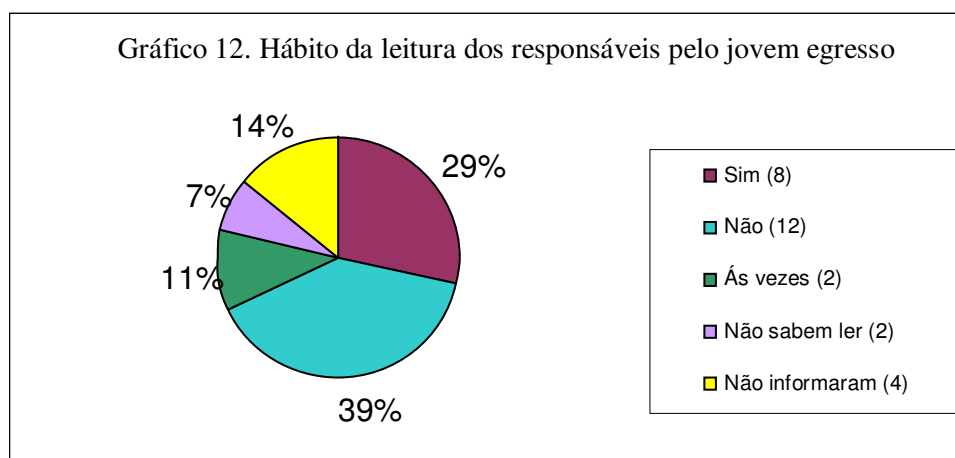
Tabela 3. Práticas habituais dos responsáveis nas horas vagas

| Práticas habituais | Responsáveis |
|-------------------------------|--------------|
| Assiste TV | 8 |
| Dorme/Descansa | 4 |
| Não possui horas vagas | 4 |
| Passeia | 3 |
| Lê | 3 |
| Cuida do pagamento das contas | 2 |
| Leva almoço para filhas | 2 |
| Vai à Igreja | 2 |
| Cozinha | 1 |
| Vai ao Clube | 1 |
| Brinca com a filha | 1 |
| Visita parentes | 1 |
| Joga baralho | 1 |
| Escuta rádio | 1 |
| Cuida da casa | 1 |
| Não informaram | 2 |

Do exposto, depreende-se que a principal atividade de lazer dos familiares dos jovens é assistir televisão ou dormir e descansar. Muitos também responderam que não têm horas vagas. Tomando por base a informação acima, perguntou-se aos responsáveis pelos jovens quais os programas de televisão preferidos e o gênero de filmes, geralmente assistidos por eles, perguntas que foram respondidas da seguinte forma:



Em seguida, foi perguntado aos familiares dos jovens se tinham o hábito da leitura e se, eventualmente, lembravam algum título de livro já lido por eles, tendo sido obtidas as seguintes respostas abaixo representadas:



Conforme se depreende, a maior parte dos familiares ouvidos não se dá ao hábito da leitura, tendo sido mencionados os seguintes gêneros e títulos de livros como preferenciais dos entrevistados:

Tabela 4. Gênero literário e títulos lidos que foram citados pelos responsáveis dos jovens egressos que dizem possuir o hábito da leitura

| GÊNEROS PREFERIDOS/TÍTULOS LIDOS |
|--|
| BÍBLIA E LIVROS DE IGREJA |
| HISTÓRIAS INFANTIS |
| LIVROS DE ESCOLA DAS CRIANÇAS |
| ROMANCE |
| ROMANCE ESPÍRITA |
| LIVROS NATURAIS |
| OS MISERÁVEIS |
| CAÇADOR DE PIPAS/CABANA/UMA VIDA DE PROPÓSITOS |
| MÁSCARA DE FERRO/OS MISERÁVEIS |
| MINHA VIDA NOOUTRA VIDA/SÓ POR UMA NOITE |
| OLHAI OS LÍRIOS DO CAMPO/CLARISSE |

O capital cultural está diretamente relacionado a diplomas, nível de conhecimento geral e boas maneiras (Vasconcellos, 2002). Através das perguntas que originaram os dados acima tentou-se avaliar qual o nível de capital cultural das famílias dos adolescentes participantes dos programas, posto que dizem respeito ao nível escolar, práticas habituais, disposição ou frequência de leitura, dos mesmos. Conforme se pode observar, tais indicadores não parecem pautar os hábitos da famílias. A par disso, em outras perguntas ao longo da pesquisa também ficou claramente demonstrado o baixo

capital econômico das famílias. Tais fatores nos permitem concluir que a “herança social” de tais adolescentes não lhes é favorável, no que diz respeito a estes aspectos e, via de consequência, a sua participação social que está baseada nesta herança também se torna precária.

Mais uma vez a pertinência do referencial de Bourdieu “... o acúmulo de bens simbólicos e outros estão inscritos nas estruturas do pensamento (mas também no corpo) e são constitutivos do *habitus* através do qual os indivíduos elaboram suas trajetórias e asseguram a reprodução social.” (op. cit, p. 81).

Feitas tais considerações passemos a investigar a realidade do jovem aprendiz, uma vez que é aquele que mais sofre as consequências deste campo de poder que é caracterizado por relações de forças entre os estamentos sociais, responsáveis por garantir aos participantes possuidores de capital a prerrogativa de definir a forma legítima do poder. (Bourdieu, 1989).

3.2.2 O cotidiano dos jovens egressos

Práticas habituais

A entrevista com os adolescentes egressos foi iniciada com perguntas sobre sua vida num contexto geral, suas preferências, atividades de lazer, atividades culturais, enfim, sobre seus hábitos.

Tabela 5. Práticas habituais dos jovens egressos

| Práticas habituais | Frequência | | | |
|---------------------------------------|------------|----------|-------|----------------|
| | Sempre | Às vezes | Nunca | Não informaram |
| Cinema | 3 | 13 | 12 | 0 |
| Teatro | 0 | 1 | 4 | 23 |
| Museu | 1 | 2 | 3 | 22 |
| Clubes ou praças | 4 | 14 | 9 | 1 |
| Quadras desportivas | 4 | 6 | 13 | 5 |
| Festas | 4 | 18 | 5 | 1 |
| Jogos | 4 | 6 | 15 | 3 |
| Atividades rec. | | | | |
| Escolares | 3 | 4 | 8 | 13 |
| Leitura | 6 | 6 | 15 | 1 |
| Visita à amigos | 14 | 8 | 2 | 4 |
| Religião | 8 | 9 | 10 | 1 |
| Show | 9 | 12 | 5 | 2 |
| Viagem | 3 | 8 | 15 | 0 |
| Aluguel de filmes | 20 | 6 | 2 | 0 |
| Biblioteca | 3 | 3 | 22 | 0 |
| Uso do computador e acesso à internet | 17 | 10 | 1 | 0 |

Em relação às atividades acima descritas podemos fazer as seguintes considerações.

Dentro do contexto analisado, a baixa frequência ao teatro, museu e cinema pode ter origem em dois fatores, tanto na falta de costume quanto pelo fato de que a cidade não disponibiliza tais atrativos. Observe-se que a cidade de Ibitinga possui apenas um acervo histórico e artístico em exposição num prédio adaptado denominado Arquivo e Museu Histórico Municipal e, segundo informações obtidas no local, a média de visitação é de aproximadamente 150 pessoas por mês, público formado, na sua maioria, por estudantes que frequentam o lugar para realização de trabalhos escolares.

A mesma justificativa não pode ser utilizada para explicar o raro hábito dos entrevistados de frequentar a Biblioteca Municipal.

Quanto à realização de viagens dos 16 jovens que responderam que costumam viajar vez por outra, apenas 5 o fazem a lazer, o restante viaja para visitar parentes.

Em relação ao hábito de leitura 15 jovens informaram que não têm o hábito da leitura, 6 jovens informaram que leem de vez em quando e os outros 6 leem assiduamente. Daqueles jovens que informaram que gostam de ler 4 disseram que o último livro lido foi devido à obrigatoriedade do curso, tendo sido citados os seguintes títulos: Monge e o Executivo, Dom Casmurro, As poderosas, Violetas na janela, A menina que roubava livros, Olga, O castelo de vidro, Memórias Póstumas de Brás Cubas, a Luneta Mágica, Crônicas, Marley e eu, O alienista, Diário de Anne Frank, gibis, livro de português (gramática), apostilas de cursinho, livros sobre Astronomia, romances em geral.

Sobre a preferência musical, a maioria (9) disse não ter preferência e daqueles que indicaram um gênero, em primeiro, citaram a música sertaneja (4) e o rock (4), em seguida, vem o pagode (3), depois a música gospel (2) e, por fim, a eletrônica (1).

Considerando que o hábito de alugar filmes constitui-se na prática mais expressiva e frequente dos jovens, importava saber qual o gênero de filme que mais agradava os entrevistados.

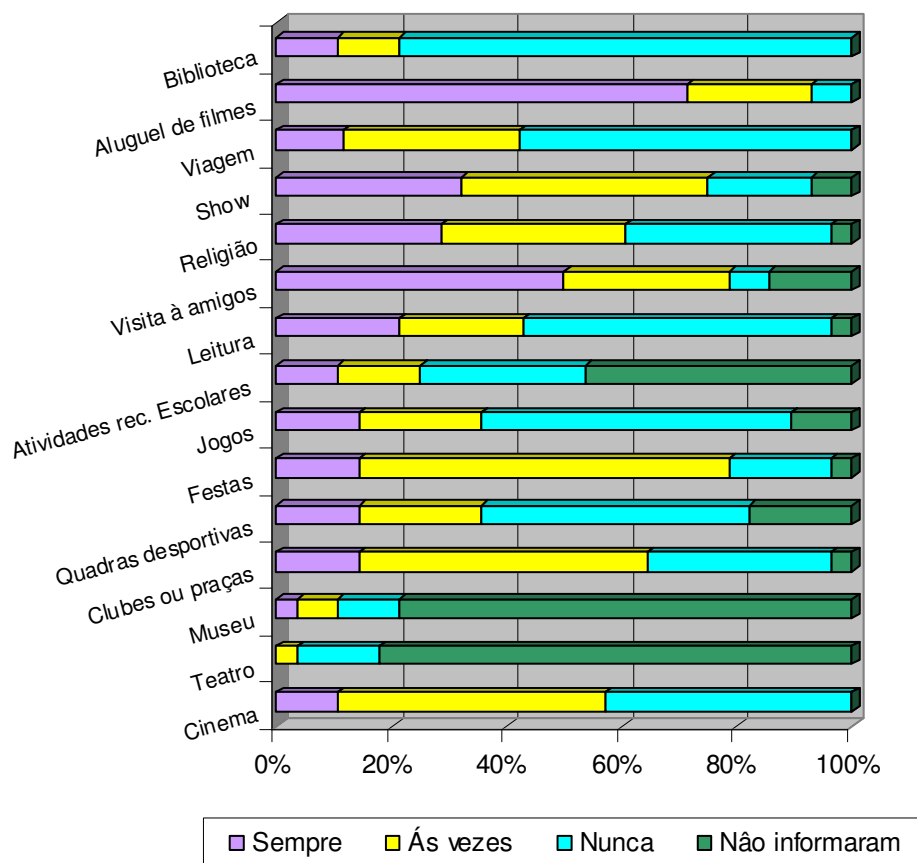
Os jovens mostraram preferência pelos filmes de comédia (11), terror (8), romance (6), ação (3), ficção (2) e suspense (2), história de vida (1), desenho (1), policial (1). Os principais títulos citados como preferências foram: Sete Vidas, Vigilantes do Shopping, Sim, Senhor, Menino da Porteira, Madagascar, Uma Noite no Museu, Pânico I, II, III e IV, Sexta-feira Muito Louca I, II, III e IV, As Branquelas, Era

do Gelo III, O Passageiro, Um Amor para Recordar, Busca Implacável, O Curioso Caso de Benjamin Button, O homem Bicentenário, Sobre Meninos e Lobos, Jogos Mortais, O Massacre da Serra Elétrica, Quebrando as Regras, Se Eu Fosse Você II, Transformers, X-Man, Golpe Baixo, O Cavaleiro Templário, Marley e Eu, Velozes e Furiosos IV, Adrenalina II, Ligeiramente Grávida, Presságio, O “Id” e “ota”, Norbet, A Profecia, O Segredo, Missão Babilônia, P. S. Eu te Amo, Diário de uma Paixão, O Jardim Secreto, O Crepúsculo (2), Prova de Fogo, Todas Contra John (3), Floresta do Mal (2), Ela é o Cara (2), O exorcista, Prova de Fogo, Regras do Amor.

Em relação ao uso do computador e acesso à internet, a grande maioria utiliza o equipamento para acessar sites de relacionamento como “Messenger” (15) e “Orkut” (18), sendo que apenas 7 jovens costumam utilizar, também, para trabalhos de escola.

O gráfico abaixo permite a visualização dos resultados obtidos com as respostas, em relação à frequência das atividades que demonstram tratar-se de adolescentes de classe popular cujos hábitos são isentos de qualquer ostentação.

Gráfico 13. Práticas habituais dos jovens egressos



Para comentar os resultados obtidos que podem ser claramente identificados nos gráficos e tabelas acima, recorreremos a um excerto do artigo “Anatomie du goût” escrito por Bourdieu e Saint-Martin.

Percebe-se que as disposições, as preferências e costumes dos jovens são extremamente singelos e característicos de uma massificação.

Segundo os autores, a classe que o indivíduo ocupa corresponde ao seu estilo de vida e este estilo de vida aparece no gosto, que é ajustado a essa ordem, a essa posição social, tendo por parâmetro aquilo que é ou não possível a quem faz parte daquela classe. O estilo de vida das classes populares é uma forma de adaptação à posição ocupada na estrutura social e a distância entre as classes decorre mais dos meios econômicos e culturais que eles podem colocar em ação e menos de sua vontade.

“Os gostos obedecem, assim, a uma espécie de lei de Engels generalizada: a cada nível de distribuição, o que é raro e constitui um luxo inacessível ou uma fantasia absurda para os ocupantes do nível anterior ou inferior, torna-se banal ou comum, e se encontra relegado à ordem do necessário, do evidente, pelo aparecimento de novos consumos, mais raros e, portanto, mais distintivos” (BOURDIEU in Ortiz, 1983, p. 85).

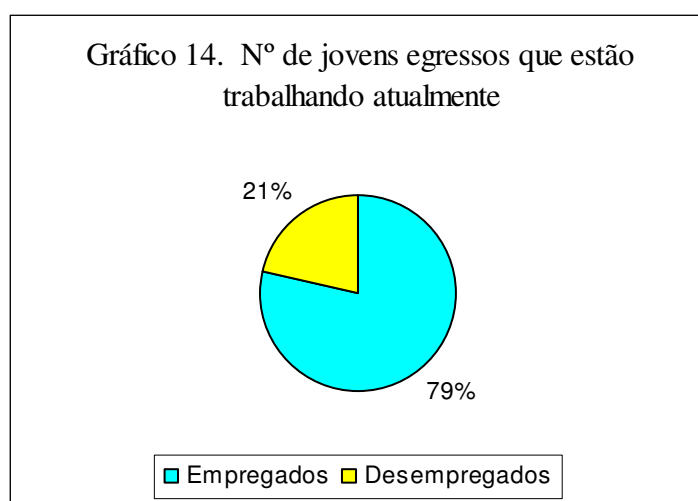
Bourdieu assevera que no gosto, na tendência e na capacidade de apropriação material ou simbólica de um determinado gênero de objetos ou práticas, o estilo de vida e cada dimensão em que ele se apresenta é capaz de mostrar todas as outras, assim, esta relação mantida com a cultura é também explicitada no universo de trabalho. A respeito dessa relação entre estilo de vida e trabalho, Bourdieu assevera que Marx já se referia a um selo que imprime no trabalhador uma marca que o identifica como sendo propriedade do capital e este sinal é reconhecido e percebido por todos através das práticas cotidianas, da maneira como a pessoa costuma usar seu tempo livre, enfim, do seu modo de vida. Assim, além de não serem possuidores de conhecimento e práticas que o valorizem dentro da sociedade e de possuírem habilidades ou saberes que não têm valor de mercado, são totalmente desapropriados de qualquer tipo de saber ou educação, são ainda, considerados pessoas que não sabem aproveitar a vida, pois comem alimentos pesados e sacrificam-se por eles, não cuidam do físico, usam roupas de baixa qualidade, não sabem descansar, enfrentam multidões em áreas de lazer, se dedicam a lazeres produzidos pela indústria cultural. Tudo isso vai confirmando as

distinções e os pré conceitos inerentes à classe e ficam convencidos que têm apenas aquilo que merecem (op.cit.).

A partir desta colocação, passemos a conhecer o universo do trabalho dos adolescentes.

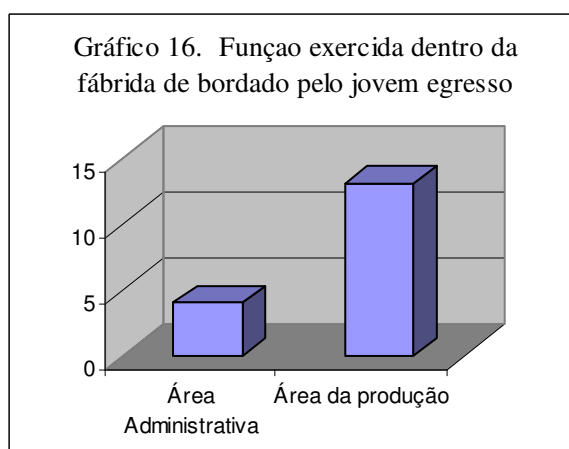
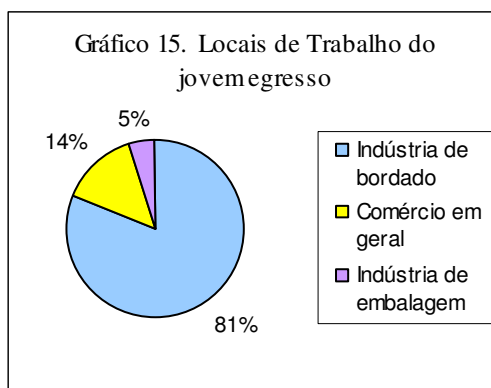
Trabalho atual: fardo ou prazer?

A respeito da situação profissional do adolescente egresso ficaram evidenciadas as seguintes informações.



Dos 28 jovens ouvidos, 6 encontram-se desempregados, dos 22 que estão empregados, 3 trabalham no comércio em geral, nas funções de balconista, caixa de supermercado e o último assume diversas funções numa loja de bordado. Outros 17 entrevistados trabalham em indústrias de bordado, sendo que 13 jovens trabalham na área de produção e apenas 4 jovens trabalham na área administrativa. Na área de produção, os jovens exercem as seguintes funções, de encarregado de qualidade (1), gestão de produção (1), auxiliar de encarregado (1), operador de máquina (2), costureiro (4), auxiliar de expedição (1), auxiliar de cortador (1) auxiliar de produção (4).

As informações expressas resultam nos seguintes gráficos:



Os gráficos mostram que o lugar reservado aos jovens é, de fato, a área de produção da indústria têxtil, não havendo muitas outras possibilidades a serem seguidas. No entanto, nota-se que a participação no curso tem garantido a alguns adolescentes uma melhor posição no “chão de fábrica”, posto que, assumem funções ligadas ao controle dos demais funcionários, os chamados “encarregados” ou funções em que o trabalho é exercido numa máquina para qual foram treinados.

Estes dados tornar-se-ão essenciais e expressivos em relação às perspectivas de vida do jovem quando tratarmos da satisfação e dos planos futuros dos mesmos.

Veremos mais adiante, através da manifestação de suas expectativas e representações que esta realidade apresentada não é desejada pela maioria dos entrevistados, entretanto, com os meios que lhes são disponíveis, não há como fugir dela.

Ao serem perguntados como era gasto o salário percebido no emprego, os adolescentes informaram as suas prioridades, indicando as seguintes despesas:

Tabela 6. Gastos prioritários dos jovens egressos

| Gastos | Nº |
|---------------------------------|----|
| Ajuda em casa | 22 |
| Roupas e sapatos | 12 |
| Lazer | 6 |
| Contas próprias diversas | 4 |
| Prestação computador | 3 |
| Prestação curso | 3 |
| Economias para comprar carro | 3 |
| Pagamento dívidas | 2 |
| Prestação carro | 2 |
| Prestação moto | 2 |
| Contas celular | 1 |
| Aparelho dentário | 1 |
| Clube | 1 |
| Carteira de motorista | 1 |

Os jovens sentem-se valorizados e úteis por poderem ajudar nas despesas da casa. Tal sentimento reforça a entrada precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho. Afinal, antes eram tidos como um peso para os pais e agora, além de serem capazes de manter a própria sobrevivência, o seu dinheiro representa um aumento na renda familiar. Abaixo as falas de mãe e filho que demonstram claramente esta situação:

“Então fala pra mim, o que a Sra. acha que foi o maior benefício que esse curso trouxe pra ele? Ai, fez ele sair das minhas costas...pra ele mesmo poder proporcionar as coisas que ele quer, comprar, já me aliviou bastante mesmo.. E ele ajuda? Ajuda, ajuda, ele dá uma parte em casa, precisa, né? Também tem gasto, né? Água, luz, telefone, essas coisas. Então, em termos geral ele melhorou? Melhorou, bem, melhorou por que me aliviou um pouco, de uma certa forma me aliviou, ele paga água, luz, telefone, então pra mim já, é um dinheiro que eu posso empregar em outra coisa. Então a Sra. acha que.. olha, eu achei esse curso maravilhoso” (Mãe do jovem J.C.Q – 23/07/2009) (grifos nossos)

“Lá em casa eu sou o que ganha mais de casa, é uma honra pra mim isso daí, então eu ajudo bastante, eles não me exploram, eles até cobram pouco pelo tanto que eu moro lá, eu como e não vou por comida em cima da mesa? Só o sábado que eu trabalho, 4 horas só por sábado já dá pra ajudar em casa .” (Jovem J.C.Q. - 23/07/2009)

Embora parte do salário dos adolescentes seja destinada à manutenção da casa, o que se percebe é que os jovens se comprometem com financiamentos e

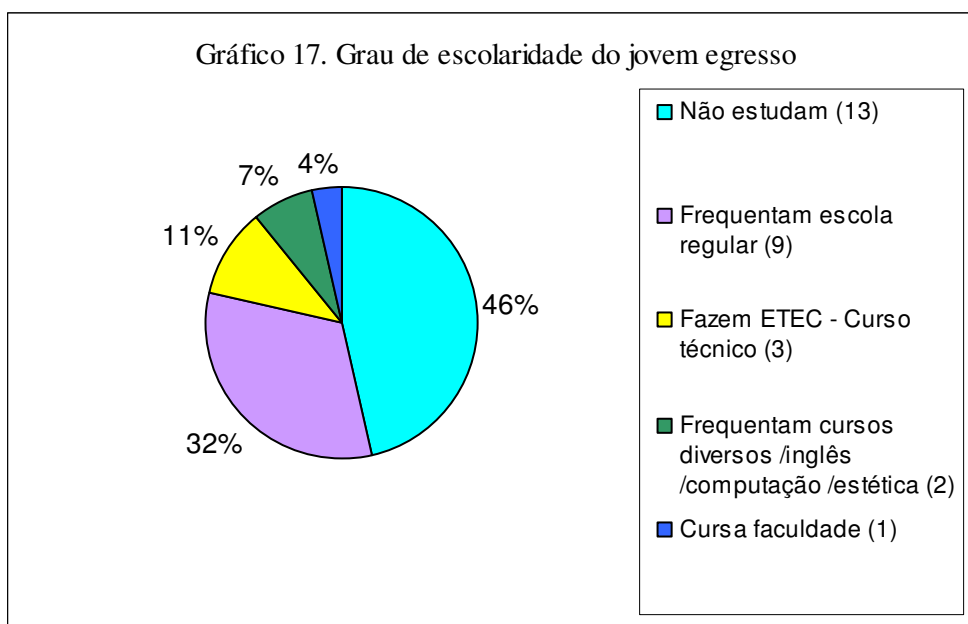
prestações, principalmente de carros, motos e computadores e todos os demais “sonhos” ou “projetos” são adiados por conta disso.

“Seus planos para o futuro, você falou pra mim que quer fazer uma faculdade. Ter participado desse curso influenciou nessa escolha? Eu já tinha escolhido, mas ajudou a ter certeza. O que você vai fazer pra atingir seus objetivos? A faculdade? É. Tenho que esperar acabar de pagar o carro, pra ver se eu passo no ENEM que eu fiz inscrição, ter uma nota boa, pra conseguir, é isso.” (Jovem T.C. 16/07/2009)

“Estou pagando a carta também, pagando a carta eu vou tirar um automóvel. Então você quer comprar um carro, é isso? Eu vou comprar, se Deus quiser. Então você ajuda uma parte mas o que sobra você realmente economiza para você conseguir... porque agora eu graças a Deus eu não tenho nenhuma dívida, paguei tudo computador, “bicicleta”, TV, paguei tudo.” (Jovem J. C.Q. – 23/07/2009)

Os estudos: uma dimensão esquecida?

Questão fundamental para a pesquisa é conhecer se os adolescentes continuam os estudos. Dos entrevistados, 13 não estavam estudando no momento da entrevista. Destes que interromperam os estudos, 8 concluíram o Ensino Médio e pararam e 5 jovens sequer concluíram a aludida fase. Daqueles 15 que informaram que estão estudando, 9 frequentam escola regular, no nível do Ensino Médio, 3 adolescentes fazem cursos técnicos de Gestão de Empresas, Rotinas Administrativas no ETEC – Centro Paula Souza de Ibitinga, outros 2 fazem cursos de informática, inglês e estética, sendo que, do total de entrevistados, apenas uma jovem ingressou na faculdade e atualmente faz curso de enfermagem.



Como já afirmado, a obra de Bourdieu escolhida como referencial teórico para a presente pesquisa questiona o consenso universal da igualdade de oportunidades e da eficácia da educação formal como garantidora dessa equidade social a todos.

Empenhados em construir um objeto científico de forma que possamos passar a vê-lo e entendê-lo de uma forma diferente daquela que até então todos o conhecem (Bourdieu, 2007), a questão da continuação dos estudos e o nível de escolaridade atingido pelo jovens apresentou-se como sendo um fator importante.

Ao analisarmos o gráfico acima não podemos desconsiderar a idade dos 28 jovens entrevistados.

Tabela 7. Jovens egressos do programa quanto à idade

| IDADE | EGRESSOS |
|------------------------|----------------|
| | n ^o |
| 17 ANOS | 8 |
| 19 ANOS | 6 |
| 20 ANOS | 5 |
| 18 ANOS | 4 |
| 16 ANOS | 3 |
| 21 ANOS | 2 |
| Total de entrevistados | 28 |

Os dados mostram que 46% dos jovens abandonaram os estudos, uma média altíssima se observarmos que a maioria possui entre 17 e 19 anos idade e que, segundo nosso sistema escolar, o normal seria que estivessem cursando a faculdade ou pelo menos entrando nela. Acontece que somente uma jovem apresenta-se nesta condição.

Relacionando o percurso escolar dos jovens e de seus ascendentes (conforme já foi mostrado a maioria não completou o ensino fundamental e apenas uma mãe tem curso superior) podemos perceber que os jovens tendem a seguir o modelo dos pais. Através de suas pesquisas Bourdieu chegou à conclusão de que:

“Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar.” (GOUVEIA, 1993)

A partir disso, a combinação do capital cultural e do *ethos* é que definiriam as condutas escolares e as atitudes frente à escola, assim, a postura familiar em relação à escola seria a principal determinante do continuação dos estudos (op. cit.).

Noções e práticas de cidadania: desinteresse pelos direitos?

Para termos uma noção sobre o senso de cidadania dos jovens foram feitas perguntas a respeito das eleições passadas e da realização de trabalhos voluntários por parte dos mesmos.

Isto porque, o voluntariado exercido sob forma diversa do assistencialismo é forma de participação social, sendo um meio capaz de fortalecer a cultura cívica do país sempre que se destine à promoção de direitos.

Sobre a questão do trabalho voluntário, 15 jovens disseram que nunca o fizeram, 13 disseram que já fizeram, destes últimos, 2 jovens informaram que trabalharam no programa Escola da Família, para adquirir bolsas de estudos e 5 só o fizeram em razão do curso. Segundo foi apurado, os dois cursos que são objeto de estudo têm em seu currículo trabalhos voluntários como atividades complementares. Assim, podemos afirmar que somente 6 jovens realizaram este tipo de atividade por iniciativa própria e sem o intuito de obtenção de qualquer contra prestação.

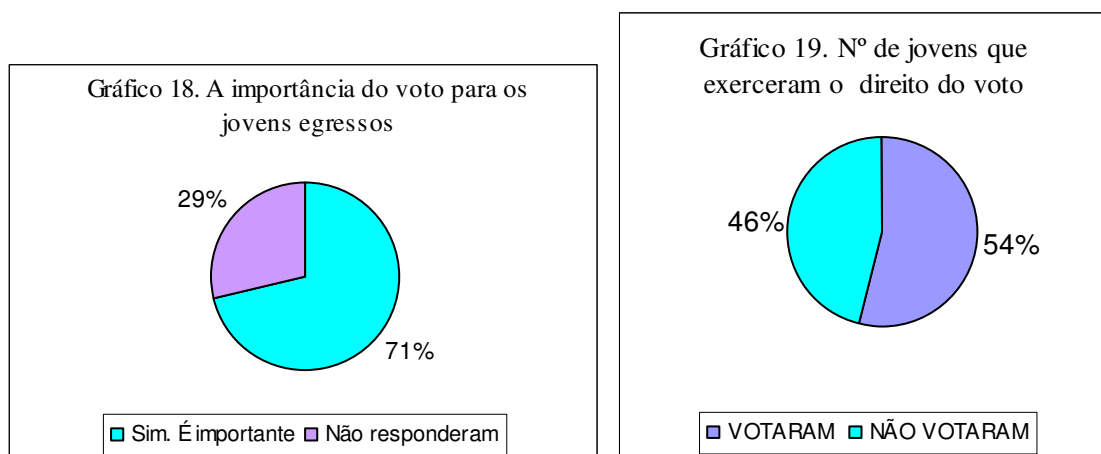


Tabela 8. Justificativas dos jovens que não votaram

| Justificativas | Nº |
|---|-----------|
| Não tiraram o título porque não era obrigatório | 6 |
| Não sabia que poderia ter votado | 1 |
| Tinha idade mas não deu vontade | 1 |
| Não tinham idade sequer para tirar o título | 3 |
| Não informaram o motivo | 2 |
| Total de não votantes | 13 |

Ao serem perguntados sobre os critérios levados em conta na escolha dos candidatos, os adolescentes mencionaram os seguintes:

Tabela 9. Critério de escolha do candidato dos jovens egressos

| Critérios do voto | Nº |
|--|----|
| Analisaram a proposta | 6 |
| Deram chance para quem nunca havia sido eleito | 2 |
| Votou numa pessoa conhecida | 1 |
| Analisou a vida do candidato | 1 |
| Votou por eliminação | 1 |
| Não gostava dos outros candidatos | 1 |
| Votou baseado naquilo que os outros falavam | 1 |
| Simplesmente votou, não analisou nada | 1 |

Dos 28 entrevistados 8 não responderam a pergunta, e o restante, ou seja, 20 jovens responderam que acham importante. Apesar de admitir o valor do voto, do total de jovens somente 15 exerceram seu direito. Destes, apenas 6 foram guiados pela análise da proposta do candidato. As justificativas utilizadas por aqueles que não votaram denotam um total desinteresse pela política, descaracterizando a importância que atribuíam ao voto na primeira pergunta. Daí conclui-se que os dados obtidos demonstram que os adolescentes, embora tenham um discurso legítimo a respeito do voto, não apreenderam em suas consciências seus direitos e deveres, o que se explica por todo conjunto de “habitus” e de elementos da reprodução social.

IV. AS REPRESENTAÇÕES DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS

A partir de agora vamos começar a desvendar o mundo do adolescente egresso, de suas famílias, bem como dos demais participantes deste campo social. Neste ponto, será possível vislumbrar através das falas dos envolvidos os sentimentos e representações que a vivência dessa experiência profissionalizante trouxe para suas vidas e que, lamentavelmente, muitas vezes não condizem com as possibilidades reais que, de fato, foram abertas aos envolvidos.

4.1. Representações da família

Entre a necessidade e a perspectiva de se livrar dos perigos da rua

Ao serem perguntados sobre qual foi o principal motivo pelo qual o filho participou do programa 9 pais responderam que os filhos foram encaminhados por eles próprios como maneira de obter uma formação, uma ocupação que os livrasse dos perigos da rua, como drogas, más companhias, ociosidade, enfim, caminhos que, em tese, pudessem levá-los à marginalidade.

“Eu que procurei. Pra ocupar o tempo vago que sobrava da aula e pra não ficar jogado na rua, e pelo assunto financeiro, pra ajudar na renda da família.” (Mãe do Jovem I.D.R. – 04/08/2009)

“Pra ser sincera, pra ele ter responsabilidade mesmo, queria que ele se soltasse mais, não sei se você percebeu ele é muito caseiro. Que ele aprendesse mesmo, então, foi onde a gente deu a maior força pra ele, eu e meu mais velho, nós lutamos muito por ele, ele era muito infantil, muito infantil mesmo, o negócio dele era só jogar, ficar bitolado ali na televisão, então eu queria que ele aprendesse, que ele sáísse, foi onde nós conseguimos...(...) pra ele ter responsabilidade. (...) Olha, eu, da minha parte, se eu fosse falar assim pra pessoa, é ótimo. É ótimo mesmo, eu se fosse uma pessoa, fosse uma autoridade eu dava a maior força pra isso ir pra frente, porque primeiro que há muita necessidade dessas crianças que estão aí, porque hoje em dia nós estamos numa situação muito difícil com as crianças dessa parte de adolescência partindo pras drogas, então eu acho que isso devia de expandir devia ser aumentado pra dar oportunidade pras esses adolescentes que estão aí perdido.” (Mãe do Jovem W.M.B. – 14/08/2009) (grifos nossos)

“Eu amei, eu acho que se toda cidade fizesse isso, eu acho que seria ótimo. Uma que se tira a criança de... vamos supor assim, tira esses adolescentes que faz coisa errada, eles ocupam a cabeça deles com coisa mais séria” (Mãe do Jovem J.C.Q. – 21/07/2009)

“...tem muitas crianças que a gente vê na rua e sem fazer nada, sem ter o que fazer, lá eles estão aprendendo, tão aprendendo a ter um compromisso, uma responsabilidade, porque se precisar de alguma

coisa, eles tem que saber que eles tem que trabalhar pra conseguir, e na rua aí não aprende nada” (Mãe da Jovem A.N.G. – 11/08/2009).

“**Pai:** Eu acho que veio numa boa hora, é muito importante, é bom pros adolescentes, tira da rua, tira da... incentiva a trabalhar, ensina a trabalhar, eu acho muito bom. (**Mãe:** Com 16 anos é muito tarde pra começar a trabalhar. **A Sra. acha?** Eu acho. Um adolescente de 16 anos, hoje, que tamanho que ele é? Ele faz praticamente tudo, menos trabalhar, ele não pode trabalhar). Eu acho que o SENAI deveria começar com 14 não com 16.(...) o SENAI ele trabalha e estuda junto, fazer os dois trabalhar e estudar” (Pais da jovem P.G.A. – 25/07/2009).

Apesar de serem indivíduos que, na sua maioria, estão em fase de desenvolvimento, diante da necessidade econômica são impelidos a iniciar sua vida laboral, de forma a eliminar qualquer traço infantil que ainda possam carregar, prática que “alimenta-se da ideologia que vê qualquer trabalho como mal menor diante da ociosidade nas ruas, da dependência química e da criminalidade.” (SAMPAIO, et. al. p. 321)

Dentre os responsáveis que encaminharam seus filhos para o trabalho, um relato deve ser destacado, pois destoa dos demais uma vez que demonstra que, embora a família precisasse da ajuda da adolescente (este fato ficou claro no decorrer da entrevista), o trabalho consistiria num primeiro passo para o seu aprendizado. Na visão da mãe, o fato de o curso formar um costureiro industrial não estaria, em hipótese alguma, determinando o destino da vida da adolescente. Esta postura pode estar associada à formação acadêmica da mãe, que atualmente exerce a função de coordenadora pedagógica de uma escola pública na cidade.

“A Isabella estava no Ensino Médio e aí, meio período ela estava estudando, aí foram na escola e ela chegou falando. Eu encaminhei e apoiei, dei uma forçadinha de barra pra ir. Porque assim, ela estudava meio período de manhã, o período da tarde ficava em casa, não tinha muito o que fazer. Foi bem.., logo na época a gente veio de São Paulo prá cá, então eu precisava arrumar atividade pra fazer, porque eu jamais queria que eles se arrependessem de ter vindo, né? Isso, assim, caiu do céu! Porque, ia estudar, ia ser encaminhada numa empresa, ela nunca tinha entrado numa empresa de bordado, não conhecia, o máximo que ela conhecia era na embalagem, né? Então vamos encaminhar, independente de fazer planos assim: *Você vai ser costureira, você vai ser ...* não era isso que a gente falava pra ela, era pra adquirir conhecimento, sabe, abrir, expandir um pouco a ideia, ela ir soltando o cordão, porque só ficava em casa, ainda estudava meio período, esse foi o objetivo.” (Mãe da Jovem I.C.S.A. – 29/07/2009) (grifos nossos).

Alguns pais afirmam que procuraram o curso de assistente administrativo para tentar destino diverso do “bordado”, para seus filhos:

“Como entrar num trabalho, hoje, pros adolescentes, pras crianças tá muito difícil por causa da idade, primeiro eles exige 16 anos, eu queria que o Adebson, entrasse antes, pra aprender melhor. E como ele não é muito assim, fã de coisas do bordado, industriais, assim, então, eu falei com a Tuca (funcionária do Projeto Luminar). Falei, *Tuca arruma uma vaga pro Adebson que ele gosta de mexer com computador, essas coisas, ele é muito inteligente, na escola também, se a professora fala, o Adebson explica tudo nos mínimos detalhes, é, eu também às vezes faço isso gosto de explicar tudo desde o começo, então eu queria colocar ele neste curso, porque ele gosta desse ramo.*” (Mãe do Jovem A.S.J. – 20/07/2009)

O relato a seguir vem de uma mãe cujas duas filhas participaram do curso de assistente administrativo. O que chamou atenção é que primeiro participou do curso a mais nova e, depois, a mais velha, esta embora já trabalhasse também foi encaminhada para o curso pela mãe, numa tentativa de sair da área do “bordado”.

“Ah, eu achei que foi muito bom o curso porque daí já melhorou a renda em casa, aí a Talita, estava assim... Eu falei: *Talita sai do que você “veve” só em bordado, assim numa coisa diferente, ir trabalhar num escritório.* Como ela tem “pobrema” de coluna: *filha, ficar a vida inteira em salão de bordado é ruim.* Então eu incentivei para ela ir para o curso. (...) Queria que elas fizessem uma faculdade e tivessem uma vida diferente que eu e ele (o marido) teve, ele trabalha só com peso, chega reclamando. Esses dias mesmo caiu um rolo de pano, atacou o joelho, todo inchado, se tivesse um estudo estava com um serviço mais fácil, ganhava melhor. Elas reclamavam que elas ganham mais do que ele, elas falam: “Nossa esse curso é tão bom nós ganha mais que o pai.” (Mãe das jovens D.C. e T.C. – 13/07/2009) (grifos nossos).

Conforme se depreende, a atividade industrial têxtil, o chamado “bordado”, mostra-se como o único caminho a ser trilhado pelos jovens na cidade e tanto eles quanto seus responsáveis não veem perspectiva de um futuro melhor se continuarem neste ramo, isto porque já vivenciam a experiência em suas próprias histórias.

Dos entrevistados, 6 pais afirmaram que o motivo determinante foi a necessidade de ajudar em casa economicamente.

“Entrou, mais assim, incentivo meu mesmo. Porque, *né*, precisava então eu dei força pra ela, dei força pra ela, *né?* Porque precisava me ajudar, na casa, daí eu peguei fui lá, fiz a inscrição.” (Mãe da Jovem N.K.S.L. – 25/07/2009)

“Ela entrou porque precisava trabalhar e a única oportunidade que apareceu pra ela, que falaram que era bom, que ela tinha que ter um futuro melhor, que tem mais chance pra crescer no serviço, aí ela

pegou e fez, pra ela é ótimo, pra ela foi ótimo. Pra mim, porque ela me ajudou nas contas de casa, não precisei mais ajudar a comprar as coisas pra ela, porque eu tinha que ajudar, agora não preciso mais.” (Mãe da Jovem P.A.S.- 21/08/2009)

“...eu que incentivei mesmo, que eu soube que uma que estuda e ia participar do curso, aí ela tinha falado para a Débora, aí eu falei para o meu marido. Ele não gostava que ela estudava a noite, aí eu falei pra ela: *Vai, a gente passa dificuldade, então precisa pra poder “ajuda”*, Foi aonde que eu incentivei e ela queria também, aí ela começou o curso...” (Mãe das Jovens D.C e T.C. – 16/07/2009)

Dentre os relatos, 2 pais referiram que o menor já haviam trabalhado anteriormente em atividades informais ligadas ao bordado:

“Olha, a Vanessa sempre ajudou, assim, dentro de casa... Porque eu bordava antes de ter tido derrame e perder essa mão. **A Sra. bordava em casa?** Eu bordava em casa depois que eu parei de trabalhar na roça, há alguns anos, fiquei só bordando, então a Vanessa me ajudava de manhã, depois do almoço ela fazia o SOS (Serviço de Obras Sociais), aí ela chegava à tarde, emendava pra mim 70 fronhas e dobrava(...) que eu bordei durante o dia desde às 4:00 da manhã. Quando a Terezinha, mãe da Daiane falou sobre curso do menor aprendiz, me explicou, falei: *É uma chance.*, Isso porque ela é estudiosa, uma menina quietinha, e (...) pra ajudar a gente, falei vou tentar, e aí foi que eu consegui, fiz a inscrição dela e ela (...) foi muito bom.” (Mãe da Jovem V.B.O. – 20/07/2009) (grifos nossos)

“(...) no começo foi uma necessidade, até não foi no SENAI, ele começou a ajudar minha nora, que a minha nora trabalhava em fazer almofadas, essas coisas assim e ela dava um dinheirinho pra ele para comprar as coisas, porque o pai dele não ajudava. Mas não foi forçado por mim, foi uma decisão dele. *Oh! Mãe eu quero meu dinheirinho pra alguma coisinha,* que eu não tinha condições de dar, porque só o que eu ganhava, sustenta a casa, a gente paga prestação e o resto todo, não dá. Então ele próprio tomou a decisão de ir...” (Mãe do Jovem A.F.F. – 25/07/2009) (grifos nossos)

As vantagens do trabalho “protegido”: a opção dos jovens

A verdade é que, apesar da tentativa da legalização e regulamentação do trabalho, crianças e adolescentes, ainda continuam sendo vítimas do trabalho informal, posto que a prática faz parte dos “quintais” onde a necessidade premente de sobrevivência impõe suas regras, longe, portanto, de qualquer controle ou fiscalização.

Como afirma Whitaker (2005), “não há nada mais moderno e contemporâneo do que o uso produtivo do trabalho infantil.” (...)...os pequenos trabalhadores permanecem escondidos em locais recônditos, nem sempre alcançáveis pelo olhar humanitário que com eles se preocupa” (p. 60-69).

Alguns pais referiram que a participação no programa facilita a entrada do jovem no mercado de trabalho e, posteriormente a anotação em carteira também é benéfica ao adolescente:

“Como entrar num trabalho, hoje, pros adolescentes, pras crianças tá muito difícil por causa da idade, primeiro eles exige 16 anos, eu queria que o Adebson, entrasse antes, pra aprender melhor” (Mãe dos Jovens D.G.S. e A.S.J. - 20/07/2009).

“Procurar oportunidade de trabalho, foi por isso.” (Mãe da Jovem D. O.O. – 05/08/2009)

Também ficou demonstrado que o fato de o adolescente por vontade própria querer trabalhar, também impulsiona os jovens para a atividade laboral. Esta resposta foi obtida de 9 pais:

“Ele quis ir, sempre ele teve interesse, queria trabalhar, ele não tinha idade, e aí ele falou mãe, eu vou fazer o SENAI. **Então foi por iniciativa dele mesmo?** Foi iniciativa dele, ele que quis, ele que vai atrás, estuda.” (Mãe do Jovem W.A.P. – 22/07/2009).

“Porque ela queria trabalhar. **E aí a Sra. foi lá...?** Foi ela que quis, ela que (...), ela que correu atrás.” (Mãe da Jovem P.G.A – 25/07/2009).

“Trabalho. Falou que ele ia trabalhar (...) e falaram pra ele desse curso e ele mesmo veio, e eu nem sabia, inclusive, que ele tinha vindo fazer a inscrição e deu certo ele fez e ... **Então ele mesmo que veio?** Ele mesmo que foi intermediário dele mesmo, porque eu nem sabia, quando eu fiquei sabendo já... ele falou, olha eu fiz a inscrição lá, vão ligar aqui em casa avisando...(...) Ele queria ter as coisas dele, antes dele trabalhar era tudo, né, bancado por mim, então ele queria ter o vídeo game dele, o computador dele, então foi onde ele(...)” (Responsável pelo jovem J.C.Q. – 21/07/2009)

Houve relatos em que mesmo contra a vontade dos pais os jovens insistiram em participar do programa:

“A minha prima ficou sabendo do curso, eu vou ser sincera pra você, eu não queria, por um problema, por ser à noite, ele teria que passar o estudo pra noite, porque ele é um excelente aluno, ele era muito bom aluno e o meu medo é o ser à noite. A gente tem medo, ele nunca estudou à noite e eu fiquei morrendo de medo, ele que quis, ele que fez eu ir lá fazer a inscrição (...) e eu não queria por causa de passar o estudo à noite, mas ele que quis, ficou sabendo de tudo, aí fui lá fiz a inscrição, fez a prova passou, mas foi interesse dele mesmo.” (Mãe do Jovem G.A.C. – 14/08/2009) (grifos nossos)

“É o entusiasmo dele mesmo. **Com quantos anos ele participou do jovem aprendiz lá do SENAI?** Com 15 anos. **Então foi opção dele?** Opção dele. Mas eu não queria que ele fosse porque ele era muito novo, porque a Daniela só começou a trabalhar depois dos 18, mas ele não, eu quero, eu quero, aí ele foi. (...). **Que foi que a Sra. achou? Então, porque a Sra. era contra? Porque a Sra. gostaria que ele começasse a trabalhar mais....** não, é porque eu achei que ele não ia dar conta né, de ficar estudando e trabalhar. **A Sra. gostaria que ele tivesse dado prioridade mais pro estudo só?** É, porque na época ele era novinho e eu achava que ele não iria dar conta de tudo isso, trabalhar meio período né, e estudar e (...) mas foi muito bom.” (Mãe do Jovem D.R.J. – 21/07/2009) (grifos nossos)

O que todas as falas têm em comum independentemente da justificativa adotada é o fato de que legitimam o trabalho do adolescente, incentivam a entrada precoce do menor no rol da população economicamente ativa.

Tal ideologia alicerça-se numa relação de dominação, embora dissimulada “na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença”. (BOURDIEU, 2007, p. 15). Na verdade, este poder da classe dominante tem seu alicerce no capital econômico que mantém seu poder por uma produção simbólica que só serve aos seus próprios interesses, mesmo assim, percebe-se a convicção nos relatos que viabilizam um acordo social, uma aglutinação da classe que colabora para a reprodução da ordem social. De acordo com Weber, citado por Bourdieu, ocorre a “domesticação dos dominados” pois os sistemas simbólicos impõem e legitimam a dominação assegurando-a em favor de uma classe e em detrimento de outra, configurando-se o que se dá o nome de violência simbólica. (op.cit).

Segundo os familiares ouvidos, a participação do aprendiz no curso traz diversos benefícios, tanto para o adolescente quanto para a família. Passaremos a expor quais as vantagens obtidas e o valor que o curso assume em suas vidas, segundo a visão do responsável. Perguntados sobre a impressão geral a respeito do programa dos 24 entrevistados, 22 responsáveis foram categóricos em afirmar que valeu a pena.

A maioria das falas demonstra uma avaliação positiva sobre o curso em relação à vida do adolescente. A responsabilidade adquirida, a ajuda na renda familiar, a valorização do currículo, a maturidade, a experiência de ter que ganhar para poder comprar, são benefícios que justificam qualquer tipo de sacrifício.

“A Sra. acha que a participação dela no programa trouxe algum tipo de benefício pra ela? Eu acredito que todos. Todos, porque... como é que eu vou te explicar, ela tem um currículo, né? Isso pra ela

eu acho que vale muito. A Sra. acha? Eu acredito que sim. **Traz facilidades?** Com certeza, com certeza. **A Sra. acha que a vida dela mudou depois que ela participou do curso?** Mudou bastante, cresceu bastante. A mentalidade dela mudou muito, depois que ela fez.” (Mãe da Jovem D.O.O. – 05/08/2009) (grifos nossos)

“A gente já sofreu tanto, falei, agora que a vida de vocês seja melhor. Na minha oportunidade não apareceu isso não, nossa este curso, só Deus pra pagar o que fez por elas, porque foi muito bom. Nossa, eu achei que melhorou muito lá em casa, a Débora passou uns tempo como ela disse, no serviço dela ela teve problema, porque o homem também tinha de não receber, mas depois apareceu esse outro serviço, através desse curso foi abrindo porta, abrindo porta, foi fácil para poder conseguir outro emprego, num posto de gasolina, ele achou interessante o curso que ela fez, falou foi muito bom, chamou ela, mas ela já tinha entrado, *eu não vou sair.*” (Mãe das jovens D.C. e T. C. – 13/07/2009) (grifos nossos)

“Ah! eu achei ótimo, né? Porque, assim, ela já aprendeu a trabalhar, não deu tempo de ficar na rua, porque é um perigo, né? E já cresceu assim, já...tendo uma responsabilidade, né?...(...)foi bom pra ela, porque talvez se ela não tivesse feito, hoje tivesse procurando um emprego porque agora já está na idade de trabalhar, estaria procurando um emprego e com dificuldade pra encontrar, não é verdade? Porque daí ela ia começar ... agora com 20 anos ela ia começar do nada, né? Hoje ela já é encarregada. É muito importante aqui na cidade ser encarregada de alguma coisa.” (Mãe jovem G. C. A. – 29/07/2009) (grifos nossos)

“Trouxe porque eles aprenderam dar valor no trabalho, daí eles tinham o dinheiro deles, pagando as coisas deles, daí eles tinham que comprar as coisas no tanto que davam pra eles pagar. A criança sabe dar valor no emprego, você tem que trabalhar pra comprar... (...) Eu acho uma impressão boa porque tem muitas crianças que a gente vê na rua e sem fazer nada, sem ter o que fazer, lá eles estão aprendendo, tão aprendendo a ter um compromisso, uma responsabilidade, porque se precisar de alguma coisa eles têm que saber que eles têm que trabalhar pra conseguir e na rua aí não aprende nada.” (Mãe Jovem A.N.G. - 20/07/2009) (grifos nossos)

“Foi muito bom. Ele tem o dinheiro dele, ele é responsável, tem as responsabilidades dele, ele compra o que é dele com o dinheiro dele, entendeu? Então, pra mim e pra ele valeu, a experiência **A participação no curso trouxe benefício pra ele?** Trouxe, muito bom benefício, num ficou aquele menino de rua. Na rua você sabe que aprende só porcaria. (...)Ficou mais responsável, tem mais responsabilidade, quer dizer que sabe dividir o dinheiro dele, o que ele faz.” (Mãe do jovem R.D.C. - 25/07/2009) (grifos nossos)

“Todos!!! Todos os possíveis, onde ele vai e mostra a cartilha, a apostila, ele aprendeu tudo dentro de uma fábrica, então por ter essa prioridade de aprender tudo é automático o encaixe dele na firma. Duas firmas procuraram, duas firmas olhou que era jovem do SENAI e pegou ele. Ele passou em tudo quanto é parte, em todos os departamentos *A vida do seu filho mudou após a participação do*

curso? Mudou, ele só fica desempregado se ele quiser mesmo, no caso, e também quanto as palestras que o tutor dava, até hoje numa coisinha mínima ele comenta aquilo que ele aprendeu.” (Mãe do Jovem I.D.R. – 04/08/2009) (grifos nossos)

“...pra ele foi ótimo, o comportamento dele mudou tanto que eu parei de pagar o psicólogo. Foi ótimo, porque já fazia um tempo que eu estava pagando psicólogo pra ele, e o psicólogo falava que eu ia ter que pagar mais 6 meses pra que o comportamento dele mudasse. Ele estava numa época de rebeldia, ele brigava muito comigo, me acusava de eu não dar as coisas que ele queria. Na verdade eu acho que ele queria acusar o pai e ele não tinha coragem, então, ele me acusava. Então, nossa, quando ele começou a fazer o SENAI, o Jean (professor), nossa o Jean é um exemplo pra ele, ele fala do Jean como um modelo de pessoa que um dia ele quer ser, então, sabe o comportamento dele comigo mudou, com os amigos, em casa com o irmão, ele não conversava com o irmão...(...) depois do SENAI ele mudou completamente, ele adquiriu uma confiança muito grande no Jean, acho que ele contava os problemas dele, como ele contava pro psicólogo ele passou a contar pro Jean e o Jean começou a orientar. Eu nem precisei mais pagar psicólogo, transformou o comportamento dele, não me dá trabalho. (...)às vezes ficava assim até altas horas aí com menino, aí na rua que a gente via que não era uma boa companhia, aí depois do SENAI ele mudou muito, essas companhias ele cortou tudo, por conta própria, viu?” (Mãe do Jovem A.F.F. 25/07/2009) (grifos nossos)

“Ele ficou uma pessoa melhor”

“Trouxe que mudou até a maneira de pensar, muitas coisas ele aprendeu, ficou uma pessoa melhor, porque mexe com o psicológico, o SENAI querendo ou não..., porque lá é aula teórica e aula prática. Eu acho assim, todo convívio que ele teve, pelo menos com o Jean que dava aula pra ele, mudou muito a cabeça dele, eu acho que mudou totalmente, ele pensa diferente, ele é um moleque diferente e ele se interessa. Foi ótimo. **A vida do seu filho mudou após a participação do curso?** Mudou, ele até ficou mais responsável, no caso. Ele já era, mas, ficou mais, aquilo lá não é só., não estuda só bordado (..) eles estuda de tudo, sobre droga, eles estuda o que acontece hoje no meio dos jovens, no caso é muita droga, é muita bebida, então, o Jean conversava muito com eles a respeito de tudo, mostrava filmes.” (Mãe do jovem G.A.C. – 14/08/2008) (grifos nossos)

“Olha eu achei muito importante porque foi uma oportunidade que eles tiveram de portas abertas pro emprego, achei que ele se desenvolveu em vários aspectos, ele ficou mais solto, ele teve conhecimento de coisas que ele não ia ter na escola, algumas coisas que ele aprende lá, ele não aprenderia na escola, (..) despertou o interesse dele pra outras coisas.” (Mãe do jovem D.R.J. -21/07/2009) (grifos nossos)

“...é um projeto que eu admirei demais, porque são voluntários né? (...) Eu fiquei encantada com este projeto. Se eu fosse uma pessoa de posse, um empresário eu estaria empregando, incentivando, porque é muito importante, porque apesar de ser um período curto, mas muda muito a vida, o pensamento da criança, essa oportunidade, sabe, muda muito, então, isso é muito importante. Precisa haver mais pessoas dispostas a (...) partilhando isso com vocês, pra que isso não venha ter fim, porque é muito importante.” (Mãe do jovem D.R.J. – 21/07/2009) (grifos nossos)

Em síntese, diante da diversidade de benefícios apontados podemos afirmar que o curso representa para os pais uma rede de acesso aos filhos, uma alternativa que lhes é concedida para uma almejada mudança de posição social ou, simplesmente, para a sua própria sobrevivência.

A respeito, Marin (2006) desvenda a incoerência entre as afirmações e as consequências desta escolha na vida desses atores, revelando a verdade objetiva que encontra-se dissimulada nesta situação.

“Mas, na falta de melhores alternativas para assegurar as condições de reprodução social, as crianças e adolescentes enquadram-se nas opções laborais existentes na região. Sua inclusão no mercado de trabalho vai significar, entretanto, o agravamento da situação de desemprego dos pais e o rebaixamento dos salários dos trabalhadores adultos. Nesse sentido, a exploração de crianças e adolescentes traz para dentro da própria família as contradições do capitalismo: a criança torna-se concorrente dos adultos no mercado de trabalho. Quanto maior o número de trabalhadores infanto-juvenil, maior é a oferta de mão-de-obra, que, por sua vez, contribui para o aviltamento dos salários. Com a diminuição da renda familiar, há uma necessidade maior de colocar crianças cada vez mais novas nos trabalhos produtivos, num ciclo de reprodução da miséria.” (p.55-56)

Assevera, ainda, o autor, que este disparate mantém-se imperceptível aos olhos dos pais que, conforme ficou demonstrado, na sua grande maioria consideram ser natural o ingresso de seus filhos no mercado de trabalho, por conta do aumento da renda familiar.

Após a análise minuciosa de cada relato e o destaque das falas mais relevantes podemos apresentar a seguinte tabela contendo uma visão geral sobre os benefícios trazidos ao jovem, que foram mais mencionados pelos responsáveis.

Tabela 10. Benefícios mais mencionados pelos responsáveis

| BENEFÍCIOS | FREQUENCIA |
|-------------------------------|------------|
| Ficou mais responsável | 9 |
| Melhorou a renda | 7 |
| Aprendeu uma profissão | 5 |
| Facilidade em arrumar emprego | 5 |
| Aprendizado em geral | 4 |
| Desenvolvimento do jovem | 3 |
| Não ficam na rua | 2 |
| Aprendeu o valor do trabalho | 1 |
| Viagens realizadas | 1 |
| Ficou mais calmo | 1 |
| Valoriza mais as pessoas | 1 |
| Comportamento | 1 |
| Melhora nos estudos | 1 |
| Total de entrevistados | 26 |

Ajuda financeira ou a liberação de uma sobrecarga?

Ao serem perguntados se a participação no programa trouxe algum benefício para a família, 15 responsáveis responderam que o maior reflexo para a família, no geral, foi a ajuda financeira.

“Nossa muito, foi muito bom esse curso, nossa, foi assim, estava escuro e clareou, foi muito bom esse curso mesmo, eu tenho muito só que agradecer (...) nossa mudou muito, era só o salário dele, era complicado, elas até choravam pra poder comprar alguma coisa, não podia, depois que entrou no curso melhorou cem por cento!!!” (Mãe das jovens D.C. e T.C. – 13/07/2007) (grifos nossos)

“Como ela foi trabalhar, o que a gente gastava com ela, a gente deixou de gastar, né... (Mãe da Jovem G.C.A – 29/07/2009) (grifos nossos)

“Ela me ajuda muito, o salário dela é praticamente todo dentro de casa pra ajudar, porque é só eu e ela, né? Então ela me ajuda bastante. (...)Eu acho que é uma coisa que vale a pena, se pudesse ter mais, mais vaga, porque aí pelo menos, que nem no caso as crianças que não tem oportunidade vai dá tempo pra fazer alguma coisa, como no caso dela, que se não fosse o menor aprendiz, agora que ela estaria procurando emprego pra fazer alguma coisa, então ela já tem uma boa experiência, mas por causa disso.” (Mãe da Jovem D.O.O. 05/08/2009) (grifos nossos)

“Ah! ajuda um pouco, muda, muda um pouco, porque quanto mais tem pessoas, assim, pra ajudar é melhor né, investe mais nas coisas,

propriedade, essas coisas.” (Responsável pelo Jovem F.A.F.S. – 15/08/2009) (grifos nossos)

“Mudou, claro, porque daí, no caso, ele passou a ser independente, né? Ele ficou independente, ele me ajuda em casa, ele quer uma coisa, ele sabe que ele pode ir lá e comprar, financeiramente, mudou, ele me ajuda. Dinheiro a mais é sempre bom, né? (...) Olha uma coisa eu falo, muitos jovens aqui..., que nem no caso, se não tivesse o SENAI será que ele estaria do jeito que ele está hoje, eu acho que foi excelente, se tem uma coisa que foi bom para Ibatinga, foi o SENAI e o SEBRAE, o Sebrae eu não conheço, agora o SENAI, posso falar pra você, com todas as letras, é excelente, é ótimo, se tivesse mais nota do que 10 seria 10 mil.” (Mãe do Jovem G.A.C. - 14/08/2009) (grifos nossos)

“Deu menos trabalho pra gente, (risos) menos preocupação, é mais responsabilidade mesmo. Porque está trabalhando, tinha que estar na escola, então não sobra tempo pra outras coisas, ocupa o tempo trabalhando e estudando... (...)eu acho que ela viu o quanto é importante ser independente financeiramente, responsabilidade, ter o seu dinheiro pra comprar o que quer, deixa de depender da gente.” (Pais da Jovem P.G.A. – 25/07/2009) (grifos nossos)

Através dos relatos pode-se depreender que enquanto os jovens não incorporam-se ao trabalho, eles representam uma sobrecarga para os pais, assim, no momento em que passam a perceber um salário fica claramente demonstrado um certo alívio face às necessidades de sustento da família, momento em que passam a ser valorizados em razão da contribuição advinda do seu esforço, fato totalmente perceptível na entonação da voz dos entrevistados quando se referem ao jovem.

A expectativa de um bom fruto

A seguir, as entrevistas tocam em uma questão fundamental. Na visão dessas mães os cursos são excelentes, entretanto, para que surtam os efeitos esperados na vida do adolescente, ele deve se empenhar, assim, não basta fazer o curso, o jovem tem que querer melhorar sua vida também.

“O curso ele é ótimo pra quem tem vontade de crescer, pra quem tem vontade ele ajuda, ele incentiva a pessoa crescer, ser alguém na vida pra ganhar mais, fazer uma faculdade, mas pra quem não gosta de estudar, não adianta, eles não querem saber de subir, eles pensam baixo, são que nem aqueles passarinho que pousa num ninho bem baixinho, sabe? Não quer saber de crescer, voar alto. Pra quem... as pessoas que gosta de estudar ele está sendo ótimo. Eu quero até se continuar o curso, essa menina que eu cuido puder entrar e a minha menorzinha também, eu vou dar o maior apoio. Então você colocaria, as outras? Colocaria novamente pra ver se alguma vai

dar um fruto bom, crescer mais, saber o que quer.” (Mãe da Jovem P.A. S. – 21/08/2009) (grifos nossos)

Vale à pena, se todos os meninos tivessem vontade, se puder deve ir porque o curso vale a pena, mas tem que ter esforço, ter vontade, senão também não vai virar nada, né? (Mãe do jovem R.D.C. – 25/07/2009)

Algumas mães fizeram referência sobre o conteúdo e como os adolescentes são orientados nos cursos de aprendizagem. Num contexto social de exclusão social, os pais sentem que ao participar do curso os filhos encontram-se protegidos como se estivessem imunes a qualquer tipo de mal que possa afligir todo jovem em geral.

No curso de costureiro industrial:

“Foi tudo de bom, e outra coisa eu não sei como é o SEBRAE (quando ela fala SEBRAE, ela que se referir ao curso de assistente administrativo), é que nem, no caso, o Jean falou pra nós, o que dava aula pra ele: *Aqui, se tiver qualquer problema com o aluno, algum problema em casa me procura, que aqui a gente dá uma orientação, conversa com ele.* Eu conheço bastante mãe que tem até problema com adolescente em casa e o Jean ajudou, numa conversa, ele que entende mais... então o SENAI, não é só..., ele vai aprender pra bordar, não, tem todo um... o Jean ali é um psicólogo, um psicológico no caso, então, por tudo..... foi ótimo” (Mãe do Jovem G.A.C. - 14/08/2009).

“Excelente. Eles acompanham esses menores, tanto lá durante a aula, como no serviço e, nos momentos em que eles estão livres, nos fins de semana quando estão passeando... Observando essas crianças elas não podem ter vínculo com o cigarro, fumo, más companhias, sempre tem alguém olhando, eles acompanham mesmo, quando um aluno..., se um aluno perdesse uma aula, eles já procuravam imediatamente os pais pra saber porque esse aluno perdeu, se os pais sabiam onde estava este menor, eles eram muito bem assistidos, eu achei excelente, espero que continue. **A Sra. tem filhas menores, a Sra. colocaria novamente?** Eu estou tentando, dia 1º agora eu vou tentar a inscrição da Luana de 15 anos pra ela vai fazer a prova, espero que dê certo. **É isso que a Sra. quer pra ela?** No momento, porque não existe outra, ou um outro curso para a idade dela, nós temos essa saída e como ele foi excelente. Eu gostei do curso, achei que é uma coisa muito bem planejada pretendo isso pra Luana e pra Emily quando ela tiver 15 anos, com fé em Deus ele vai estar continuando com toda a força” (Mãe da Jovem V.B.O. – 20/07/2009).

“...porque lá no SENAI aprende tudo, né? Estuda e aprendeu costurar, aprendeu overlocar, aprendeu a embalar” (Mãe da Jovem N.A.G. – 11/08/2009).

E, também, no curso de assistente administrativo:

“De maneira nenhuma porque ele ficou mais entusiasmado, abriu, sabe, abriu novos horizontes ele começou a ver as coisas diferente.

Essa aula de Direito e cidadania era uma coisa desconhecida pra ele. Então foi muito bom porque acrescentou, né?”(Mãe do jovem D.R.J. – 21/07/2009).

De forma reiterada as entrevistas demonstram que os atores têm a consciência de que são compelidos a trabalhar em atividades relacionadas a industrial têxtil conforme determinam as leis do mercado de trabalho, entretanto, acreditam que com a aprendizagem é aberta uma possibilidade que os diferencia dos demais trabalhadores.

A insatisfação verbalizada

Cumpre, agora registrar os 3 relatos que foram desfavoráveis à participação no curso. Todos eles vieram de pais cujos filhos fizeram o curso de costureiro. Pode-se perceber que a insatisfação relatada, tem mais a ver com a área para a qual o curso se destina, do que com a qualidade do curso propriamente dito.

“Eu vou falar a verdade pra Sra., eu preferia que ele tivesse em outro ramo de trabalho, então pra mim, foi a mesma coisa que nada. Porque ele está trabalhando com bordado, né? **A vida do seu filho mudou após a participação do curso?** Não ele piorou mais, ficou mais rebelde, não posso falar pra ele, agora mesmo ele estava brigando comigo, qualquer coisinha...” (Mãe do Jovem W.F.G.O. – 25/07/2009)

O relato abaixo demonstra nitidamente a contradição que se estabelece neste campo social, pois ao mesmo tempo em que o curso de costureiro industrial facilita a entrada no mercado de trabalho, ele também limita a trajetória do adolescente. Diante deste dilema e por desconhecerem a “violência simbólica” presente neste campo social, os pais expressam indefinições, por não saber discernir qual o melhor caminho para os filhos.

A sra. acha que a participação dela no programa trouxe algum tipo de benefício pra ela? Ah! trouxe, né? Ajudou muito ela. **Por que a Sra. acha que ajudou?** Ajudou mais...(Filha responde: lá aprende bastante... e não aprende, só tipo..., trabalhar no bordado, você aprende outras coisas) vamos dizer que agora ela, como ela fez o SENAI, ela tem mais oportunidade de arrumar mais outro tipo de trabalho, né? **A Sra. acha que isso facilitou pra ela?** Já. **Na questão de procurar emprego, a Sra. acha...** Eles dão mais oportunidade. **A Sra. acha que a vida dela mudou depois de participar do curso?** Ah! mudou. **E da família?** Da família mudou, também, um pouco, né? Só que meu marido fica pegando no pé, que ela está num serviço, assim, que ela gosta e não gosta. *Você tem que se organizar e sair do bordado.* (Filha responde: é sair do bordado, porque o SENAI é bordado) Ele quer que ela vai mais..., uma coisa melhor ainda pra ela, não bordado. **Ah! então ele quer...**

ele quer que ela pegue ou numa Prefeitura, ou num...,em outras coisas, não 'bordado'. *Você fez SENAI pra quê? Pra ficar em 'bordado'? Pra ficar só(...) não, tem que fazer mais, outras coisas melhor.*"

E continua...

“Qual a sua impressão geral sobre o programa? A Sra. acha o que do programa? Do SENAI? É, que vale a pena pro adolescente, não vale? Vale. Eu perguntei para aqueles (aprendizes) que trabalham lá (na fábrica onde ela é funcionária), cinco, vocês estão gostando? *Ah! eu tô gostando mas pra mim não é isso.* Então quer dizer, fazem pra eles ter um dinheirinho. *Eu estou fazendo isso pra mim ter um dinheirinho, até chegar minha idade de trabalhar, porque não aceita agora, mas não é isso que eu quero. Por que eles não querem o 'bordado'?* Que nem esta filha minha daqui, está querendo fazer, mas só que ela falou: *Mãe não é isso que eu quero, eu posso fazer pra mim ter um dinheirinho* (Filha responde: o 'bordado' é mais pra começar, né? Porque a gente não sabe nada, aí depois a gente começa, só que muita gente não gosta de 'bordado'). **O que a Sra. pensa e espera pro futuro dela?** Ah! eu espero coisa melhor, né? Meu pensamento é dela entrar na Prefeitura, aquela lá fala assim que quer ser (...) fazer uma faculdade, outro serviço: *Mãe não quero esse negócio de 'bordado', nada.* Eu falei: lógico, eu também não. Ela falou: *eu queria entrar num escritório, alguma coisa assim, né? (..)* **A Sra. acha que é possível conseguir outro tipo de coisa?** Ah! é..., se ela correr atrás, é..., **mas tem alguma profissão que a Sra. sonha pra ela?** Eu queria que ela entrasse mesmo era na Prefeitura, um lugar que ela gostava assim, entrar na Prefeitura, fazer concurso, né. Computação, essas coisas, ela já entende muito, né?"

A mesma entrevistada, ao ser perguntada sobre o encaminhamento da filha mais nova, a princípio, afirma que nem ela nem seu marido querem que a filha entre no 'bordado' e que, portanto, a mesma não fará o curso, mas, ato contínuo, descreve as implicações desta decisão, relatando o que segue:

Então essa filha mais nova a Sra. acha que não vai querer fazer o SENAI? Não vai, ela não vai, meu marido falou que ela não vai fazer, porque pra essa daí não valeu nada, ela já, fez SENAI mas está num serviço que... tá lá em baixo né? (...) não valeu nada ela não pegou um serviço melhor, não correu atrás de um serviço... (Filha responde: E ela (a irmã de 15 anos) não vai fazer porque ela não gosta mesmo de 'bordado', entendeu? Então ela falou que não compensa entrar no 'bordado'. Então ela já quer começar fazendo outra coisa. (...))Mas o serviço diário de 'bordado', se ela entrar, ela vai sofrer um pouquinho, tem pessoa que tem paciência pra ensinar, mas tem pessoa lá dentro do salão que não tem paciência, agora no SENAI, eles são obrigado a ter paciência com as pessoas que está lá dentro, sabe ou não sabe..., agora p. ex. ela entra no salão pra fazer outro serviço, o que está lá dentro não tem paciência: *Ah! ela não passou no teste.* **(Filha responde :** Agora pelo SENAI já é mais fácil, pelo SENAI você é obrigado a ensinar, eles são obrigado a ensinar e é

desde o começo). É mais fácil você pra entrar, pelo SENAI, é mais fácil você entrar numa firma. Agora, se ela não sabe nada, falo pra ela se você entrar, vai ser mais duro, porque.. Ah! mas você não sabe nada, vai fazer o quê? Eles vão ter que ensinar, eles não vão ter paciência de ensinar, já quer a pessoa com prática, ali, eu falei pra ela, eu falei isso pro pai dela. Mas ele diz: Ah! ela não vai entrar, não porque depois, não vira nada, a outra entrou e não virou nada, mas eu falei pra ele, mas o SENAI é só ‘bordado’, não é negócio de escritório, outras coisas, ela tem que procurar num banco, na UNIMED, eu falei, mas aí tem que fazer uma prova, né? Pra ver se passa.” (Mãe da jovem A.E.O. 27/07/2009).

Neste mesmo sentido, com a fala eivada de contradições:

O que a Sra. achou? A participação trouxe algum benefício pra ela? Acho que sim, né? Eu acho que a gente quer o melhor né? Porque, eu não acho assim, não quero também que a minha filha fica, sempre lá no meio, costurando, que ela trabalhe costurando, também não quero isso pra ela, também, quero o melhor. Tanto é que eu quero que continue estudando quero que ela seja outra coisa melhor....entendeu? Isso não é uma coisa tão boa assim, né? Eu quero assim, que ela faz outras coisas que pra ganhar mais, entendeu? Crescer, ser alguma coisa, assim, que nem eu, não tive oportunidade, né? Quero que ela tenha oportunidade de crescer, né? **Mas assim, que tipo de benefício que trouxe pra ela, a Sra. a princípio falou que acho que sim, mas ..., embora que a Sra., não queira que ela continue na área do bordado. Que tipo de benefício a Sra. se referiu? Trouxe algum benefício? Trouxe, porque graças a Deus ela está costurando, né? Está trabalhando, costurando... Não ganha tão bem, mas já ajuda, né? Já ajuda. Mas a vida dela mudou depois dela participar desse o curso?** Eu acho que sim. **Em que sentido a Sra. fala?** (silêncio) Sei lá, assim... porque ela está trabalhando, né? Porque ela está trabalhando, está me ajudando, né? (silêncio) **Qual é a impressão geral sobre o programa do SENAI? É eu acho que foi bom, mas não foi assim tão bom,** por que eles não ensinam tão bem, também, eu acho assim que eles tem que ensinar mais, sabe?”(Mãe da Jovem N.K.S.L. 25/07/2009) (grifos nossos)

É nítida a desorientação dos pais que, em razão das suas próprias experiências e atravancados por suas limitações não conseguem cumprir o seu papel de orientadores, uma vez que suas percepções são eivadas de uma dubiedade em relação aos benefícios ou prejuízos que se mesclam neste jogo entre adolescência, necessidade, trabalho precoce, disciplinarização, estudo e futuro.

Por outro lado, conforme já referido, do total de adolescentes entrevistados 4 completaram o curso SENAI e depois participaram do curso de assistente administrativo, porque não gostavam de trabalhar na área da produção. A respeito, Marins (2006) salienta, “esses jovens, quando adultos, se a eles não forem dadas outras condições e se novas formas de inserção produtiva não forem acenadas, devem se

integrar ao mercado de trabalho no qual o modo de vida de suas famílias ganha sentido” (p.11).

A mudança de itinerário

Conforme já demonstraram os dados de natureza quantitativa os casos abaixo representam uma exceção, por trazerem uma característica peculiar, os jovens começaram a trabalhar na área da produção e perceberam que não era isso que queriam. A experiência os levou a buscar outras oportunidades.

Uma das mães descreve o desafio enfrentado:

“Como ele fez o SENAI e ele aprendeu tudo do corte da costura e começou a trabalhar....Ele fez o SENAI ele aprendeu muito, e começou a trabalhar no Paulinha, numa empresa grande, numa empresa boa, só que ele falava que não era isso que ele queria, ele não queria ficar na costura, na mão de obra, ele queria passar para o escritório, então ele queria pedir a conta no Paulinha e sair e eu pensei, a gente conversou aqui e achou que ele tem 17 anos, então agora é a hora dele tomar a rédea da vida dele né? Se ele não está bem num lugar, não está contente e tem a oportunidade de..., fez a prova, passou e teve a oportunidade de começar num outro lugar, aprender mais, pra ele foi muito bom, então por isso que a gente não ligou, apoiou ele pra ele sair do Paulinha e seguir o caminho dele o que ele quer. Quanto mais ele saber melhor pra ele, se amanhã ele não fizer bem esse serviço e não quiser, ele tem outro serviço, sabe fazer, então a gente apoiou ele. (...) **E o fato dele trabalhar e estudar, a Sra. não acha que atrapalha nos estudos?** Olha eu não vou dizer que..., o ensino a noite, ele é..., você sabe como é fraco, mas eu também acho que depende dele de aprender mais, (...) e aí a gente para e fica pensando será que eu vou tirar ele do ensino durante o dia que é melhor pra por à noite? Mas aí você fala assim, você não tem que aprender só o que está no livro, você tem que aprender a viver, então no relacionamento, tudo que ele está aprendendo, inclusive, lá na UNIMED, a se comunicar, a responsabilidade que pesa bastante. Pesou... pra gente deixar ele fazer isso, foi mais pra ele ter responsabilidade, por que não adianta ele ter notas boa e não ter o outro lado desenvolvido, né? Então eu sempre falei, tanto que pode falar? (...) o meu outro filho, ele foi, mas ele não se interessou, então ele não passou. Porque ele não se interessou. (...) aí ele está trabalhando, quando ele fez 16 anos, ele foi trabalhar Por que? Pensando a mesma coisa, não importa só o ensino, importa é eles terem responsabilidade, saber onde eles colocam o dinheiro que eles recebem, então eu acho que é isso que pega, você tem que fazer as opções, foi isso que a gente fez e do Willian de sair do serviço que ganhava R\$ 700,00 quase R\$ 800,00, pra entrar num emprego, trabalhar meio período, ele sabia que ia ganhar menos, mas foi por isso, pra ele ter mais chance na vida, né? **É tipo um investimento, no caso o que vocês pensaram, perder um pouco agora...** é isso mesmo, vai perder um ano, não. Não vai perder, vai ganhar....”(Mãe do jovem W.A.P. 22/07/2009).

O relato a seguir é de uma mãe que tem os dois filhos no curso de aprendizagem. A mais velha participou do curso de costureiro e após terminar inscreveu-se no curso de assistente administrativo, passou no processo seletivo e hoje está trabalhando no escritório de uma empresa, quanto ao mais novo, faz o curso do SENAI:

“Ah! trouxe muito, nossa! Do SENAI e passando pra lá.... (para o curso de assistente administrativo) Ela ajudava a gente em casa devido o ganho dela e também pra ela, o desenvolvimento dela no caso no ramo da costura, então ela mesmo já viu que ela não ia querer aquilo pra ela..., aí procurou outro tipo de (...) ajudou que ela tomou uma decisão. **Ela saiu do SENAI e já foi procurar um novo curso porque ela não queria ficar no ‘bordado’?** No ‘bordado’..., ela não tem cabeça pra isso, enquanto ela estava no SENAI ela cumpriu certinho 1 ano de curso, um ano sem nenhuma falta. **Aí ela decidiu que queria outra coisa? É bom que ela provou da outra coisa, que nem, aqui (em Ibitinga) é mais o ‘bordado’, então ela viu que pra ela, ela não queria aquilo dali, ela está sempre procurando novidade. O negócio dela é isso. A Sra. disse que tem outro filho? Tenho. Quantos anos? Ele tem 15. E ele vai fazer o SENAI? Já está fazendo, ele saiu, eu dei o nome dele, ele foi fazer a prova também e está fazendo. E a Sra. acha que pra ele está sendo bom também?** Demais da conta, veio ajudar mesmo, não só pelo lado financeiro, o desenvolvimento deles também, está fazendo trabalho, está viajando, às vezes precisa sair pra fora, eles vão, agora mesmo no final do mês tem que ir pra SP, vai, então ele fica descobrindo coisas novas, esse eu garanto pra você que fica na costura, o negócio dele não é muito de escola, então a costura já... (Mãe da Jovem A.C.S. – 11/08/2009).

Mais ganhos do que perdas na relação trabalho x adolescência

Quanto à questão da possibilidade de a participação no programa ter trazido algum prejuízo para o adolescente, as respostas foram as seguintes: 67,8% responderam que não atrapalhou em nada, nem na escola. Os responsáveis afirmaram que a participação foi benéfica, pois o fato de o curso exigir notas boas fez com que aumentasse o rendimento escolar dos participantes do programa.

“Pelo contrário, as notas dele na escola eram muito baixa, os professores reclamavam dele porque ele tinha mal comportamento na classe. Porque o Jean costuma visitar a escola, passou a ter bom comportamento, não faltava mais na escola, melhorou as notas, nunca mais fui chamada na escola.” (Mãe do Jovem A.F.F. 25/07/2009)

“Não, não tem por quê, prejuízo no quê? Só benefício. **Na escola...** não, não ela se adaptou bem com tudo, tanto que ela acabou o 3º, nós só estamos esperando isso aqui (dinheiro) pra ir pra faculdade. Não, não prejudicou em nada, só ajudou e bastante.” (Mãe da Jovem D.O.O. – 05/08/2009)

“Você acha que foi uma coisa boa, então, pra ele? Foi uma coisa boa. Não atrapalhou ele em nada? Não né, Fabrício? Acho que é bom, né, que a criança cresce mais independente, não fica na rua, usando droga, acho que é bom.” Responsável pelo jovem F.S.F.S – 15/08/2009)

“Não, não acho que atrapalhou, às vezes a criança em si não está preparada para trabalhar e estudar, trabalhar e estudar, então eu acho que o curso é isso mesmo, pra ensinar a criança. Porque às vezes a criança não está preparada um pouco, como ele disse que faltava um pouco com os deveres da escola pra fazer do SENAI, às vezes ele fazia o do Senai e faltava um pouco da escola.” (Mãe do jovem I.D.R. – 04/08/2009)

“Não prejudicou porque de manhã ela fazia o curso e à tarde ela trabalhava, então ela preenchia o dia dela com coisas boas e não pensando em coisas ruins, fazendo coisas ruins, que nem esses jovens de hoje que ficam soltos pela rua, fazem ..., não pode trabalhar com menos de 16 anos, usa droga...” (Mãe da jovem P.A.S. – 21/08/2009)

Não obstante esta visão positiva, a maioria dos pais relatou que apesar de não ter atrapalhado nas notas, os filhos foram prejudicados porque o ensino noturno é muito precário, fato que acarreta grandes perdas para o adolescente. Muitos também fizeram alusão ao cansaço, em razão da jornada realizada pelo adolescente diariamente.

“Não, de jeito nenhum. Não ela é ótima aluna, sempre teve nota boa, fica um pouco cansada de estudar à noite né e fazer o curso de dia, mas não atrapalhou em nada.” (Mãe da Jovem A.N.G. – 18/08/2009)

“Foi difícil, porque era escola, era aqui, no caso, e serviço no Marina que ele estava fazendo estágio e escola à noite, eu achava muito puxado, mas eu, eu não passava a mão na cabeça dele, porque eu queria que ele visse como é duro de conseguir as coisas, entendeu? Eu acho que as coisas de bandeja, você não dá muito valor. **E quando ele queria desistir foi justamente nessa época?** Foi ele estava no último ano, eu falei, não “fio” você não vai desistir porque falta pouco e hoje estudo, né...? Você vê eu varro rua, eu precisei fazer concurso pra varrer rua, você vê qualquer um pode varrer, né, mas tive que ralar “fia”, terminar meu supletivo, que eu parei no 1º ano porque o meu pai caiu doente e eu precisava trabalhar. Parei (...), aí vim pra Ibitinga, terminei e foi onde Deus... saí esse concurso, prestei e fui chamada, graças a Deus, só Deus sabe o que eu passei “fia”, com criança pequena, na casa de irmã, sem serviço, sabe né...dá pra ter uma ideia, né? Graças à Deus agora está tudo bem.” (Mãe do Jovem J.C. Q. – 21/07/2009)

“Então a Sra. acha que não prejudicou ele nos estudos? Acha..., imagina, passou à noite? O ensino é mais fraco? É . Mas do outro lado ajudou, ele ficou mais responsável, outra coisa, é e não é, por

que depois a gente pensa, o que é de ser vai ser...” (Mãe do jovem G.A.C. – 14/08/2009).

“Eu acho, assim, o que prejudica um pouco é que eles tem que começar estudar à noite e à noite a gente sabe que escola pública não funciona, então vai muito do aluno, o aluno que não for interessado...vai passar de ano porque passa, mas falar que aprendeu? **(Pai: o nível de ensino aqui é muito ruim) Mas então não seria o problema do programa, seria o problema da escola?** Da escola, porque tem que estudar à noite, aí a escola que é ruim, mas o programa é muito bom.” (Mãe da jovem P.G.A. 25/07/2009)

“Nada, ela terminou a escola normal. Era um pouco cansativo, né? Chegava o horário da escola, era aquela corrida já estava cansada, tinha ido, voltado, trabalhar, daí a gente levava de carro na escola.” (Mãe da Jovem G.C.A – 29/07/2009).

Diante de todos estes percalços pergunta-se: Não há prejuízo?

O que se denota é uma incoerência entre os discursos e a realidade. O fato de o curso exigir boas notas e de o adolescente manter-se zeloso com o estudo (caso contrário corre o risco de ser desligado do programa de aprendizagem) cria para os pais e para os próprios jovens uma falsa ideia de que não há prejuízos. Mas, o cansaço, que esgota qualquer possibilidade de aproveitamento e a baixa qualidade do ensino ao qual são submetidos, não representam uma perda? Essa negação ocorre porque os reflexos dessa situação somente irão aparecer mais adiante, ao longo da vida do indivíduo, quando ele olhar para trás e procurar encontrar onde foi perdido o “fio da meada”.

A difícil, mas necessária conciliação entre trabalho e estudo

Estamos, sem dúvida, diante de uma violação ao direito à educação, garantido constitucionalmente a todos os indivíduos, mas que, no entanto, de forma escamoteada, é negado às crianças e adolescentes das classes trabalhadoras.

Apesar disto, a convicção do trabalho como instrumento moralizador, eficaz no controle do ócio, da marginalidade e como formador de caráter está arraigada nas consciências sendo que, ao serem perguntados se acham importante estudar e trabalhar, a maioria dos pais respondeu que entende ser importante a realização das duas atividades, mesmo na adolescência. Ressalte-se que, tendo sido levantada a hipótese da possibilidade financeira de manter o jovem só estudando até o final dos estudos, apenas uma responsável o faria:

“Se eu pudesse mesmo, se eu tivesse condições eu ia querer manter ela só estudando, né? Fazer o que ela queria, fazer o que ela gosta, né? De estudar. Porque, trabalhar, né, é bem difícil, também, trabalhar, estudar, ali, né? Não é fácil, não. Judia dessa menina, a gente que é mãe, tem dó, né? Tem dó de ver ela levantando cedo todo dia, depois chega correndo, vai pra escola, a gente tem dó, né, porque, uma vida corrida, né? Porque tem que batalhar.” (Mãe da Jovem N.K.S.L. – 25/07/2009)

Segundo a mãe, ela não tem condições financeiras de pagar uma faculdade de Medicina Veterinária que é a profissão que a jovem gostaria de exercer, assim, a jovem teve que optar por frequentar um curso técnico de estética noturno.

Salvo esta exceção, todos os demais entrevistados acham importante a conciliação entre trabalho e estudo:

“Se você tivesse condições de mantê-lo só estudando, você iria preferir ou não, você acha que foi importante, trabalhar e estudar? Não, eu acho que foi importante pra todo jovem trabalhar e estudar, porque aprende, assim, amadurecer um pouco mais cedo. Então se pudesse mantê-lo só estudando, você ainda acho que é importante trabalhar? Ainda acho.” (Mãe do jovem I.D.R. – 04/08/2009)

“Não, eu acho que foi importante ele trabalhar e estudar, por que assim ele dá mais valor. As coisas com sacrifício, eu penso assim, as coisas com sacrifício eles dão mais valor, do que assim tudo de bandeja, né, ele conheceu o sacrifício, a dureza que foi..” (Mãe do jovem J.C.Q. – 21/07/2009)

“Não, porque aí o tempo vaza e eles ficam arranjando coisa que não é pra fazer, então, trabalhando a cabeça é mais ocupada e estão aprendendo coisa boa, não estão aprendendo**Então a Sra. acha que é importante trabalhar? É importante, eu acho. E não ficar só estudando?** Não, porque a maioria..., tem criança que você vê ... porque não pode mais trabalhar, então daí você vê que fica aí na rua sem fazer nada, assim tivesse todas as crianças um local pra aprender...” (Mãe Jovem A.N.G. – 18/08/2009)

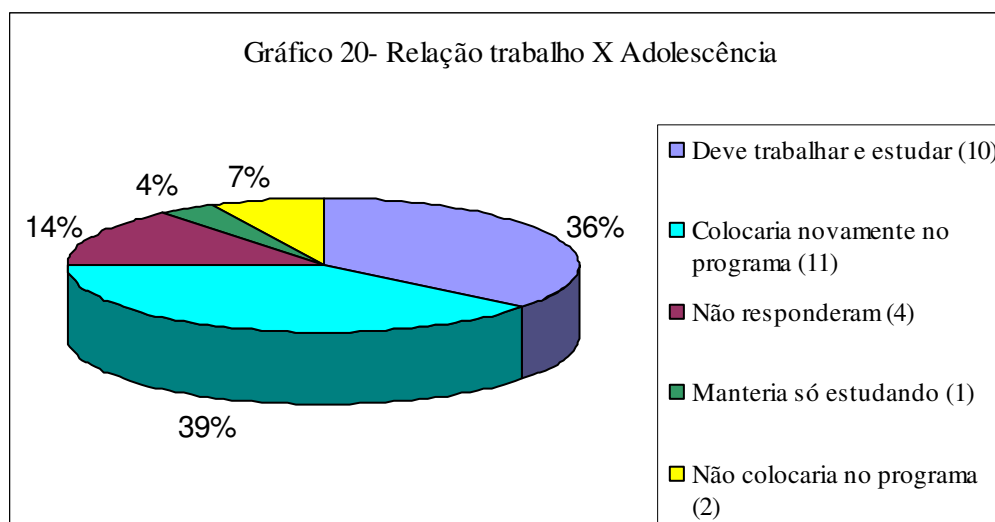
“Não, só estudando eu não manteria, mesmo se eu tivesse condições financeiras. Ela ia ter que trabalhar e ajudar em alguma coisa, sim, nem que fosse só pra manter os estudos, não me ajudando em casa, tipo assim, eu consigo manter a casa sozinha, então ela vai trabalhar e vai se manter sozinha, tem que trabalhar, não adianta querer dar tudo na mão. **A Sra. acha que foi importante, então?** Com certeza. Tem que trabalhar, sim, tem que estudar, tem que trabalhar, tem que lutar, tem que dar valor, porque se ela não trabalhasse, se ela não estudasse ela não daria valor em nada, tanto que depois que ela fez o curso, que ela começou a trabalhar, mudou esse valor dela, a gente lembra até do primeiro pagamento dela. Lembra? Que ela queria comprar uma blusa e eu comecei a pegar no pé dela pra ela ir comprar a blusa com o dinheiro, mas ela estava com dó de gastar o

dinheiro porque era o primeiro dinheiro dela, então quer dizer ela já sabia o valor do dinheiro, porque ela trabalhou pra ganhar” (Mãe da Jovem D.O.O. – 05/08/2009).

“Desde pequeno, o trabalho, faz com que eles consigam comprar, isso aí, então, estimula a vontade de trabalhar” (Mãe do Jovem A. F.F. – 25/07/2009).

“... se o filho tem que só estudar e não trabalhar? Dum lado eu sou contra eu acho que o filho tem que trabalhar e estudar pra ter as duas responsabilidades, essa é a minha opinião. Eu sei de casos de filhos que só estudaram e hoje viram as costas para o trabalho, eu sei de casos na minha família, muito triste, então eu acho que o filho desde a adolescência..., por isso que nesta época da escola, quando eu soube do Sindicobi eu dei a maior força pra ele ir, porque conscientiza, né? Que fala, as duas coisas junto, trabalho e o estudo, então aprende ter responsabilidade das duas coisas de estudar e de trabalhar por que se o adolescente, cresce daquele que só estuda, só estuda, a não ser que ele queira ser um médico, porque acho que a medicina exige muito da pessoa pra estudar (...) mas de outro lado eu acho que tem sim que trabalhar e estudar, pra ter a responsabilidade junto, acho que os dois andam junto, porque até uma certa idade, igual esse negócio do Sindicobi, isso foi o maior..., acho que foi a maior coisa que aconteceu pro adolescente, porque é uma oportunidade pro adolescente aprender e sair ganhar o dinheirinho dele. Você vê, no caso dele ele trabalhava e estuda e tinha o salarinho dele, então porque ele aprendeu a ter responsabilidade, por causa disso, é uma oportunidade que eu acho que é o governo que está dando e acho que foi a melhor coisa que ele fez na vida, foi essa oportunidade, que o adolescente ele não pode trabalhar pegar um serviço braçal pesado, é proibido, então o que ele vai fazer? Vai andar por aí igual a gente vê na estrada, a base de 7, 8, 10 adolescente, tudo... aonde eles poderia estar. Eles poderiam estar lá estudando, trabalhando, ganhando o seu dinheirinho, aprendendo a ter responsabilidade, isso a gente vê direto aqui ó... (na estrada que passa perto da residência da entrevistada), mas isso é direto aqui. Então é isso que eu falo foi a melhor coisa que aconteceu é essa oportunidade pro adolescente. Se todas as famílias tivesse isso e desse apoio pro filho estar lá dentro aprendendo e trabalhando. Igual o patrão fala, se trabalhasse pelo menos aquele ano da escola já seria ideal pra ele, igual a gente sabe de caso que o adolescente trabalhou durante o ano, enquanto estava estudando e depois foi dispensado, só que ele vai ter aquilo na cabeça dele, ele vai lembrar que ele toda vez ele tinha o dinheirinho dele. É uma oportunidade que o governo deu muito grande pros adolescente. Acho que poderia ser de uma maneira geral, geral mesmo, em todas as cidades, em todo lugar deveria ter isso” (Mãe do Jovem W.M.B. 14/08/2009).

O gráfico abaixo demonstra o panorama geral sobre a relação trabalho X estudo X adolescência:



Futuro: a confissão dos “sonhos”

Por fim foi pedido aos pais que manifestassem a perspectiva de futuro, ou melhor, quais os sonhos que eles possuíam em relação ao futuro dos filhos, ao que responderam o seguinte:

“Não sei do futuro da Gi A Sra. **sonha com alguma coisa pra ela?** acho que ainda não pensei nisso, não. Acho que casamento né Gi? Mas ela não quer casar... ahahah!!! **Mas e alguma profissão pra ela? A Sra. pensa alguma outra coisa?** Não, porque ela não quer estudar. Quando ela fica meio estressada no serviço eu falo: *sai de lá, então...*, mas depois já passa, então, não sai de lá, ela gosta de trabalhar lá.” (Mãe da Jovem G.C.A 29/07/2009)

“**O que a Sra. sonha pro futuro dela?** Agora...., porque já está noiva. Agora o que uma mãe vai.... que ela seja feliz, né? Porque já está noiva, bem dizer já quase encaminhou em casamento.” (Mãe da Jovem F.G.C. – 25/07/2009)

“Eu espero que continue sendo um bom filho, um bom marido, que nem nós somos pra ele. **A Sra. sonha com alguma coisa pra ele?** eu queria muito que ele estudasse, mas só depende dele, não depende de mim. Que ele fizesse uma faculdade, tivesse um emprego melhor, que ganhasse melhor. **A Sra. pensa em alguma profissão pra ele?** Não.” (Mãe do jovem R.D.C. – 25/07/2009)

“**Avó:** Ah! eu penso assim, dele trabalhar, não ficar à toa, guardar o dinheiro que ele tem, se precisar casar, ter uma casa pra morar. **Tia:** fazer um curso..., um curso, sei lá... ele que tem que ver, a gente apoia, ajuda, eu dou assistência pra ele, mas ele que tem que escolher.” (Responsáveis pelo jovem F.A.F.S. 15/08/2009)

“**O que a Sra. espera do futuro dela?** Olha, o que, que eu vou falar pra você, que ela não seja, assim, nem um terço do que eu estou

sendo hoje, quero que ela cresça, que ela seja alguém, que ela se forme, minha filhinha, né... **A Sra. sonha alguma profissão pra ela, ou não?** Joga uma máquina fotográfica na mão dela...(risos), não sei nem como chama. Como chama? (Filha responde: Fotografia). Fotografia. Vai ser fotógrafa. (Filha responde: Uh!!! Aí você acordou e caiu da cama!) Ah! não sei, quem sabe? Sonhar é possível!!! Não é, de repente, né?" (Mãe da Jovem D.O.O – 05/08/2009)

“A Sra. sonha com alguma profissão? Não, ele só que quer ser professor de Educação Física ou administrador de empresa, as duas coisas que ele fala que pretende fazer curso pra ser, mas eu não sou assim uma pessoa que sonha por meus filhos. Eu quero que ele tenha a decisão própria do que ser, porque eu vou falar assim, vou sonhar que ele seja um médico, se a vontade dele é ser um professor de Educação Física e é uma profissão mais simples, ou um administrador de empresas, mais simples, então não é o meu sonho. A minha vida de sonhar foi lá trás e eu não realizei, não tive condições, então eu não tenho o direito de sonhar a vida dele. Eu sonho sim, que ele seja um grande homem, não importa se for professor de Educação Física, ou então, administrador de empresas, ou então um costureiro, ou um overloquista sempre, mas que ele seja um homem de bem” (Mãe do Jovem A.F.F. 25/07/2009).

“Ele está fazendo um curso na ETEC. O meu prazer... eu falei pra ele, olha filho, quando sair um concurso você presta né, ele é inteligente..”(Mãe do Jovem J.C. Q – 21/07/2009)

“Desejo ver ele gerente de uma fábrica ou, com tudo que ele aprendeu, quem sabe, ser um dono de uma fábrica...” (Mãe do Jovem I.D.R. – 04/08/2009)

“Eu não opino não, quando ela era mais nova ela falava que queria ser veterinária, mas eu fui vendo que ela tirou isso da cabeça e calhou que é Administração de Empresa. Ela fala que vai estudar pra isso.” (Mãe da Jovem A.C.S. 11/08/2009).

Mas a Sra. imagina alguma coisa pra ela, sonha alguma coisa pra ela? Sonho (sorriso) **O que a Sra. sonha?** Eu queria assim..., que ela tivesse assim, um... que nem ela tá fazendo um curso, né? Espero que seja bom. É de estética o curso. **De estética.** É o que ela está fazendo, então, espero que ela cresça nesta área. Porque a gente queria o melhor, mas já que não tem condição, né? De pagar uma faculdade melhor. O que ela queria mesmo é ser veterinária, né? Ela gosta de mexer com animais, mas não tem condições, né, de pagar uma faculdade pra ela, então por isso ela está fazendo o curso mesmo. (Mãe da Jovem N.K.S.L. - 25/07/2009).

O que a Sra pensa sobre o futuro delas, o que a Sra. espera, desejaria para o futuro delas? A eu queria que elas fizessem uma faculdade, para não passar o que eu passei. Porque o que eu queria eu não consegui, sempre trabalhei, meu pai só trabalhava em roça, não teve chance de estudar. (...) Olha, eu falo, o que vocês gosta, vocês

vão em frente. O meu marido fala que quer que a Talita estude para advogado. Ela ganhou uma bolsa em Araraquara porque ela frequentou a Escola da Família. Ele não deixou ir porque é perigoso a viagem. Podia ter deixado, né? (...) **Ah! Então ela chegou a ganhar uma bolsa?** Ela ganhou, ele não deixou. **Foi esse ano?** O ano que ela terminou (colegial), já está com 2 anos.” (Mãe das jovens D.C. e T. C. – 13/07/2009)

“...ela está estudando agora pra continuar na área do que ela está agora, no SENAI ela aprendeu a trabalhar embaixo, na fábrica, fazer o produto, agora ela trabalha no escritório, ela ajuda a administrar lá em cima, então ela está estudando pra continuar ali, eu espero que ela consiga e que dê certo, que ela cresça, com certeza (...) eu quero que ela faça uma faculdade.” (Pais da jovem P.G.A. – 25/07/2009)

“Eu imagino que ele vai ser um grande profissional, na carreira que ele quer, o ano que vem ele vai fazer faculdade, vai fazer o ETEC, na parte da administração, é o que ele quer seguir, né?” (Mãe do jovem W.A.P. – 22/07/2009)

No momento das entrevistas, ao ser formulada esta pergunta, muitas mães mostraram-se emocionadas. Os “sonhos” que possuem em relação aos filhos, basicamente, dizem respeito à índole e caráter dos mesmos, à constituição de uma família, à aquisição de bens básicos, como uma casa, um carro, e, por fim, à vontade de que eles consigam cursar uma faculdade. Fica claro através dos discursos acima que conforme assevera Bourdieu, o direcionamento que os pais dão a seus descendentes seja, na escolha da profissão, na continuação ou não dos estudos traz refletida a realidade vivida. Sem fugir dela, são levados muitas vezes de forma inconsciente a ações norteadas segundo a realidade social e dentro daquilo que se entende por possível, o fato é que esse modo de agir, acaba sendo incorporado pelos jovens que passam a reproduzi-lo.

Constituem-se exceções aqueles que ousam sonhar além daquilo que se mostra possível.

“O que você pensa e espera a respeito do futuro do seu filho? Primeiro de tudo eu quero que ele seja responsável, que ele continua sendo, e que ele estude pra ser alguém, este é o último ano dele, ele vai fazer um cursinho, vai ver se consegue, vai fazer o Enem, já fez inscrição do Enem, se Deus quiser que vá bem. Ah! eu espero que ele estude pra ser alguém. **A Sra. sonha alguma profissão pra ele?** Ele é pra medicina, nunca, nada é impossível, aí a gente vai ver, vai prestar Enem, vai fazer cursinho.” (Mãe do jovem G.S.C. – 14/08/2009)

“Mas você sonha alguma profissão pra ela? Eu sonhei, mas o meu sonho não é o dela né? Sonhei que ela ia ser uma

médica, advogada, se ela estudasse, podia até ser.... ela queria ser ... Admi... **Administração de Empresas?** É isso daí, mas ela não vai atrás, não luta pelo que ela quer. Ela pára. Ela vai que nem, ela trabalha no mercado, ali ela fica, tem medo de sair e não achar outro serviço, fica com medo, não pode ter medo tem que ir à luta, estudou, tem coisa melhor pra ser.” (Mãe da Jovem P.A.S. – 21/08/2009)

4. 2. As representações dos adolescentes

A decisão de participar do curso

Interessava saber qual o principal motivo da participação do jovem no programa. As respostas demonstraram que a grande maioria dos jovens que procura este programa é movida pela vontade de começar a trabalhar a fim de ter seu próprio dinheiro e poder comprar as suas coisas, sendo que tais objetivos são alcançados mais facilmente por meio do curso, porque os fatores da idade e da falta de experiência, neste caso específico, não constituem empecilho para a obtenção desse primeiro emprego tão almejado pelo jovem.

“Porque a minha colega Daiane ia entrar e eu também estava procurando emprego na época, que eu tinha feito 15 anos, de 15 para 16 então comecei a procurar serviço e a mãe dela falou que estava abrindo inscrição pro curso, que era uma boa a gente fazer que arrumava serviço mais rápido, que eles arrumavam serviço pra gente. Daí minha mãe foi fazer minha inscrição no curso...”(Jovem V.B.O. – 20/07/2009)

“Porque eu via todo mundo aqui trabalhando e minha irmã tinha começado a trabalhar, tava com o dinheiro dela e eu aqui estudando e sem dinheiro. Eu fiquei com vontade. (Jovem P.G.A. – 25/07/2009)

“Porque na época eu tinha 15 anos e não pode trabalhar registrado com menos de 16 e eu queria trabalhar e o curso foi uma oportunidade que eu encontrei..” (Jovem M.C.P. – 14/08/2009).

“Porque eu tinha 15 anos, então não tinha oportunidade de emprego porque eu era menor, eu queria trabalhar e eu queria aprender alguma coisa, então lá foi um jeito de eu arranjar um serviço e aprender” (Jovem A.N.G. – 11/08/2009).

“Porque eu queria trabalhar e ter dinheiro só pra mim, não depender mais do meu pai e da minha mãe” (Jovem R.D.C. – 25/07/2009).

“Entrei porque minha mãe me motivou e porque eu precisava.. eu queria um pouco mais comprar as coisas pra mim, não ficar dependendo de tudo da minha mãe” (Jovem N.K.S.L. – 25/07/2009).

“Por motivo financeiro e porque era uma coisa que eu queria fazer, eu tinha amigos que fizeram e me falaram como é que era o curso e eu gostaria muito de entrar” (Jovem F.G.C. 25/07/2009).

Outros jovens, foram procurar o curso pois ouviram falar bem, como um caminho a ser seguido, algo que lhes pudesse abrir alguma perspectiva:

“Eu fiquei com um pouco de curiosidade, todo mundo fala: é bom, que aprende fazer isso, aprende fazer aquilo, falei, vou tentar” (Jovem G.A.C. 14/08/ 2009).

“Ah! eu entrei meio.... assim, eu entrei meio querendo aprender e porque os meus amigos falaram que é bom, que era uma coisa que dava futuro, né?” (Jovem A.F.F. – 25/07/2009).

“Ah! porque falaram do curso pra mim, eu achei interessante, achei que vai melhorar no futuro e corri atrás”. (Jovem F.A.F.S. – 18/08/2009)

“Para ocupar um pouco do meu tempo vago, para aprender mais sobre costura, para aperfeiçoar, porque eu já comecei com 11, 12 anos num fundo de quintal, fazia avental” (Jovem I.D.R. - 25/07/2009).

Pode-se constatar que, de acordo com os relatos de alguns dos jovens que procuraram o curso de assistente administrativo, além da vontade de trabalhar e da questão financeira, somava-se a vontade de “sair do bordado”.

“Eu entrei porque, sendo sincero puro, puro e sincero mesmo? Eu vou te falar a verdade costurar...., overlocar...., e a costura você está ferrado, se vai embalar, sabe... nossa..., eu não consigo e como gostava de escritório sempre, eu tinha vontade de trabalhar em escritório, apesar de não saber como era então eu fiz o curso e fiquei aqui, que tem a ver com escritório, então eu falei é o que eu quero. Eu vou tentar porque nossa eu não queria trabalhar em salão de jeito nenhum, nem que eu tivesse que fazer algum curso, alguma coisa, pagar.. Salão, eu falei pra minha mãe que eu não quero trabalhar no ‘bordado’... (...)Teve a ver o salário também, sabe por quê? Porque é mais difícil aumentar na produção, eu sei disso agora que eu trabalho no escritório. Sabe por quê? O salário tem que ser padronizado, porque o tipo de serviço é o mesmo, agora no escritório o salário base do escritório é o salário máximo da produção p. ex. 660,00 que é o de agora é o básico do escritório, dá pra dobrar isso no escritório, entendeu? Também por isso que eu entrei. **Você não sabia disso?** Não, antes eu desconfiava que era mais, eu tinha certeza que era mais, mas eu não sabia que chegava a ser o dobro né? Mas eu tinha certeza que era mais. (...)É por questão de salário e por questão

também de..., não queria ficar com as costas “ferrada”, tudo bem que cansa a mente bastante, mas, você aprende muita coisa, é diferente. Agora o bordado todo dia é a mesma coisa, você não aprende nada, agora lá se aprende., não aprende só o seu serviço, às vezes eles falam umas coisas de fora do serviço eu fico meio antenado e tal... E outra, lá eles ficam dando dicas, explicando pra você...” (Jovem J.C.Q. – 23/07/2009).

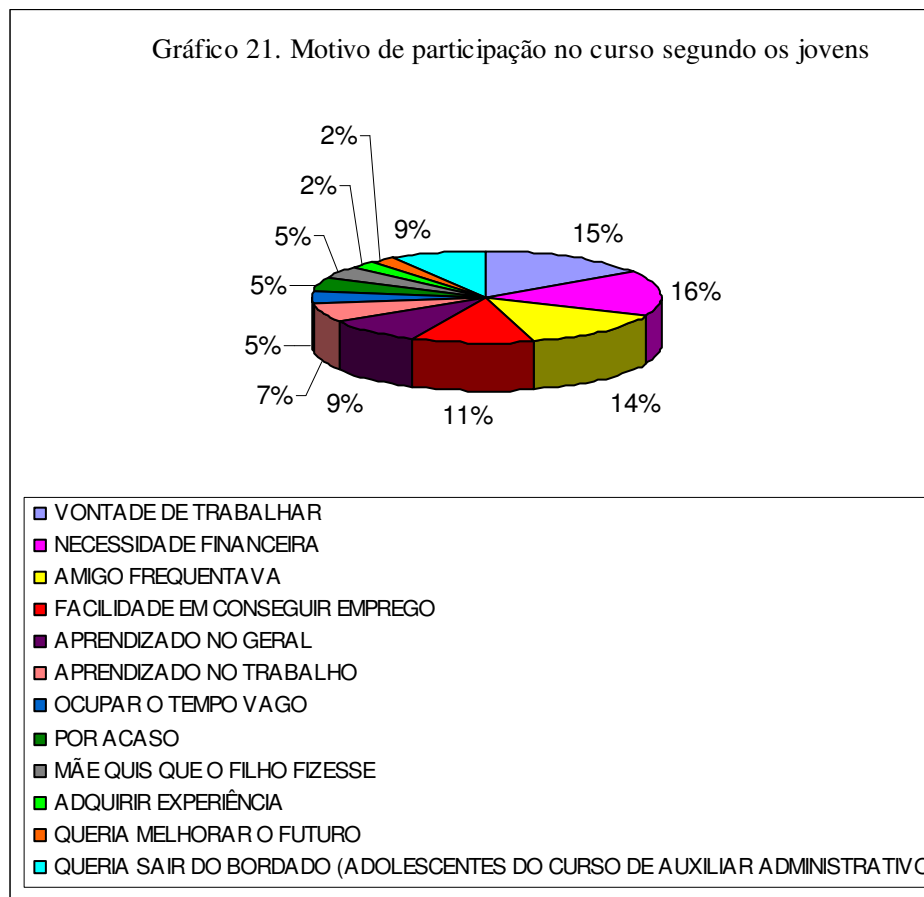
“Quando eu entrei, eu entrei porque como a cidade é muito voltada pro ‘bordado’, eu vi que todo mundo, ninguém teria uma oportunidade, todo mundo estaria destinado ao ‘bordado’, porque todo mundo onde eu estudava, não via outra coisa, não tinha outra coisa, terminava o estudo e “caça” serviço no salão de ‘bordado’, no ‘bordado’. Quando eu ouvi falar sobre o curso eu achei super diferente era uma oportunidade de conseguir algo na vida além daquilo que você conseguia enxergar, né. Algo mais para mim” (Jovem D.C. – 13/07/2009).

“Eu já ouvia falar que era muito bom e eu queria uma mudança que nem eu já falei, aqui é só ‘bordado’, tudo bem que a gente foi para uma empresa de ‘bordado’, mas esse é diferente, uma experiência nova, e eu tinha esperança, né, também que, mesmo que eu não ficasse eu poderia arrumar um emprego nesta área” (Jovem T.C. – 16/07/2009).

“Por que você entrou no curso do SENAI? Porque era a oportunidade do 1º emprego, pra aprender também uma nova profissão. Por que você mudou para o curso de assistente administrativo? Porque era uma outra oportunidade de eu estar aprendendo. A coisa está mais ligada no que eu quero. Porque eu vi que a profissão assim (costureira), eu não queria, eu não gostava, aí essa de assistente administrativo acho que tem mais a ver com que eu quero” (Jovem A.C.S. – 11/08/2009)

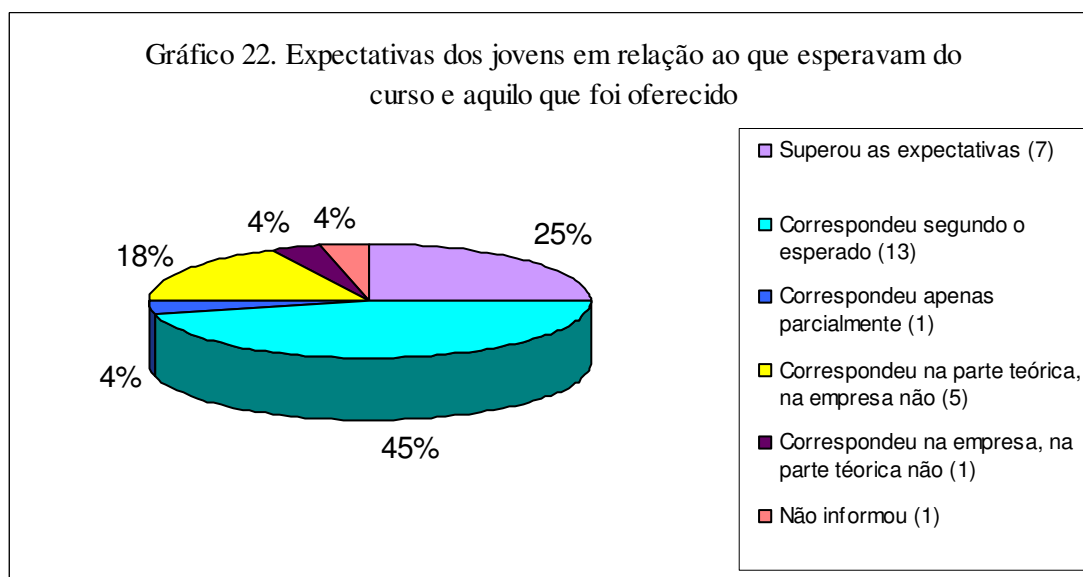
“Eu passei por todos os setores da empresa corte, costura, overloque, tudo. **Qual era a empresa? JUMA Daí você foi procurar o curso de assistente administrativo justamente por causa disso?** Depois que eu fui costureiro uma época no Andreza, eu vi que eu não gostava. Eu fiquei 4 meses no Andreza, fiquei 4 meses e não aguentei. Quando eu comecei esse curso (o de assistente administrativo). (...) eu não gostava do ambiente, não só por causa de ser na área de produção, entendeu? O ambiente lá das pessoas eu não gostava do povo, muita regrinha, passar cartão pra ir no banheiro, não pode perder o cartão, não pode ...nossa!!! Chegou atrasado 15 minutos você não entra, eu acho muito, muita pressão. Acha de almoço, uma hora de almoço” (Jovem D.R.J. – 21/07/2009)

O gráfico abaixo sintetiza as respostas obtidas nesta questão:



Expectativas em relação ao curso

Considerando que o curso é formado por duas partes, a teórica e a prática e que ambas tem que andar juntas, foi questionado se os programas corresponderam às expectativas dos adolescentes, seja na parte teórica, seja na parte prática exercida dentro da empresa.



A esta questão, 13 alunos responderam que o curso superou as expectativas, segundo relataram, foi, de fato, melhor do que o esperado, 7 adolescentes responderam que, no geral, o curso era aquilo que imaginavam, 1 jovem respondeu que a correspondência foi parcial, mas, não explicou o porquê dessa avaliação, para 5 jovens o curso correspondeu às expectativas apenas na parte teórica, enquanto que a parte prática deixou a desejar e, enfim, 1 aluno ficou descontente com a teoria e satisfeito com a parte prática. Cumpre ressaltar que em perguntas específicas sobre o andamento do curso na empresa, 8 adolescentes afirmaram que não gostaram de trabalhar no local para onde foram designados e que não foram bem orientados na parte prática

“Correspondeu bastante. Bom é que você viaja bastante, você viaja pra São Paulo, conhece outros SENAI, viaja pra Araraquara” (Jovem G.A. C. – 14/08/2009).

“Correspondeu. Em certas coisas correspondeu. Em parte da aula teórica, de você aprender, de você escutar, você acaba aprendendo coisas, mas tem certas partes... que você dentro da empresa, que você... tem coisas que você não desenvolve direito e você tem a impressão que você acaba ficando pra trás” (Jovem F.G.C. – 25/07/2009)

“...o curso que eu fiz é. Agora, trabalhar, assim, na empresa, não. Eu não aprendi quase nada porque a empresa era ... eu não gostava daquela empresa” (Jovem R.D.C. 25/07/2009).

“Eu acho que sim porque também o que eu esperava do curso principalmente era o encaminhamento pra alguma firma que fosse no escritório” (Jovem J. C.Q. 23/07/2009).

A vivência do curso: as marcas mais presentes

Durante as entrevistas, os jovens se referiam àquilo que aprendiam no curso e algumas disciplinas eram citadas pela maioria, assim, em determinado ponto da conversa foi solicitado aos jovens que indicassem quais as matérias ou aprendizado que mais os haviam marcado.

A pergunta obteve as seguintes respostas:

No curso de costureiro industrial:

“Ele (o professor) passava uns slides e a gente comentava, fazia muita brincadeira e depois falava o significado. O que mais eu gostava era as dinâmicas” (Jovem G.A.C. – 14/08/2009).

“Eu aprendi sobre os tecidos, o modo de se comportar dentro da empresa, sobre segurança dentro da empresa, sobre as máquinas,

sobre o equipamento, óculos, luva que tinha que usar” (Jovem F.A.F.S – 15/08/2009).

“Lá ele começou ensinar, tinha várias matérias. Aí umas ele ensinava a gente as peças da máquina, como funcionava a máquina, aí tinha como fazer um planejamento de produção, depois planejamento do corte que é fazer as molduras (...), segurança, pra ter segurança no serviço, comunicação passava também. **Mas o que mais te marcou? O que você gostava mais nas aulas?** O que eu gostava mais? A parte de planejar, fazer planejamento de corte, que aí fazia conta, a parte que eu mais gostava de fazer. **O que mais? Você pode me dar mais um exemplo das coisas que tinham e que te marcaram?** Quando ele mandava fazer trabalho, a gente tinha que fazer trabalho e depois apresentar lá na frente. Fazer seminário.. (...) Ele também passava bastante dinâmica pra gente. **E essas dinâmicas o que vocês aprendiam nelas?** Trabalhar em equipe, sempre a gente estava aprendendo trabalhar em equipe, a gente ficava sempre em grupinho, pra gente se juntar mais, fazer um depender do outro ali.” (Jovem P.G.A. – 25/07/2009)

“A gente aprendia sobre como ser um líder, sobre qualidade também, qualidade dos produtos a gente aprendia, aprendia comunicação. **Como assim, comunicação?** Assim comunicar com as pessoas, tipo... p.ex um líder me passa alguma coisa, um líder de algum setor, se eu tiver que fazer o que ele me passou, eu tenho que fazer o que ele me passou, nada a mais ou a menos, que prejudique alguém, entendeu? E sempre passar pras pessoas o que ele me passou, entendeu? Aprendi comportamento no trabalho, também, o jeito de se vestir, essas coisas.” (Jovem G.C.A. 29/07/2009).

“Relações humanas, planejamento, qualidade, controle de qualidade, tecnologia têxtil relacionada à máquina de costura, tecido, comunicação dentro da empresa” (Jovem A.C.S – 11/08/2009).

“Nossa! Muito interessante as aulas de lá, nossa! Nas aulas não era só voltado para a produção, entendeu? Tinha poucas aulas de máquinas essas coisas assim, tinha mais aulas de relações humanas, aí a gente fazia trabalho, esse tipo de coisa, tinha bastante dinâmica de grupo. Era muito interessante as aulas. **O que mais você gostava de lá?** Das dinâmicas em grupo. **Então não tinha muita coisa na formação de máquinas?** Tinha mas era só duas vezes por semana, que tinha aula voltada pro trabalho, era mais formação pessoal pra gente, entendeu? Não era essas matérias português, matemática, ou máquinas, era assim, de trabalho em grupo e relação dentro da empresa” (Jovem D. R. J. 21/07/2008).

“Pra mim foi bom que eu aprendi não só... eu vou falar no geral, eu aprendi no curso, eu tive a ideia de como eu posso trabalhar. Como eu posso interagir numa fábrica de como eu não posso. Eu não posso dizer que eu sei trabalhar em toda firma eu estou acostumado com o jeito daquilo. (...) isso eu aprendi lá no curso que cada funcionário tem que se adaptar à maneira de serviço da fábrica, não tentar fazer o ambiente se adaptar à pessoa, tem que ser flexível às maneiras de uma firma” (Jovem W.M.B. – 14/08/2009).

“Ah! foi mais. Eu esperava que ia ser chato, né, eu esperava que não ia ser...mas,ensinou eu bastante coisa. (...) Olha, aprendia bastante coisa viu? Aprendia composição do tecido, aprendia relações humanas, como tratar o ser humano, aprendia o modo de falar, comunicação, o jeito de falar, aprendia qual as partes da máquina, etc... entendeu? **Mas o que mais marcou pra você ?** Ah! o jeito de tratar o ser humano, né? O jeito que eles ensina lá é o jeito certo, o jeito que..., a gente tem que seguir aquilo lá, senão não tem como crescer na empresa” (Jovem A.F.F. 25/07/2009).

“Falava sobre com...,tinha bordado, né, pra nós aprender sobre máquina, o que fazer, as coisas que tem sobre o bordado e sobre comportamento, relações humanas, tinha, tinha, então, sobre tudo, então você não aprendia só bordado. (...) **Mas e das disciplinas o que você mais gostava?** Eu gostava quando tinha relações humanas. **O que vocês aprendiam?** Sobre comportamento, sabe? Como você interagir com as pessoas, eu achava legal, melhor do que aprender só do ‘bordado’” (Jovem A.E.O. – 25/07/2009).

“A gente aprendia, a lidar com pessoas, a gente aprendia.. era muita coisa sobre lidar com as pessoas, aprendia, assim, comportamento, como se comportar dentro da firma, aprendia bastante sobre ética, sobre respeitar o outro” (Jovem I.C.S.A. – 29/07/2009).

“Tinha bastante dinâmica, assim. Tinha bastante filme de motivação, tinha bastante coisa....não filme assim, coisa pra motivação assim, pra gente nunca desistir, do que a gente queria, tinha bastante... isso eu aprendi bastante, isso foi uma coisa que eu aprendi. **Então o que mais te marcou no curso?** Foi isso pra mim, nunca desistir do meu objetivo, ter sempre uma meta”. (Jovem N.K.S.L. – 25/07/2009).

No curso de assistente administrativo: algumas diferenças.

“Inglês, aprendi bastante coisa, contabilidade, informática, matemática. **O que mais gostou?** Gostei de contabilidade, da psicóloga, das amizades.” (Jovem P.A.S. 21/08/2009).

“Português, matemática, é um reforço, tem a orientação vocacional, tem Direito, tem Ética” (Jovem A.C.S. 11/08/2009)

“...Organização de Escritório, como deixar o ambiente de trabalho mais agradável, não só organização, mas todo o comportamento que engloba o escritório, relações humanas, português que é bom, estamos tendo aula de orientação vocacional, aula da Priscila (psicóloga) que até hoje a gente não sabe direito o que é a aula dela. Orientação vocacional é bom também porque, a gente aprende” (Jovem A.N.G. – 11/08/2009)

“Tanto contabilidade, quanto departamento pessoal, comportamento, essas coisas, organização” (Jovem A.S.J. – 20/07/2009).

Tabela 11. Disciplina ou aprendizado mais referidos pelos jovens egressos nos respectivos cursos

| Curso | Preferências | Frequência |
|---------------------------|-------------------------|------------|
| Costureiro industrial | Relações humanas | 12 |
| | Dinâmicas de grupo | 4 |
| | Cálculo de corte | 2 |
| | Comunicação | 2 |
| | Viagens realizadas | 1 |
| | Como crescer na empresa | 1 |
| | Nunca desistir | 1 |
| | Planejamento | 1 |
| | Seminários | 1 |
| | Total de Respondentes | 22 |
| Curso | Preferências | Frequência |
| Assistente administrativo | Contabilidade | 2 |
| | Psicóloga | 1 |
| | Não informaram | 3 |
| | Total de Respondentes | 6 |

Não obstante os relatos entusiasmados dos adolescentes com o conteúdo teórico do curso de costureiro administrativo por não tratar apenas de questões ligadas ao “bordado” e, também, a referência literal feita no aludido plano de curso que cita o relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, optamos por olhar mais atentamente para esses conteúdos, posto que Bourdieu (2007) nos ensina que, para construir o objeto, o pesquisador deve ter uma posição ativa e sistemática pondo à prova o sistema de relações.

Assim, saindo da “passividade” que apenas corrobora as percepções do senso comum, tentamos olhar o que de fato ocorre neste campo social. Para tanto buscamos os ensinamentos de Antunes (2005) quando explica as transformações ocorridas no processo produtivo que mantêm o capitalismo contemporâneo.

Segundo o autor, aos modelos taylorismo e fordismo foi mesclado um novo processo produtivo, o “toyotismo” ou modelo japonês. As novas formas produtivas baseiam-se “na desconcentração industrial, buscaram-se novos padrões de gestão da forma de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a “gestão participativa”, a busca da “qualidade total”, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado.” (p. 24).

Acontece que, adoção desses novos moldes tem trazido diversas conseqüências, principalmente à classe trabalhadora:

“Ao invés do trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Ao invés da linha individualizada, ele se integra em uma equipe. (...) A empresa investe muito em treinamento, participação e sugestões para melhorar a qualidade e a produtividade. (...) Concepção que se sustenta, portanto, na convivência e na colaboração entre as classes sociais, relação esta concebida como cooperativa. Isto supõe a incorporação e aceitação por parte dos trabalhadores, da política concorrencial e de competitividade, formulada pelo capital, que passa a fornecer o ideário dos trabalhadores. A subsunção do ideário do trabalhador àquele veiculado pelo capital, a sujeição do ser que trabalha ao “espírito Toyota”, à “família” Toyota, é de muito maior intensidade, é qualitativamente distinta daquela existente na era do fordismo. Esta era movida centralmente por uma lógica mais despótica; aquela, a do toyotismo, é mais consensual, mais envolvente, mais participativa, em verdade mais manipulatória.” (op. cit. p. 36-42).

Dai a menção nos relatos dos jovens a respeito do aprendizado sobre o trabalho em equipe, sobre liderança, comunicação entre funcionários e setores dentro da empresa, controle de qualidade, relações humanas, planejamento, tecnologia têxtil relacionada à máquina de costura, tecido, adaptação do funcionário à maneira de serviço da fábrica e flexibilidade. Conforme se vê, tais conteúdos encontram-se diretamente relacionados a esse novo modelo e são utilizados na construção do perfil do novo operariado industrial.

Isto resulta que os adolescentes, uma vez inseridos no ambiente de trabalho industrial não estão imunes a este processo e, por isso, também sofrem um *estranhamento* próprio do toyotismo, ou seja:

“aquele dado pelo “envolvimento cooptado”, que possibilita ao capital apropriar-se do *saber* e do *fazer* do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve *pensar e agir* para o capital, para a produtividade, sob a *aparência da* eliminação efetiva do fosso existente entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho. Aparência porque a concepção efetiva dos produtos, a decisão do *que* e de *como* produzir não pertence aos trabalhadores. O resultado do processo de trabalho corporificado no produto permanece *alheio* e *estranho* ao produtor, preservando, sob todos os aspectos, o *fetichismo* da mercadoria. (ANTUNES, 2005, p.42)

Nas empresas, o encontro com a parte prática do curso

Sob este aspecto as informações trazidas pelos jovens foram as seguintes: 17 jovens disseram que tudo transcorreu de forma normal e que a parte prática correspondeu ao que era esperado, 8 jovens não gostaram da experiência na empresa em razão de não ter sido cumprido o programa do curso e outros 3 não fizeram comentários a respeito. Aqueles que gostaram disseram o seguinte:

“Foi muito boa, tudo que eu precisava aprender eu aprendi, tudo que eles podiam ensinar, eles ensinaram” (Jovem A.N.G. – 11/08/2009).

“Ah! Foi excelente! No começo nenhuma empresa queria, então, nenhuma empresa queria e me receberam bem, me ensinaram bem, todas as dúvidas que eu tinha tiravam, a empresa foi bem prestativa” (Jovem D.O.O. – 05/08/2009)

“A empresa é uma empresa ótima, Andreza Enxovais. É uma empresa grande, é a empresa que mais pega jovem, a empresa não tem o que reclamar, o tutor é uma pessoa maravilhosa, lá na empresa foi tudo muito bom”(Jovem M.V.P. – 14/08/2009).

Os relatos abaixo denotam claramente que em algumas empresas os aprendizes não recebem a formação esperada:

“Ah! eu chegava lá eles deixavam eu ficar virando “porta” (porta travesseiro), não deixava eu ir pra máquina, era muito raro eu ir pra máquina, ia 3 dias por semana. Aí acabou o curso aí eu fui bem na máquina de costura, aí deixaram eu na máquina de costura. Aí depois eu queria sair. **Onde você trabalhava?** No Marina. **E agora?** No Paulinha. **E você gosta?** Gosto” (Jovem R.D.C. 25/07/2009).

“Ah! eu gostava, só que no fim foi ficando ruim. Assim, que eles foram deixando a gente de lado, porque o nosso tutor foi mandado embora, aí num olhava tanto a gente, a gente ficava fazendo as coisas nada a ver, mandava ficar dobrando edredon, sendo que era pra gente ficar na parte da costura, a gente reclamava, mas eles continuavam (Jovem A.C.S. – 11/08/2009).

“(…) o que eu não gostei muito foi de a gente não ter uma probabilidade de ter uma coisa mais prática, deixou a desejar, assim, teoricamente, a gente pode até aprender muita coisa, mas na hora de pôr em prática (...) é porque eu aprendi bastante coisa, da máquina de matelassê. Só que tem muita coisa que eu aprendi depois, que durante o curso eu não tive oportunidade (...) na época do curso ele (tutor) não sabia apontar onde a gente tinha que ir.” (Jovem W.M.B. – 14/08/2009).

“A empresa eu não gostei, porque eles não me ensinaram da forma correta que deveria ter sido feita. **Eles não te ensinaram da forma**

correta como deveria? Não. Eles me colocavam, assim, no que precisava, não me colocava aonde tinha que ser, onde eu tinha que trabalhar, onde eu tinha que aprender mesmo pra completar a carga horária, não me deixavam” (Jovem N.K.S.L. – 25/07/2009).

“Em parte da aula teórica, de você aprender, de você escutar, você acaba aprendendo coisas, mas tem certas partes que você dentro da empresa, que você tem coisas que você não desenvolve direito e você tem a impressão que você acaba ficando pra trás.” (Jovem F.G.C. 25/07/2009).

Perguntada a respeito da eventual ocorrência de desvio de função por parte das empresas, funcionária da Associação que ministra o curso de assistente administrativo relatou o seguinte:

“Assim que os jovens são admitidos nas empresas, os responsáveis pelos aprendizes dentro das empresas são advertidos de que o jovem deve ficar exclusivamente nos setores relacionados ao curso, entretanto, já tivemos um caso em que o contrato de aprendizagem teve que ser rescindido em razão de estar ocorrendo desvio de função, neste caso específico que foi o mais grave que tivemos houve rescisão do contrato de aprendizagem pois o adolescente ao invés de trabalhar no escritório era colocado para descarregar caminhão, mas existem outros casos que com uma conversa são resolvidos” (Funcionária da associação que ministra o curso de assistente administrativo – 13/08/2009).

Este “desleixo” por parte da empresa pode estar relacionado a duas causas diferentes. A primeira delas reside na possibilidade de desconhecimento da ocorrência desse desvio por parte do dono da empresa, posto que quem é responsável direto pelo aprendiz é outro funcionário e a segunda causa que pode desencadear tal situação é a questão de que muitos empresários contratam o jovem aprendiz exclusivamente por imposição legal, por isso não se sentem comprometidos em dar condições para que o aprendizado de fato ocorra. A questão é que em ambas as situações, encontra-se presente o que poderia estar associado à “falta de sentimento de pertencimento”, pois o empresário não se sente parte responsável pelo programa, fato que acarreta a não obtenção dos objetivos propostos.

Entre a profissão e o aprendizado: hiatos, frustrações e realizações

Ao iniciarmos a coleta de dados, ainda na primeira fase, com a aplicação dos questionários aos alunos que ainda estavam no curso, pudemos notar que os adolescentes, frequentemente, se referiam à intenção de sair da área de produção das empresas, demonstrando grande insatisfação em relação a esse ramo de trabalho, por

isso, a partir de certo ponto da entrevista, as perguntas foram direcionadas de modo a abordarmos essa questão.

Era necessário saber sobre a satisfação do jovem em relação à função exercida. Dos jovens que trabalham ou trabalharam na área de produção, 9 gostam da função, 10 não gostam do “bordado” e pretendem exercer outra profissão e daqueles que não trabalham no “bordado” ou trabalham na área administrativa das indústrias, 9 gostam de sua função.

A trajetória efetiva de tais jovens mostra elementos que expressam, independente dos sonhos, as possibilidades reais que se abrem em suas vidas. Pode-se observar que embora um dos objetivos precípuos do curso de costureiro industrial seja a inserção do jovem no mercado de trabalho na área de produção, metade dos entrevistados não foi contratada no término do contrato de aprendizagem – neste caso, os motivos apontados foram tanto pela opção do próprio jovem que, conforme inúmeras respostas, não pretendiam ficar na área de produção, quanto pela empresa que não tinha interesse na contratação do mesmo.

“É, tanto que no fim do curso eu ia ser contratado pelo JUMA, até né? Daí eu não quis, comprei o computador, fiquei descansando mais um pouco, tanto, (..) daí o Andreza ligou aqui em casa perguntando se eu estava trabalhando, estavam atrás do pessoal do SENAI. Daí eu fui lá fiz a entrevista e comecei a trabalhar. Na época eu até queria trabalhar lá no Andreza, sabe, fiquei feliz quando eu entrei lá, mas com o tempo eu fui cansando, muito.., a pessoa que gosta..., não tem muita expectativa. Tinha uma mulher lá, perguntei: Quanto tempo você trabalha aqui? Nossa!!! Dez anos que eu estou aqui costureira, na mesma função que ela entrou, falei nossa!! (Jovem D.R.J. 21/07/2009).

“Terminei o curso e continuei trabalhando um tempo na firma, depois saí. Eu era costureiro, como aqui é a Capital do Bordado, o SENAI veio pra curso do “bordado”, aí eu fiquei 1 ano e 6 meses trabalhando de costureiro numa empresa, daí eu saí, fiquei um tempo parado, aí eu voltei e estou costurando de novo. **Você gosta do seu emprego?** É, por enquanto, eu voltei porque eu preciso fazer, porque se fosse sair eu teria saído já. **Você quer outra coisa?** Quero outra coisa” (Jovem K.F. – 10/08/2009).

“**Qual foi sua trajetória desde que você saiu do SENAI? Você fez em? 2007. O que você fez de lá pra cá?** Procurei outro serviço. Eu fiquei tempo parada, também, fiquei bastante tempo. **Por que? Terminou o SENAI e aí você resolveu sair da empresa?** Não, eu não resolvi sair da empresa. É um contrato de um ano daí se a empresa gostar de você durante este tempo, você é contratado, mas não consegui me desenvolver direito na empresa, em certas funções que eu tinha que desenvolver e me acabaram me dispensando, aí eu fiquei parada” (Jovem F. G. C. – 25/07/2009)

“... eu continuei no Paulinha, eu e o menino que fez comigo no SENAI e ele foi trabalhar de costureiro e eu fui trabalhar ajudando o encarregado fazendo o zíper para os outros setores da fábrica. **Você ficou lá quanto tempo?** Eu fiquei um ano fazendo zíper e fiquei mais um ano e meio trabalhando como auxiliar de encarregado fazendo controle de produção no setor. **Você subiu de cargo?** Subi. **Daí o teu salário também subiu?** Subiu. **Você sempre ficou trabalhando na área da produção?** Na produção. Daí quando eu saí de lá também. Daí eu fui trabalhar no Sulamita, daí eu fazia controle de produção, até eu engravidar e sair para poder cuidar da minha filha” (Jovem D.G.S. – 20/07/2009).

“Acabou o curso, fui contratado. Trabalhei 7 meses como auxiliar na embalagem, passei para a expedição e fiquei 1 ano e pouco (hoje está desempregado)” (Jovem W.M.B 14/08/2009) .

“Agora eu estou como auxiliar de produção. **Há quanto tempo você trabalha no Albatroz?** 1 ano. **Qual foi sua trajetória desde que você saiu do SENAI?** Depois que eu saí do SENAI eu fui pra Itápolis, aí eu não trabalhei, eu só terminei meu estudo, aí eu voltei pra cá. Daí eu nem, sabe... minha prima que chamou porque estava precisando daí eu entrei, fiquei, mas eu quero sair. **Então você não gosta do seu emprego?** Não é do emprego é do “bordado”, entendeu? Eu não queria ficar no bordado, eu queria entrar na Prefeitura, ou arrumar alguma outra coisa” (Jovem A.E.O. – 25/07/2009).

“Eu não fui contratada no Birmar, eles não me aceitaram, e outra, lá que não tem todos os recursos, prá... não tem todos os aparelhos, só tem costura e overloque, não tem muitas máquinas que era pra eu ter aprendido, pra mim ter aprendido no SENAI, aí me mandaram embora e eu fui... Aí surgiu a escolinha no Andreza, aí eu entrei pra aprender a costurar lá, porque lá eles não me deixavam no tempo certo, (...) não ensinou muita coisa. **Ah! então no SENAI você não ficava muito no tempo certo nas máquinas?** Não. (Mãe: não ensina muita coisa, que ela aprendeu foi mesmo na escolinha lá que ela lutou e conseguiu entrar lá no Andreza, (...) por que lá tem uma escolinha também pra aprender a costurar.) **Lá tem uma escolinha, então?** É de vez em quando eles fazem uma escolinha que ensina várias costureiras, várias pessoas a costurar, daí coloca a pessoa. **Então foi lá que você pegou a prática mesmo?** É. **E daí de lá você já ficou?** É, fiquei. **Mas quando você fazia a escola eles não registram, você só faz a escola, ou não?** Não. É registrado, na carteira, é registrado, só que não ganha o mesmo salário das costureiras, ganha um pouco menos. É diferente, é uma escolinha, 3 meses. **Você gosta do seu emprego?** Não, não gosto” (Jovem N.K.S.L. – 25/07/2009).

“Quando eu saí do SENAI, eu trabalhei no Sulamita como auxiliar de encarregado no almoxarifado, não tem nada a ver com costura, nada a ver com a parte de produção lá, eu só dava baixa nas ordens de produção e precisava de fazer algumas embalagens. Eu arrumava e mandava alguma coisa pra cima, mas, assim, do que eu aprendi eu

não fiz muito. **No curso vocês faziam um rodízio?** Fazia tudo. **Você passou para esta outra função depois que você saiu do SENAI?** Depois que eu sai, eu terminei o SENAI e fiquei mais um ano como auxiliar de almoxarifado. **E depois o que você fez?** Depois eu trabalhei um ano na costura em outro salão, que era mão de obra. Sai, também. **(Mãe: Ela não saiu dessa empresa, ela foi mandada embora dessa empresa, porque decidiu casar..)** Daí agora estou trabalhando na padaria” (Jovem V.B.O. – 20/07/2009).

“ Fiz o curso no ano de 2007 e fui contratada pela empresa e fiquei lá durante o ano de 2008, depois trabalhei um pouquinho numa agência de propaganda de dezembro até janeiro, depois estava perto do nosso casamento eu precisava arrumar um emprego. Fui trabalhar numa empresa de “bordado” também de costureira” M.C.P. 14/08/2009).

A situação se repete em relação aos jovens que foram colocados na área administrativa.

“(...) depois não teve mesmo a possibilidade de você ficar lá? Eles pediram meu currículo, eu levei o currículo pro gerente e tal, até agora nenhuma resposta, o gerente nem... No dia que eu levei o currículo, no outro dia eles me mandaram embora. **(Mãe: ele tinha sido convocado pra uma reunião, nessa reunião ele levou o currículo, na reunião ele foi dispensado)**” (Jovem D.R.J. – 21/07/2009).

“Fiz o SENAI um ano, acabou o ano aí a firma ia ver se ia contratar ou não, aí a firma decidiu contratar, aí eu fiquei de 2007 contratada até hoje, até a firma fechar. Só que aí a firma fechou e agora..., (...) estou à procura” (Jovem I.C.S,A – 29/07/2009).

“Aí eu fiz o curso e entrei no Vilella, aí acabou o curso e eles me contrataram pra ficar lá, fixa, o dia inteiro. Aí eu fiquei lá, só que aí deu alguns problemas e aí eu saí. Eu saí faz pouco tempo, aí agora eu não estava achando outro lugar e eu entrei no Paulinha, mas pra mim foi bom porque eu não tinha noção de nada e lá no Vilella eu fazia cobrança financeira do Vilella inteiro, então, pra quem não sabia nada, entendeu? Administrar uma empresa, entende? Então pra mim foi bom porque eu, assim, se não tivesse no menor aprendiz o quê que eu ia fazer? Eu ia aprender a costurar, eu ia aprender a bordar, cortar, isso daí, entendeu? **Mas, agora você trabalhando no Paulinha, qual é a sua função, lá ?** Hoje, eu procurei no escritório e não achei, aí eu estou arrematando até abrir vaga no escritório, por que assim, eles falaram pra mim, que eu já estava registrada, já está tudo então qualquer coisa, abrindo vaga, eu te coloco no escritório. **Você pretende continuar procurando outros empregos no escritório, ou não?** Vou, vou. Tipo, igual eu falei pra minha mãe, eu nunca trabalhei em salão, nunca, fiz nada, mas, eu não nasci sabendo. No menor aprendiz eu não sabia nada, entendeu? Fui lá, fui fazendo, mas também estou procurando, na primeira oportunidade que eu tiver eu vou sair. **Vai sair?** Vou sair porque escritório é o que eu sei fazer, é o que eu fazia, ganha melhor do que na produção do

salão. E eu quero fazer minha faculdade, entendeu? E eu tenho que ter um dinheiro a mais pra poder fazer porque não é só a mensalidade da faculdade, não tem que contar só a mensalidade, tem o ônibus, tem o material, tem os trabalhos que tem pra fazer, as palestras que são pagas, então não é só, vamos supor os 150 da mensalidade, tem que pensar em tudo e o ônibus é muito relativo, não é fixo” (D.O.O. – 05/08/2009).

A partir dos relatos acima compilamos os seguintes dados:

Tabelas 12 e 13. Trajetória dos jovens egressos nas respectivas áreas

| TRAJETÓRIA DOS JOVENS QUE PARTICIPARAM DO JOVEM APRENDIZ NA ÁREA DA PRODUÇÃO | | TRAJETÓRIA DOS JOVENS QUE PARTICIPARAM DO JOVEM APRENDIZ NA ÁREA ADMINISTRATIVA | |
|--|----|---|---|
| Foi contratado e continua na empresa | 3 | Foi contratado na época mas, atualmente, está na área da produção | 1 |
| Foi contratado, mas hoje está desempregado | 3 | Foi contratado e continua na empresa | 2 |
| Foi contratado mas hoje está em empresa diversa | 5 | Não foi contratado na época e, atualmente, não trabalha na área administrativa | 2 |
| Não foi contratado pela empresa | 11 | Não foi contratado e atualmente está desempregado | 1 |
| Total de respondentes | 22 | | |

Independentemente das trajetórias apresentadas, não podemos olvidar que o jovem, em geral, enfrenta o problema do chamado “desemprego estrutural” que não se restringe a uma região ou país. Além do avanço da tecnologia, o mundo vive uma *crise estrutural do capital*, tais fatores, somados, acarretaram mudanças no processo produtivo, sendo que um dos efeitos do processo de reestruturação do capital é a exclusão dos jovens e daqueles que são considerados “velhos” para o trabalho (ANTUNES, 2005).

As falas demonstram que apesar do discurso solidário por parte de alguns empresários grande parte dos jovens não é admitida definitivamente na empresa, tendo sido, portanto, frustrados em suas expectativas em relação à sua inserção no mercado de trabalho.

Vejamos o teor de algumas respostas daqueles que trabalham na área da produção e que gostariam de exercer atividade diversa:

“Não, eu gostaria de fazer advocacia mas a minha mãe até ia dar um jeito de eu começar a fazer tudo... mas depois eu resolvi que ia casar daí eu não fiz mais nada, parei com tudo” (Jovem V.B.O. – 20/07/2009).

“Não tanto na produção, mas, eu queria essa parte de escritório, me aprofundar mais. Na parte de escritório, de administrar alguma coisa” (Jovem F.G.C. 25/07/2009).

“Não, eu não pretendo continuar no bordado” (Jovem K.F. 10/08/2009).

“Não, eu sempre quis estudar música, fazer uma faculdade, eu não consigo trabalhar e estudar...” (Jovem R.D.C. – 25/07/2009).

“Ah! algumas coisas, só algumas coisas, nem todas, porque...**Por quê?** Porque o que eu quero mesmo, não tem nada a ver com costura, então,... É assim, o curso não ensina só bordado, ensina a gente a lidar com pessoas e essa parte que está me ajudando agora, no curso que eu estou fazendo agora de enfermagem” (Jovem I.C.S.A. 29/07/2009).

“Eu fui lá porque queria arrumar um emprego, só, pra mim ter meu próprio sustento, aí, a partir disso, que vou juntar dinheiro, pra fazer uma faculdade. (...) Não é aquelas coisa, não é uma coisa pra você ficar a vida toda, é uma coisa de você ficar 2 anos, juntar o dinheiro e ir fazer outra coisa melhor” (Jovem G.A.C. – 14/08/2009).

“Não gosto. Porque eu não queria trabalhar, assim, na área do bordado, né? é uma coisa muito cansativa, e você pode se matar que você não é reconhecido, nada. Você pode fazer o que você quiser que você não é reconhecido, você só cresce se é puxa saco. (...) parte teórica pra mim, foi muito bom. (...) melhorei em algumas partes e piorei em outras. Depois que eu entrei no curso eu gostava mais de fazer trabalhos, mas fiquei mais estressado, ofendendo os outros...(Jovem W.F.G.O – 25/07/2009)

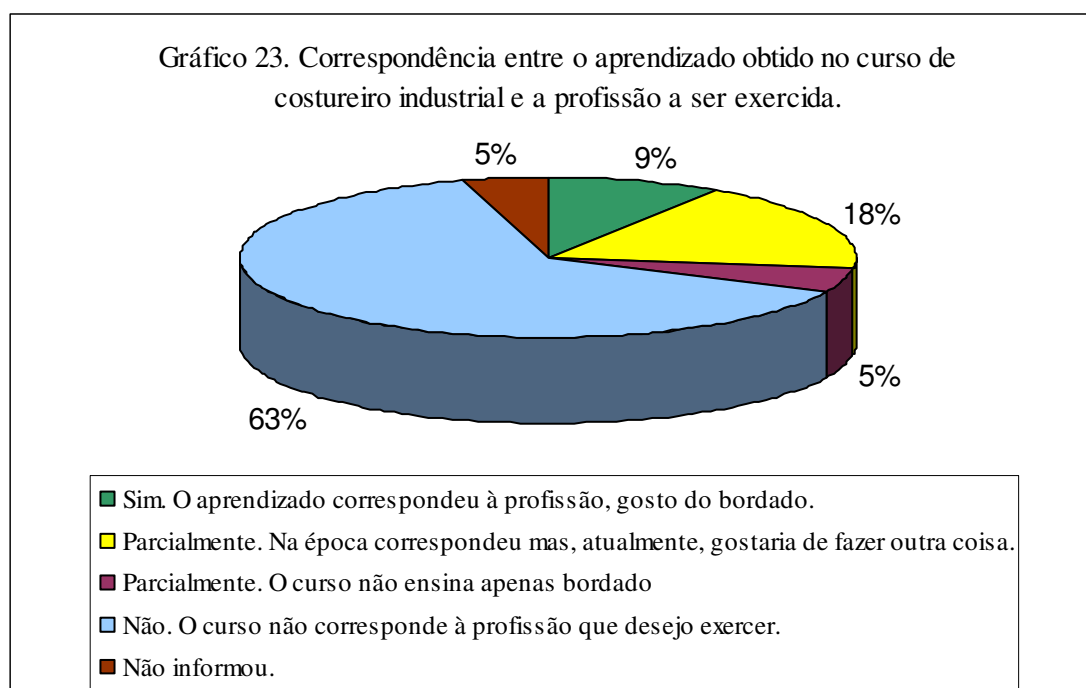
“Aquilo que você gostaria de fazer profissionalmente, a profissão que você gostaria de exercer coincide com o que você aprendeu no programa? Não. Por quê? (risos) Ah! porque eu quero ser outra coisa. **O que você quer ser?** Eu queria ser advogado” (Jovem F.A.F.S. – 15/08/2009).

“Não coincidia **Por quê?** Ah! porque o que eu quero está mais relacionado com a parte administrativa, lá era mais produção” (Jovem A.C.S. – 11/08/2009).

“Não, eu não queria, eu queria trabalhar assim, em escritório da empresa, mexer mais com essas coisas, produção sabe, num gosto muito, tem gente que ... sei lá o encarregado, às vezes não é muito educado, tudo..., fica em cima..., eu gosto de assim, mais tranquilo. Eu queria que o curso fosse uma coisa mais voltada pra isso, não a produção, tivesse outras área né? (...) **Você me disse que não quer ficar na produção..?** Eu não quero, mas eu acho que, infelizmente, vai ter que ser enquanto eu não termino meus estudos eu tenho que voltar nessa área mesmo, assim, eu gostei muito de costurar, sabe? Mas eu acho que não é isso que eu quero ficar, entendeu? (Jovem M.C.P. 14/08/2009)

“Ah! algumas coisas, só algumas coisas, nem todas, porque...**Por quê?** Porque o que eu quero mesmo, não tem nada a ver com costura, então,... é assim, o curso não ensina só bordado, ensina a gente a lidar com pessoas e essa parte que está me ajudando agora, no curso que eu estou fazendo agora de enfermagem (...) Eu gostava de trabalhar lá, mas a função que eu tinha eu não gostava. **Qual era a sua função?** Costureira. **Por que, o que você gostaria de fazer?** Ah! eu queria trabalhar em escritório, sabe, num serviço mais dinâmico, que costureira é muito aquela coisa maçante, sabe?” (Jovem I.C.S.A. – 29/07/2009).

“Sim, correspondia. Apesar de eu sempre quis trabalhar mais em escritório essas coisas, sabe? Mas como eu entrei pra trabalhar no industrial mesmo, então eu gostei, por que foi isso que eu escolhi, então...” (Jovem G.C.A. – 29/07/2009).



Da mesma forma, aqueles que vislumbraram no curso uma maior possibilidade de sucesso, ou o tomaram como uma melhora na sua condição social, foram frustrados em suas expectativas.

A maioria dos jovens mostra-se descontente com a profissão exercida, principalmente, quando ligada à área de produção da indústria têxtil.

Na área administrativa as respostas foram as seguintes:

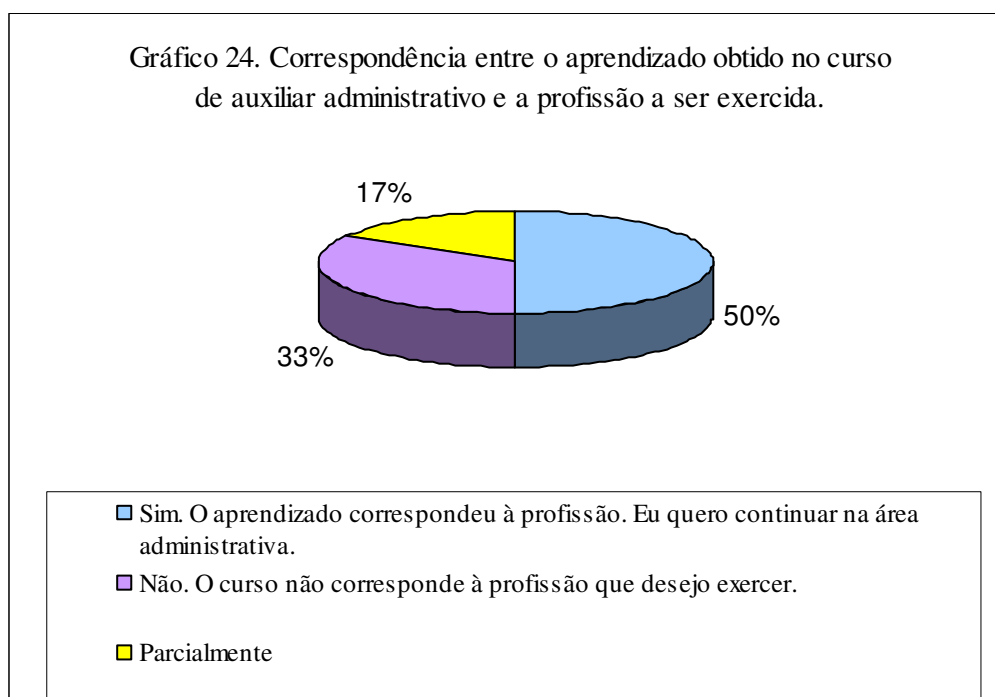
“É bem complicado, bem complexo, porque assim, eu adoro, o financeiro. O que eu fazia lá, contabilidade, adoro mesmo. Só que eu tenho um sonho de fazer faculdade de fotografia, então, a fotografia foge do curso, mas se acontecer de eu arrumar um emprego no

escritório e fixar mesmo, eu não me importo de fazer uma faculdade de contabilidade porque eu também vou gostar, mas se eu tiver oportunidade de fotografia, eu prefiro” (Jovem D.O.O. - 05/08/2008).

“Em parte. Porque eu continuo com a minha ideia de fazer mecatrônica, trabalhar na área da computação. Mas só que, por enquanto, não consegui por causa do salário e continuo na área administrativa” (Jovem A.S.J. 20/07/2009).

“Sim, porque eu queria trabalhar no escritório que nem eu aprendi.” (Jovem P.A.S. – 21/08/2009)

“Então o que eu queria fazer naquela época coincidia porque agora eu estou fazendo (...), mudou... Eu queria o ramo do ‘bordado’ porque eu não tinha muita escolha, daí eu fiz o curso (de costureiro), daí quando eu descobri o curso da Unimed eu já mudei meu pensamento, daí eu já estava lá ficando pensando no curso daqui (auxiliar administrativo) também” (Jovem A.N.G. – 11/98/2009).



Conforme se depreende, a situação de descontentamento apresenta-se mais amena na área administrativa, entretanto, também não se observa, na vida desses jovens, grandes perspectivas de mudanças.

As mudanças acarretadas pela participação no curso

Foram elaboradas questões sobre possíveis mudanças em relação aos aspectos cultural, profissional e humanístico na vida de cada jovem. Da totalidade dos jovens, 26

adolescentes reconheceram que a participação no curso foi responsável por uma significativa mudança de comportamento pessoal. Apenas um jovem disse não ter sentido qualquer mudança e outro alegou que a mudança foi pequena.

“Muda um pouco, o SENAI ensina muita coisa, bastante..., ele conversa muito, ele passa filme, passa muito slide, muitas coisas importantes. Nós assistimos o Segredo... (...) eu fiquei mais responsável” (Jovem G.A.C. - 14/08/2009).

“Melhorei, porque eu era menos educado, aí eu fui pegando mais educação, aprendi falar obrigado” (Jovem R.D.C. – 25/07/2009).

“Mudei bastante. **Sob qual aspecto?** Antes disso eu não ligava pro estudo, né, na escola eu era mais da bagunça, né? Depois que eu fiz o SENAI eu... . Lá tem a firma, ensina a trabalhar na empresa, profissionalismo lá eu aprendi a estudar porque precisa de estudo, lá eu tive que estudar porque senão..., eu queria ficar na empresa estava com medo de não ficar, então, acabei estudando pra não sair do curso, por isso que eu consegui pegar pra estudar, porque eu não estudava” (Jovem K.F. – 10/08/2009).

“Eu fiquei muito mais sério, muito mais sério, e eu não fico mais ... Assim... porque antes, assim... eu saia bastante à toa, pra andar, sabe? Agora eu não tenho mais vontade não. E outra, agora eu estou procurando muito mais saber sobre RH, parece que um..., é uma necessidade de saber as coisas, sabe? (Jovem J.C.Q. – 23/07/2009)

Sobre o aspecto humanístico cumpre ressaltar as seguintes falas:

“...eu aprendi a me controlar que é uma coisa que geralmente a gente precisa de ajuda para se controlar, foi uma parte que eu consegui bastante. E.. aprendi a ensinar os outros também, porque essa segunda parte, o SENAI do segundo ano ficou sob a minha responsabilidade depois de uma certa parte do ano, então foi a parte de ensinar de me doar mais pro serviço, então acho que foi bom....” (Jovem D.G.S. – 20/07/2009).

“Ah! porque eu comecei dar mais valor, esperar a opinião dos outros, a respeitar mais a opinião dos outros, as diferenças..., não ficar julgando tanto” (Jovem I.C.S.A. – 29/07/2009).

“Porque lá você aprendeu a ter paciência, aprendeu a ter respeito pelo mais velho, porque tudo que for fazer, dizer obrigado, licença, por favor, coisa que também falava bastante lá” (Jovem F.A.F.S. - 15/08/2009)

“Responsabilidade, tem muito valor a responsabilidade, e visão do futuro...(..) eu ouvi bastante histórias aqui no curso, do professor, ele explicava pra gente, davam até ideias de que a gente devia fazer cursos, incentivo, entendeu? O professor pros alunos, acho que o professor se preocupa bastante com os alunos quando eu vim pro

curso, porque eles davam muitas dicas, entendeu? Assim, mesmo que a gente, então, não conseguisse ficar na empresa a gente ia ter uma ideia do que fazer...” (Jovem J.C.Q. – 23/07/2009).

“Bastante, porque a gente aprende a lidar com o ser humano e eu acho que isso é fundamental, pra entrar numa empresa, só focado no que você tem que fazer acho que isso não é importante. Porque tem muitas pessoas que se focam no seu serviço e esquecem das pessoas que estão à sua volta. Numa empresa é fundamental você aprender a ver as pessoas também, às vezes você ajudando..., *ah eu não vou ajudar ele porque ele não vai...* será que é assim? Será que você ajudando ele, você também não vai poder, tipo, ensinar aquela pessoa, mudar, às vezes, o clima no seu setor?” (Jovem W.M.B. – 14/08/2009)

“...porque eu acho que eu aprendi a ‘se’ relacionar com as pessoas, né? Ética, cidadania, trabalhos voluntários, então, melhorou bastante” (Jovem A.N.G. - 11/08/2009).

“Lá você..., a gente aprendia a ter mais paciência, sabe, eles davam tipo um jogo, tipo dinâmica, que tinha, isso era legal. Tinha bastante dinâmica, sabe, pra.. e eu, assim, eu era muito sem paciência, então, aí ele ensinava que.., ele falava assim, pra ser calmo, essas coisas, então você vai acostumando. Porque lá era assim, todo dia tinha que sentar do lado de pessoas diferentes, você não tinha que sentar sempre no mesmo lugar, perto das mesmas pessoas, você tinha que sentar com pessoa diferente e ele escolhia dupla pra fazer trabalho, pra você conversar com todo mundo, você sabe? Então, não tinha aquela coisa, só você e a sua turminha, era a sala inteira. **Todo mundo conhecia, todo mundo.** Todo mundo, não tinha briga” (Jovem A E. O. – 25/07/2009).

“Me ajudou a compreender mais no dia a dia as pessoas, como são as reações, a ver como as pessoas necessitam da gente, da nossa ajuda. **Por que você viu isso neste curso?** Mais pela psicóloga que começou a ensinar a gente a se controlar, também pela parte de.., como eu vou te explicar, Direito, cidadania, que me ajudou a ver meus Direitos, a ver como eu poderia ajudar as pessoas com os meus direitos” (Jovem A.S.J – 20/07/2009).

Quanto às mudanças sob o aspecto profissional, os alunos disseram o seguinte:

“Ah! Melhorei porque eu aprendi minha profissão. Uma profissão que eu gosto, apesar de não estar exercendo ela, eu gosto...” (Jovem D.G.S. – 20/07/2009 -)

“Porque eles davam assim, no Andreza, na turma que eu trabalhei, eles davam mais valor pra turma quem já tinha feito SENAI, pra poder entrar” (N.K.S.L. – 25/07/2009).

“Melhorei, quando você trabalha você vai aprendendo não só a função se aprende tudo. Eu, como fiz o SENAI, passei em tudo na firma, então eu aprendi tudo, então, eu sei o que se passa em cada lugar, tem pessoas que entram numa função e não sabe o que se passa no setor aqui, no setor lá...” (Jovem A.R.A.J.G. – 05/08/2009)

“Com certeza, porque aonde eu vou eu falo, fiz SENAI, sei fazer e eu sei provar que realmente eu sei fazer. Ele fala: *costura tal coisa dessa forma...*, eu sei costurar...(Jovem I.D.R. – 04/08/2009).

“Ajudou, porque eu sou auxiliar de encarregado. **Você acha que melhorou por que você subiu de cargo?** Eu sabia as coisas, fazer certinho eu aprendi no SENAI. (Jovem R.D.C. – 25/07/2009).

“Ajuda porque fica no currículo, né? Porque se você não terminar fica no currículo, fala que você não teve força de vontade, competência pra acabar o curso”. (Jovem G.A.C. – 14/08/2009).

“Sim, porque agora a gente dá valor. Eu uso bastante do que eu aprendi lá no curso, o que deve fazer na empresa. **Você acha que aproveita no seu emprego o que você aprendeu lá?** sim..., é que eu fico no caixa, então ali não tem tanta oportunidade, mas quando eu tenho..., que nem ontem, eu tive. **Que oportunidade você teve ontem?** Na parte do telemarketing. **Como foi?** Muito legal, que nem eu fazia no Magazine, a pessoa (patrão) dá mais importância por que eu sabia fazer” (Jovem P.A.S. 21/08/2009).

“Vale a pena porque ajuda bastante, é uma coisa que ajuda bastante, porque é como a Daiane falou se você não tem um curso alguma coisa, primeiro, se você tem 15, 16 anos não consegue serviço fácil, eles perguntam o que você sabe ? E tem gente que não é disposto a ensinar, não é disposto a falar vem que eu te ensino” (Jovem V.B.O. – 20/07/2009).

“Pode ajudar assim, pelo primeiro emprego, mas assim, pelo futuro, não.(Jovem A.C.S. 11/08/2009).

“... caso aconteça alguma coisa eu já tenho o certificado do curso daqui, que foi via daqui, UNIMED tem nome justificado, então, o certificado daqui, quer dizer que a gente cumpriu um curso, que foi bom tudo, que tem um nome. **Vale? O certificado? É.** Nossa! claro, que vale! Porque, principalmente, porque o certificado ele..., como que eu posso explicar, mostra que a gente concluiu o curso com qualidade, porque senão não ia ter recebido o certificado, pelo fato de a UNIMED ser conhecida, muito conhecida e respeitada acho que compensa muito fazer o curso” (Jovem J. C.Q. – 23/07/2009).

E, enfim, quanto ao aspecto cultural, as mudanças relacionadas foram as seguintes:

“Sim, porque a gente foi aprendendo um pouquinho mais de cada coisa, foi aprimorando mais o conhecimento que eu já tinha, era uma verdadeira escola, não fala só de máquinas, mas de tudo de uma fábrica em geral” (Jovem I.D.R. – 04/08/2009).

“Ah! com certeza, tem bastante coisa que eu nem fazia ideia que existia. Pessoas que eu nem pensava que poderiam ter feito alguma coisa ..., mudou bastante” (Jovem D.O.O. – 05/08/2009).

“Mudou, o hábito da leitura” (Jovem A.C.S. 11/08/2009).

“Você melhorou culturalmente? Como assim? Na questão de conhecimento? É abrir a cabeça? Acho que sim, o professor falava pra gente procurar fora do curso..., então eu acho que melhorou bastante, abriu minha cabeça pra várias coisas” (Jovem A.N.G – 11/08/2009).

“Tanto comecei a ler mais livros, comecei a me importar mais com as pessoas porque comecei, tipo assim, a pensar bastante em trabalho voluntário, comecei a controlar mais as minhas emoções” (Jovem A.S.J. – 20/07/2009).

O depoimento abaixo chamou-nos a atenção em razão do efeito negativo que o curso trouxe em relação ao comportamento do adolescente pelo fato dele estar trabalhando numa área diversa daquela que ele gostaria.

“Fiquei mais estressado, bem mais estressado. **Você acha que foi por causa do curso?** Eu acho que foi assim, a parte da empresa, eu não gostava de trabalhar na empresa, então pra mim acordar cedo, pensar que eu tinha que ir para aquela empresa...da empresa eu não gostava. **E agora, lá no Andreza?** Eu gosto de trabalhar lá, mas eu não queria trabalhar no ramo do bordado, na produção, eu não queria” (Jovem W.F.G.O. – 25/07/2009).

No mesmo sentido, as falas a seguir deixam transparecer uma total insatisfação em relação ao curso:

“Ah! o curso não atingiu o que eu esperava, então foi ... **Você consegue me falar o que você esperava do curso?** eu achei assim, porque eu acho que o curso ensinou uma coisa e na empresa era outra coisa, eu queria que o curso encaminhasse pra um outro tipo de trabalho, não o trabalho em bordado, eu queria que fosse uma coisa mais, no escritório da empresa, p. ex., uma coisa mais assim, agora você aprende muita coisa no curso só que você não tem como por em prática, porque você vai ser uma costureira, o que você vai levar do curso? Você aprende tanta coisa de liderança, de coisas assim e, entendeu... eu acho que não tem muito a ver o curso com a empresa de ‘bordado’, eu acho que não tem a ver. (...)eu acho que não está ligado, entendeu, o curso com a empresa, eu acho que não tem muito a ver um com o outro. Outra cidade tem SENAI em outra coisa, aqui é só bordado e eu queria que fosse outras coisas, é que nem o curso da UNIMED, eu queria que o SENAI fosse isso, que o SENAI fosse igual da UNIMED, que trabalhasse em escritório da empresa e não na produção” (Jovem M.C.P. 14/08/2009).

“Não. porque nunca tinha nada a ver, o que eu pensava..., ele falava de crescer na empresa tal., mas eu nunca me vi assim, nunca me vi fazendo uma administração, fazendo nada que vá pra empresa, de

seguir numa empresa, meu lugar sempre foi..., eu sempre via eu em outro lugar, em outro..., tinha outro tipo” (N.K.L.S. – 25/07/2009) .

A aquisição mais significativa: a diferenciação deu o tom

Os jovens foram levados a falar, no geral, sobre aquilo que, para eles representa a aquisição mais significativa obtida durante o curso, seja material ou pessoal. Neste ponto, as respostas foram as mais diversas possíveis.

“...foi mesmo eu ter crescido no meu emprego, né? por que acho que foi o curso que me ajudou, porque senão talvez eu fosse uma funcionária normal, assim, eu sou né? Mas, talvez hoje eu estaria como uma costureira, qualquer coisa assim, né? E eu acho que foi pelo meu trabalho, pelo que eu aprendi” (Jovem G.C.A. - 29/07/2009).

“Ah! eu consegui comprar as minhas coisas, minhas próprias coisas” (Jovem N.K.S.L. – 25/07/2009).

“Consegui comprar minhas coisas, a tirar “carta”, aprendi também o valor do dinheiro que tem, nossa eu pensava assim eu quero comprar uma coisa vou lá e compro, agora eu sei como é que é ...difícil ganhar o dinheiro, como é cansativo” (Jovem D.R.J. - 21/07/2009).

“Ah! materialmente me ajudou bastante, nas minhas compras, eu consegui comprar mais eletrônicos, tanto na parte psicológica me preparou mais pra vida, dentre outras coisas” (Jovem A.S.J. – 20/07/2009).

“As amizades, as amizades de lá eu gostava bastante...” (Jovem R.D.C. 25/07/2008)

“Aprendizado, é eu aprendi bastante lá (...) você aprende bastante, mas eu acho que é diferente. Lá você aprende coisa sobre liderança...(...)Se você for ver não tinha muito, não falava muito de ‘bordado’, falava depois em algumas aulas, mas era mais..., mexia mais com o psicológico da pessoa” (Jovem G.A.C. -14/08/2009)

“Foi o aprendizado” (Jovem F.A.F.S. – 15/08/2009).

“Ah! foi bom pra mim começar minha carreira, meu primeiro emprego, foi bom porque eu queria e eu não sabia fazer nada. E ele foi bom..., foi bom pra meu comportamento, né? como eles ensina tudo que eu aprendi, com eles lá, aprende muita coisa, a gente viajava, lá conhecia coisas que acha, nem imaginava. (...) É bom, eu achei bom pra mim. Eu acho que, geralmente, eu acho que.., todo mundo..., porque ele é bom e sabe não é um curso chato, porque, eu achava, no começo, eu achei que ia ser chato, mas não, é engraçado, não é só estudar, estudar, estudar. Tem dinâmicas, você viaja, conhece um monte de pessoas. Isso é legal” (Jovem A.E.O. – 25/07/2009).

“A maturidade (...) Ah! contribuiu pra tudo, pro meu crescimento, pro meu conhecimento, contribuiu bastante, pra tudo, contribuiu bastante pra mim evoluir (...) Foi muito bom, eu gostei muito do programa. Achei que foi muito importante pra mim. Foi ótimo, eu gostei muito porque me ajudou evolui, abriu a mente, foi bom (Jovem I.C.S.A. (29/07/2009).

“Eu acho que foi a experiência mesmo, porque infelizmente, aqui em Ibitinga, gira em torno do ‘bordado’, né, só isso, então eu acho que foi a experiência mesmo. Porque eu, em São Paulo, não tinha noção nenhuma de mexer numa máquina, nada, então esse curso foi onde me ensinou, entendeu, mas é que é só isso mesmo” (Jovem M.C.P. 14/08/2009).

“Ah! igual, eu só estou subindo de cargo, pra mim está sendo bom, né, então eu me sinto bem, agora tem que... **Você acha que foi o curso que te ajudou muito?** É, porque aí eu comecei, eu ia fazendo as coisas, aí foi me dando oportunidade (**Pai:** foi um empurrão, né, ela tem interesse, aprendeu, experiência, foi.., deslanchou, graças ao curso bom). Se a gente começasse lá, como eu não sabia fazer nada, ia começar arrematando, pra eu conseguir uma oportunidade lá, ia ser mais difícil, bem mais difícil (**Pai:** eu acho assim, a diferença de quem faz o curso do SENAI e de quem entra sem o curso. Entra sem o curso, só aprende aquilo. Entra pelo SENAI tem a chance de aprender tudo, escolher o que gosta de fazer. Tem a oportunidade, ir onde gosta, de mostrar pra firma onde se destacou mais. Quem entra lá só de ajudante, fica naquilo ali e não sai mais. Tem o caráter importante por isso, você tem uma oportunidade de aprender e mostrar pra firma que você sabe, todas as crianças deviam entrar pelo SENAI, todas, todas. Tem a oportunidade de aprender e da firma analisar em qual função ela se destacou mais, aí ela tem a oportunidade de subir de ser promovida na firma, por isso. Agora, entra de ajudante, fica ali a vida inteira, não tem oportunidade, às vezes a criança tem mais capacidade do que aquilo, mas não pode mostrar e do SENAI já tem essa chance.. (...) tem muitos adolescente que entra lá, às vezes foi até melhor que ela, e não teve oportunidade, eu acho que depende muito da oportunidade, tem que entrar pelo SENAI, tem que ter mais vagas....” (Jovem P.G.A. – 25/07/2009).

“Aprendi a trabalhar na firma, me ajudou entrar na firma porque é difícil entrar numa firma já trabalhando numa máquina, então foi bom pra mim...porque já aprendi a costurar, trabalhar em várias máquinas e eu tenho uma base pra trabalhar em várias máquinas” (Jovem K.F. 10/08/2009).

“Pra minha vida? Ah! tanta coisa, ah! Foi, assim, se não fosse o curso eu ia estar costurando, arrematando, então..., com o curso eu aprendi que a gente pode correr atrás, entendeu? Porque lá é assim, a gente não gastava nada, era tudo gratuito, então, eu aprendi muita coisa sem gastar nada, então, isso quer dizer que você pode correr atrás, sim, pra ter uma vida melhor, você pode correr atrás, sim de um curso gratuito sem precisar gastar, então, é só querer... não precisa de outra coisa!” (Jovem D.O.O. – 05/08/2009).

“Ah! materialmente me ajudou bastante, nas minhas compras, eu consegui comprar mais eletrônicos, tanto na parte psicológica me preparou mais pra vida, dentre outras coisas. (...) O mais significativo, foi a aprendizagem, realmente, e o emprego” (Jovem A. S.J. – 20/07/2009).

São diversos os benefícios em relação aos quais os participantes fizeram referência, dentre eles podemos destacar o fato de poderem comprar suas próprias coisas, sob este aspecto pudemos perceber durante as entrevistas que os adolescentes por serem compelidos a consumir, entendem que um dos maiores benefícios trazidos pela participação no curso é a possibilidade de aquisição de bens.

Aludido fato demonstra que o tempo livre dos jovens também é controlado pelo fetichismo da mercadoria (ANTUNES, 2005).

Outra questão muito referida foi o fato de que os adolescentes conseguem, mais facilmente, cargos diferenciados dentro da área de produção, em relação aos demais funcionários. Esta “oportunidade” como é colocado pelos mesmos, decorre, sem dúvida do treinamento que recebem e que obedece ao novo modelo de produção já descrito. O jovem sai do curso com o perfil exigido pelo mercado de trabalho: funcionário polivalente que trabalha em equipe e que a partir de discussões e debates é capaz de avaliar desempenho no intuito de melhorar a produtividade da empresa.

Neste sentido a fala de uma adolescente vem comprovar de forma veemente esta afirmação:

“Entrei no curso, me chamaram no outro ano, aí eu fui passando de cargo. **Você começou como lá?** Eu fiquei na conferência, eu conferia serviço para passar pros outros setores, aí depois chamaram eu para trabalhar no coletor de dados. A gente coletava a produção deles e depois auxiliar de encarregado, que é a mesma coisa de auxiliar de PCP³ **Explica pra mim o que é isso?** é planejar funções. O coletor de dados vai lá e coleta a produção de cada funcionário, aí eu confiro o serviço deles, aí eles tem a bonificação, a gente fecha vê quanto cada um atingiu, pra ver a média deles. **Entendi. Você é responsável por tudo isso.** Auxílio. **Você gosta do seu emprego?** gosto. **Por quê?** Ah! não sei explicar. **Por que, assim, você começou na produção, você não gostava de trabalhar na produção?** Por todas as funções que eu passei, eu gostei de fazer o que eu fazia, agora, porque eu não sei explicar, não...” (Jovem P.G.A-25/07/2009).

³ Planejamento e Controle de Produção

Falas livres sobre o programa

Neste ponto os adolescentes ficaram livres para falarem sobre o programa:

“Olha pra mim, esse programa é um programa bom, não sei de quem foi a ideia, mas é um programa muito bom porque além dele ensinar uma profissão pro jovem ele garante, praticamente, se o desempenho desse jovem for bom, ele garante praticamente o emprego desse jovem, esse jovem já está incluído no mercado de trabalho. Então é um curso bom por esse lado, mas é um curso também que ele depende bastante das pessoas que estão ensinando, porque se não tiver ninguém para ensinar.. (...) no começo quando a gente entrou no curso, ou pelo menos na empresa que eu entrei muitas pessoas eles ficavam com medo de ensinar com medo desses aprendizes tomar o serviço deles, tomar o emprego deles, então se todos levarem por esse lado, é um curso que muito gente vê com maus olhos, mas, se o jovem aprender bastante que nem eles estão ensinando, aí é um curso ótimo porque vai inserir bastante jovem no mercado de trabalho (Jovem D.G.S. –20/07/2009).

“Nossa! claro, que vale, principalmente, porque o certificado ele.., como que eu posso explicar, mostra que a gente concluiu o curso com qualidade, porque senão não ia ter recebido o certificado, pelo fato de a UNIMED ser conhecida, muito conhecida e respeitada acho que compensa muito fazer o curso” (Jovem J.C.Q. - 23/07/2009).

“Acho que é um excelente programa, não deve parar, porque você entra lá no programa..., vou te falar, salão..., é um lugar onde você dobra e só isso, você não conhece tecido, eu penso assim, aí quando você entra e você vê o que é realmente salão, ensina, você aprende tudo, lá eles dão uma chance pra você ver o que você gosta, dá chance pra você ser de tudo, dentro do salão. Ver qual que você se encaixa, ver qual que você gosta” (Jovem F.A.F.S. – 15/08/2009).

“Bom, que ajuda as pessoas pro primeiro emprego, que ensina a gente bem, está sempre incentivando, a gente está lendo, fazendo trabalho, trabalho voluntário.” (Jovem A.C.S. – 11/08/2009).

“Acho que o curso foi muito bom pra quem quer tentar, porque você consegue, se você quiser e gostar do que está fazendo você consegue cumprir o curso e aprender muito. **Então você acha que é bom pro adolescente?** Eu acho pra aqueles que quer trabalhar e quer..., porque não adianta, se você não quiser entrar no curso, porque muita gente entrou por pai e mãe, não adianta, porque você não termina o curso, ou você termina e não sabe nada **Você mudou para o outro curso. Por quê?** Porque eu achei que o curso, querendo ou não, o curso é mais voltado para o escritório. Não que eu pensei só em salário, porque o salário é melhor, mas não só isso, o modo de trabalhar é melhor também, né? Porque você no chão de fábrica só fica naquilo, naquilo, porque eu trabalhei um pouco, depois que eu terminei o curso (de costureiro industrial), eu trabalhei um pouco na empresa, eu fui contratada e fiquei como costureira, daí você fica naquilo, naquilo, naquilo. No escritório você vai ter suas funções, mas vai ter diversas coisas pra você fazer e outras coisas pra você aprender,

também, eu não sabia muita coisa de escritório, mas eu já aprendi bastante, já tem um monte de coisa que eu nem imaginava que existia e eu acho que eu quis mudar mesmo pra conseguir algo melhor na minha vida, um futuro melhor, pra mim não cansar tanto, entendeu? (Jovem A.N.G – 11/08/2009).

“Olha, eu acho que o programa é 10, ajuda muito as pessoas, os adolescentes, eu digo pra qualquer amigo meu mais novo. Faz o curso cara. Faz o curso que é muito bom. Você não vai se arrepender. É puxado, é puxado mas eu garanto pra você que lá frente você fala: eu fiz o curso mas valeu a pena. **Se você tivesse um filho você iria colocá-lo? Eu ia**” (Jovem A.R.A.J.G. – 05/08/2009).

“Valeu a pena. É um curso bom porque é uma oportunidade de você entrar no mercado de trabalho, porque como você disse, com 14 anos você não trabalha, então, com o curso eu aprendi desenvolver tudo o que eu queria e coisas que eu sonhava pra mim que eu achava que nunca ia conseguir, porque geralmente em Ibitinga tudo gira em torno do bordado e você tem que ter experiência e o curso é uma forma de você ter” (Jovem F.G.C. 25/07/2009).

“(…) os dois são muito bons porque ajuda pra gente a começar, porque começar é muito difícil porque vai na empresa eles querem produção eles não vão dá chance pra você aprender. O aprendiz é bom por causa disso, tipo, os dois são muito bons mas o que eu gostei mais foi o Luminar, porque é a área que eu gosto é a minha área, entendeu? Agora já pensou se eu quisesse trabalhar nisso, nas Casas Bahia como que eu ia entrar lá? Sem informação de ninguém, é bom porque eles dão um tempo pra gente aprender primeiro, né? Na escola vai dando base pra gente, depois a gente usar isso na empresa, Importante pra começar.. (**Mãe**: é importante pro currículo dele) com certeza” (Jovem D.R.J. 21/07/2009).

“Foi perfeito, pra resumir foi perfeito, pra mim foi ótimo. Não tenho nada que reclamar, não nego pra você não, no começo foi difícil. A gente ficou vários meses lá só estudando, só na teoria, os professores, também ralaram bastante, pra dar aula pra gente, porque todos eram voluntários...” (Jovem D.O.O. – 05/08/2009).

“**O curso correspondeu às suas expectativas?** Acho que o curso em si mesmo, na aula teórica eu acho que não. Eu esperava uma outra coisa, mas lá na empresa foi bom, eu gostei lá na empresa fiz bastante amizades e acabei ficando na empresa, na empresa foi bom, mas teoricamente acho que não. **Porque você acha que não?** Eu acho que o instrutor não estava capacitado ainda, sabe, ele estava começando, então eu até não fiz muita amizade com ele e eu acho que, foi mais por causa disso, sabe? A forma de explicar dele, sei lá... (Jovem M.C.P. 14/08/2009)

Com exceção desta última fala, todos os jovens mostraram-se muito satisfeitos com o curso de costureiro industrial. Assim, segundo as percepções e representações

dos mesmos os cursos, no geral, corresponderam e, em alguns casos até superaram as expectativas dos participantes.

Estudo x Trabalho: o peso da sobrecarga

Sobre aspectos relacionados à educação dos jovens tentou-se avaliar como os adolescentes associam estudo e trabalho durante o tempo em que fazem o curso, já que a maioria deles que estuda no horário matutino é obrigada a transferir sua matrícula para o horário noturno.

Pudemos perceber que este ponto foi muito salientado como desfavorável pelos jovens e pelos seus responsáveis (conforme já foi referido), pois segundo relatam o estudo à noite “é muito fraco”. Apesar desta evidência, 23 jovens afirmaram que não enxergam um prejuízo em relação aos estudos, para eles o que pesa mais é o cansaço.

“Eu acho que não, se eu não tivesse o curso, eu ia estudar de manhã, à tarde eu ia jogar bola, ia chegar em casa e (...) **Então você acha que não te prejudicou na escola?** Ah! escola é ... à noite é bem diferente, falta professor você vai embora, vamos supor o professor não quer passar matéria e fala vocês fica quieto e eu não passo matéria, uma pessoa de manhã sabe mais coisa que a gente” (Jovem G.A.C. - 14/08/2009).

“Não prejudicou, cansava, mas não prejudicou **Nem no aspecto escolar?** Não, porque eu continuei me esforçando, indo pra escola do mesmo jeito” (Jovem A.N.G. – 11/08/2009).

“Pode atrapalhar um pouco para estudar pra prova, mas é só isso, fora isso, não” (Jovem A.C.S. 11/08/2009).

“Eu não acho essa dificuldade porque eu já fiz outro curso e era do mesmo jeito. Eu acho, não que prejudica, mas você perde algumas coisas de fazer, mas eu acho que pra você conseguir o que você quer, você tem que abrir mão de algumas coisas” (Jovem A.N.G. – 11/08/2009).

“Não, era cansativo. Ia no SENAI, trabalhava de manhã, ia no SENAI à tarde e estudava à noite, cansava, mas não que ele tenha...(...) **Então não atrapalhou na escola?** Não, o SENAI, não” (Jovem A. E.O. 25/07/2009).

“Prejudicar não, eu diria que foi bem cansativo, cansativo foi, eu trabalhava cedo, ia pro SENAI à tarde, chegava tomava banho e ia pra escola à noite, cansa, mas prejudicar não. **Na escola?** Não, o fato do cansaço, só. (Jovem A.R.A.J.G. – 05/08/2009).

“**E na escola?** Algumas coisas, o cansaço, porque eu vinha pra casa e dormia tarde, a cabeça ficava..., não tem como.. ou você pensava no serviço, ou no curso ou na escola como o curso exigia muito. A escola acaba ficando pra trás” (Jovem W.M.B. 14/08/2009).

“Não, porque o curso ele era das... entrava às 7:00 e saía às 9:00, depois eu voltava a trabalhar só à uma e meia, então neste período do almoço, dava pra mim estudar tranquilo ” (Jovem I.C.S.A – 29/07/2009).

“Não, porque eu falei, me deu mais responsabilidade, entende, porque até na escola eu estava mais responsável do que antes, porque antes do curso eu não estava nem aí com nada. Entendeu? Depois do curso não. Depois do curso eu vi que eu tinha que terminar, porque era assim, se você faltasse na escola você perdia o curso também. Eu tive que começar a ter responsabilidade, então pra mim não prejudicou em nada” (Jovem D.O.O. – 05/08/2009).

“Eu acho que não, eu acho que ajudou, ajudou porque eu chegava lá, às vezes algumas coisas que eles passavam já tinha passado aqui (no curso), então eu fazia com facilidade **Então você acha que facilitou?** Eu acho que facilitou. **Você tinha todo o tempo tomado, não é? Durante o dia...?** É que como eu estudava a noite eles não passavam tarefa porque eles sabiam que quem estuda a noite é porque trabalha, então eles não passavam, aí, digamos assim, mas, pra quem é meio preguiçoso que acha que prejudicou, eu já não acho que prejudicou. A acho que ajudou, eu chegava na escola, apesar de estar um pouco cansado eu já sabia mais ou menos o que eu ia fazer e tal” (Jovem J.C.Q. - 23/07/2009).

Apenas 3 jovens consideraram que a escola foi prejudicada.

“Sim, atrapalhou muito nos estudos. Eu acho que o curso tinha que ser, sei lá em outro horário, saber dividir certinho por que a escola o ensino à noite não é muito bom, então atrapalhou na escola. Então você acha que o fato de você ter que ter mudado pro ensino à noite atrapalhou? Atrapalhou, acho que atrapalhou bastante” (Jovem M.C.P. 14/08/2009).

“Vale a pena, acho muito bom, gostei bastante de fazer o curso. **Você aconselharia outros jovens a fazer?** Sim. **Então você acha que não teve nenhum prejuízo?** Não, só de estudar” (Jovem R.D.C. - 25/07/2009).

“Alguns, porque eu tinha bastante sono e tinha algumas tarefas pra eu fazer, alguns trabalhos e eu deixei de fazer eles para fazer os outros do SENAI, então me atrapalhou um pouco” (I.D.R. – 04/08/2009).

A ideologia transmitida através das gerações

Insistindo em perceber melhor as representações dos entrevistados, foi perguntado se os mesmos achavam importante a conciliação entre trabalho e estudo e, também, se eventualmente tivessem filhos, os conduziram da mesma forma como

foram guiados por seus pais. Tal questão desvelou que a grande maioria acha importante essa combinação, confirmando, portanto, a transmissão dessa forma agir através das gerações.

Se você tivesse um filho, acha importante ele trabalhar e estudar, ou você gostaria que ele só estudasse e depois trabalhasse? Eu acho que só estudar (silêncio), estudar depois... Vai estudar e trabalhar sim, pro meu filho ser médico acho que ele nem trabalhava, mas é bom ele trabalhar pra ele ser responsável. **Você acha que é importante?** É importante. **Você acha que colocaria ele trabalhar e estudar?** Porque nada vem de graça. Ele tem que saber que ele tem que fazer também pra conseguir as coisas. Porque se eu estive lá não foi alguém que chegou assim “toma” faz parte faculdade, eu tive que suar bastante (**Mãe:** eu falo que o SENAI muda a cabeça da criança)” (Jovem G.A.C. 14/08/2009).

“Eu iria querer que ele fizesse o jovem aprendiz, com certeza, não só pelo trabalho, mas o ensino que tem no curso de aprendizado. Assim..., o SENAI, o Luminar é mais importante que a escola, porque ele continua a aprender lá” (Jovem D.R.J. – 25/07/2009).

“Eu acho importante trabalhar e estudar, porque não adianta estudar e não saber o que é o trabalho, trabalhando e estudando... p. ex. tem um rapaz na minha firma que ele trabalha e faz faculdade, nisso ele está fazendo a faculdade mas já sabe o que é trabalho, às vezes termina a faculdade com o curso na mão, vai procurar emprego e não sabe o que é trabalho, às vezes não acha emprego. Foi bom pra mim, pode ser bom pro meu filho” (Jovem K.F. – 10/08/2009).

“Se eu tivesse condições eu preferia que ele só estudasse, mas dependendo, como fosse minha situação financeira, seria melhor ele trabalhar e estudar, apesar de... Alguns prejudicam, né, eu não me senti prejudicada, assim, na escola, eu ia super bem, à noite, mas...” (Jovem N.K.S.L. – 25/07/2009).

“Trabalhar e estudar quando ele entrasse no Ensino Médio, porque quando a pessoa começa a ter um pouco mais de maturidade começa a entender a importância do trabalho e dar valor, também, nos estudos” (Jovem I.C.S.A – 29/07/2009).

“Se tivesse eu gostaria que completasse os 16 anos, que ele fizesse um curso, mais ou menos igual ao curso que eu fiz aqui, pra não ficar na máquina, sofrendo que nem um louco, como eu penso que foi bom pra mim, então, pra ele também, então eu gostaria que ele fizesse um curso que poderia ser aqui ou em outro lugar que fosse nessa base do curso, que fosse um curso de auxiliar de escritório e encaminhasse ele numa firma de escritório também. Mesmo com 16 anos mesmo, 17 igual eu fiz porque aí você adquire experiência mais novo, então, quando você adquire experiência mais novo, você tem mais tempo pra planejar, tal” (Jovem J.C.Q - 23/07/2009).

A minoria que pensa de forma diferente enfatiza a necessidade de estudo para conseguir uma profissão que seja capaz de proporcionar algo melhor:

“Se eu tivesse condições que ele só estude, sei lá se ele quiser ser um médico, um advogado, eu acho que o estudo é fundamental. Eu acho que eu vou tentar dar pra ele o que eu não tive, entendeu? Se eu tivesse condições dele só estudar” (Jovem W.M.B. – 14/08/2009).

O futuro incerto: que caminho tomar?

Por fim, ao serem indagados sobre seus planos futuros os adolescentes fizeram as seguintes afirmações:

“Ah! eu estou pensando Medicina, mas tem que ver, porque a nota do Enem não serve pra essas faculdades. **Qual sua atitude prática para conseguir atingir seu objetivo?** Tem que trabalhar e estudar, pra mim passar numa pública. Vai ser muito difícil, se for ver eu não estudo muito, eu vou bem na escola, mas tem pessoas que fica o dia inteiro só estudando, o negócio dele é só aquilo” (Jovem G.A.C. 14/08/2009).

“**Tem algum plano para o futuro?** Ainda não tenho. **Mas o que você pensa? Você falou em faculdade.** Eu queria fazer uma faculdade de música. É a única coisa que eu queria fazer, mas acho que eu não vou fazer. **Por quê?** porque é muito caro, não tenho jeito de pagar. **Então se você não fizer faculdade o que você pretende fazer?** Continuar trabalhando no ‘bordado’ (Jovem R.D.C. – 25/07/2009).

“**Quais são seus planos pro futuro?** Ah! são muitos, heim!?!... **Então, me fala alguns?** Alguns? Guardar dinheiro bastante pra comprar casa, carro, que é o que todo mundo sonha, investir numa indústria pra mim mesmo de ‘bordado’. **Você gostaria?** Gostaria. **E quanto à profissão, você falou que você queria ser advogado. Você acha que é possível isso, também ou não? Ou você acha que é mais difícil?** Eu acho que agora, acho que está meio tarde, porque eu parei de estudar, tudo, eu acho que está meio tarde, mas, se eu não tivesse parado eu acho que eu alcançaria. **Mas você acha que não dá tempo ainda?** Dá só que agora, quando você começa a trabalhar assim, não consegue, não dá vontade de ir na escola pra ainda se formar... **Bom, então, o que você tem feito pra atingir aqueles objetivos que você falou, comprar carro, casa...o que você tem feito?** Trabalhado muito. **É?** Trabalhar, juntando dinheiro, só...”(Jovem F.A.F.S. – 15/08/2009).

“Minha nossa!!! Eu, que nem minha mãe falou, eu não tenho vontade de estudar. Eu tenho vontade de estudar, mas não tenho coragem, e eu penso assim, também, aí, eu vou gastar... Eu gasto todo o meu dinheiro com roupas, com essas coisas, e depois, o que eu vou fazer? Como que eu vou gastar? Então, eu penso, assim, um dia estudar e fazer outra coisa e não ficar só trabalhando como encarregada, entendeu? **Mas o que você tem em mente, o que você gostaria de fazer?** Eu queria estudar Educação Física, eu gosto de Educação

Física, não tem nada a ver com isso, né? Mas se eu fosse trabalhar na empresa, se eu fosse estudar alguma coisa pra eu trabalhar na empresa, eu ia estudar engenharia de produção, porque é melhor pra fazer dentro de uma empresa” (Jovem G.C.A. - 29/07/2009).

“Eu tenho vontade de fazer contabilidade porque eu gostei bastante. Eu vi que não era tão difícil. Arrumar um emprego melhor. **Qual será sua atitude prática para conseguir isso?** Fazer um curso de informática, entrar num curso no Comércio (escola técnica) que não paga” (Jovem P.A.S. – 21/08/2009)

“Terminar o curso lá (está fazendo curso técnico de Gestão de Produção na ETEC) eu vou prestar faculdade, terminar e não ficar só como auxiliar de PCP (coletor de dados sobre a produção de cada funcionário), crescer mais... **Dentro da empresa?** Dentro da empresa. **O que você tem feito pra conseguir tudo isso?** Ah! me esforçar bastante no serviço, continuar estudando.., tanto é que a oportunidade que ele me deu, porque eu comecei a conversar com ele o que eu queria fazer, eu comecei a perguntar pra ele, aí ...**Ele quem?** O meu encarregado, aí era eu e mais uma que era pra subir, aí ele deu oportunidade pra mim porque eu queria continuar estudando” (Jovem P.G.A. 25/07/2009).

“Eu estou pensando fazer uma faculdade, me formar, fazer uma profissão que eu gosto. Estou pensando em Administração de Empresa, mas não ainda não tenho certeza”(Jovem A.C.S. – 11/08/2009).

“Eu vou terminar o curso, pretendo, se a empresa quiser, eu pretendo continuar na empresa, vou fazer uma faculdade, vou começar uma faculdade e eu pretendo fazer de Administração ou Contabilidade, formar uma família acho que eu não quero esperar muito. Quero fazer minha faculdade, tirar a minha carta, conseguir meu carrinho, comprar meu terreninho.., acho que é isso. **Qual a sua atitude prática para atingir seus objetivos?** O que eu estou fazendo? Estudando pra mim fazer minha faculdade, eu vou começar a guardar um dinheirinho, eu já até conversei com meu pai, ele vai arranjar um terreno pra mim, pra mim pagar, pra mim investir meu dinheiro em alguma coisa ” (Jovem A.N.G. 11/08/2009).

“Meu pai tem um comércio, eu pretendo seguir no comércio dele, o que eu tenho na minha cabeça é isso, por enquanto. **Você não pensa em uma faculdade?** Por enquanto não” (Jovem K.F. !0/08/209).

“Eu quero fazer Educação Física, né? Sempre tive isso na mente, então, to tentando lutar pra isso. (...) o overloque, num tava muito no objetivo pra minha vida. **Não é isso?** Não. **Você não quer isso?** Não. Eu quero uma coisa melhor né? Estudar e.. (...) **E o que você está fazendo pra atingir seus objetivos?** Ah! eu leio bastante coisa sobre

o corpo, né? Sobre saúde porque Educação Física mexe com essas coisas, né? Então eu leio muito, bastante coisa aí na internet, aí, sobre esse negócio de corpo, saúde, vitaminas, essas “coiseras” assim. **Você falou que você está no 3º colegial? 3º colegial. Então depois você vai querer prestar vestibular?** Isso prestar vestibular pra Educação Física e..tentar fazer aquele esquema do governo. Se eu não conseguir vou tentar pagar mesmo. **E você deixaria de compra alguma coisa pra você pra poder pagar?** Deixaria. Ano que vem eu estava esperando pra comprar minha moto, né? Mas só que aí eu vou ter que dar um tempo pra, se eu passar, aí eu vou ter que começar pagar não vai ter condição de eu pagar uma faculdade e pagar a moto. **Então você vai ter que escolher?** Vou ter que esperar. É se eu passar no vestibular, aí eu pretendo deixar a moto, esperar um pouco né?” (A.F.F. – 25/07/2009).

“Meus planos é me manter um pouco mais no emprego, até que eu possa cursar uma boa faculdade na área que eu gosto. **O que você está fazendo de prático pra atingir esse objetivo?** Tanto continuo no trabalho, estou pesquisando bastante sobre a área que eu gosto, tento botar em prática a área que eu gosto que seria a parte de computação, programação” (Jovem A.S.J. – 20/07/2009).

“Eu vou fazer, se Deus quiser eu vou fazer. Eu vou fazer uma faculdade de RH.” (Jovem J.C.Q – 23/07/2009).

Conforme se depreende, existem aqueles que condicionam a trajetória escolar ao término do pagamento de uma prestação assumida, aqueles que primeiro tem que economizar algum dinheiro para depois pensar em estudar, outros que, “nessa caminhada esperam contar com a ajuda divina, sob a crença de que , ‘se Deus quiser’, um mundo melhor poderá ser alcançado.” (MARIN, 2006. p. 75)

Na última verbalização transcrita, notamos, ainda, outro aspecto levantado por Bourdieu a respeito do prosseguimento dos estudos, que diz respeito à desinformação. O jovem disse que gostaria de fazer uma faculdade de recursos humanos. Esta afirmação demonstra que o indivíduo é privado, inclusive, do conhecimento de qual caminho deve tomar. Ora, segundo o autor, as informações sobre as profissões e carreiras futuras é que normalmente conduzem a pessoa a elas, bem como os esclarecimentos sobre a significação dos resultados, suas sanções e retribuições. Norteadas por tais orientações é que as crianças e adolescentes das classes superiores investem mais em suas vidas escolares. A desigualdade de informações, também é fator que contribui para que este universo não faça parte da vida concreta das famílias populares (BOURDIEU, 1993).

Tabela 14. Objetivos de vida dos adolescentes egressos

| Futuro | Freqüência |
|--|------------|
| Cursar uma faculdade | 12 |
| Fazer cursos (diversos) | 7 |
| Guardar dinheiro | 3 |
| Melhorar a vida (família/casa) e retomar os estudos | 1 |
| Continuar na empresa e fazer administração e contabilidade | 1 |
| Não quero estudar | 1 |
| Continuar o comércio do pai | 1 |
| Não sabe | 1 |
| Ser cabeleireiro | 1 |
| Total de entrevistados | 28 |

A fala abaixo, novamente, demonstra como os adolescentes são levados a desistir de seus sonhos optando por aquilo que lhes parece possível, segundo o que é comum à classe social da qual participam:

“O que eu gostaria? O meu sonho? Assim eu sempre tive vontade de fazer Medicina Veterinária, só que como eu não tenho condições, é muito caro, então eu optei por fazer estética, que é uma coisa que eu gosto, também que eu vi, assim, e me dou super bem. **Mas você acha que não tem condição mesmo de você fazer?** Agora, assim, agora não tem condição porque é muito caro o curso. **Mas , e você fazendo ENEM, agora tem as cotas?** Tem assim, mas é meio difícil viu..., eu acho que pra mim que trabalho.... Uma pessoa que trabalha é muito difícil, porque ENEM essas coisas, tem pessoas que só estudam pra isso, é ir lá e passa, mais fácil, agora eu que trabalho, não tem como, não tem tempo. (Mãe: não tem...)Tem pessoas que ficam o dia inteiro estudando, depois passa (Mãe: tem mais facilidade pra passar, quem só estuda, né?) **Então seu plano pro futuro, qual é ?** Agora é me formar como esteticista, depois, fazer cursos e montar uma clínica estética, eu pretendo” (...) **Então pra atingir seus objetivos você está fazendo este curso e espera fazer mais curso? É isso?** É, me especializar e fazer mais cursos, assim que eu acabar este, eu pretendo fazer outros, nesta área. (Mãe: mas meu sonho mesmo era que eu queria é que tivesse ido fazer em Araraquara, esse curso. Daí quando surgiu esse curso aqui, ela falou não mãe, vou fazer aqui, vou fazer aqui, mas sabe, eu não estou assim, contente,eu preferia que ela tivesse prá lá) Porque lá é faculdade, entendeu, foi aceita agora pelo MEC como faculdade de estética. Porque não era, antes era..., mesmo sendo lá na Uniara era curso técnico, agora esse ano que foi aceito pelo MEC. (Mãe: a gente sente, assim, um pouco, sabe? Porque eu queria que ela tivesse ido pra lá porque lá a gente vê que é mais..., porque não sei, às vezes ela fica até meio assim, desanimada, não sei...) Como a escola é nova, começou esse ano, tem ainda a falta de estrutura, só que é o primeiro ano. O primeiro ano a gente tem mais teoria, aí o ano que vem, o 2º ano a gente vai pra prática, entendeu? Então, já foi avisado tudo certinho, pra gente não se preocupar. **Aqui são quantos anos, esse curso?** Estética? 2 anos. **E agora você está me dizendo que lá na Uniara tem estética como faculdade reconhecido.** É reconhecida (

Mãe: depois que ela começou aqui, aí...) **E você acha que não compensa você ir pra lá?** Não sei, porque teria que pagar ônibus, tudo, e lá é um pouco mais caro. (**Mãe:** Às vezes, até eu aceitava assim mesmo que o que ela ganha só pra isso mesmo, porque não tem nem como ela me ajudar, ela não me ajuda, entendeu? Mas, eu até preferia porque a gente quer o melhor, então, eu pra mim eu preferia. Muitas vezes eu cheguei falar pra ela, nossa.. eu preferia mil vezes que você tivesse ido pra lá). Se a gente soubesse que lá ia ser aceito. (**Mãe:** Sendo aceito lá mais 2 ano e meio já é uma faculdade, como se diz ela escolheu um que mais ou menos dava pra ela pagar, porque eu também não tenho condições, não tenho como ajudar). **Mas agora, assim se você resolver ir pra lá são aproveitadas matérias ou não?** Não, porque ..., eu teria que começar tudo de novo o ano que vem, eu teria que prestar, passar..., e tal, no vestibular, passar e, pra mim poder começar tudo de novo (**Mãe:** Falei pra ela ir pra lá, eles mandaram, foi chamada 2 vezes ela pra ir pra lá, pra ela ir fazer...**em Araraquara?** e ela desistiu...). **Você desistiu por causa do custo, é isso, ou não?** Por causa que eu ia ter que pagar ônibus, ia ficar mais..., mais pesado. **Mais pesado....**Isso. Então eu decidi fazer aqui que é tudo mais simples, eu ia chegar tarde, mais tarde de ônibus, por que em outra cidade, ia chegar bem mais tarde, ia ter que acordar cedo no dia seguinte pra trabalhar, então, eu achei melhor ... (Jovem N.K.S.L. – 25/07/2009).

“Eu quero terminar meus estudos e eu queria fazer algum curso, porque, assim, eu não tenho nenhuma noção de informática, eu queria fazer alguma coisa, assim, Administração de Empresa, sabe? Alguma coisa assim, nessa área. Mas por eu ter casado, eu acho que isso mudou bastante, eu queria tentar pensar de novo o que é melhor pra mim” (Jovem M.C.P. 14/08/2009).

4.3. As representações dos demais atores envolvidos

Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Ibitinga: a ênfase na inclusão

Além de ocupar a função de Presidente do Conselho, o entrevistado é professor voluntário no curso de assistente administrativo e, conforme já referido anteriormente, foi quem fomentou a implantação deste curso, tendo como instituição formadora uma entidade sem fins lucrativos dedicada à assistência da criança e do adolescente e, também, à educação profissional. Ao ser perguntado sobre o público-alvo da lei, respondeu que entende que se trata de uma ação direcionada a qualquer adolescente, mas, com ênfase naqueles que estão em risco de vulnerabilidade social.

“Eu acho que todos. Evidentemente dando uma ênfase aqueles que estão em risco de vulnerabilidade social, mas eu acho que tem que atender todos, não é só porque é ... eu já vi casos, por exemplo, de o cara ser dono de uma empresa e colocar o filho pra fazer, começar de baixo” (Presidente do CMDCA – 16/07/2009).

Coloca que, levando-se em conta a dificuldade de obtenção do primeiro emprego, a Lei da Aprendizagem abre ao adolescente a oportunidade de inserção no mercado de trabalho, sendo esta, segundo sua visão, o principal objetivo da lei.

Para este ator, ao mesmo tempo em que o trabalho é um meio de obtenção de renda, constitui-se numa maneira eficaz de retirar o adolescente da rua.

Durante a entrevista, o representante do Conselho reforça que essa inclusão laboral da criança tem que acontecer o mais cedo possível:

“Eu acho que o principal objetivo do programa é dar oportunidade de ter o primeiro emprego que eu acho muito difícil a pessoa sem..., o adolescente sem nenhuma experiência. Ele vai enfrentar bastante dificuldade para conseguir o primeiro emprego e o trabalho que se faz no curso de aprendizagem é, além de ensinar, dar essa oportunidade para ele..., o primeiro emprego. E acho extremamente importante que aconteça o quanto antes possível na vida do adolescente. Se possível aí aos 14 anos, já que a lei não permite anterior a 14 anos. Porque se nós não cuidarmos dele os traficantes vão cuidar. ...(...) mas, da lei eu mudaria o seguinte. Eu acho que poderia ser até antes dos 14 anos para os adolescentes em situação de risco, certo? Porque as vezes 14 anos já é muito tarde. Então se eu fosse fazer a lei eu mudaria isso eu acho que poderia ser até antes...” (Presidente do CMDCA – 16/07/2009) (grifos nossos).

A partir desta colocação o entrevistado foi questionado a respeito da formação dada às próprias filhas, momento em que admite que até os 18 anos elas não trabalharam, mas, que se fosse o caso delas terem que entrar para o mundo do trabalho antes dos 16 anos, o curso teria sido interessante. Representação que denota a contradição entre o que querem para si próprios e suas famílias e as regras ditadas para os outros.

“**Você têm filhos? Tenho Três. Há uma diferença na educação que você dá para as suas filhas, daquilo que você disponibiliza para elas, daquilo que é oferecido neste curso?** Eu acho assim, no meu caso, não sou da alta renda, mas minhas filhas não trabalharam antes dos 18 anos, nenhuma delas, então este curso de aprendizagem pra elas não teria sentido, pois as 3 começaram a trabalhar depois dos 18 anos. Agora, se fosse pra trabalhar antes dos 16 anos eu acho que poderia colocar, foi isso que você perguntou? Seria interessante para elas? Eu acho que sim” (Presidente do CMDCA – 16/07/2009) (grifos nossos).

O reconhecimento da desigualdade de tratamento aos adolescentes das diferentes classes sociais fica cada vez mais reafirmado a cada pergunta:

“**E agora eu volto lá na pergunta da relação do trabalho com o adolescente. Você não colocou sua filha com 16 anos pra trabalhar. Você acha que os adolescentes.. você acha que isso**

aí..., não sei? Eu acho que o trabalho é extremamente importante, só que até os dezoito anos se for possível só focar no estudo eu acho que seria importante.... **Então, no caso são dois tipos de adolescência, aquela que** privilegiada e aquela menos favorecida, vamos dizer assim...” (Presidente do CMDCA – 16/07/2009) (grifos nossos).

Novamente

“Não sei se é isso que você está perguntando, mas da lei eu mudaria o seguinte, eu acho que poderia ser até antes dos 14 anos para os adolescentes em situação de risco, certo? Porque as vezes 14 anos já é muito tarde. Então se eu fosse fazer a lei eu mudaria isso eu acho que poderia ser até antes. Outra coisa que eu acho também, se bem que na lei já fala, que tem que se preocupar com a formação moral também. O próprio Estatuto da Criança fala que é um ser em desenvolvimento, então com isso você tem que pegar todos os focos do desenvolvimento, não apenas o conhecimento” (Presidente do CMDCA – 16/07/2009) (grifos nossos).

Admite que embora o curso dê uma formação moral e ética aliada à experiência, a renda é o principal objetivo do adolescente.

“...para os adolescentes de baixa renda, talvez a coisa mais importante seja a renda. Eu acho que ele vai entrar no curso talvez para conseguir renda, aí compete a quem está dando o curso aproveitar que ele está ali pra conseguir renda e aproveitar dar formação moral, aproveitar dar formação ética e junto com isso dá experiência para ele, conhecimento de experiência...” (Presidente do CMADCA – 16/07/2009).

Coloca como maior dificuldade de implantação do programa a obtenção de vaga na empresa e atribui esta dificuldade ao preconceito existente por parte dos empresários.

“Acho que a principal dificuldade é conseguir emprego para os adolescentes. Um pouco acho que pelo preconceito dos empresários que acham que esse aprendiz não vai ser produtivo, mas a meu ver, ele não consegue enxergar, não é nem a longo prazo, a médio prazo, eu acho que a médio prazo ele já vai conseguir um bom retorno daquele investimento que ele está fazendo no ser humano. Eu acho que a principal dificuldade é essa” (Presidente do CMADCA – 16/07/2009)

Entende que num primeiro momento o empresário perde, em produtividade, mas a médio prazo ele passa a ganhar com a contratação do aprendiz, pois, pode ter a chance de formar o jovem de acordo com a mentalidade da empresa.

“Eu acho que a curto prazo, de imediato é mais vantajoso para o aprendiz do que para o empresário. Basicamente, o que ele tem é redução do fundo de garantia. Agora se o empresário conseguir enxergar a médio prazo, aquele adolescente que ele vai formar de acordo com a cultura dele, de acordo com aquilo que ele pretende

dentro da empresa dele, eu acho que aí há um equilíbrio” (Presidente do CMDCA – 16/07/2009) (grifos nossos).

Tais afirmações confirmam a hipótese de que o empresário, na condição de ator e co-responsável na implementação desta política pública não colabora na sua implementação, posto que exime-se o quanto pode da obrigação legal de contratar o adolescente. E isto só acontece porque ele não sabe que o programa, embora de uma forma dissimulada, funciona a seu favor.

O relato a seguir também reitera a ocorrência deste entrave. A adolescente relata as dificuldades enfrentadas pelos jovens e pela entidade na procura de vagas, de um lado o adolescente que, para participar do curso tem que transferir seus estudos para o período noturno e que precisa trabalhar por questão financeira e de outro lado a associação no seu árduo compromisso de arrumar a vaga numa empresa, questão presente na área administrativa, uma vez que, na área da produção faltam jovens para atender a demanda das indústrias.

“...a gente começou a ir, mudamos pra noite aí e começamos a ir de manhã pra lá, só que foi muito complicado no começo, a gente não achava empresa, tinha muita gente que desistiu, porque no começo lotou, lotava a sala, só que eles precisavam trabalhar, eu sei mas, não custava esperar, entendeu? Muita gente desistiu, não foi um, nem foi dois, foram vários que desistiram, que inclusive quando a gente terminou o curso teve um deles que hoje trabalha no mercado que olhou e falou nossa, eu devia ter esperado, entendeu? Então, é bem complicado. Valeu a pena” (Jovem D.O.O. – 05/08/2009).

Assim dentro deste contexto são frequentes os casos em que o intento de transposição social através da aprendizagem é frustrado.

Por fim, como fomentador e participante ativo do curso, assevera que o curso traz grandes benefícios para o jovem aprendiz, definindo o programa com a palavra “esperança”:

“Com certeza as próprias experiências que a gente tem aí mostra que, quando o jovem entra num curso deste, ele tem um tipo de cabeça, a hora que ele sai de lá, ele está com uma mentalidade totalmente diferente, com muito mais esperança, com muito mais..., acho que uma coisa que falta para esses adolescente é esperança eu acho que o curso muda isso daí, muda bastante. (...)eu diria que a palavra chave seria esperança, quando eles entram aqui, a expectativa deles é muito baixa da vida, e a hora que eles tem uma oportunidade pra se agarrar, eu acho que pega” (Presidente do CMDCA – 16/07/2009) (grifos nossos).

Os professores do curso de assistente administrativo: o papel educador do trabalho

Foram ouvidos outros 2 professores voluntários do curso de assistente administrativo. O professor 1 dá aula de recursos humanos e a professora 2 leciona comunicação de inglês básico. A entrevista, a princípio foi direcionada com o objetivo de saber qual o conhecimento efetivo destes participantes do programa sobre o teor da Lei 10.097/00.

O que os professores, basicamente, sabem da lei é que ela se destina a inserir o adolescente no mercado de trabalho, garantindo todos os direitos de um trabalhador comum que antes lhes eram negados e, ao mesmo tempo, assegurando um aprendizado.

“...o que eu lembro da lei é assim, ela funciona para menores de ... a idade mínima não me lembro agora, se 15 ou 16 anos até os 24 anos, onde o jovem recebe uma oportunidade de trabalho, é inserido no mercado de trabalho enquanto estuda, que é uma oportunidade de aprendizado, de adquirir experiência pra outras oportunidades de emprego”(Professora 2 – 24/07/2009).

Outro consenso encontrado nas duas entrevistas é o otimismo, categoricamente, afirmado na convicção de que o curso traz diversos benefícios aos jovens, advindos da qualificação obtida para o trabalho e da aquisição de experiência profissional.

“Ah! eu acho que é muito, muito bom, na medida que ele qualifica o jovem como assistente administrativo. Porque no ensino fundamental a gente não aprende isso, eles não aprendem isso e onde é dada a oportunidade de adquirir experiência pra continuar na empresa depois, ou ir em busca de um novo emprego. Porque eu acho que hoje o que dificulta a entrada no mercado de trabalho do jovem é a falta de experiência. Sem experiência você não consegue emprego e sendo jovem você não tem experiência, então alguém tem que dar essa primeira oportunidade, então aí é o início” (Professora 2 – 24/07/2009).

Em sua fala o professor 1 afirma o aspecto social do curso e acredita na sua eficácia como formador de caráter, uma vez que também passou pela experiência de trabalhar e estudar.

“Esse curso do jovem aprendiz eu acho que ele enfatiza a educação técnica, a educação humana e a importância desse curso é o social. Eu acredito nisso. O adolescente que está no curso, ele está na empresa e ele está na escola, então você ocupa o adolescente e dá uma formação. Eu acho isso muito importante, eu passei por isso e foi importante para mim, por isso eu acredito nesse curso e acredito nesse projeto. (...) Eu trabalhava e estudava, trabalhava e estudava isso me ocupava eu tinha envolvimento com pessoas que me mostravam o lado correto, onde eu devo seguir, onde eu devo

caminhar. A ocupação também, você não fica pensando em outras coisas, coisas que vão acabar te prejudicando, porque adolescente é assim, alto nível de adrenalina, então você acaba fazendo coisas que não vai te trazer benefício nenhum (...) Sim, sim, eu vivenciei foi muito importante eu volto a falar novamente eu acredito no projeto e senão tivesse esse projeto, o governo teria um problema maior, bem maior de estar educando estes adolescentes.” (Professor 1 - 22/07/2009)

O trabalho assume o papel de educador no que diz respeito à pessoa e embora reconheça algum prejuízo quanto ao aspecto intelectual, afirma ser importante trabalhar:

“Na minha opinião, tem duas linhas que tem que trabalhar, a primeira que você falou mesmo, o trabalho é um educador para o jovem, no trabalho ele tem que ter responsabilidade, ele convive em grupo, ele tem alguém que coordena, alguém que passa uma responsabilidade para ele, ele tem horário para chegar no trabalho, ele tem normas, então ele é educador até para a formação até de um ser humano, (...) na outra linha eu vejo como muitas vezes uma ocupação de tempo para o adolescente, que ele deixa de fazer muitas coisas, ele tem sonho, devido ao trabalho..., o meu sonho é ser um cientista, o meu sonho é ser um jogador de bola, meu sonho é isso, e na verdade o estudo também, acaba atrapalhando um pouco no estudo...” (Professor 1 – 22/07/2009)

Ao ser perguntado sobre quem seriam os destinatários do curso respondeu o seguinte:

“A primeira visão minha era para..., pessoalmente..., para aqueles adolescentes de classe ‘E’ pra baixo, aqueles adolescentes que realmente não tem formação familiar nenhuma, para a gente tentar encaminhar esse adolescente, mas no decorrer do curso a gente percebeu o seguinte, é muito complicado a gente trabalhar o básico que não foi dado na estrutura familiar, que não foi dado na escola, então você tem que dar oportunidade para aqueles adolescentes que, querem realmente, independente da renda familiar e da faixa salarial. **Você acha que a questão cultural do adolescente influencia, na postura dele dentro do curso?** Até porque o curso, quem administra o curso a Associação Mulher Unimed, é um curso que tem que ter uma continuidade, tem que ter um trabalho rápido, porque se você pegar um adolescente e você tiver que trabalhar a cultura dele, a cultura é difícil de mudar, então esse curso ia ter uma duração de 4 , 5 anos.” (Professor 1 – 22/07/2009).

Com este relato o professor toca na questão da falta do capital cultural. A princípio encarava o curso do jovem aprendiz como uma solução para um problema social, qual seja, o problema do adolescente sem formação familiar, entretanto, relata que a experiência mostrou ser muito difícil trabalhar a formação do indivíduo quando o fundamento, as bases não foram dadas ao adolescente, seja em casa ou na escola.

Assim, conforme ficou evidenciado, reconhece que por tratar-se de um curso rápido não se mostra eficaz em termos culturais.

De acordo com uma lista previamente elaborada no roteiro da entrevista os professores foram instados a apontar algumas das maiores deficiências percebidas nos jovens participantes do programa, segundo ao que responderam da seguinte forma:

Tabela 15. As maiores deficiências dos jovens participantes do programa segundo os professores

| | Professor 1 | Professor 2 |
|----------------|---------------------------------|----------------------------|
| | Deficiências | |
| 1ª deficiência | estrutura familiar | apatia, falta de empenho |
| 2ª deficiência | baixo nível de informação | Má formação escolar básica |
| 3ª deficiência | Má formação escolar básica | baixo nível de informação |
| 4ª deficiência | falta de entrosamento da equipe | - |

De acordo com a tabela, as maiores deficiências estão relacionadas com a formação básica do jovem, tanto em relação ao aspecto familiar, quanto em relação ao aspecto escolar, trata-se do *ethos* que, uma vez interiorizado, é capaz de atuar como fator determinante do êxito social.

Em seguida, a partir de uma tabela de avaliação de desempenho dos alunos, pudemos obter os seguintes resultados em relação ao seu comportamento, na visão dos professores entrevistados:

Tabela 16. Desempenho dos alunos participantes dos programas segundo os professores

| Quesitos | Professor 1 | | | | Quesitos | Professor 2 | | | |
|-----------------------|-------------|-----|---------|---------|-----------------------|-------------|-----|---------|---------|
| | Desempenho | | | | | Desempenho | | | |
| | Ótimo | Bom | Regular | Péssimo | | Ótimo | Bom | Regular | Péssimo |
| Pontualidade | x | - | - | - | Pontualidade | X | - | - | - |
| Dedicação | - | X | - | - | Dedicação | - | X* | - | - |
| Disciplina | - | X | - | - | Disciplina | - | X | - | - |
| Trabalho em equipe | - | - | X | - | Trabalho em equipe | - | X | - | - |
| Iniciativa | - | - | X | - | Iniciativa | - | X | - | - |
| Interesse em aprender | - | - | X | - | Interesse em aprender | - | X | - | - |

* no curso atual, mas nos anteriores regular

O professor 1 considera que não há prejuízo para nenhuma das partes envolvidas, mas sim, uma troca, posto que o aprendiz ganha na questão salarial e na

oportunidade que lhe é aberta. Quanto ao empresário, ele estará formando alguém nos seus moldes, desde que saiba administrar a situação do aprendiz dentro da sua empresa. Neste ponto, segundo o entrevistado, há uma grande dificuldade em relação à pessoa que vai monitorar o aprendiz na empresa, pois muitas vezes o responsável pelo encargo se mostra um péssimo líder, característica da falta de profissionalização por parte dos donos.

Nesta parte há também uma convergência das opiniões. Segundo os professores ocorre um equilíbrio entre perdas e ganhos na relação entre empresário e adolescente.

“Eu acho que as duas partes ganham, acho que não tem quem ganha mais. O aprendiz, ele ganha experiência e a empresa ganha o aprendiz, de repente ele teria que pagar muito mais por uma pessoa com experiência para desempenhar o mesmo trabalho que o aprendiz faz, acho que há uma contrapartida entre os dois” (Professora 2 – 24/07/2009).

Cita como maior ganho do adolescente, o conhecimento, a instrução recebida, embora reconheça que o jovem na maioria das vezes não consegue enxergar esse aprendizado como uma melhoria de vida.

“Na minha visão o maior ganho deles é o aprendizado isso não tem preço, agora, acredito eu, não posso responder por eles, mas acredito eu que o fator econômico é o que chama mais atenção para o jovem. (...) O aprendizado é uma melhoria de vida apesar do adolescente não enxergar dessa forma, mas existe sim, uma melhoria de vida...” (Professor 1 – 22/07/2009)

As maiores dificuldades, segundo ele, são a burocracia para o curso poder começar a funcionar, a falta de voluntários, principalmente professores e a estrutura física.

Ao ser questionado sobre o tipo de formação a ser dada ao seu próprio filho admite que embora o curso seja bom, havendo possibilidade, o faria seguir por outro caminho.

“Olha, essa pergunta sua (risos). Essa pergunta sua..., é acaba fazendo com que nós reflitamos sobre tudo, filho é tudo, a gente quer o melhor, porém, eu colocaria sim, num projeto do menor aprendiz por que isso é muito importante e vem com aquilo que nós estávamos falando da educação, como algo educador, mas se eu tivesse possibilidade... (...)havendo possibilidade eu encaminharia ele para um curso, uma escola privada, uma escola que vai passar uma visão maior para o meu filho. O que seria essa visão maior para o meu filho? É..., os pais sempre..., isso aí é cultural..., o pai quer dar para o filho aquilo que ele não teve, então essa visão geral que eu falo para você, eu vejo de uma forma diferente o empreendedorismo, porque, o menor aprendiz você coloca..., ele visualiza um trabalho, como

funcionário, a carreira profissional, não que ele seja limitado, porque acredito eu que ele vai ter uma carreira profissional ele vai querer ter um bom salário, mas nós sabemos que pra chegar nisso hoje a concorrência é muito grande. Bom, existindo a oportunidade eu colocaria ele numa escola que passaria um conteúdo maior de conhecimento e incentivaria ele ao empreendedorismo e a não ser funcionário” (Professor 1 – 22/07/2009).

A princípio este ator defende e passa um sentimento favorável em relação à participação no programa, entretanto, ao ser questionado sobre a educação a ser dispensada com o filho não se mostra certo disto, pois afirma que pretende direcioná-lo de forma diversa, contradições escamoteadas a demonstrar a necessidade de acompanhar vigilantemente o possível desencontro de posições/representações.

A professora 2 considera o trabalho um fator socializador, através do qual o adolescente aprende a se relacionar com as pessoas, fato que leva à aquisição de maior responsabilidade. Esta é, segundo ela, uma das maiores deficiências do jovem, questão que dificulta o aprimoramento da sua formação. .

“A maior dificuldade é aprimorar a formação deles, pelo menos na minha disciplina tem coisas assim que a gente percebe um certo, uma certa falha no ensino fundamental ao longo dos anos, porque tem coisa que eles deveriam chegar ali sabendo e que eles não sabem nem o básico do básico, isso não é uma falha deles, é uma falha do Estado, do sistema e por outro lado tem que trabalhar mais como eu já disse a responsabilidade, eles tem que aprender a ser mais responsáveis nas coisas, você pede as coisas, tem que entregar em dia, tem que ter aquela responsabilidade de cumprir com o que é solicitado” (Professora 2 - 24/07/2009).

Ao ser perguntada sobre as possíveis melhorias no curso, ela novamente faz referência à falta de responsabilidade do jovem, uma vez que, a partir do momento em que ele é inserido no mercado de trabalho ele passa a negligenciar o aprendizado. A professora entende que deveria haver mecanismos coercitivos capazes de manter os adolescentes diligentes, também com os estudos.

“Eu acho que pode ser melhorado sim, não sei como, teria que ser estudado, eu vou falar de novo, cobrar mais resultados deles em sala de aula, porque de repente, no momento em que ele é inserido no mercado de trabalho, de repente, ele deixa o curso um pouquinho de lado, então eu acho que o curso tem que ser mais cobrado quando isso acontece,...” (Professora 2 – 24/07/2009).

Quanto ao entraves de implementação do curso, faz alusão à dificuldade em encontrar vagas para os adolescentes nas empresas.

“(...) mas, pelo que eu sei, no começo teve muita dificuldade, dificuldade em conseguir convênio com as firmas para inserir os jovens no mercado de trabalho. Teve que entrar o departamento do trabalho no meio para conseguir essas vagas, agora, hoje eu não tenho conhecimento das dificuldades, acredito que elas sejam menores, mas que com certeza ainda existem” (Professora 2 – 24/07/2009).

Aqui, encontramos novamente presentes indícios da rejeição empresarial. Considera a experiência adquirida pelo trabalho a maior contribuição para a vida do adolescente, entendendo haver, também uma melhoria na questão intelectual e financeira, consubstanciada pela dignidade humana.

“Primeiro, experiência. Segundo, aprendizagem. Terceiro, salário. O salário é consequência da experiência e da aprendizagem. **Então você acha que ele tem uma melhoria de vida? Tem. O que é a melhoria de vida para você?** Ele tem uma melhoria tanto intelectual quanto financeira também. Porque querendo ou não ele adquire sua independência financeira, entre outras, ele não depende... Eu acho que o que ele recebe, não é muito? Não é, mas eu acho que dá pra tirar as despesas dele no dia a dia. **Então você acha assim, que melhoria de vida para você é aumento da dignidade humana ou esse tipo de programa aumenta a capacidade de compra dele?** Não, da dignidade humana. Assim, a capacidade de compra também, mas eu acho que o maior benefício é a dignidade humana” (Professora 2 – 24/07/2009).

Na última questão colocada, a respeito da formação dos próprios filhos, assume posição divergente em relação ao professor 1, entendendo ser necessário o estudo e o trabalho para a formação do indivíduo, isso por considerar sua própria experiência de vida. Contudo, gostaria que seu filho cursasse uma universidade.

“Pra falar a verdade eu preferiria que ele estudasse e trabalhasse porque eu só estudei e, de repente, na hora de cair aí no mercado de trabalho, você sente uma certa dificuldade, então eu acho que tem que se dedicar aos estudos? Mas, eu acho que o trabalho é importante, também, mesmo antes de você ter uma formação universitária. Seja qualquer trabalho, para você adquirir um certo conhecimento, uma certa experiência, um jogo de cintura, aí no mercado de trabalho, porque o mundo do mercado de trabalho é diferente do que a gente pensa quando a gente está fora dele, a realidade fora é diferente. (...) como ele é pequeno ainda, eu nunca pensei em projetar nada, mas eu queria que ele tivesse um estudo e fizesse uma universidade, de acordo com o que ele gosta, com que ele se interesse” (Professora 2 – 24/07/2009).

Funcionária da Associação Mulher Unimed de Ibitinga e orientadora do curso de assistente administrativo: a responsabilidade social da empresa

Levando-se em conta que se trata de uma instituição sem fins lucrativos interessava saber quem mantém o curso e quais seus principais objetivos (embora tais informações, de uma maneira formal, já constassem o plano de curso e o estatuto da entidade anteriormente analisados).

A respeito da empresa mantenedora, a informante respondeu que todos os custos fixos da sede são providos pela UNIMED – Cooperativa de Trabalho Médico de Ibitinga, constituindo-se num “braço social” da empresa. Quanto aos demais gastos com aquisição de materiais necessários à execução de projetos os mesmos são oriundos de doações advindas da comunidade e de programas de apoio à criança e à juventude da cidade.

“A UNIMED que mantém este curso? Na verdade ela mantém os custos fixos da instituição com seus vários programas. **Qual o objetivo da empresa em manter esta instituição?** Porque o mundo, agora, cobra isso, das empresas. Os consumidores cobram das empresas que eles devolvam o lucro em benefício da sociedade, (..) então empresa que não tem departamento de responsabilidade social ela vai cair fora do mercado, então eles se estruturam também em relação a isso” (Funcionária do curso de assistente administrativo – 13/08/2009).

A entrevistada entende que o principal objetivo do programa é inserir o jovem no mercado de trabalho, associando atividades pedagógicas e um conteúdo que ensine o jovem a pensar e a partir daí fazer escolhas.

É mister reconhecer o benefício social trazido pela implementação do programa, entretanto, não se pode negar que também aqui, ainda que de forma indireta, as estruturas são regidas pelo capital econômico.

Quanto ao público alvo do programa ela relata que, a princípio, o curso foi implantando para atender o jovem de baixa renda, mas que este critério teve que ser mudado, pois os jovens chegavam sem a base necessária para ser inserido na área administrativa de uma empresa, porque é cobrado tanto da instituição quanto do jovem um retorno rápido para a empresa.

“...porque nos primeiros cursos a gente queria fazer para um pessoal que não tivesse acesso a isso mesmo, baixa renda, morador de periferia que não tivesse oportunidade no mercado de trabalho, mas a gente acabou concluindo que esses são os que desistiam porque não tinham estrutura nem cultural, nem social e eles não aguentavam o

curso porque o curso é bem puxado...” (Funcionária do curso de assistente administrativo – 13/08/2009)

Com base neste fato, para a seleção dos candidatos permaneceram apenas os critérios da aprovação na prova de conhecimentos básicos e a adequação do perfil psicológico para trabalhar em escritório.

Quanto à postura do empresário, a mesma afirma que eles relutam em ficar com os aprendizes, principalmente, porque se destinam à área administrativa.

“A princípio empresários não querem o aprendiz? Não. Já aconteceu casos? Vários e assim, eles até tentam negociar comigo de deixar eles pro próximo curso, de negociar o número de cotas. Olha eu preciso 6 mas eu fico com 2 ..., quebra essa pra mim..., conversa lá no departamento do trabalho senão eu vou ficar mal com eles, lá né,?” (Funcionária do curso de assistente administrativo – 13/08/2009)

Houve situações em que donos das empresas ligaram pedindo aprendizes, entretanto, queriam o jovem para a realização de serviços gerais dentro da indústria.

Em relação à postura do jovem durante o curso, a entrevistada disse que existem aqueles que se empenham e aproveitam o máximo daquilo que é transmitido, entretanto, há jovens que a partir do momento em que alcançam seu objetivo que é arrumar um emprego agem de forma desidiosa em relação ao rendimento no curso.

“...olha eles começam a todo vapor, mas durante o período do curso, uns como conseguem o trabalho e a remuneração e alguns benefícios que algumas empresas dão, eles se dão por satisfeitos. Então a gente vai tendo problemas em relação a isso, porque outros tem a meta de crescer culturalmente, dentro da empresa, de melhorar de vida, de adquirir alguma coisa a mais e daí começam surgir os problemas de estudo, de dedicação, eles vão meio que largando o curso porque estão empregados, então, teve casos que a gente teve que usar até punição como exemplo para colocar os outros na linha mesmo. Porque a gente deixa de recuperação porque a gente não quer que isso se torne só um trampolim para arrumar um emprego e ter o salário. **Então você está dizendo que existem jovens que aproveitam...** tem aqueles que depois que conseguem o que quer abandonam e acham que é uma brincadeira que isso não vai fazer diferença na vida deles e o objetivo deles já foi alcançado que é entrar numa empresa que é fora do chão de fábrica e que tá tudo bem pra ele. Ele não se preocupa em ter mais do que aquilo... em termos de cultural, de informação, pra eles aquilo tá bom, é o máximo que eles conseguem pensar, o salário... (...) a gente faz reuniões periódicas com os professores para trocar informações dos alunos e um professor chegou a ameaçar de largar o curso porque ele estava aqui dando o melhor de dele, vindo e dava aula, uma pessoa que tinha feito curso superior, e estava se disponibilizando doar o tempo dele pra estes jovens e tinha uns que ficavam na brincadeira e ele não admitia isso, ele achava que ele não tinha que perder tempo com isso, que ele só

tinha que ensinar quem realmente queria aprender e a gente teve que mudar um monte de coisa, de regras, pra manter este professor, então nós optamos em desligar os jovens que estavam dando dor de cabeça pra gente e a gente viu que isso serviu de exemplo pros outros e todo mundo entrou na linha” (funcionária do curso de assistente administrativo – 13/08/2009).

Conforme se depreende, as dificuldades na implementação da lei não surgem apenas do lado do empresário, alguns jovens também não se sentem parte do programa em seu aspecto formativo, isto porque seus objetivos e seu campo de visão estão restritos ao emprego e ao salário.

No geral, a entrevistada considera o conteúdo do curso muito rico fato que possibilita um aprendizado constante, contribuindo para o seu crescimento como pessoa, como cidadão. Segundo a sua visão, o adolescente se torna um agente de transformação dentro da sua própria família. E a melhoria de vida adquirida através do curso constitui-se no fato de que o jovem adquire determinadas percepções que o possibilitam “realizar escolhas”.

Presidente do Sindicato das Indústrias e Comércio do Bordado de Ibitinga: a crítica à forma de inserção no mercado

Sobre a lei formal que regula o programa só tem conhecimento que a empresa é obrigada a contratar aprendiz proporcionalmente ao número de empregados que possui.

Ao mesmo tempo em que o entrevistado afirma que o curso jovem aprendiz corresponde a uma função social do empresário reforçando esta ideia várias vezes, ele entende que o fim precípua do programa é suprir a necessidade de mão de obra na indústria têxtil.

“O objetivo é que a gente forme, que tenha um menino sem vícios, sem vícios do trabalho e que a médio prazo a gente tenha um bom profissional. É evidente que 100% você não consegue de todos né, evidentemente 100% é difícil, mas a grande maioria a gente aproveita, todos são empregados. (...) Ibitinga é carente de mão de obra, nós somos carentes de mão de obra então uma das funções nossa é formar esse pessoal, nós precisamos formar essa gente. Se a gente não forma, quem vai formar? Se ele não tiver oportunidade de trabalhar, onde que ele vai trabalhar? Somos nós que temos que fazer isso.” (Presidente do Sindicobi - 11/07/2009)

Esta necessidade de mão de obra é tão intensa que, segundo ele, há um projeto em iminência de instalação que criará um centro tecnológico em Ibitinga, específico para o segmento do “bordado”.

“Seria mais a formação de costureiro mesmo, costureiro, mecânico, mecânico de manutenção de máquinas, o que chama de, batizamos de centro tecnológico. A ideia é que a gente tenha máquina de costura, máquina de bordar, máquina de matelassê, está previsto inclusive um tear, então a gente quer fazer um centro em que a gente consiga formar o profissional rápido para o mercado. Em pouco meses, a gente forma. Um mercado diferente da escola técnica, porque a proposta é um ensino continuado, uma escola técnica que tem que ter um 2º grau que tenha que completar, que tenha a parte técnica. Uma formação mais ampla diferente da formação do chão de fábrica, que a gente fala que a gente chama do pessoal direto. **Essa que está pra vir então, não seria esse chão de fábrica?** Seria mais o cenário, o cara que sabe costurar, que sabe bordar o cara que sabe matelar porque precisa ter habilidade ” (Presidente do Sindicobi - 11/07/2009).

Embora ele diga com todas as letras que o projeto visa a formação rápida de profissional para trabalhar nas indústrias, por outro lado, o entrevistado afirma que a formação não corresponde ao “chão de fábrica”. Reforça que o projeto é essencial para a cidade, em todos os segmentos e não apenas para o empresário ligado a esse ramo de confecção de cama, mesa e banho.

“Mostrar que isso, o retorno não é para nós, não é para o Sindicato, é para o cidadão e para cidade como um todo, para as empresas, o crescimento do bolo, vamos dizer assim, é crescimento de todo mundo gira a cidade emprega mais, a cidade tem mais gente, a cidade recolhe mais imposto, os diretos, também os indiretos a farmácia, o supermercado, os médicos também, tudo gira em função disso” (Presidente do Sindicobi – 11/07/2009).

Neste ponto, cumpre abrir um parêntese para relatar um fato ocorrido durante as entrevistas. Ao mencionar o projeto de criação deste novo centro para uma das jovens, ela conseguiu demonstrar em sua fala a sua indignação em relação à realidade dos jovens que vivem imersos no modelo de produção capitalista, mais especificamente no setor industrial têxtil, ocupando a posição de classe trabalhadora dentro deste sistema.

“...eu acho que, outro trabalho com o ‘bordado’, eles não estão pensando no futuro do jovem. Estão pensando no futuro deles, da empresa deles, adquirir mão de obra barata, até porque eles pegam os menores aprendizes, que pra eles sai mais barato, salário sai mais barato, tudo sai mais barato, né? Pegando esses jovens aprendizes, pra eles até é lucro porque eles pegam às vezes eles não ficam com aquela turma e pegam outra turma, todo ano tem e é uma quantidade grande pode perceber não é pouco... (...) tem um monte, porque o jovem fala assim: *Ah!, não tem nada pra fazer, vou aproveitar!* Então a pessoa fica até feliz de ter pra onde ir, a pessoa, o jovem não consegue perceber que está servindo de mão de obra barata, tá servindo de (risos...) como eu poderia dizer, tá satisfazendo a vontade

dos donos das empresas daqui, porque pra eles é lucro pegar esse jovem. (...) Porque quem participa do jovem aprendiz, do menor aprendiz do hospital, do Vida Iluminada, não quer ficar aqui, porque a gente faz o curso “ampria” a visão da gente, faz a gente pensar e a gente quer estudar, quer ir pra fora, quer ter uma profissão, agora quem participa do outro projeto vai estar a vida inteira aqui em Ibitinga, ganhando o salário básico do ‘bordado’, que é costura, overloque, que é aquele salarinho, um pouco mais do que um salário mínimo, porque geralmente eles pagam um salário mínimo, nunca sobe esse salário, eles falam que vão estar em experiência, mas eu tenho experiência própria, porque tem amigas minhas que trabalha, entra, aí falam que vão pagar o salário mínimo de experiência, depois que passar da experiência daí eles vão aumentar, mas isso fica em torno de 1 ano, 2 anos, depois sobem o piso da categoria, mas o piso da categoria aqui em Ibitinga é muito baixo, em relação a outras cidades, né? (..) é muito baixo e eu falo até porque meu pai trabalha, numa fábrica, numa empresa de ‘bordado’ e eles consideram que essa empresa é a maior aqui em Ibitinga, (...) todo mundo quer trabalhar lá porque o salário é melhor, aquele salário que o meu pai ganha, faz dez anos que ele trabalha lá, não é... ? Eu acho que não é um salário que uma pessoa merece ganhar, mesmo assim eles são feliz porque ganham um pouquinho a mais, então você acaba se conformando com muito pouco e a pessoa vive escravo, mesmo, do ‘bordado’. Então, o meu pai, dez anos dentro de uma empresa de ‘bordado’ e ganha... e nós estamos ganhando mais do que ele, em menos de um ano que nós fizemos o curso. Pra você ter uma noção. **Mas, Débora, de onde você tirou tudo isso, de pensar em tudo, de ver?** Porque eu, não tinha entrado no Projeto Luminar, eu estudava na escola, eu não tinha... assim, eu achava que a chance aqui em Ibitinga seria muito difícil pra mim, até porque eu tenho um problema de coluna e eu não posso trabalhar com ‘bordado’, só que daí eu vi que não tinha outra opção, eu pensei o que é que eu vou fazer terminando os estudos? Eu vou ficar sem fazer nada? Se eu não entrar no Sindicobi, que é um curso de costura eu vou ficar desempregada. Nunca vou ter dinheiro. Eu não vou achar emprego em lugar nenhum porque aqui é só bordado o quê que eu vou fazer da vida? Ficar dependendo da vida do meu pai? Eu vou ter que “trabaiar” pra pagar uma faculdade pra mim, eu, minha família não tem condição, então com o “probrema” que eu tenho de coluna eu vou ter que entrar no Sindicobi e aprender a costurar, aprender o quê? A bordar? O que eu vou fazer., da vida? Daí eu falei assim, eu vou entrar. Daí eu até tinha me matriculado, né, não era o que eu queria porque uma que eu não posso costurar e outra que eu não gosto (risos...) Eu tenho trauma de agulha (risos...) Uma agulha tinha quebrado no meu dedo, eu já estava indo traumatizada, né, de aprender (risos). Daí apareceu esse curso, graças a Deus!!! Que foi a minha salvação! Que iluminou tudo. Eu acho que eu nunca senti que esse curso ia ser aqui em Ibitinga, nunca teve, nunca ninguém importou fazer algo diferente, trazer algo de melhor pros jovens que estão saindo da escola, ou que estão estudando, né? Ninguém se importou, todo mundo: *Aí, é ‘bordado’, vamos ensinar ‘bordado’, aqui é ‘bordado’, então todo mundo tem que aprender ‘bordado’ e ficar contente, ainda, com o ‘bordado’, porque é o que vai trazer (Mãe: ah! filha mas é uma coisa boa a cidade ter ‘bordado’, cada cidade tem uma coisa...) (...)* é uma profissão digna tem pessoas que gosta e faz muito bem feito, é

lindo, mas... **Débora você acha que os jovens igual a você pensam assim, ou não? São poucos que pensam assim igual a você?** Olha eu acho que tem... **Tem o quê?** Quem pensa igual eu, até que faz outro tipo de coisa, porque, eu estudava a noite, quando você estuda a noite é porque trabalha e assim, sempre tem, como na minha sala, 2% trabalhava em parte administrativa e 99% trabalhava no 'bordado'. De 99% que trabalhava no bordado, tudo que fez Sindicobi e que trabalhava nas empresas de 'bordado' **Você estudava onde?** No Josepha, assim, na escola 99% : '*Bordado*', onde você trabalha? *Eu trabalho ali no salão de 'bordado*'. O que você faz? *Ah! eu sou ajudante geral no salão de 'bordado*', a maioria. Se você falar que trabalhava em loja, Nossa, em loja? *Você tem sorte heim? Você vai numa loja.* Coisa mais difícil, o pessoal confirmou. Até eu ir fazer o curso. Daí eles: *Nossa! Feliz é você, que está lá no escritório, no ar condicionado, nós fica o dia inteiro costurando, fazendo estoque!* Dava até inveja, assim, sabe, o menino ficava até com inveja: *Ai, eu quero fazer, o ano que vem vai ter? Eu vou poder entrar?* (...)No Sindicobi eles pegam bastante pra produção, pra nunca parar a empresa, porque eles quer produção eles num quer.... tem uma linha de produção, não pode parar, você pode parar um pouquinho e descansar, e depois voltar lá, mas você tem que dar produção" (Jovem 24 – 13/07/2009).

O presidente do Sindicobi apresenta como um dos problemas a ser enfrentado na execução do programa a questão de que o empresário acha que tem que dispor de tempo para ensinar e depois o adolescente vai embora, segundo ele, na visão destes empresários, deveria existir uma obrigação de o jovem continuar na empresa que o recebeu quando participante do programa, por um tempo determinado, a fim de que a empresa também seja beneficiada com a aprendizagem.

“Acho que não, a dificuldade que as empresas veem é que precisa dispor de tempo para ensinar e, justamente..., a empresa dispõe de tempo pra ensinar, aí ele vai embora. Mas eu acho a pessoa... que é uma função social. Além do profissional, o que nós precisamos entender, o que nós precisamos ter no mercado...” (Presidente do Sindicobi – 11/07/2009).

A respeito do trabalho, entende que todo adolescente (seja de camadas mais pobres ou não) deveria começar a trabalhar efetivamente com 14 anos e não com 16 anos, para poder aprender a dar valor e descobrir o quanto custa cada coisa.

“ (...)porque o ser humano é um ser que demora para ele entrar no ar, o animal ele aprende...(...) Já nasce se virando, a gente vai começar a se virar com 15 anos, demora 15 anos pra começar a cair a ficha, o outro. O gatinho nasce, você solta ele na água, ele já nada, nada, senão você morre afogado, então eu acho que esse é o psicológico

“você tem que formar o psicológico da criança muito cedo eu acho que isso é uma grande dificuldade” (Presidente do Sindicobi - 11/07/2009).

Empresários que fazem parte do programa: obrigação ou opção?

Foram entrevistados 2 empresários que possuem aprendizes em suas empresas, sendo que as respostas obtidas delineiam o seguinte cenário. Ambos são obrigados a cumprir a cota legal. O que se depreende, no entanto, é que eles possuem uma visão homogênea da questão e, portanto, suas percepções serão tratadas de forma conjunta. A princípio, afirmam que não sabem nada sobre a lei, além dessa obrigação que lhes é imposta. Um deles afirmou que tudo é encaminhado pelo sindicato e ele apenas escolhe o aprendiz a partir de uma lista disponibilizada por aquela instituição. Conforme referido anteriormente, sua colocação demonstra que ele não se sente parte responsável pelo programa. Cumpra a lei e isso basta.

“O que você sabe sobre a lei?” Nada. Ficamos sabendo através do Sindicobi e eles que encaminham tudo. Todo ano mandam uma lista com os nomes e nós escolhemos um ou dois. (...) Atualmente temos uma menina, por causa da lei, mas ela coitadinha, não está dando muito certo na empresa. Porque a lei obriga pegar menores todo ano. Normalmente é 1 menino ou menina. Dos aprendizes anteriores alguns foram contratados. A atual tem grande dificuldade em aprender” (Empresário 1 - 03/07/2009).

Outra questão relatada por eles foi a dificuldade ocorrida no começo, em razão da adaptação pela qual passaram, tanto a empresa, quanto os funcionários para receber o jovem, pois na sua maioria não gostavam de parar o trabalho para ensinar, entretanto, referem que, atualmente, isso não acontece mais.

“Assim, no começo os funcionários tiveram que se adaptar. Você diz no começo do 1º aprendiz, ou no começo de cada aprendiz? No começo do primeiro aprendiz, agora assim, eles já se habituaram, no começo teve um resistência porque você tem que parar para ficar ensinando, eles não gostam” (Empresária 2 – 04/07/2009).

Ao serem questionados sobre o tipo de formação que entendiam devesse ser focada, ambos afirmaram que para as suas empresas só interessava o aprendiz direcionado à produção pois neste setor ele é “melhor aproveitado”. Assim, nenhum dos dois entrevistados teria a intenção de contratar aprendiz na área administrativa.

“Lá no Sindicobi eles não tem preparo pra parte administrativa, é mais pra chão de fábrica, como aqui não é uma empresa muito grande

pra parte administrativa fica complicado” (Empresária 2 – 04/07/2009).

“...mas, aqui me interessa mais na produção, ele é melhor aproveitado. Não trago para o atendimento e na parte administrativa, quem fica responsável somos apenas eu e meu irmão” (Empresário 1 – 04/07/2009).

Consideram importante a contratação do jovem aprendiz em razão da formação “sem vícios” que ele recebe e, também, pela circunstância de passar por todos os setores da produção e, com isso, adquirir uma visão geral da fábrica ao término do curso, fato que possibilita uma percepção, tanto para o jovem quanto para a empresa do setor em que ele melhor se adapta.

Um deles considera, inclusive, que a presença do jovem aprendiz possibilita a realização de uma “reciclagem” dos demais funcionários, por conta das novas informações trazidas do curso pelo adolescente.

“As pessoas que são mais antigas aqui elas tem um jeito de trabalhar que é difícil de mudar, eu acho que até o fato de quando vem o jovem aprendiz você tem que...vai dando uma reciclada porque eles vem, vão lá com coisas novas, com informações novas, então você vai fazendo uma reciclada. No começo, até eles achavam, outros funcionários achavam que estavam atrapalhando, mas agora criou um hábito” (Empresária 2 – 04/07/2009).

Questão muito enfatizada por esta entrevistada, consiste no fato de que seria importante todos os donos de fábrica terem aprendizes para que a longo prazo toda a mão de obra do setor se tornasse melhor qualificada.

“...mas eu acho que se todo empresário fizesse, todo mundo ia sair melhor então daqui pra frente eu também iria receber outro que tivesse feito numa outra fábrica. **Entendi, haveria uma troca.** Daqui dois anos por exemplo ela vem pedir emprego e já trabalhou em outro lugar, mas ela já tem uma formação diferente. **Então você acha que diferencia, mesmo que não seja imediata. Você nota a diferença do aprendiz formado dessa forma e daquele que vem procurar emprego?** É porque se você entra numa empresa e nunca trabalhou o que acontece, você entra, aí já tem os funcionários mais antigos e ele vai pegando aquele vício, agora se a pessoa é formada lá fora e aí ela faz curso ela tem uma tutora e a tutora também participa das reuniões, a pessoa tem que ficar monitorando ela na fábrica, então também é um aprendizado pro outro que é o tutor, né? (...) Talvez não de imediato no próximo ano, mas daqui a 5 anos nós teremos uma gama enorme de jovem aprendiz formado, aí o que acontece, mesmo que eles mudem de fábrica, eles vão estar indo qualificados pra outra fábrica, tiveram uma formação” (Empresária 2 – 04/07/2009).

O Empresário 1 relatou que, às vezes o adolescente não dá certo na empresa e atribui este insucesso à falta de vontade do aprendiz, pois a indústria disponibiliza um funcionário para ensiná-lo.

“Acho que aquele que não aprende tem dificuldade por falta de vontade. Dá certo quando a pessoa tem vontade e ela precisa do dinheiro, aí ela se dedica mais” (Empresário 1 – 02/04/2009).

Ao serem questionados sobre o fato de o programa tentar conjugar o aprendizado e o trabalho o Empresário 1 considera que os dois aspectos se completam, possuindo o mesmo peso. A Empresária 2 entende que o trabalho é consequência do aprendizado, assevera que trabalho significa comprometimento e responsabilidade e, portanto, todo adolescente deveria trabalhar, independentemente da sua classe econômica.

“ (...) mesmo que a pessoa pertença a uma classe que ela não precise trabalhar, se por ventura ela venha a trabalhar eu acho que ela só tem a ganhar com o trabalho porque ela vai aprender a ter responsabilidade, ela vai ganhar o dinheiro dela, um série de coisas, então eu acho que o trabalho não é ruim em nenhum aspecto, eu acho que ele vai só ajudar a pessoa” (Empresária 2 – 02/07/2009).

A respeito da questão da aprendizagem coloca o seguinte:

(...) é que o nosso modelo de educação tá errado, o jovem entra ali, aquele que tem condições, eles vão até o 3º colegial aí ele tem que estudar, estudar, estudar porque tem que entrar numa faculdade, aí o que ele ganhou nestes 3 anos só estudando, um monte de fórmula, um monte de coisa, que na vida prática...e não aprendeu a ser patriota, a ser cidadão, joga o papel no chão, passa no sinal vermelho, então ele não forma um cidadão, tem que formar um cidadão. Se ela (a escola) formasse o cidadão e depois disso, entendeu, ele falasse assim, eu gostaria de ser um médico, então ele vai lá estudar pra ser médico, não estudar do primeiro, não é mais colegial, é ensino médio até o 3º feito um maluco pra ser médico e perder esse pedaço da vida que ele poderia estar focando em outra coisa, música, futebol, natação, sei lá, mesmo aprendendo computação, ou alguma coisa técnica,... sei lá e aí ele poderia depois, numa segunda etapa, se dedicar a alguma coisa que ele gostasse e se ele tivesse aptidão para os estudos, seguir, senão faz uma coisa mais técnica e vai trabalhar e aí o ideal é que todo mundo tivesse uma remuneração legal e tivesse condição de viver dignamente” (Empresária 2 – 04/07/2009).

Apesar de defender a aprendizagem e enumerar os ganhos que o trabalho pode trazer ao adolescente, a manifestação acima traz implícita o reconhecimento de que a realidade não oferece muitas oportunidades ao adolescente vindo da classe operária, consequência que tem origem no próprio sistema vigente.

Instrutor do SENAI responsável pela parte teórica do curso de costureiro industrial mantido pelo Sindicobi: a fala do Sistema “S”

Ao ser perguntado sobre o seu conhecimento a respeito da lei o instrutor disse o seguinte:

“ (...) o que a lei ela pede que a gente coloque dentro da empresa cinco por cento da produção dos funcionários, não é do total geral e sim cinco por cento, esse é o mínimo que na verdade, não é cumprido, que até porque, Ibitinga não tem condições, as outras escolas também não têm condições e tem gente que não quer cumprir que pode até se chegar até 15%, da produção dos funcionários é... em aprendizes, então... o conhecimento meu da lei é essa, eu sei da obrigatoriedade do ensino noturno, que a gente tem que fazer acompanhamento do estudo noturno, acompanhamento das empresas, como que as empresas estão se inserindo, como que eles estão recebendo os alunos, a gente tem que estar por dentro de tudo que está acontecendo, de maneira geral assim, eu acredito que isso abrange tudo quase já, se resumindo” (Instrutor do SENAI – 03/08/2009).

Segundo suas representações, o SENAI considera o aspecto social do programa de aprendizagem, a instituição vê o interesse do adolescente e não o da indústria:

“O SENAI ele tem uma visão muito social em relação a isso... (...) a aprendizagem é uma garantia de trabalhar com a parte social e até porque né, quando saiu, lá em 64, foi o pedido dos empresários, porque o ensino em si continua curto, então a aprendizagem em si do SENAI é muito gratificante. Eles gostam muito de trabalhar com aprendizagem, a gente esforça muito pra que essa turma se aumente também, porque, todo ano vai lá, presta a prova 220, 215, 230 alunos, só tem 64 vagas, precisaria ter mais vaga ainda, então já foi questionado isso na cidade. O SENAI se preocupa muito com essas crianças, então ele pega no pé, ele pega no pé, pra que eles tenham aí um futuro promissor ... (...) a gente não quer que eles fiquem nas empresas apenas atrás de uma máquina, o SENAI não quer que eles fiquem no emprego, ele quer que seja um empresário, que seja um encarregado, que seja um médico, porque outros lugares não influencia eles crescer, influência eles andar pra trás então por isso que aqui é apenas uma passagem, aqui é um passo, um passo que amanhã ou depois ele vai estar costurando, overlocando, pagando uma faculdade de administrador, de Educação Física, de Pedagogia e vai sair dali daquele setor pra melhorar mais ainda, então o SENAI visa, ainda, não apenas uma empresinha simples, mas sim uma empresa mais abrangente pra quê? Pensando na vida deles, então eu acho que vai um pouquinho mais longe do que a gente pensa, que é a formação de um costureiro...” (Instrutor do SENAI – 03/08/2009).

Esta fala revela-se totalmente contrária à realidade (questão demonstrada durante toda a pesquisa). Isto indica a influência de uma ideologia que embora esteja a serviço de poucos, mostra-se universalmente útil (Bourdieu, 2005).

Delegado Regional do Trabalho de Araraquara: o difícil desafio de cumprir o programa jovem aprendiz

Conforme veremos abaixo, dentre todos os entrevistados a fala deste ator é aquela que mais se coaduna com a realidade, justamente por isso seu relato foi utilizado para fechar o quadro delineado pela pesquisa.

É nítido que as suas percepções, a sua representação, o seu modo de olhar tem a ver com a sua vivência, com o cargo que exerce destinado à compelir os indivíduos ao cumprimento da lei e penalizar aqueles que não o fazem.

Como já foi descrito, considerando a relutância dos empresários em contratar os jovens aprendizes, este ator deve ser considerado peça chave na implementação desta política pública, posto que trata-se da própria personificação do Estado, impondo seu poder coercitivo na execução da lei.

Neste ponto, cumpre ressaltar que um fator encontra-se encoberto dentro do campo da aprendizagem, pois embora os empresários não admitam literalmente que participam do programa somente porque são obrigados, os dados revelam que os adolescentes somente são contratados após a notificação do órgão fiscalizador do trabalho que exige o cumprimento da cota legal.

O entrevistado começa afirmando que a política pública em foco é uma prioridade dentro do Ministério do Trabalho e tem que ser encarada segundo duas perspectivas a empresarial e a social, sendo a primeira a mais importante (não obstante, todos os demais atores asseverem a prevalência do segundo aspecto, não é isso que de fato acontece).

Sua fala é esclarecedora neste sentido:

“...a questão da aprendizagem ela tem um aspecto relacionado do lado do empresário e do lado da inserção desses meninos no mercado de trabalho...(…) Do ponto de vista empresarial tem algumas diferenças que precisa conceituar, que é isso que interessa. Eu não acho o lado filantrópico fundamental, da maneira empresarial eu não enxergo: *Ah vamos fazer filantropia, vamos fazer ajuda, vamos fazer um ato social!* Eu não acho que isso é o fundamental da lei, então, tem...embora sempre as entidades surjam nessa linha: *Vamos ajudar!!* Não tem problema, não descarto mas, do ponto de vista empresarial, o empresário não vive nesse mundo. Ele pode até ajudar quem ele quer, mas a lei é uma obrigação né? (...)“Essa é a linha pela

qual eu enxergo a aprendizagem, do ponto de vista empresarial um ótimo negócio, um ótimo investimento e do ponto de vista social., também vem a reboque, mas não é o carro chefe, o carro chefe é a formação de mão de obra para o progresso das empresas do nosso país. E o resgate (do jovem)..., evitar o desvio para a marginalidade, é uma consequência saudável, mas não pode ser tratada como carro chefe. Essa é a minha visão sobre aprendizagem” (Delegado Regional do Trabalho – 07/08/2009) (grifos nossos).

Em sua entrevista ele expõe que dentre os diversos fatores que diferenciam uma empresa da outra como a tecnologia e a inovação, está também a formação de mão de obra. Acontece que a maioria dos empresários não entende, ou não quer entender, que tem que formar mão de obra para poder crescer, mas. a partir do momento que esta questão é esclarecida há uma nítida mudança de postura por parte dos donos das empresas, o entrave reside neste trabalho de conscientização que deve ser feito de um a um e de forma paulatina.

Infelizmente a maioria não quer o aprendiz porque:

“Há uma desinformação para o empresário(..) esse é um ponto importante que precisa passar. Quer dizer, o empresário não vive de favor, a empresa dele precisa de lucro e o modelo é esse. (...)O modelo preponderante é o capitalismo e o capitalista tem que ganhar dinheiro se não ganhar dinheiro ele fecha, a empresa dele fecha e eu não quero que a empresa feche, eu quero que as empresas progridam...” (Delegado Regional do Trabalho – 07/08/2009) (grifos nossos).

Sob o aspecto educativo do programa, esclarece que, levando-se em conta que o fator social não é a mola propulsora na aprendizagem mas sim a qualificação para a empresa crescer, então, o curso de aprendizagem tem que ser bom no objetivo a que ele se propõe. O jovem tem que aprender rotinas administrativas, rotinas contábeis e a parte industrial, ele deve ser qualificado de acordo com as necessidades do mercado, com as necessidades do empresário. O empresário que obrigatoriamente subsidia o Sistema “S” tem direito de exigir um curso focado para o segmento do seu interesse pois, o objetivo final é que ele cresça e, segundo ele, foi isso que aconteceu em Ibitinga.

Com base em tais argumentos, justifica o seu empenho em viabilizar a implementação e execução do programa jovem aprendiz, através da fomentação da criação de novos cursos e da sua ação fiscalizadora e sancionadora que se constitui num

instrumento necessário e indispensável à realização efetiva da aprendizagem. Assim, esclarece que utiliza os seguintes argumentos para convencer o empresário de que a aprendizagem constitui-se num investimento e não em ação social. Como primeiro ponto ressalta a necessidade de mão de obra qualificada para que a empresa possa crescer dentro do mercado competitivo. A par disso, tenta mostrar o custo-benefício do negócio, pois o empresário terá a curto prazo um empregado sem vícios, por um salário relativamente baixo, em segundo lugar, argumenta que o programa já é subsidiado pelo empresário no montante de 1% da sua folha de pagamento da empresa, cujo destino é a manutenção do Sistema “S”, seja ele contra ou a favor. Segundo o entrevistado, tal discurso é capaz de convencer o empresário a participar do programa:

“...então do ponto de vista empresarial, é investimento. É investir pra sua empresa poder crescer,então, se o empresário não enxergar isso,ele está tendo uma visão turva e está comprometendo o futuro da empresa dele. Mão de obra qualificada e ele vai formar essa mão de obra, se o empresário conta isso, ele começa a prestar atenção na conversa, porque se toda vez que ele contratar no mercado, ele contrata do jeito que vem, com os vícios que vem e a pessoa demora quatro a cinco meses pra se adaptar à empresa dele. De acordo com a qualificação, de acordo com os status daquele funcionário, esse tempo aqui é menor ou maior mas três a quatro meses normalmente é isso que acontece, é o tempo de experiência que às vezes põe lá noventa dias que é pra ver se a pessoa se adapta, tanto o empresário..., a empresa ao trabalhador e o trabalhador à empresa. Então, ele paga, ele fica três a quatro meses com esse funcionário, pagando o piso da categoria e todos benefícios pra depois ainda não ter o resultado. A aprendizagem vem na formação de mão de obra, é salário mínimo, então quer dizer é salário pequeno, eles já pagam pelo curso, então se ele usa o aprendiz, se ele não usa, ele já está pagando o curso pelo desconto (da contribuição) do Sistema “S”, então eu divulgo assim: É um grande negócio para o setor empresarial. Toda vez que eu explico isso pro empresário ele se mobiliza, ele começa enxergar aprendizagem com outro foco. Não estou falando em favor, não estou falando em filantropia, não estou falando nada social. Este mundo não é o do empresário, não é o de ninguém. Você faz as doações quando você quer, pra quem você quer, do jeito que você quer. Vem um cara e fala: *-Contrate, isto é assistência social.* Ele vai falar: *- Fim da linha. Eu quero minha empresa crescendo!* Então, não é esse o caráter que eu acho preponderante, então, esse é o foco: É investimento para as empresas crescerem” (Delegado Regional do Trabalho – 07/08/2009) (grifos nossos).

Entretanto, se ainda assim, o empresário reluta em fazê-lo, resta o poder coercitivo da notificação para o cumprimento da cota legal que a empresa é obrigada a executar, sob pena incidência de multa.

O entrevistado ressalta que um ponto que precisa ser amarrado dentro deste campo social é a qualidade do curso oferecido. Tanto o Sistema “S” quanto às entidades que se propõem a qualificar o adolescente são obrigadas a viabilizar uma aprendizagem que capacite o jovem de forma que ele possa ser útil ao objetivo a que se destina que é fazer a empresa se desenvolver.

“É qualificação de mão de obra, então, os cursos de aprendizagem tem que ser bons, porque senão, se o curso não for bom, vai formar mal (o jovem), então tem que ser bom. Em quê? Bom nas questões objetivas que se propõe, que é a qualificação propriamente, que é a rotina..., são rotinas administrativas, são rotinas contábeis, se é parte industrial. O que o curso te propõe, tem que ser bom pra qualificar de acordo com a necessidade do mercado, que é a necessidade do empresário. O empresário tem direito de chegar no SENAI e falar assim: - *Eu preciso de um curso focado pra essa linha, pros serviços...* Para as organizações, para as associações também que tem aprendizagem, as empresas filantrópicas também, ele pode chegar: *Eu preciso de um curso nisso.* Por quê? Ele é o destinatário, o objetivo final é que ele cresça com essa mão de obra...” (Delegado Regional do Trabalho – 07/08/2009) (grifos nossos).

Tendo em vista que foi abordada a questão da aprendizagem dentro do sistema capitalista foi perguntado se o curso não se constituiria numa forma de manutenção do modo de produção desse sistema e um legitimador do trabalho precoce, ponto central do presente trabalho. A indagação suscitou as seguintes colocações:

“A OIT fala que o trabalho pode ser só acima dos quinze anos ... (...) também gostaria que entrasse no mercado de trabalho de uma maneira mais tardia... (...) eu gostaria sim, que as coisas fossem diferentes... dentro do nosso contexto, dentro do que a OIT preconiza, a Constituição diz que o trabalho é acima de dezesseis anos e abaixo, quer dizer, a partir de quatorze até dezesseis somente como aprendiz. Este “somente como aprendiz” vem dessa tutela que é obrigação do SENAI do Sistema “S” e das instituições, tem que acompanhar, tem que visitar as empresas, tem que ver o ambiente que eles estão sendo inserido então, esse trabalho precoce definitivamente ele acaba por ocorrer. Porque com quatorze, quinze anos gostaria que todos estivessem somente na escola, ainda nessa fase de adolescência, de pré adolescência, ainda descobrindo a vida, e que não precisasse ir pro mercado de trabalho, mas, a realidade é que o nosso país é um país pobre né? É um país que tem uma necessidade que faz as pessoas mais carentes ir trabalhar mais cedo. Dentro deste contexto, a aprendizagem ainda é a melhor opção. Não vou dizer que eu morro de amores por essa situação, eu gostaria que não tivesse, mas o que eu vou fazer? A realidade está aí e tem que trabalhar com ela. Porque se tivéssemos uma proteção de tal forma que com dezessete, dezoito anos ainda não precisasse ir pro mercado de trabalho, que ele fosse mais tarde, mas, infelizmente, não é essa a realidade. Dentro desse contexto, a aprendizagem é o melhor que se propõe, por quê? Porque temos um adulto que vai visitar a empresa ver o ambiente, dar um

respaldo né? (...) o SENAI tem um livro diário que registra os dados e ele vai lá e lê os registro diários, dentro deste contexto, é o melhor. Outro aspecto, é o seguinte, você tem as mesmas questões aí falando aqui lembrei.... Tem um problema cultural no meio aí, um problema que perpassa aí algumas gerações já, que o trabalho é a solução para todos os problemas, então, eu vou falar sobre os italianos. Eu vou falar sobre alguns aspectos, e isso é muito presente. Hoje, no Rio Grande do Sul, um pai italiano tem dois medos do filho, um eu vou contar aqui o outro eu não vou contar, um medo é dele ficar vagabundo né? Esse é um dos medos que os pais italianos têm, o filho ser vagabundo, então, no Rio Grande do Sul, hoje, que ainda tem famílias com essa tradição mais próxima, eles querem que vá trabalhar e vai pra escola ainda, mas tem que trabalhar e, então ele vai estudar à tarde. Ele acorda cedo vai ajudar o pai a tirar o leite, a cuidar dos animais, a cuidar da roça, depois ele toma banho, almoço e vai estudar, porque eles acham isso importante. A pergunta é, está totalmente errado? Também não me parece..., mas aí ele está sendo tutelado pelo pai, é o pai, não está sendo inserido numa empresa, é uma questão..., é complicado também, o pai fala: - *Tudo que eu não quero é meu filho não aprender a trabalhar*” (Delegado Regional do Trabalho – 07/08/2009) (grifos nossos).

Continua abordando os prejuízos do trabalho precoce na vida da criança e do adolescente, independentemente da sua natureza.

“...a família acreditar né, que o trabalho é a solução para o problema, pra todo problema e não é, também não é. Até esses dias mostrou um trabalho infantil na televisão aqui né? Tem uma menininha lá que faz o programa se eu não me engano que faz o SBT, temos as crianças que participam da novela. Eu sou contra, isto é um questionamento, é um trabalho infantil propriamente (...) E a gente não pode esquecer, isso foi visto recente por um ator famoso que morreu um ator americano, que pulou parte da sua meninice, da criança dele e ele não conseguiu se ajustar no resto da vida, ganhou muito dinheiro nisso daí, então até que ponto a gente deve estimular este trabalho precoce, e isto foi na televisão, (...) as famílias provavelmente estão de acordo (...) é uma forma de ajudar na escola, certo, mas, essa exposição que ele tem numa novela, (..) os programas os fazem diferentes, porque onde ele for, ele será reconhecido, não vai durar muito e muitas vezes isso passa, né? Tem a decadência desse mundo da televisão, do cinema, aí todo seu alto e baixo (...) E essas crianças vão ter estrutura emocional pra suportar isso? Provavelmente, não. Eu acredito que não, nem os adultos têm, imagina uma criança, às vezes fica famosa, ganha um monte de dinheiro e de repente cai no anonimato, no esquecimento, volta a ser normal e aí precisa de estrutura emocional pra isso, então esse trabalho que eu acho que pode ser olhado, esse trabalho precoce esse é o objeto da questão tem que ser conceituado nisso....., dentro do nosso contexto, aprendizagem é uma tutela, existe uma tutela importante fundamental por isso ela é prevista na lei, pra todo mundo acompanha pra evitar uma situação de desvios, de desregramentos...” (Delegado Regional do Trabalho – 07/08/2009) (grifos nossos).

Tratando, ainda, da questão da necessidade da educação e considerando a realidade do Brasil e a situação de vulnerabilidade em que se encontra a grande parte da população jovem, o entrevistado reconhece que a inserção no trabalho é uma questão de sobrevivência e por isso não há como sustentar discursos contrários, assim, a aprendizagem, apresenta-se como a melhor saída, pois a escolar regular não os prepara para a realidade que inevitavelmente terão que enfrentar.

“Do lado que poderíamos chamar de assistencial ou de social, esses jovens hoje vão pra uma escola de ensino regular desfocado do mercado de trabalho, é flagrante que não se aprende..., até o ensino fundamental, até a nona série, não se prepara em nada para o mercado de trabalho, isso é uma realidade. Muitas vezes na família de baixa renda ele precisa trabalhar, por exemplo, eles entram muito despreparados. O aprendizado vem na linha complementar, né? Então, as instituições que se propõem a fazer aprendizado e por critérios..., também, aí sim, tem esse lado de buscar resgatar esse laço social, então sem problema nenhum, é muito importante, mas tem que manter a qualidade do curso. Esses jovens se inserindo num curso de aprendizagem, é a melhor maneira, a maneira mais saudável dele entrar no mercado de trabalho. Ele vai estar protegido, protegido por quê? Porque as instituições sejam elas do sistema “S” ou de organizações, sempre dão um respaldo, querem saber o que está acontecendo, acompanham a frequência, se tem problema familiar é chamada a família. Ele dá toda uma estrutura que muitas vezes falta na casa dele, e o Estado não consegue fazer. Então o sistema “S” e as organizações, as associações que fazem aprendizagem vem suprir essa necessidade que existe no núcleo familiar, então, esse jovem é amparado, entra para o mercado de trabalho, então, no lado social, vamos ter um futuro melhor, nós vamos ter menos marginalidade, nós vamos ter menos problemas, por que? Porque, a marginalidade não é bem uma opção. Ele é jogado numa situação de risco e aí ele não consegue sobreviver, então a aprendizagem vem e tira, ajuda a tirá-lo dessa situação toda.” (Delegado Regional do Trabalho – 07/08/2009) (grifos nossos).

Conforme se depreende, tais colocações foram capazes de desnudar o universo da aprendizagem da maneira mais realista possível, deixando de lado qualquer conotação de caráter moralizante, enquadrando o programa no objetivo para o qual ele foi criado, demonstrando com clareza os ganhos e as perdas dos atores envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta pesquisa foi colocar em dúvida verdades sabidas e andar por caminhos incertos correndo-se o risco de não conseguir desvelar o que está por trás dos discursos e intenções aparentemente legítimas.

O trabalho infanto-juvenil constitui-se em um tema polêmico mas que muitas vezes é considerado superado, por conta das garantias e dos direitos proclamados no arcabouço jurídico que visam proteger a infância e juventude brasileiras.

Acontece que, por serem tão odiosas, as violações embora ocorram debaixo de nossos olhos, nos passam despercebidas por assumirem uma forma dissimulada.

Conforme já foi dito, o aludido tema é extremamente esmiuçado no meio acadêmico, entretanto, os trabalhos existentes a respeito geralmente procuram medir a extensão e incidência do trabalho de menores em condições degradantes que, na maioria dos casos, vem associada à pobreza de determinado grupo de indivíduos.

Esta pesquisa foi construída no sentido inverso e justamente neste ponto, reside sua importância, pois questiona a eficácia de uma política pública que é considerada uma proteção ao jovem que entra de forma precoce no mundo do trabalho.

O fato é que ao tornar patente e inegáveis as representações existentes no universo analisado, foi aberta uma série de possibilidades de novos trabalhos que tenham por objeto este campo social cujos resultados podem ser utilizados como forma de intervenção social a partir de formulação de propostas que interfiram efetivamente na implementação desta ação, mesmo porque, tanto maior é o significado de uma pesquisa acadêmica quanto maior a possibilidade de sua articulação com a realidade vivida e consequente aplicação na esfera social.

Sem termos a pretensão de generalizar uma situação, nem muito menos esgotar outras possibilidades, depois de percorrido e findo todo o processo de investigação proposto, passamos a tecer alguns comentários a respeito, posto que os instrumentos de pesquisa nos permitiram conhecer melhor este campo de poder regido pela Lei 10.097/00 e reconhecer qual a sua real eficácia social.

O programa do jovem aprendiz figura como uma política pública que faz parte do Plano Nacional de Qualificação. Tem por objetivo legal garantir ao adolescente uma formação que possibilite o desenvolvimento de aptidões e habilidades mais amplas. Nestes termos, a sua implementação é encarada como uma solução eficaz ao problema da marginalização, da escassez de emprego e da desigualdade social, na medida em que

educa e emprega o adolescente, garantindo-lhe os benefícios mínimos trabalhistas. Esta proteção, segundo a percepção dos adolescentes e de suas famílias, além de poupá-los dos serviços informais constitui-se referência na sua trajetória laboral. Assim, o presente trabalho não tratou de analisar a efetiva ocorrência da transposição social ou cultural obtida através da aprendizagem (façanha muitas vezes prometida e esperada pelos seus participantes), posto que tal mudança é paulatina e depende de grande decurso de tempo. O que nos propusemos a fazer resume-se em comparar a correspondência entre as representações dos adolescentes e dos outros atores que participam do programa e a realidade atual dos jovens.

Pudemos verificar que a maioria daqueles que se fazem presentes neste universo (seja na condição de alunos, professores, coordenadores, empregadores) acreditam de forma incontestável nestes ganhos, não enxergando nenhum prejuízo dentro deste contexto.

A respeito dos entraves encontrados na execução da lei ficou demonstrado que, de fato, não há vagas suficientes nos cursos para absorver a demanda de jovens que procuram uma ocupação, ou melhor, um emprego que lhes garanta a satisfação de suas necessidades básicas e de suas famílias. Visando exclusivamente a obtenção destes benefícios, os adolescentes são levados a transigir com valores relativos a sua educação e não se dão conta disso, ficando preocupados apenas com a manutenção de seus empregos. O empresário, por sua vez, conhece apenas a imposição legal, integra o programa sem entender seus fundamentos. Não consegue perceber, inclusive, que de uma maneira implícita, ele é o principal destinatário dos benefícios gerados por ela e, por isso, movido por uma falsa representação, considera que sua participação decorre da sua consciência social.

Outro ponto que ficou explicitado durante toda a pesquisa foi o fato de que todos os entrevistados, de uma maneira geral, abonam o caráter disciplinador do trabalho. Quanto aos jovens e seus familiares encaram de forma natural o início da atividade laboral ainda na adolescência. Da mesma forma, os demais atores (ou pelo menos a maioria deles) também partilham desta concepção, entretanto, não a adotam, na prática, para si e para seus filhos.

A pesquisa foi capaz de mostrar que as oportunidades abertas aos participantes do programa não se mostram tão favoráveis na realidade, tanto quanto transparecem na fala dos adolescentes e de seus responsáveis, e, não obstante todo otimismo dos relatos podemos perceber que os mesmos são guiados por aquilo que a prática lhes mostra que

é possível, fazendo opções modestas em relação aos caminhos a serem seguidos no futuro, ratificando-se, portanto, as hipóteses levantadas.

Com exceção de um dos atores, todos os demais vêm, segundo as suas representações, a preponderância do caráter social do programa, sendo que, na realidade o que prevalece é a lógica do mercado. A realidade é que os meninos são adestrados segundo o perfil exigido pelo capital e, ao término do curso, passam a exercer exatamente o papel para o qual foram treinados.

Não obstante tenha sido corroborado o quadro acima descrito, outra face da questão também foi desvendada, assim, da mesma forma em que vemos presente (embora de forma dissimulada) a prevalência dos interesses que servem ao capital, não se pode olvidar que, neste campo, também encontra-se presente um fator determinante que impele as ações que é o sentimento em comum encontrado em todas as pessoas entrevistadas consubstanciado na crença de que a única possibilidade de construirmos uma sociedade mais justa reside nos esforços investidos para a formação do ser humano. Isto posto e independentemente de todas as representações e realidades apresentadas pelos dados, pudemos compreender que o programa jovem aprendiz, embora não dê conta de eliminar as desigualdades sociais e garantir ao adolescente a tão almejada transposição social, constitui-se num instrumento importante para o jovem das classes populares, pois nele é depositado toda a esperança de que a sua existência não seja limitada ao trabalho e a sua sobrevivência, mas que, ao contrário, lhes sejam abertas oportunidades de usufruir de todas as outras riquezas que sabemos que a vida, em si mesmo, pode oferecer.

Neste sentido, já que a realidade brasileira não permite que os nossos adolescentes sejam poupados da prematuridade do trabalho, para que não ocorra um total “desapossamento” cultural e intelectual que os tornem ainda mais desvalorizados perante a sociedade, aqueles que acreditam no programa e são responsáveis pela sua implementação e coordenação poderiam minimizar os efeitos que o capital exerce sobre os mesmos, inserindo nos cursos conteúdos capazes de promover o desenvolvimento da subjetividade do indivíduo, de forma a potencializar suas capacidades humanas. Focar a aprendizagem não apenas aos limites do conhecimento essencial ao exercício do ofício, mas dar ao aprendiz pleno acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade, consubstanciados nas várias formas de expressão artística, literária, musical, histórica, dentre outras. Ação, que sem dúvida o faria exceder os limites de espaço e de tempo do pequeno mundo em que reside, e a partir daí, munido desses novos conhecimentos,

pudesse diminuir o fosso aberto entre as diversas classes sociais. A partir disso é que poderíamos ousar em falar da materialização do princípio fundamental da dignidade humana e justiça social.

A presente dissertação passou em revista as vozes dos diferentes agentes envolvidos no programa jovem aprendiz, caminho escolhido e nada fácil de ser percorrido. Apresento à crítica, não somente um produto acadêmico, mas um campo de conclusões provisórias, aberto ao debate para os gestores das políticas públicas e os segmentos da sociedade civil, interessados em discutir o futuro dos jovens e da sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIAS

ACQUAVIVA, M.C. **Vademecum universitário de direito 2006**. 10. ed.rev., atual. e ampl. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2006.

ALMEIDA, M. (org.) **Políticas educacionais e práticas pedagógicas para além da mercadorização do conhecimento**. Campinas: Alínea, 2005.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** 10 ed. Campinas: Cortez e Unicamp, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho**. 9 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalhador Infantil e Escolarização no Meio Rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1983.

ARIÈ, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARBOSA, M.S.T. **A profissionalização do adolescente aprendiz no limiar do século XXI**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2006. Disponível em www.tedebc.ufma.br. Acesso em 29 abr. 2009.

BOURDIEU, P. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.) **Escritos de Educação**. p. 39-64. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

_____. **O capital social – notas provisórias**. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.) **Escritos de Educação**. p. 65-79. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **O poder simbólico**. 11. ed. São Paulo: 2005. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Constituição Federal (1988). In: Acquaviva. M. C. **Vademecum Universitário de Direito 2006**. 10ª ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2006.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. In: Acquaviva. M. C. **Vademecum Universitário de Direito 2006**. 10ª ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2006.

BRASIL. Lei nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm, acesso em 18 nov. 2009.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L.; BRITO, M. J. **Relações de poder segundo Bourdieu e Foucault: uma proposta de articulação teórica para a análise das organizações.** Revista Organizações rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 7, n. 3, p. 356-369, 2005.

CINTRÃO, J.F.F. **O trabalho das bordadeiras de Ibitinga: fragmentação e subordinação.** Dissertação (Mestrado), Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, 1990.

COELHO, Bernardo Leôncio Moura, **As alterações no Contrato de Aprendizagem: Considerações sobre a Lei nº 10.097/2000** in Revista LTr. Abril de 2001.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** 4 ed. São Paulo: Global, 1990.

FERNANDES, A. S. A. Políticas públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social. In: José Paulo Martins Jr.; Humberto Dantas. (Org.). **Introdução à Política Brasileira.** São Paulo: Paulus, 2007, p. 203-226.

FERNANDES, A.C.P. **O trabalho do adolescente como aprendiz na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.** Tese (Doutorado). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio básico da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FLORIAN, F. **Arranjos produtivos locais: formação, desenvolvimento e vínculos nas indústrias de “Bordados de Ibitinga”- SP.** Dissertação (Mestrado). Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2005.

GOUVEIA, A. J. O. Trabalho do menor: necessidade transfigurada em virtude. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo. v. 44, p.55-62, fev. 1983.

IBGE – PNAD 2006. Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/trabalhoerendimento/pnad2006/suplementos/afazerescomentarios2006.pdf, acesso em 12 ago.2008.

LANGER, A. **O trabalho como a essência do homem.** Revista Vinculando.org – Revista electrónica latinoamericana em Desarrollo Sustentable. Disponível em http://vinculando.org/brasil/conceito_trabalho/trabalho_essencia_homem.html, acesso em 20 ago.2008.

LEPRE, R.M. **Adolescência e Construção da Identidade.** Psicopedagogia online - Educação & Saúde Mental, 2003. Disponível em <http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=395>, acesso em 28 ago.2008.

MADEIRA, F. R. **Pobreza, escola e trabalho: convicções virtuosas, conexões viciosas.** São Paulo em perspectiva, 1993, p. 70-83. Disponível em <HTTP://www.seade.gov.br/produtos/spp/v07n01/v07>, acesso em 21 set.2008.

MARCONI, M. A. **Metodologia Científica: para o curso de Direito.** São Paulo: Atlas S.A, 2000.

MARIN, J. O. B. **Crianças do trabalho.** Goiânia: UFG, Brasília: Plano Editora, 2005.

_____ **Trabalho infantil: necessidade, valor e exclusão social.** Goiânia: UFG, Brasília: Plano Editora, 2006.

MARTINS, J. S. (Coord.). **O Massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, K. **O Capital – Crítica da Economia Política. O processo de produção do Capital.** 2ª ed. Livro 1, v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** Petrópolis: Vozes, 1989.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Plano Nacional de Qualificação.** Disponível e WWW.mte.gov.br/pnq/conheda_base.pdf. Acessado em 12/08/2008.

MORAES, R. V. **A produção acadêmica sobre trabalho infantil: um olhar nos periódicos científicos brasileiros (1981-2004).** Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2007. Marília, 2007.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições.** Educação & Sociedade, Campinas, n. 78, n. p. 15-35, abr. 2002.

ORTIZ, R. (org). **Pierre Bourdieu: sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

RATTNER, H. **Crescimento e Desenvolvimento.** Revista Espaço Acadêmico. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/027/27rattner.htm>, acesso em 23 ago. 2008.

RANGEL, P. C.; CRISTO, K. K. V. **Os direitos da criança e do adolescente. A Lei da Aprendizagem e o terceiro setor.** PRT 17ª Região. Disponível em http://www.prt17.mpt.gov.br/n_aprendiz.html, acesso em 28 de ago.2008.

RISSO, E. A Infância e a criança no e do campo. In Caldart, R.S; Paludo C.; Doll. J. (org). **Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores.** Brasília: PRONERA: NEAD, 2006.

RUA, M. G. Política pública e políticas públicas no Brasil: conceitos básicos e achados empíricos. In: Carvalho, M. I. V. (org.). **O estudo da Política: textos selecionados.** Brasília: Paralelo 15, 1998.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

SAMPAIO, J. J.C.; CARNEIRO, C.; RUIZ, E. M.; MAGALHÃES, A. C. C.; **Trabalho de criança: um velho fantasma e suas novas roupagens.** In: BORSOI, I. C. F.; SCOPINHO, R. A. (org.). **Velhos Trabalhos, Novos Dias.** Fortaleza: Edições UFC, 2007

SENADO FEDERAL.COELHO, B. L. M. **A realidade do trabalho educativo no Brasil.** p. 39-52. Brasília: Revista de Informação Legislativa, 2005. Disponível em : http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_167/R167-04.pdf , Acesso em 23 de ago.2008

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 18. ed. São Paulo: Malheiros,2000

SILVA, N. J.R.; BEURET, J. E.; MIKOLASEK, O.; FONTANELLE, G.; DABBADIE, L.; MARTINS, M. I. E. G. Modelo teórico de análise de políticas públicas e desenvolvimento: um exemplo de aplicação na piscicultura. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 43-66, jul./dez. 2007.

SILVA, R. A. **Responsabilidade social: A gestão do programa adolescente. Aprendiz na caixa econômica federal.** Dissertação (Mestrado em administração). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, maio de 2006. Disponível em: www.tede.udesc.br Acesso em: 29 abr. 2009.

SOUZA,C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto alegre, ano 8 nº 16, jul/dez 2006, p. 368-375.

SOUZA, J. (org.) **A invisibilidade da desigualdade brasileira.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

VASCONCELLOS, M. D. **Pierre Bourdieu: a herança sociológica.** Educação & Sociedade, Campinas, nº 78, p.77-87, abr. 2002.

WHITAKER, D. C. A. **Industrialismo e trabalho infantil: paradoxos da modernização.** Escritos Pedagógicos, Ilhéus, ano 1, nº 2, 2005, p.57-75.

APÊNDICE I**QUESTIONÁRIO APLICADO PARA OS ADOLESCENTES PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS**

1. NOME: _____
2. SEXO: _____
3. IDADE: _____
4. LOCAL DE NASCIMENTO: _____
5. SUA FAMÍLIA É NATURAL DE IBITINGA? () sim () não
6. SE VOCÊ RESPONDEU **NÃO**, QUAL A CIDADE DE ORIGEM DE SUA FAMÍLIA? _____
7. POR QUE SEUS PAIS MUDARAM PARA IBITINGA? _____
8. QUAL A SÉRIE ESCOLAR QUE VOCÊ FREQUENTA? _____

9. ALÉM DE VOCÊ, QUANTAS PESSOAS MORAM NA SUA CASA? ESPECIFIQUE (GRAU DE PARENTESCO) _____

10. DAS PESSOAS QUE MORAM NA SUA CASA, QUAIS TRABALHAM., QUAL A FUNÇÃO EXERCIDA E QUAL O ÚLTIMO ANO DE ESCOLA QUE CADA UMA DELAS CURSOU? ESPECIFIQUE. (Ex: minha mãe, é costureira, cursou até a 8ª série do ensino fundamental) _____

11. QUANTOS ESTUDAM ? _____ QUEM ? EM QUAL SÉRIE? _____

12. O QUE VOCÊ FAZ NAS HORAS VAGAS, OU SEJA, NO HORÁRIO EM QUE NÃO ESTÁ NO CURSO, NA EMPRESA OU NA ESCOLA? (se marcar mais de uma alternativa favor enumerar pela ordem de importância)
() descansa
() estuda
() ajuda nas tarefas familiares
() passeia
() outros _____
13. O QUE VOCÊ CONSIDERA MAIS IMPORTANTE:

- () trabalho
 () escola
 () ambos

JUSTIFIQUE SUA ESCOLHA: _____

14. CONSIDERANDO QUE O VALOR DO SALÁRIO MÍNIMO É R\$ 415,00 A SOMA DA RENDA DAS PESSOAS QUE TRABALHAM NA SUA CASA É DE:

- () menos de um salário mínimo
 () igual a R\$ 415,00 (1 salário mínimo)
 () igual ou até R\$ 830,00 (2 salários mínimos)
 () igual ou até R\$ 1.245,00 (3 salários mínimos)
 () igual ou até R\$ 1.660,00 (4 salários mínimos)
 () igual ou até R\$ 2.075,00 (5 salários mínimos)
 () superior a R\$ 2.075,00 (5 salários mínimos)

14. ALGUM MEMBRO DE SUA FAMÍLIA POSSUI PLANO DE SAÚDE?

- () sim () não

Se você respondeu **SIM**, quem e qual plano? É empresarial ou particular? _____

15. A SUA FAMÍLIA CONSIDERA IMPORTANTE A PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ? () sim () não

Se a resposta foi **SIM**, sob qual aspecto? (se for marcada mais de uma alternativa favor enumerar pela ordem de importância)

- () é importante como fonte de renda individual para o jovem
 () é importante como complementação de renda familiar (ajuda nas despesas da casa em geral)
 () é importante para a formação profissional
 () é importante para a formação educacional

16. COMO VOCÊ FICOU SABENDO DA EXISTÊNCIA DO CURSO?

- () através de outras pessoas que já fizeram o curso
 () na escola
 () por meios de comunicação
 () outros _____

17. QUAL O MOTIVO OU MOTIVOS QUE LEVARAM VOCÊ A FAZER O CURSO? (se marcar mais de uma alternativa favor enumerar pela ordem de importância)

- () porque queria arrumar um emprego
 () porque queria obter um aprimoramento profissional
 () porque meus pais quiseram que eu fizesse o curso
 () porque em minha casa necessitamos de uma complementação de renda
 () OUTRO FATOR _____

- HOJE VOCÊ PENSA DA MESMA FORMA? _____

18. VOCÊ JÁ TRABALHOU ANTES? () sim () não

Se você respondeu **SIM**, qual a função exercida? _____

19. O CURSO TEM CORRESPONDIDO ÀS SUAS EXPECTATIVAS? EM QUE NÍVEL?

- () satisfatoriamente
() razoavelmente
() insatisfatoriamente

20. O CURSO JOVEM APRENDIZ COMPREENDE UMA PARTE PRÁTICA E UMA TEÓRICA. DESCREVA O QUE VOCÊ TEM APRENDIDO:

NA PRÁTICA : _____

NA TEORIA: _____

21. DE QUE FORMA ESSE CONHECIMENTO ADQUIRIDO TEM INFLUENCIADO NA SUA FORMAÇÃO?

Sob o aspecto peçoal tem influenciado:

- () de forma excelente () de forma razoável () não tem influenciado

Sob o aspecto profissional tem influenciado:

- () de forma excelente () de forma razoável () não tem influenciado

22. VOCÊ ACREDITA QUE O FATO DE VOCÊ TER PARTICIPADO DESTE PROGRAMA PODE TRAZER ALGUMA FACILIDADE PROFISSIONAL OU PESSOAL FUTURA?

- () sim () não

Se você respondeu **SIM**, quais os tipos de facilidades? _____

Se respondeu **NÃO**, quais as dificuldades? _____

23. DURANTE O PERÍODO EM QUE VOCÊ ESTÁ NA EMPRESA QUAIS OS SETORES QUE VOCÊ JÁ FREQUENTOU OU QUAIS AS FUNÇÕES EXERCIDAS? _____

24. COMO VOCÊ PERCEBE A ATITUDE DOS DEMAIS FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA EM RELAÇÃO AO JOVEM APRENDIZ

- () a maioria aceita naturalmente e procura auxiliar o jovem aprendiz
() a maioria apenas aceita mas não se dispõe a auxiliar
() são indiferentes
() não aceitam dificultando o serviço para o jovem aprendiz

Obs: _____

25. AO TÉRMINO DO CURSO VOCÊ GOSTARIA DE:

() continuar trabalhando na mesma empresa, na mesma função/profissão. Por quê?

() continuar trabalhando na empresa, entretanto, em função/profissão diferente. Por quê?

() mudar de empresa, mas continuar na exercendo a mesma função/profissão. Por quê?

() mudar de empresa e de função/ profissão. Por quê?

Para aqueles que desejam mudar de empresa, de função/profissão, qual a função/profissão pretendida?

27. O QUE VOCÊ PRETENDE FAZER, NA PRÁTICA, PARA ATINGIR SEU OBJETIVO?

28. QUAIS AS SUGESTÕES QUE VOCÊ ENTENDE SEREM ADEQUADAS PARA A MELHORIA DO CURSO? _____

29. VOCÊ ACHA QUE A EMPRESA NA QUAL VOCÊ TRABALHA IRÁ CONTRATÁ-LO DEFINITIVAMENTE APÓS O TÉRMINO DO CURSO?

() sim () não

POR QUE? _____

APÊNDICE II

ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM APRENDIZES EGRESSOS

Nome:

Quantos residem na casa?

Escolaridade dos membros da família?

Com quantos anos você está? Você continua os estudos?

Trabalha atualmente?

Onde? Há quanto tempo?

É registrado? Qual a função?

Você gosta do seu emprego? () Sim () Não Porquê?

Salário

Renda familiar

Como você gasta o seu dinheiro?

Alimentação, Gastos pessoais, vestuário, lazer, Moradia.

(Como você escolhe suas roupas?)

Relacione outros empregos nos quais você trabalhou e as funções exercidas desde que terminou o curso.

Em média com que frequência você : 1- sempre 2- às vezes 3- nunca

()- vai ao cinema

()- assiste a show

Se sim qual o tipo de show? Cite alguns.

()- viaja

()- vai a festas

()- lê um livro.

Se sim, quais você já leu depois do programa?

()- vai à biblioteca?

()- passeia em praças ou clubes?

()- participa de jogos/brincadeiras?

()- pratica esportes?

()- vai a quadras desportivas?

()- visita amigos?

()- participa de atividades recreativas escolares?

()- atividades religiosas?

()- usa computador?

()- acessa internet?

Se sim, qual o principal motivo pelo qual você acessa mais frequentemente a internet?

()- joga vídeo game?

()- aluga filmes para assistir?

Qual o tipo de filme que você gosta de assistir? Cite pelo menos 3 títulos.

()- assiste TV?

Qual o programa de televisão que você mais assiste?

Sempre gostou deste programa ou anteriormente assistia outro tipo de programa?

Qual o tipo de programa mais assistido na sua casa por seus familiares?

O que mais gosta de fazer no tempo livre?

Você votou na última eleição? Qual foi o critério de escolha do seu candidato?

Se a resposta for não, por quê?

Qual a importância que você dá para o seu voto?

Você faz ou já fez algum trabalho voluntário?

Porque você entrou no programa jovem aprendiz?
 Você mudou seu círculo de amizades depois de entrar no curso?
 Você mudou seu comportamento depois do curso, sob qual aspecto?
 O curso correspondeu às suas expectativas?
 No curso, tinha todos os períodos do seu dia ocupado isso prejudicou o seu rendimento escolar?
 Aquilo que você gostaria de fazer profissionalmente coincide com o que você aprendeu no programa? Por quê?
 O que vocês aprendiam nas aulas teóricas?
 Qual aprendizado que mais marcou você durante o curso? Qual a disciplina que você mais gostava?
 Quanto à empresa o que você tem a dizer?
 Você acha que melhorou culturalmente? Qual atitude prática demonstra isso?
 Você acha que melhorou humanisticamente? Qual atitude prática demonstra isso?
 Qual a maior contribuição do curso para a sua vida? Sob o aspecto teórico e prático?
 Você acha que a formação recebida ajudou profissionalmente? Por quê?
 Quais são suas impressões sobre o programa?
 Quais são seus planos para o futuro? Ter participado do curso influenciou nesta escolha?
 O que você tem feito para atingir seus objetivos?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PAIS DOS JOVENS EGRESSOS

Qual o nome do seu filho. Quantos anos eles tem?
 Qual o seu grau de escolaridade e do seu cônjuge?
 Qual a renda familiar aproximada, em salários mínimos? Como é gasta a renda familiar?
 Ordene os itens a seguir de acordo com as prioridades: alimentação, vestuário, moradia (aluguel, luz, água, telefone), lazer.
 O que você faz nas horas vagas?
 Você assiste televisão?
 Qual o seu programa preferido?
 Já leu algum livro? Qual?
 Assiste a filmes? Qual?
 Qual o principal motivo pelo qual seu filho participou do menor aprendiz?
 Você acha que a participação dele no programa trouxe algum tipo de benefício para ele?
 A vida do seu filho mudou após a participação do curso? E a da sua família?
 Quais suas impressões sobre o programa?
 O que você pensa e espera a respeito do futuro do seu filho?
 Seu filho está trabalhando? Se você tivesse condições de mantê-lo apenas no estudo você acha que ele deveria para de trabalhar ou deve conciliar as atividades.

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O FUNCIONÁRIO DO DEPARTAMENTO DO TRABALHO

Qual a visão predominante dentro do Ministério do Trabalho sobre o jovem aprendiz?
 Qual o principal objetivo do programa?
 Quais as principais dificuldades encontradas na implantação do programa?
 E no decorrer do programa?
 No seu modo de ver qual a maior contribuição para o adolescente que participa do programa?
 O que significa melhoria de vida para você? (aumento da dignidade humana ou capacidade de compra)?

E quanto ao estudo, o fato do adolescente trabalhar não trás certo prejuízo para os estudos?

Considerando os cursos existentes e suas respectivas áreas, no seu entendimento, eles não se destinam a manter o modo de produção do capitalismo, ou simplesmente legitimam o trabalho precoce?

Você tem algum fato que ilustre o tema?

Você tem filhos? Você o orientaria no sentido de fazer um curso do jovem aprendiz?

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM O EMPRESÁRIO

Você tem aprendiz na sua empresa? Por quê?

O que você sabe sobre a lei?

Qual sua opinião sobre o programa? É benéfico ou traz algum tipo de transtorno ao empresário? (inexperiência, jornada menor etc.)

Considerando que o programa tenta conjugar aprendizado e trabalho, qual dos dois aspectos você considera mais importante?

Qual o tipo de formação você entende que deveria ser focada?

Considerando que há aprendizes formados para diversas áreas,, você entende que ele seria melhor aproveitado em qual setor. Você acha que o aprendiz deveria ficar restrito a um determinado setor?

Qual o tipo de público que deve ser abrangido pelo curso?

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

O que você sabe sobre a lei?

Qual a concepção adotada pelo SENAI em relação à aprendizagem? E a sua opinião pessoal?

Considerando que o programa tenta conjugar aprendizado e trabalho, qual dos dois aspectos você considera mais importante?

Qual o significado de trabalho para você e desta relação entre adolescente e trabalho?

Qual o tipo de formação você entende que deveria ser focada?

Qual a principal dificuldade apresentado pelos aprendizes?

Como você avalia o desempenho dos aprendizes, de um modo geral?

a) Pontualidade: () ótimo () bom () regular () péssimo

b) Dedicção: () ótimo () bom () regular () péssimo

c) Disciplina: () ótimo () bom () regular () péssimo

d) Trabalho de equipe: () ótimo () bom () regular () péssimo

e) Iniciativa: () ótimo () bom () regular () péssimo

f) interesse de aprender: () ótimo () bom () regular () péssimo

g) Outros () () ótimo () bom () regular () péssimo

Que deficiências você apontaria em relação ao comportamento dos Aprendizes?

() falta de empenho e dedicação, apatia.

() falta de entrosamento com a equipe

() falta de disciplina

() má formação escolar básica

() baixo nível de informação

() falta de conhecimentos de informática

() nenhuma deficiência

() outras: _____

O curso utiliza dinâmicas de grupo? Você pode citar alguma?

Qual o principal objetivo dessas dinâmicas?

Porque a maioria fala em administração de empresas o curso direciona pra isso?

O programa pode ser melhorado? Sob qual aspecto? O que você incluiria no curso (matéria, recurso) para a sua melhoria?

Quais as principais dificuldades encontradas na implantação do programa? E no decorrer do programa?

Na relação entre empresário e aprendiz considerando os requisitos e os incentivos legais quem você entende que ganha mais o adolescente ou o empresário? Há um equilíbrio nesta relação? Algumas das partes sofre algum tipo de prejuízo. Qual?

No seu modo de ver qual a maior contribuição para o adolescente que participa do programa (salário, experiência, aprendizagem enumere em ordem de importância)?

Você vê algum tipo de prejuízo? Por exemplo, escolar?

O que significa melhoria de vida para você? (aumento da dignidade humana ou capacidade de compra)?

Você tem filhos, há alguma diferença entre a educação que você disponibilizou para eles e aquela destinada aos jovens aprendizes ou aos jovens que são público de ensino técnico? Qual a atividade exercida por eles ou o que você gostaria que eles fizessem?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Você tem curso superior?

Qual a sua profissão?

A quem se destina este programa?

Qual o principal objetivo do programa?

O programa pode ser melhorado? Sob qual aspecto? O que você incluiria no curso (matéria, recurso) para a sua melhoria?

Qual o significado de trabalho para você e desta relação entre adolescente e trabalho?

Quais as principais dificuldades encontradas na implantação do programa? E no decorrer do programa?

Na relação entre empresário e aprendiz considerando os requisitos e os incentivos legais quem você entende que ganha mais o adolescente ou o empresário? Há um equilíbrio nesta relação? Algumas das partes sofre algum tipo de prejuízo. Qual?

No seu modo de ver qual a maior contribuição para o adolescente que participa do programa (salário, experiência, aprendizagem enumere em ordem de importância)?

O que significa melhoria de vida para você? (aumento da dignidade humana ou Capacidade de compra)?

Você tem filhos, há alguma diferença entre a educação que você disponibilizou para eles e aquela destinada aos jovens aprendizes ou aos jovens que são público de ensino técnico? Qual a atividade exercida por eles ou o que você gostaria que eles fizessem?

Qual a sua visão pessoal sobre a Lei da Aprendizagem?

APÊNDICE III

1) TEOR COMPLETO DE UMA ENTREVISTA REALIZADA COM UMA JOVEM APRENDIZ EGRESSA

Qual foi o ano que você participou do jovem aprendiz? Em 2006. **Faz quanto tempo que você terminou?** Terminei em julho de 2007. **A renda familiar, gira em torno de quanto, faz uma média pra mim.** Mais de 3 salários mínimos. **Quantas pessoas vivem na sua casa?** 4 pessoas. **Qual a escolaridade?** Minha mãe tem escolaridade só até 4ª série do ensino fundamental, meu pai também, ensino fundamental incompleto, eu ensino médio completo e minha irmã ensino médio completo, **Você trabalha atualmente? Onde?** No Albatroz, uma loja de bordado, lá eu trabalho faz 3 meses, porque eu trabalhava num escritório. **Quando você saiu do jovem aprendiz qual foi sua trajetória? Você trabalhou, ficou desempregada, você continuou estudando ou não?** Continuei eu saí do curso e eu não consegui ficar no “estágio”, eu fiquei no “estágio” até terminar, em julho. **Você teve que se desligar da empresa em que você trabalhava?** Daí eu trabalhei no escritório, mas o período que eu fiquei sem trabalhar foi muito pouco, coisa de 1 mês. **Você achou serviço fácil? É Então você saiu da empresa (do jovem aprendiz) trabalhou no escritório, quanto tempo?** Um ano e quatro meses. E daí eu saí do escritório por problema financeiro, por causa da crise, alguns “crientes” deixavam de pagar e isso acabou prejudicando o escritório e não deu mais pra mim. Porque devido os pagamentos atrasados, coisas assim... daí eu saí à procura de novo emprego para poder me sustentar. **Então hoje você trabalha numa loja de bordado?** Isso. **Qual é sua função lá?** Olha, lá eu faço de tudo um pouco porque como é muito grande, muita coisa, eu trabalho ...quando tem muita gente, a gente ajuda a vender. Quando está mais assim, eu fico no caixa, faço pedido. **Mas a sua função é mais na área que você, realmente, fez o seu curso ou não ou está muito misturado.** Não, é mais direcionado para a área mesmo, porque mexe com dinheiro, com nota fiscal coisa que a gente aprendeu, né aqui no curso, mais administrativo mesmo. **Você está falando que faz 3 meses que você está lá, você tem registro de experiência ou não, por enquanto eles não registraram definitivamente, mas você tem contrato de experiência?** Tenho, só que o contrato de experiência foi de 45 dias, mas acabou, já estou registrada. **Seu salário gira em torno de quanto mais de 1 salário, menos, dá uma faixa para mim.** Mais de um salário. **Menos de 2 salários?** Menos de 2 salários. **Como você gasta seu dinheiro, quais são as suas prioridades? Alimentação, gastos pessoais, vestuário, lazer ou moradia. Qual a destinação que você dá? Como você gasta seu dinheiro?** O meu dinheiro, parte dele eu ajudo em casa, com pagamentos de água, luz moradia... alimentação e parte comigo mesmo, com as coisas que eu preciso. **Lazer? Qual a destinação 10% de lazer ou não, você gasta com lazer.** Olha, com lazer... como eu e minha irmã trabalhamos, ela paga o clube que a gente vai nos finais de semana, daí eu acabo não gastando, porque daí eu ajudo na parte de casa e ela ajuda na parte... **Como você escolhe suas roupas? Preço, qualidade, marca, como você escolhe? O que importa para você quando você vai comprar suas roupas?** Qualidade. Não adianta comprar uma roupa cara, só porque ela é de marca. **Agora eu vou fazer umas perguntas para você e você vai responder. Sempre, às vezes ou nunca. Vai ao cinema? Às vezes. Você assiste à shows? Ao vivo? É, quando tem aqui?** Geralmente, não. **Você costuma viajar? Sim. Esse tipo de viagem é a trabalho, lazer, férias. Lazer. Você vai à festas? Geralmente, não. Você costuma ler livros? Sempre. Você pode me dar o nome de qual, recentemente, quais você tem lido?** O Castelo de Vidro de Danielle Still. Eu li Olga. **Mais um Débora? Marley e Eu. Você sempre teve o hábito da leitura? Sempre. Você vai à biblioteca? Sempre. Passeia em praças ou clubes? Sempre. Você participa de jogos?Esporte. Alguma coisa assim, ou não? Não Brincadeiras, alguma coisa de jovens? Olha, geralmente quando tem, a gente faz acampamento, esportes assim, a gente participa das brincadeiras. Mas, este acampamento geralmente é da igreja? É bom então você não pratica, esporte regularmente? Não. Você não costuma frequentar quadras? Não, eu não gosto. Visita amigos? Sim. Participa de atividades recreativas escolares? Não. Porque você não está estudando agora? Acabei. Agora estou parada. Atividades religiosas? Sempre. Usa computador? Às vezes. Acessa internet? Sim. O uso da internet é para o trabalho, para o MSN? Geralmente é pra pesquisa, também para aprender alguma coisa, algo que eu não sei. **Você costuma alugar filmes? Sempre. Me dá uns 3 títulos.** O Jardim**

Secreto, eu adoro aquele filme. O Crepúsculo. Prova de fogo. **Você assiste televisão. Quais são os programas que você mais assiste, que você gosta?** Que eu gosto, de tudo um pouco. **Dos canais que você assiste, tem um que você assiste mais do que os outros?** Frequentemente eu assisto a TV Cultura é a que eu gosto de assistir, **O que mais você gosta de fazer no seu tempo livre?** No meu tempo livre eu gosto de ler. **Se você pudesse fazer outra coisa, o que você faria?** Sei lá, passear...**Você votou na última eleição?** Sim. **Qual foi o critério de escolha do seu candidato?** Eu resolvi dar uma chance a quem nunca tinha entrado, tomado conta da cidade, porque todos os outros já haviam tido esta oportunidade e não demonstraram terem sido corretos com as coisas que fizeram, então eu dei o meu voto, pela primeira vez, para ver se a pessoa se ela agisse conforme ela tinha prometido, pra da próxima vez, a gente já tem certeza de quem é a pessoa, é assim mesmo, se merece uma segunda chance. **Então você acha que seu voto é importante?** Eu acho que sim? **Você já fez ou faz algum trabalho voluntário?** Não. É eu trabalhei um tempo na escola da família, na biblioteca, eu ia lá para quando eu terminasse eu conseguisse uma bolsa na faculdade, daí tinha que trabalhar como voluntária nos domingos ajudando na escola, mas, fora isso... **E você pretende, assim continuar os estudos?** Pretendo. **O que você gostaria de fazer?** Eu gostaria de fazer assistência social. **Porque você entrou no jovem aprendiz?** Porquê? **Quando você entrou o que você pensou?** Quando eu entrei, eu entrei porque como a cidade é muito voltada pro bordado, eu vi que todo mundo, ninguém teria uma oportunidade, todo mundo estaria destinado ao 'bordado', porque todo mundo onde eu estudava, não via outra coisa, não tinha outra coisa, terminava o estudo e caça serviço no salão de bordado, no 'bordado'. Quando eu ouvi falar sobre o curso eu achei super diferente era uma oportunidade de conseguir algo na vida além daquilo que você conseguia enxergar, né? Algo mais para mim. **Você mudou seu círculo de amizade depois que você frequentou o curso,ou não?** Eu acho que sim,. **Você mudou devido a quê?** Eu acho que eu comecei querer ter amizade, a estar perto de pessoas que tinham algo a mais para acrescentar na minha vida. Porque você às vezes vive ali com umas pessoas que não tem nada pra te acrescentar, só tem pra tirar, então eu acho que eu estou querendo ficar perto de quem tem algo a mais, que possa me oferecer... como o curso me ofereceu, me deu mais conhecimento, aprendi coisas que eu não sabia, então eu quero ficar perto de pessoas que trazem conhecimento,coisas que eu não sei, coisas boas, coisas novas. **Você mudou seu comportamento depois do curso? Se você mudou em que aspecto?** Eu acho que eu mudei sim. **O que por exemplo.** O jeito de falar, pensar antes de falar. Falar a coisa certa, bastante coisa eu mudei. Parar para refletir, eu comecei a dar meu ponto de vista, porque as pessoas falavam e eu concordava, agora, não, eu falo, espera aí, será que é assim mesmo, será que está certo? Acho que é isso. **Quero que você seja bem sincera, eu quero saber se o curso atendeu aquilo que você esperava. Se atendeu realmente, se faltou alguma coisa? Você esperava mais ou menos, a expectativa que você tinha do curso.** Não, atendeu sim a tudo que eu esperava porque, até mais, porque tem coisa que a gente nem esperava ter aprendido, eu não esperava ter aprendido e eu aprendi, então acho que o curso realmente mudou a minha vida. Porque até então eu vivia de uma forma, assim, não sabia muitas coisas então acho o curso, que tudo que o curso trouxe foi novo, foi bom pra minha vida, foi ótimo, porque "refrete" agora no meu futuro, porque todo lugar que eu vou quando eu vou "caçar" serviço, eu coloco no meu currículo tudo que a gente aprendeu aqui, as pessoas gostam, olham, falam oh!.As pessoas falam: *Nossa!!! vocês aprenderam tudo isso, tem essa grade, esse currículo, isso é muito bom sempre que for...* mesmo que eu sair desse serviço que eu estou daqui a algum tempo eu sempre vou carregar o histórico que eu passei por aqui no curso e eu tenho certeza que sempre vai me ajudar porque até agora me ajudou. Nos lugares que eu fui as pessoas gostaram muito. **O curso tomava todo o seu tempo. Você acha que ele prejudicou seu rendimento escolar?** Não, acho que não, eu acho que ele ajudou porque aqui a gente tinha o reforço que a gente não tinha na escola que como a gente estudava aqui de manhã, trabalhava a parte da tarde e estudava à noite, o ensino noturno é fraco, não é muito bom e aqui a gente tinha aulas de português, então era como se fosse um reforço para ajudar a noite na escola. **Aquilo que você gostaria de fazer profissionalmente coincide com aquilo que você viu no programa ?** sim. **Você realmente se identificou, coincidia o programa com aquilo que você quer fazer profissionalmente?** Você fala uma faculdade? **É uma profissão, você me falou que você**

quer ser assistente social, você vai sair dessa área de administração? Você pretende sair dessa área, mas essa nova visão que você ganhou... a partir de quando você definiu. A profissão eu defini a partir do curso, porque assim eu vi que todas as pessoas que vinham aqui, elas não ganhavam nada para estar ensinando a gente. Elas vinham porque elas queriam de bom coração de bom grado, perdiam uma parte do tempo dela para vir aqui e estar ensinando pra gente, então eu comecei a tomar gosto com a profissão de assistente social que também cuida das pessoas, é “craro” que a profissão é remunerada, mas é uma parte que cuida também, toma conta... como se doasse também um tempo porque lida com as pessoas também. **Qual a maior contribuição do curso para sua vida?** Eu acho que foi, eu cresci mais, a minha cabeça, a minha mente produziu mais, entendeu? Não sei nem o que falar, aí foi ótimo, assim, mudou totalmente a minha vida, a minha maneira de pensar, de ver o mundo, de analisar as coisas, então contribuiu para o meu crescimento mesmo. **Você acha que você melhorou culturalmente? O que demonstra isso, o que você fazia, ou o que você não fazia e que você passou a fazer, ou aquilo que você pensava e aquilo que você passou. Entendeu, o antes e o depois. Você está falando que melhorou, então me dá um exemplo? Melhorou culturalmente.** Eu acho que sim até no dia a dia eu acho que melhorou, porque antes de eu fazer o curso aqui aahaha!!!!, tocava o telefone: *Alô!!!* E os professores brigando com a gente, gente não é assim. Vivia brigando não eles ensinaram, né? Coisa “simpres” que passa e você não percebe e que dá pra fazer melhor, né? É assim gente: *Associação Unimed, Débora, boa tarde!* **Então você acha que mudou a sua postura? Isso. A sua preferência pelas coisas? Livros, programa, mudou ou não? Sempre gostou de assistir a cultura, o que você me fala? Você me falou que você sempre leu, que sempre gostou de ler.** Isso, sempre gostei. Você acha que em relação a isso não teve uma mudança? Olha eu sempre gostei, mas reforçou, né? Eu procurar, tipo um filme, tem filmes que você... comédia, ao invés de você ver uma comédia, você vê um filme sobre a vida de alguém que foi importante para a História, que ficou marcado, é diferente, você vendo um filme, aqui no curso, a gente viu bastante, a gente viu a vida de Hitler, então adquire conhecimento vendo isso, se for uma comédia você vai só divertir, vai passar e você vai esquecer e o que eu vi aqui, os filmes que eu assisti eu nunca mais esqueço, sempre eu lembro, eu adorei ter visto coisas que eu não sabia, então, eu acho que me deu mais gosto para buscar as coisas que me dão conhecimento. Não as coisas que não tem importância. **Humanisticamente, você melhorou como pessoa? Acho que até já foi respondido... pela assistente social, quando você vê a postura... é isso.** Isso você vê a postura dos que estavam aqui na nossa frente ... **No seu julgamento o que de mais significativo você adquiriu culturalmente ou materialmente depois que participou do programa e começou a trabalhar?** Materialmente eu acho que contribuiu para mim comprar coisas que eu não podia ter, que eu não tinha, como eu não trabalhava... depois eu comecei a ter meu próprio dinheiro, eu comecei a comprar as coisas que eu precisava que eu queria, sem ter que depender dos pais, sem ter que pedir e culturalmente acho que ajudou em tudo, na minha formação. **Então assim, você tem uma boa impressão do programa, você acha que ajuda o adolescente?** Ajuda, com certeza, ajuda, é uma coisa assim que você não tem. Na escola você vai e aprende o básico, são 30 alunos para uma professora. É ensinado por cima, aqui é ensinado.... você não sabe... individualmente, o professor chega e te passa e o conhecimento da escola você aprende o básico. Você aprende a escrever, você aprende a ler, mas ninguém pra te dar um filme, de falar pra você que... te ensinar sobre ética, nunca teve, não tem na escola, então é uma coisa que aqui você vem e que você ganha esses conhecimentos. **O que você acha sobre as aulas de boas maneiras, de aulas de como comer, que vocês tiveram aqui, você achou importante, ou você achou que....?** Não, eu achei super importante, até porque no próprio emprego onde a gente trabalha, a gente passa por situação que a gente é convidado para um jantar, um almoço, se a gente não saber como se comportar, passa vergonha, e aqui a gente aprendeu como se comportar pra ser “compreto” para saber falar, para saber fazer as coisas, para se saber comportar diante de uma mesa, tudo. **Eu perguntei quais são seus planos para o futuro, então você pretende fazer a faculdade...isso eu terminei o ano passado o terceiro, dei uma descansadinha até agora, daí eu vou prestar o vestibular, o Enem, obter uma boa nota, que eu pretendo, eu vou entrar em alguma faculdade. Então que você tem feito para atingir seus objetivos, você tem feito alguma coisa prática? Olha eu tenho, pesquisado, no**

meu tempo livre que eu acesso a internet para procurar saber o que a pessoa que trabalha como assistente social faz, então eu procuro me informar, só... **Se você tivesse um filho, você não tem filhos ainda, daria este mesmo destino que você teve, trabalhar e estudar, o que você faria?** Olha, se precisar trabalhar e estudar eu acho que sim, porque só trabalhar, também, não vai fazer a pessoa chegar a lugar nenhum. Tem que conseguir conciliar trabalho com o estudo, porque sem estudo você não tem nada, sem conhecimento. Mas eu acho que se não precisasse... se eu conseguir o que eu quero, eu conseguir a minha meta e meu filho não precisar ter que trabalhar enquanto estudasse, “craro” que eu optaria por essa opção, então eu ‘tô’ tentando ter algo melhor para que meus filhos não tenham que passar por trabalho, conciliar só estudo.

Comentários posteriores da jovem após ter sido referido que viriam para Ibitinga outros cursos técnicos relacionados ao ‘bordado’: eu acho que outro para trabalhar com o ‘bordado’? Eles não estão pensando no futuro do jovem estão pensando no futuro deles, da empresa deles, adquirir mão de obra barata, até porque eles pegam os menores aprendizes né que pra eles sai mais barato, salário sai mais barato, tudo sai mais barato, né? Pegando esses jovens aprendizes, pra eles até é lucro porque eles pegam, às vezes eles não ficam com aquela turma e pegam outra turma, todo ano tem e é uma quantidade grande, pode perceber, não é pouco, o projeto jovem aprendiz eram menos em relação ao do Sindicobi, **Jovem aprendiz que você quer dizer é o projeto Luminar?** É do projeto Luminar, mas eles capacitam bem capacitados o pouco que eles pegam, agora eles pegam bastante pra trazer resultado pra empresa deles. Se metade não der lucro, não der resultado, na questão de aprender, né, nessa área ali dentro da empresa, eles tentam, o ano que vem tem mais....Tem um monte, porque o jovem fala assim, *ah!, não tem nada pra fazer, vou aproveitar*, então a pessoa fica até feliz de ter pra onde ir. A pessoa, o jovem não consegue perceber que está servindo de mão de obra barata, tá servindo de...(risos) Como eu poderia dizer, tá satisfazendo a vontade dos donos das empresas daqui, porque pra eles é lucro pegar esse jovem. Né, porque quem participa do jovem aprendiz, do menor aprendiz do hospital, do Vida Iluminada, não quer ficar aqui. Porque a gente faz o curso “ampria” a visão da gente, faz a gente pensar e a gente quer estudar, quer ir pra fora, quer ter uma profissão, agora quem participa do outro projeto vai estar a vida inteira aqui em Ibitinga, ganhando o salário básico do ‘bordado’, que é costura, overloque, que é aquele salarinho, um pouco mais do que um salário mínimo, porque geralmente eles pagam um salário mínimo, nunca sobe esse salário, eles falam que vão estar em experiência, mas eu tenho experiência própria, porque tem amigas minhas que trabalha, entra aí falam que vão pagar o salário mínimo de experiência, depois que passar da experiência daí eles vão aumentar, mas isso fica em torno de um ano, 2 anos, depois sobem o piso da categoria, mas o piso da categoria aqui em Ibitinga é muito baixo, em relação a outras cidades, né? Porque eu morava em Limeira, cidade maior e o pessoal de outras cidades, Limeira meus primos que moram lá, acham o salário do ‘bordado’ muito baixo. **Ah! é?** Se fosse pra elas morar aqui não daria pra necessidades básicas com o piso do ‘bordado’, é muito baixo e eu falo até porque meu pai trabalha, né, numa fábrica, numa empresa de ‘bordado’ e eles consideram que essa empresa é a maior aqui em Ibitinga, como se fosse uma empresa de grande porte, né, em relação à Ibitinga, em outras cidades ela pequena, né, e assim, todo mundo quer trabalhar lá porque o salário é melhor, aquele salário que o meu pai ganha, faz dez anos que ele trabalha lá, não é... Eu acho que não é um salário que uma pessoa merece ganhar, mesmo assim eles são feliz por que ganham um pouquinho a mais, então você acaba se conformando com muito pouco e a pessoa vive escravo, mesmo, do ‘bordado’. Então, o meu pai, dez anos dentro de uma empresa de ‘bordado’ e ganha... e nós estamos ganhando mais do que ele, em menos de um ano que nós fizemos o curso. Pra você ter uma noção. **Mas de onde você tirou tudo isso, de pensar em tudo, de ver?** Porque eu, não tinha entrado no Projeto Luminar, eu estudava na escola, eu não tinha... assim, eu achava que a chance aqui em Ibitinga seria muito difícil pra mim, até porque eu tenho um problema de coluna e eu não posso trabalhar com ‘bordado’, só que daí eu vi que não tinha outra opção. Eu pensei o que é que eu vou fazer, terminando os estudos, né? Eu vou ficar sem fazer nada? Se eu não entrar no Sindicobi, que é um curso de costura, eu vou ficar desempregada, nunca vou ter dinheiro eu não vou achar emprego em lugar nenhum porque aqui é só ‘bordado’ o que que eu vou fazer da vida? Ficar dependendo da vida do meu pai? Eu vou ter que “trabaiar” pra pagar uma faculdade pra mim, eu minha família não tem condição, então

com o “problema” que eu tenho de coluna eu vou ter que entrar no Sindicobi e aprender a costurar, aprender o quê? A bordar? O que eu vou fazer..., da vida? Daí eu falei assim, eu vou entrar, daí eu até tinha me matriculado, né, não era o que eu queria porque, uma que eu não posso costurar e outra que eu não gosto, (risos) Eu tenho trauma de agulha (risos). Uma agulha tinha quebrado no meu dedo, eu já estava indo traumatizada, né, de aprender (risos) Daí apareceu esse curso, graças a Deus (risos). Que foi a minha salvação! Que iluminou tudo. Eu acho que eu nunca senti que esse curso, ia ser aqui em Ibitinga, nunca teve, nunca ninguém comportou fazer algo diferente, trazer algo de melhor pros jovens que estão saindo da escola, ou que estão estudando, né? Ninguém se importou., todo mundo: *Ai é ‘bordado’, vamos ensinar ‘bordado’, aqui é ‘bordado’, então todo mundo tem que aprender ‘bordado’ e ficar contente, ainda, com o ‘bordado’, porque é o que vai trazer ...* (Mãe: Ah! filha, mas é uma coisa boa a cidade ter ‘bordado’, cada cidade tem uma coisa...) **mas ela está colocando uma visão... eu estou entendendo o que ela está falando, não é que ela é contra o ‘bordado’... é uma profissão digna tem pessoas que gosta e faz muito bem feito, é lindo, mas... Eu estou entendendo certinho o que você está falando, mas você acha que os jovens pensam assim, ou não, são poucos que pensam assim igual a você?** Olha eu acho que tem... **Tem o quê?** quem pensa igual eu, até que faz outro tipo de coisa, porque, eu estudava a noite, quando você estuda a noite é porque trabalha e assim, sempre tem, como na minha sala, 2% trabalhava em parte administrativa e 99% trabalhava no ‘bordado’ de 99% que trabalhava no ‘bordado’ tudo que fez Sindicobi e que trabalhava nas empresas de ‘bordado’ **Você estudava aonde?** No Josepha, assim, na escola 99% : *‘Bordado’, onde você trabalha? Eu trabalho ali no salão de ‘bordado’. O que você faz? Ah! eu sou ajudante geral no salão de ‘bordado’, a maioria.* Se você falar que trabalhava em loja, Nossa! Em loja? Você tem sorte heim? Você vai numa loja. Coisa mais difícil, o pessoal confirmou. Até eu ir fazer o curso. Daí eles: *Nossa! Feliz é você, que está lá no escritório, no ar condicionado, nós fica o dia inteiro costurando, fazendo estoque!* Dava até inveja, assim, sabe, o menino ficava até com inveja, ai eu quero fazer, o ano que vem vai ter? Eu vou poder entrar? **Tem isso mesmo? Já fiquei sabendo que tem essa...!** Ficam revoltados, as meninas que descobrem ficam revoltadas, porque na nossa época não teve esse curso, né? A gente aqui agora, (...) ela ganha mais do que “nois” não faz nada, fica sentada, a gente fala assim, não é “craro” que a gente faz, eu falava pra ela a gente tem responsabilidade ,né? Às vezes a gente não fica cansada de costurar, mas a gente fica com canseira né, na cabeça, uma coisa, né, porque você tem que ter responsabilidade tem que fazer tudo certinho, né, então é um cansaço mental mesmo, né? Porque você mexe com papel, dinheiro, coisa que não é sua né, (Mãe: elas achavam que você ganhava mais né, Débora?) então porque no Sindicobi elas ganham menos, não chega a ser um salário mínimo. **Não chega?** Não chega a ser, eu não lembro o valor exato mas é menos. (Mãe: na costura é um pouco a mais) não, durante o curso não, durante o curso é menos **Acontece que pra vocês poderem ganhar o salário a carga horária de vocês é maior no Luminar entendeu? No Sindicobi eles tem 2 horas por dia de aula, vocês ficam mais no curso para que pudessem ganhar pelo menos o salário mínimo.** Mas daí dá pra perceber que favorece mais ainda o empregador do ‘bordado’, sabe por quê? Eram duas turmas, uma turma fazia o período da manhã e estudava à tarde, a outra turma fazia o período da tarde e estudava de manhã, quer dizer a firma não parava, entendeu, de manhã e a tarde estava ali, dando lucro, digamos pro patrão e a gente não a gente ficava mais tempo a gente tinha mais tempo no curso aprendendo mesmo, né, só que na empresa era um bom período também, mas a gente tinha a parte da manhã, a gente, não tinha turma que ia a parte da manhã lá pra ficar no lugar e depois a gente ia à tarde, era uma turma só, ia todo mundo só a tarde pra empresa, né? No Sindicobi eles pegam bastante pra produção, pra nunca parar a empresa, porque eles quer produção eles num quer.... tem uma linha de produção, não pode parar, você pode parar um pouquinho e descansar, e depois voltar lá, mas você tem que dar produção.....)

2) TEOR COMPLETO DE UMA ENTREVISTA REALIZADA COM A MÃE DE JOVEM APRENDIZ EGRESSA

A Sra. tem filho que participou do jovem aprendiz, quem participou? A Débora e a Talita. **Duas filhas?** É duas filhas. **Quantos anos elas tem?** a Talita tem 21 e a Débora 20. **A Débora participou no ano de ...2007 e a Talita ?** em 2008. **Mas a Débora que é mais nova que a Talita participou primeiro?** Sim. **Até que série a Sra. fez?** Só até a 4º ano primário. **E o seu marido?** Ele foi só até o 2º primário. **O salário de vocês, vocês destinam mais pa0ra alimentação, colocar assim em ordem, vestuário, moradia (aluguel, luz, telefone) ou lazer, qual é o primeiro, o salário da família?** A Sra. **não trabalha fora, trabalha?.** Não. **Assim como é gasto o dinheiro, primeiro..?** Eu gasto com alimentação, eu gasto bem com farmácia, também, a gente tem problema de saúde. **Então, é alimentação e farmácia, as prioridades, depois....luz, água,... é .** **O que a Sra. faz nas horas vagas?** Eu trago almoço para a Débora, depois às vezes se tem alguma coisa na cidade para fazer é eu que tenho que resolver tudo, pagar conta... **a Sra. que faz....** é eu que faço toda essa trajetória, aí. **A Sra. costuma assistir televisão?** Sim. **Qual é o programa preferido da Sra.?** Eu gosto mais de jornal. **Assiste programa de receita?** De jornal, Ana Maria Braga eu gosto de assistir, o ... que passa receita. **De fim de semana a Sra. assiste o quê?** De fim de semana eu não assisto, só o Fantástico quando eu chego da igreja que eu gosto de assistir. **A Sra. já leu algum livro?** É difícil, eu não enxergo e eu não tenho paciência. **E filme a Sra. costuma assistir ou não?** Quando as meninas aluga algum filme eu assisto, também. **Sempre ou às vezes?** Às vezes. **Qual o motivo que fez a Sra. direcionar suas filhas a participar do programa aprendiz, porque que elas vieram, ou foram elas que escolheram?** Não foi mais eu que incentivei mesmo, que eu soube que uma que estuda e ia participar do curso, aí ela tinha falado para a Débora, aí eu falei para o meu marido, ele não gostava que ela estudava à noite. Aí eu falei pra ela, vai, a gente passa dificuldade, então precisa pra poder ajudar, foi aonde que eu incentivei e ela queria também, aí ela começou o curso. **Então a Sra incentivou pra ela poder ajudar em casa?** É, pra poder ajudar, tá certo. **A Sra. acha que a participação delas, porque primeiro participou a Débora, depois vocês encaminharam a Talita, porque a Sra. fez isso?** Ah, eu achei que foi muito bom o curso porque daí já melhorou a renda em casa, aí a Talita, estava assim, eu falei Talita sai do que você “veve” só em ‘bordado’, assim numa coisa diferente, ir trabalhar num escritório, como ela tem “pobrema” de coluna, filha, ficar a vida inteira em salão de ‘bordado’ é ruim, então eu incentivei para ela ir para o curso. **Ah! Porque antes ela trabalhava em salão de ‘bordado’? O que ela fazia?** Ela costurava, overlocava, esse tipo de coisa. **Então a Sra. achou que a participação delas trouxe algum benefício para elas?** Nossa muito, foi muito bom esse curso, nossa, foi assim, estava escuro e clareou, foi muito bom esse curso mesmo, eu tenho muito só que agradecer. **Mas a Sra. acha que melhorou por quê? Elas saíram do ‘bordado’. Por quê?** Por tudo, foi por causa de ter saído, porque melhorou o salário da Débora, a Débora não trabalhava mesmo, só estudava e o pai dela não aceitava que ela estudava à noite, aí com muito jeito eu fiz a cabeça dele, aí ele concordou dela vir o que foi um milagre de Deus que ele é complicado. É difícil, aí ele deixou, nossa eu só tenho que agradecer. **Então além de ter mudado a vida pra elas, mudou a da família também?** Mudou a da família, nossa mudou muito, era só o salário dele, era complicado, elas até choravam pra poder comprar alguma coisa, não podia, depois que entrou no curso melhorou 100% . **Sra. tem uma impressão boa do programa?** Boa, muito boa mesmo. **A Sra. que foi a incentivadora para elas participarem, então a Sra. acha que aquilo que a Sra. esperava a Sra obteve mesmo.** É verdade aquilo que eu esperava eu obtive. Nossa foi bom demais, eu achava que não ia ser tão bom como foi, a Débora não trabalhava, só ficava em casa assistindo televisão, na casa de amiguinha, eu falei: *Não, precisa mudar!* Apareceu esse curso, caiu do céu. **O que a Sra. pensa sobre o futuro delas? O que a Sra. espera, desejaria para o futuro delas?** A eu queria que elas fizessem uma faculdade, para não passar o que eu passei. Porque o que eu queria eu não consegui, sempre trabalhei, meu pai só trabalhava em roça, não teve chance de estudar, queria que elas fizessem uma faculdade e tivessem uma vida diferente que eu e ele teve, ele trabalha só com peso, chega reclamando, esses dias mesmo caiu um rolo de pano, atacou o joelho, todo inchado, se tivesse um estudo estava com um serviço mais fácil, ganhava melhor, elas reclamavam que elas ganham mais do que ele, elas falam, nossa esse curso

é tão bom nós ganha mais que o pai. **No caso da Talita ela trabalha onde agora?** Ela trabalha num salão de 'bordado', mas ela toma conta da turma, o serviço de escritório ela faz, assim, ela fica numa máquina computadorizada que borda, mas quando tem algum serviço de escritório é ela que faz, das coisas que ela aprendeu aqui, que ela não sabia. Agora ela está fazendo contabilidade. **Ah, ela está fazendo? É.** **A Sra. gostaria que elas fizessem uma faculdade, mas qual profissão que a Sra. gostaria que elas exercessem? Sonha alguma coisa para elas?** Olha eu falo o que vocês gosta vocês vão em frente, o meu marido fala que quer que a Talita estude para advogado. Ela ganhou uma bolsa em Araraquara porque ela frequentou a Escola da Família, ele não deixou ir porque é perigoso a viagem. Podia ter deixado, né? É o que ele quer que ela faz, mas eu falei Talita se é o que você quer, você vai em frente, não é? Você vai em outra profissão que você quer, por que na que gosta vai em frente, né, e se não gostar não dá. **Ah! Então ela chegou a ganhar uma bolsa?** Ela ganhou, ele não deixou. **Foi esse ano?** O ano que ela terminou (colegial), já está com 2 anos. A Débora terminou o ano passado. **Então a Talita participou do curso depois que ela tinha terminado. Financeiramente melhorou o salário da Talita, em relação ao que ela ganhava, ou não continua a mesma coisa?** Assim, seguiu o mesmo padrão. **Então se ela tivesse só condição de estudar, a Sra. acha que seria bom ou não, a Sra. acha que é bom trabalhar e estudar junto?** É bom trabalhar e estudar, porque ocupa o tempo e é muito bom. **Então a Sra. pretende que elas curse uma faculdade.** Elas fizeram agora o vestibular, a inscrição, então quando for ter elas vão tentar fazer para ver se passa, tem que estudar, né? Falei Débora tem que estudar para isso, o que quer tem que lutar. Tem que lutar. A gente já sofreu tanto, falei agora que a vida vocês seja melhor, na minha oportunidade não apareceu isso não, nossa este curso, só Deus pra pagar o que fez por elas, porque foi muito bom. Nossa, eu achei que melhorou muito lá em casa, a Débora passou uns tempo, como ela disse..., no serviço dela ela teve problema, porque o homem também tinha de não receber, mas depois apareceu esse outro serviço. Através desse curso foi abrindo porta, abrindo porta, foi fácil para poder conseguir outro emprego, num posto de gasolina, ele achou interessante o curso que ela fez, falou foi muito bom, chamou ela, mas ela já tinha entrado, eu não vou sair.

ANEXO A

LEI Nº 10.097, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.Mensagem de veto

Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 402, 403, 428, 429, 430, 431, 432 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), passam a vigorar com a seguinte redação:

["Art. 402.](#) Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos." (NR)

"....."

["Art. 403.](#) É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos." (NR)

"Parágrafo único. O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a freqüência à escola." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

["Art. 428.](#) Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação." (NR) [\(Vide art. 18 da Lei nº 11.180, de 2005\)](#)

"§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e freqüência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino funda mental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica." (AC)*

"§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora." (AC)

"§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos." (AC)

"§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho." (AC)

"[Art. 429](#). Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"§ 1º-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional." (AC)

"§ 1º As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o caput, darão lugar à admissão de um aprendiz." (NR)

"[Art. 430](#). Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:" (NR)

"I – Escolas Técnicas de Educação;" (AC)

"II – entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente." (AC)

"§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados." (AC)

"§ 2º Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional." (AC)

"§ 3º O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo." (AC)

"[Art. 431](#). A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso II do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços." (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada;"

"c) revogada."

"Parágrafo único." ([VETADO](#))

"[Art. 432](#). A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada." (NR)

"§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica." (NR)

"§ 2º Revogado."

"[Art. 433](#). O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:" (NR)

"a) revogada;"

"b) revogada."

"I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;" (AC)

"II – falta disciplinar grave;" (AC)

"III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou" (AC)

"IV – a pedido do aprendiz." (AC)

"Parágrafo único. Revogado."

"§ 2º Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo." (AC)

Art. 2º O art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"[§ 7º](#) Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o caput deste artigo reduzida para dois por cento." (AC)

Art. 3º São revogados o [art. 80](#), o [§ 1º do art. 405](#), os [arts. 436](#) e [437 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT](#), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Francisco Dornelles

ANEXO B**LEI Nº 11.180 - DE 23 DE SETEMBRO DE 2005 - DOU DE 26/9/2005**

Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, como parte integrante da política nacional para a juventude, o Projeto Escola de Fábrica, com a finalidade de prover formação profissional inicial e continuada a jovens de baixa renda que atendam aos requisitos previstos no art. 2º desta Lei, mediante cursos ministrados em espaços educativos específicos, instalados no âmbito de estabelecimentos produtivos urbanos ou rurais.

Art. 2º Os jovens participantes do Projeto Escola de Fábrica deverão ter idade entre 16 (dezesesseis) e 24 (vinte e quatro) anos, renda familiar mensal **per capita** de até um salário mínimo e meio e estar matriculados na educação básica regular da rede pública ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, prioritariamente no ensino de nível médio, observadas as restrições fixadas em regulamento.

§ 1º Fica autorizada a concessão de bolsa-auxílio aos jovens admitidos no Projeto Escola de Fábrica no valor de até R\$ 150,00 (cento e cinqüenta reais) mensais, durante o período do curso, mediante comprovação da renda prevista no **caput** deste artigo, conforme dispuser o regulamento.

§ 2º Os portadores de deficiência, assim definidos em lei, terão tratamento adequado às suas necessidades em todo o Projeto Escola de Fábrica.

Art. 3º Os cursos de formação profissional de que trata o art. 1º desta Lei deverão se enquadrar em uma das áreas profissionais definidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional, nos termos dos arts. 7º e 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

§ 1º Os cursos serão orientados por projetos pedagógicos e planos de trabalho focados na articulação entre as necessidades educativas e produtivas da educação profissional, definidas a partir da identificação de necessidades locais e regionais de trabalho, de acordo com a legislação vigente para a educação profissional.

§ 2º A organização curricular dos cursos conjugará necessariamente atividades teóricas e práticas em módulos que contemplem a formação profissional inicial e o apoio à educação básica.

§ 3º As horas-aula de atividades teóricas e práticas de módulos de formação profissional inicial poderão ser computadas no itinerário formativo pertinente, nos termos da legislação aplicável à educação profissional, de forma a incentivar e favorecer a obtenção de diploma de técnico de nível médio.

§ 4º Os cursos serão ministrados em espaços educativos específicos, observando as seguintes diretrizes:

I - limitação das atividades práticas, dentro da carga horária dos cursos, de acordo com regulamento;

II - limitação da duração das aulas a 5 (cinco) horas diárias;

III - duração mínima de 6 (seis) e máxima de 12 (doze) meses.

§ 5º Observado o disposto neste artigo, os demais parâmetros de elaboração dos projetos pedagógicos e dos cursos serão definidos pelo Ministério da Educação, com preponderância do caráter socioeducacional sobre o caráter profissional, observado o disposto no § 1º do art. 68 da [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente](#), no que couber.

Art. 4º A avaliação dos alunos e a expedição de certificados de formação inicial serão de responsabilidade das instituições oficiais de educação profissional e tecnológica ou de unidades gestoras credenciadas perante as autoridades educacionais competentes.

Art. 5º O Projeto Escola de Fábrica será executado mediante:

I - transferência de recursos financeiros às unidades gestoras selecionadas e credenciadas pelo Ministério da Educação por meio de convênio;

II - pagamento de bolsas-auxílio.

§ 1º O pagamento das bolsas-auxílio aos jovens poderá ser executado pela Caixa Econômica Federal, mediante remuneração e condições a serem pactuadas, obedecidas as formalidades legais.

§ 2º Fica autorizada a suspensão da transferência de recursos financeiros à unidade gestora que:

I - não cumprir, no todo ou em parte, o plano de trabalho apresentado ao Ministério da Educação; ou

II - utilizar os recursos recebidos em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do Projeto Escola de Fábrica, conforme constatado por análise documental ou auditoria.

§ 3º Os critérios e condições adicionais para concessão, distribuição, manutenção e cancelamento das bolsas, inclusive quanto à frequência escolar mínima a ser exigida do jovem participante do Projeto Escola de Fábrica, bem como os critérios para a transferência de recursos às unidades gestoras, serão definidos em regulamento.

Art. 6º Poderá ser unidade gestora qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, inclusive instituição oficial de educação profissional e tecnológica, ou entidade privada sem fins lucrativos, que possua comprovada experiência em gestão de projetos educacionais ou em gestão de projetos sociais.

Parágrafo único. Os recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras deverão ser aplicados em despesas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com os arts. 70 e 71 da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#).

Art. 7º Para a fiel execução do Projeto Escola de Fábrica, compete:

I - à unidade gestora: formular o projeto pedagógico e o plano de trabalho para preparação e instalação dos cursos, elaborar o material didático, pré-selecionar os estabelecimentos produtivos interessados, prestar contas dos recursos recebidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e acompanhar o andamento dos cursos, zelando por seu regular desenvolvimento;

II - ao estabelecimento produtivo: prover infra-estrutura física adequada para a instalação de espaços educativos específicos, disponibilizar pessoal para atuar como instrutores, indicar a necessidade de cursos e arcar com as despesas de implantação dos espaços educativos, transporte, alimentação e uniforme dos alunos;

III - ao FNDE: efetuar os repasses dos recursos financeiros, analisar as prestações de contas e apoiar tecnicamente a execução dos planos de trabalho;

IV - ao Ministério da Educação: selecionar e credenciar as unidades gestoras considerando o projeto pedagógico e o plano de trabalho formulados para os cursos e os estabelecimentos produtivos pré-selecionados.

§ 1º O responsável legal pelo estabelecimento produtivo vinculado ao Projeto Escola de Fábrica deve providenciar seguro de vida e seguro contra acidentes pessoais em favor dos jovens participantes do Projeto.

§ 2º As atividades práticas do Projeto Escola de Fábrica sujeitam-se às normas de saúde e segurança no trabalho e às restrições do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que couber.

Art. 8º A execução e a gestão do Projeto Escola de Fábrica são de responsabilidade do Ministério da Educação.

§ 1º À Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República compete a articulação do Projeto Escola de Fábrica com os demais programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

§ 2º Fica assegurada a participação da Secretaria Nacional de Juventude no controle e acompanhamento do Projeto Escola de Fábrica, observadas as diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas para a juventude propostas pelo Conselho Nacional de Juventude - CNJ.

Art. 9º A supervisão do Projeto Escola de Fábrica será efetuada:

I - pelo Ministério da Educação e por instituições oficiais de educação profissional e tecnológica, quanto ao conteúdo, à orientação pedagógica e aos aspectos administrativos dos cursos;

II - pelo FNDE, quanto aos aspectos operacionais das transferências.

§ 1º O Ministério da Educação designará, por indicação de instituições oficiais de educação profissional e tecnológica, supervisores pertencentes aos quadros docentes destas últimas responsáveis pela supervisão e pela inspeção **in loco** do Projeto Escola de Fábrica.

§ 2º Os estabelecimentos produtivos vinculados ao Projeto Escola de Fábrica deverão providenciar cadernos-diários individuais para registro das atividades realizadas, bem como manter quadro afixado em local visível com a relação nominal dos participantes, para fins de monitoramento e avaliação do Projeto.

Art. 10. A vinculação de estabelecimento produtivo ao Projeto Escola de Fábrica não o exime do cumprimento da porcentagem mínima de contratação de aprendizes, nos termos do art. 429 da [Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#).

Art. 11. Fica autorizada a concessão de bolsa-permanência, no valor de até R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, exclusivamente para custeio das despesas educacionais, a estudante beneficiário de bolsa integral do Programa Universidade para Todos - Prouni, instituído pela [Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005](#), matriculado em curso de turno integral, conforme critérios de concessão, distribuição, manutenção e cancelamento de bolsas a serem estabelecidos em regulamento, inclusive quanto ao aproveitamento e à frequência mínima a ser exigida do estudante.

Art. 12. Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa de Educação Tutorial - PET, destinado a fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores tutores de grupos do PET.

§ 1º O tutor de grupo do PET receberá, semestralmente, o valor equivalente a uma bolsa de iniciação científica por aluno participante, devendo aplicar o valor integralmente no custeio das atividades do grupo, prestar contas dos gastos perante o Ministério da Educação e, no caso de aquisição de material didático, doá-lo à instituição de ensino superior a que se vincula o grupo do PET ao final de suas atividades.

§ 2º Os objetivos, os critérios de composição e avaliação dos grupos, o processo seletivo de alunos e tutores, as obrigações de bolsistas e professores tutores e as condições para manutenção dos grupos e das bolsas serão definidos em regulamento.

§ 3º O processo seletivo referido no § 2º deste artigo deverá observar, quanto aos alunos, o potencial para atividade acadêmica, a frequência e o aproveitamento escolar, e, quanto aos tutores, a titulação.

§ 4º A instituição de educação superior integrada ao PET deverá dar publicidade permanente ao processo seletivo, aos beneficiários, aos valores recebidos e à aplicação dos recursos.

Art. 13. Fica autorizada a concessão de bolsa de tutoria a professores tutores participantes do PET, em valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de doutorado e mestrado no País.

§ 1º A bolsa de tutoria do PET será concedida diretamente a professor pertencente ao quadro permanente da instituição de ensino superior, contratado em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, que tenha titulação de doutor.

§ 2º Excepcionalmente, a bolsa de tutoria poderá ser concedida a professor com titulação de mestre.

Art. 14. Fica autorizada a concessão de bolsa de iniciação científica diretamente a estudante de graduação em regime de dedicação integral às atividades do PET, em valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.

Art. 15. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira.

Parágrafo único. Os valores dos benefícios previstos nesta Lei poderão ser atualizados mediante ato do Poder Executivo, em periodicidade nunca inferior a 12 (doze) meses.

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 17. O **caput** do art. 3º da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

"Art. 3º

.....

d) financiar programas de ensino profissional e tecnológico.

.....
 " (NR)

Art. 18. Os arts. 428 e 433 da [Consolidação das Leis do Trabalho - CLT](#), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

.....

§ 5º A idade máxima prevista no **caput** deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.

§ 6º Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização." (NR)

"Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 5º do art. 428 desta Consolidação, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:

.....
 " (NR)

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de setembro de 2005; 184^º da Independência e 117^º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

Luiz Marinho

Luiz Soares Dulci

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)